



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

MORGANA CAVALCANTE RIBEIRO

**HISTÓRIA INDÍGENA DE LONGA DURAÇÃO NO VALE DO RIO
COLÔNIA: o estudo de caso do sítio Canaã a partir da tecnologia
cerâmica no contexto do sul baiano**

SÃO RAIMUNDO NONATO – PI

2021

MORGANA CAVALCANTE RIBEIRO

**HISTÓRIA INDÍGENA DE LONGA DURAÇÃO NO VALE DO RIO
COLÔNIA: o estudo de caso do sítio Canaã a partir da tecnologia
cerâmica no contexto do sul baiano**

Dissertação apresentada a Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, Campus Serra da Capivara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Arqueologia.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Lessa Costa

SÃO RAIMUNDO NONATO – PI

2021

Ribeiro, Morgana Cavalcante

R484h História indígena de longa duração no Vale do Rio Colônia: o estudo de caso do sítio Canaã a partir da tecnologia cerâmica no contexto do sul baiano / Morgana Cavalcante Ribeiro - São Raimundo Nonato - PI, 2021.

195 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Serra da Capivara, São Raimundo Nonato, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Lessa Costa.

1. Sítios arqueológicos - Canaã - Bahia. 2. Indígenas - Vale do Rio Colônia - Bahia. 3. Cerâmica - Arqueologia. I. Costa, Rodrigo Lessa. II. Título. III. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 930.1

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

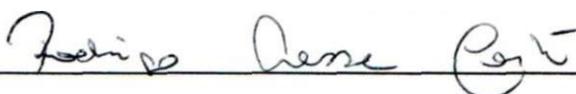
Morgana Cavalcante Ribeiro

HISTÓRIA INDÍGENA DE LONGA DURAÇÃO NO VALE DO RIO COLÔNIA: o estudo de caso do sítio Canaã a partir da tecnologia cerâmica no contexto do sul baiano

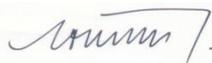
Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arqueologia, pela Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Aprovada em 12 de agosto de 2021.

Banca Examinadora



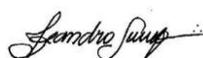
Dr. Rodrigo Lessa Costa – UNIVASF



Dr. Carlos Aberto Etchevarne – UFBA



Dr. Alencar de Miranda Amaral – UNIVASF



Dr. Leandro Surya Carvalho de Oliveira Silva – UNIVASF

Ao Dimitri, meu filho, que muito se sacrificou para que eu pudesse realizar um antigo sonho meu.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiro a Deus por ter me dado força de super-heroína desde o processo seletivo. Em segundo lugar ao Dimitri, meu filho, que se sacrificou ainda bebezinho para que eu pudesse cursar e concluir o mestrado.

Agradeço a minha família, em especial, a meus pais, João Neto e Marina Cavalcante, por todo o suporte emocional, e à minha irmã, Hortência Ribeiro, por ter me ajudado em vários momentos, incluindo na conferência do acervo.

Agradeço a Alencar Filho, meu esposo, pelo apoio e incentivo desde a seleção até a defesa, por compreender minhas correrias e ausência em vários momentos que foram dedicados às aulas e estudos, além disso sou muito grata por ter feito com maestria os suportes de ferro dos vasilhames.

Agradeço a Karine Matos e Aninha Matos que muito me ajudaram ao ficar com Dimitri para eu fazer as provas da seleção.

Agradeço a Janaína Nunes pelo carinho e paciência com o Dimitri, bem como pela flexibilidade nos horários para eu assistir aulas e estudar.

Quero agradecer a oportunidade que tive de fazer mestrado em São Raimundo Nonato e para tanto, devo agradecer ao colegiado pelo esforço e empenho em criar este curso de pós-graduação.

Agradeço muito ao Prof. Rodrigo Lessa, meu orientador, pela paciência em corrigir inúmeras vezes todos os meus textos, pelo apoio no processo de obtenção de autorização para movimentação do acervo junto ao IPHAN, pelo empréstimo de equipamentos, pelas contribuições na pesquisa e nas leituras, os ensinamentos da prática em laboratório e pelas contribuições na minha formação, especialmente no estudo de cerâmica.

Sou grata a todos os professores do colegiado, principalmente aos que pude cursar disciplinas e ter mais contato: Leandro Surya, Vanessa Linke, Jaciara Andrade, Fátima Barbosa, Leandro Mageste e Alencar Amaral. A estes dois últimos professores tenho especial gratidão pelas discussões proporcionadas em sala de aula, pelas indicações de leitura e por sempre se mostrarem prestativos com minha pesquisa.

Agradeço muito ao Prof. Carlos Etchevarne da UFBA por gentilmente ter aceitado participar da banca examinadora e por ter contribuído muito positivamente com o meu trabalho. É uma honra e muito satisfatório ter um pesquisador tão bem-conceituado lendo e avaliando minha dissertação.

Agradeço a todos os colegas da minha turma – Sarah Guerra, Ana Raquel Maia, Géssika Macedo e Rafael Moraes –, mas dedico gratidão especial à Aline Reinaldo que gentilmente se ofereceu a me ajudar com os desenhos dos vasilhames e a me ajudar a conferir e guardar o acervo, juntamente com o Lucas Assis. Em plena pandemia, eles se prontificaram a me auxiliar na reta final da pesquisa no laboratório.

Sou muitíssimo agradecida a Jarryer Pinheiro e Yuri Ávila pelo apoio e auxílio tanto na documentação quanto para a movimentação do acervo. Agradeço ainda ao Sr. Paranaguá pelo apoio durante a seleção de mestrado. Ao Museu Arqueológico da EMBASA e à EMBASA pela cessão do acervo.

À Superintendência do IPHAN na Bahia por conceder permissão ao empréstimo e análise do acervo.

Agradeço à Cida Pereira pelo apoio, paciência e gentileza no processo de restauração dos recipientes cerâmicos e pelo conhecimento transmitido.

Agradeço imensamente à Grafite do Brasil e à Nacional do Grafite que gentilmente me cederam e enviaram prontamente amostras de grafite, demonstrando o incentivo à pesquisa científica.

Sou imensamente agradecida à Profa. Conceição Lage da UFPI, por sua generosa ajuda com a análise das amostras de grafite e os fragmentos que também possuíam o mineral. Agradeço também ao seu colega o Prof. Benedito Batista, pesquisador da mesma instituição que possibilitou a análise química.

Agradeço aos funcionários do *campus* pelos serviços prestados, em especial ao pessoal da portaria e seguranças que abriam e fechavam diariamente o portão e o laboratório e que sempre se mostraram prestativos para o que eu precisasse durante os meses de pandemia em que frequentei o *campus*. Obrigada Salvador Braz, Eduardo Costa, Alderaci Paes e Baltazar Filho.

No mais, agradeço muito aos meus amigos que de alguma forma me apoiaram em alguma questão durante o período do mestrado: Laiane Santos, Igor Miranda, Aksa Albuquerque, Hélio Leoni e Regiana Souza.

Agradeço em especial ao amigo e arqueólogo Sebastião Lacerda, pelos anos de amizade, de apoio, de grande incentivo à pesquisa, pela insistência na produção científica e, também, pela revisão do abstract. Sou grata pela influência muito positiva deste amigo, sobretudo no que diz respeito à minha carreira acadêmica.

Gratidão ainda ao amigo e arqueólogo Iderlan de Souza que muito me incentivou a participar da seleção e por ter acreditado em mim. Talvez não fosse o incentivo dele nos dias que sucederam a divulgação do edital, eu não teria me encorajado a me inscrever na seleção com um bebê de 9 meses no colo.

Sou muitíssimo grata à CAPES por ter financiado a pesquisa, pela prorrogação dos prazos e dos recursos, e por tido o privilégio de ter sido bolsista em um período de incertezas para os pesquisadores brasileiros.

Eu faço da dificuldade a minha
motivação.

*Pontes indestrutíveis, Charlie
Brown Jr.*

RESUMO

Objetivou-se com esta pesquisa explorar as possibilidades de construção de uma história de longa duração a partir do estudo de caso do sítio Canaã em conexão com o quadro regional e contextual no qual este está inserido. Para tanto, a metodologia empregada nesta pesquisa consistiu em: levantamento de fontes etno-históricas e etnográficas; análise de acervo cerâmico e estabelecimento de perfil cerâmico; realização de análise de composição dos fragmentos cerâmicos e de amostras de jazidas; e, finalmente realização de datação absoluta. O sítio Canaã está situado em média vertente na margem direita do Rio Colônia, em uma rota de passagem entre os antigos aldeamentos Barra do Salgado e Caramuru-Paraguaçu, atual terra indígena homônima. Foram recuperados neste sítio material lítico (lascado e polido), ósseo e, majoritariamente, cerâmico, de modo que a tecnologia cerâmica se constitui o foco do trabalho. Os dados obtidos com a investigação dos elementos decorativos (decoração plástica e pintada) do material cerâmico, em consonância com a cronologia obtida para o sítio, convergem para um período em que a literatura situa a chegada de grupos Tupi ao litoral baiano, distante cerca de 60 km do sítio Canaã. Desse modo, esse sítio seria um dos últimos redutos de grupos vinculados a Tradição Aratu. O sítio Canaã também está na confluência de duas áreas tradicionalmente ocupadas por grupos de filiação Tupi e Jê, que ali permanecem até a contemporaneidade. Demonstrou-se que há uma longa duração na ocupação indígena na área que vai do Vale do Rio Colônia ao litoral atlântico: os Jê na porção mais interiorana e os Tupi na porção litorânea desde pelo menos 700 anos AP, mas cuja interação foi testemunhada pela variabilidade cerâmica do sítio Canaã.

Palavras-chave: História indígena. Longa duração. Rio Colônia. Tecnologia. Cerâmica. Tradição Aratu.

ABSTRACT

The objective of this research aimed to explore how to build a long-term history based on the case study of the Canaã site in connection with the regional and contextual framework in which it is inserted. For doing this, the methodology used in this research consisted of: survey of ethno-historical and ethnographic sources; analysis of ceramic collection and establishment of ceramic profile; conducting chemical analysis of ceramics and raw material sources composition; and, finally, absolute dating. The Canaã site is located on a medium slope on the right bank of the Colônia River, on a crossing route between the old villages Barra do Salgado and Caramuru-Paraguaçu, the current homonymous indigenous land. It was recovered from that site lithics (chipped and polished), bone and, the most frequent, ceramics, thus the ceramic technology constitutes the focus of the work. The data obtained with the investigation of the decorative elements (plastic and painted decoration) of the ceramics is in compliance with the chronology obtained for the site. Distant about 60 km on average from the Canaã site that would be one of the last strongholds of the Aratu Tradition groups. It was verified the existence of the Canaã site at the confluence of two areas occupied by Tupi and Jê affiliated groups that remain until contemporary. Therefore, there is a long term in the indigenous occupation in this space of the Vale do Rio Colônia on the Atlantic coast, as well as in the indigenous presence of ethnic and cultural groups affiliated to these two large groups since immemorial times: the Jê on the most inland part and the Tupi on the coast part since at least 700 before the present, even so material culture variability from Canaã has testified their relationships.

Key words: Indigenous history. Long term. Colônia River. Technology. Pottery. Aratu Tradition.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	14
INTRODUÇÃO.....	15
1. OBJETO DE ESTUDO: O SÍTIO ARQUEOLÓGICO CANAÃ	23
1.1 Localização	24
1.2 Antecedentes da pesquisa no sítio.....	28
1.3 Contexto ambiental geral	33
1.3.1 Geologia	34
1.3.2 Geomorfologia	35
1.3.3 Hidrografia	36
1.3.4 Vegetação	36
1.4 Acervo.....	37
1.4.1 Material cerâmico.....	38
1.4.2 Material lítico.....	39
1.4.3 Material faunístico.....	41
2 REFERENCIAL TEÓRICO	46
2.1 Concepções sobre o tempo e aportes teóricos para a construção de uma história de longa duração.....	46
2.2 História indígena de longa duração.....	56
3 CONTEXTUALIZAÇÃO ARQUEOLÓGICA, ETNO-HISTÓRICA E ETNOGRÁFICA.....	63
3.1 Ocupação pré-colonial: os sítios arqueológicos de Tradição Aratu	63
3.2 Ocupação indígena no período de contato e colonial: o território Kamakã	73
3.2.1 Aspectos culturais dos Kamakã do Vale do Rio Colônia	80
3.2.1.1 Língua Kamakã	90
3.2.1.2 Mitologia Kamakã	95
3.2.2 O Aldeamento Barra do Salgado	98
3.3 Ocupação indígena contemporânea	104
3.3.1 Terra Indígena Tupinambá de Olivença	105
3.3.2 Terra Indígena Caramuru-Paraguaçu	108
3.3.3 A persistência de práticas indígenas em Itapé – BA	113

4	CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES ACERCA DA PRESENÇA DO GRAFITE EM CERÂMICAS ARQUEOLÓGICAS E SUAS IMPLICAÇÕES	116
4.1	Propriedades mineralógicas e físicas do grafite	116
4.2	Localização das jazidas e aspectos geológicos	118
4.3	Utilização do grafite na cerâmica	124
4.3.1	Escolha técnica das oleiras para melhor desempenho/performance nos vasilhames	129
5	ASPECTOS METODOLÓGICOS DE ANÁLISE E CLASSIFICAÇÃO DA TECNOLOGIA CERÂMICA	135
5.1	Perfil cerâmico	137
5.1.1	Procedimentos para o estabelecimento do perfil cerâmico	138
5.1.2	Atributos e parâmetros de análise.....	142
5.2	Datação absoluta	143
5.3	Análise da composição química.....	144
6	RESULTADOS	146
6.1	Perfil cerâmico	146
6.1.1	Análise e classificação: segregação em unidades	146
6.1.2	Restauração	159
6.1.3	Análise microscópica	160
6.1.4	Reconstituição hipotética dos vasilhames.....	162
6.2	Datação por TL	166
6.3	Análise por espectrometria Fluorescência de Raios-X	168
6.4	Discussão	170
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	179
	REFERÊNCIAS	181
	ANEXO	194

APRESENTAÇÃO

Entre 2016 e 2017 trabalhei no licenciamento ambiental de minerações de grafite na região do Extremo Sul da Bahia. Acompanhei geólogos em campo na observação dos veios dos depósitos de grafite da Província Gráfica Bahia-Minas que afloravam em superfície, oportunidade em que me foram demonstradas as formas como aquele mineral se apresentava na natureza. Conheci a indústria de beneficiamento de grafite e os processos de beneficiamento que o mineral passava até estar pronto para comercialização. Nesta empreitada, mergulhei na literatura sobre grafite e sobre a mineração do mesmo para redigir um estudo ambiental, coisa inédita para mim, uma arqueóloga. Naquela época, a mídia regional noticiava as descobertas em Eunápolis como “a maior jazida de grafite já encontrada”. De fato, eram extensos depósitos que hoje eu sei serem de boa qualidade para a indústria devido ao alto teor de carbono.

Esta experiência me proporcionou um conhecimento valioso e que eu não sabia que o utilizaria até ver os fragmentos de cerâmica do sítio Canaã quando fomos realizar a curadoria do material após as escavações. Quando vi o primeiro fragmento de cerâmica soube imediatamente que se tratava de uma cerâmica grafitada e que aquele poderia ser um sítio da Tradição Aratu, baseada no que eu conhecia da literatura arqueológica. Naquele momento, após análise preliminar, contabilizou-se a presença de grafite em apenas 10% do acervo. Dois anos depois, por ocasião desta pesquisa, pude constatar que o grafite estava presente em um percentual muito mais significativo do material cerâmico, de modo que o conhecimento adquirido preliminarmente me possibilitou construir uma análise acurada, mais tarde complementada pela análise da composição das cerâmicas, e assim compreender de forma mais clara a importância desse recurso para os povos que habitaram a região.

Por fim, abrindo um breve parêntese, gostaria de explicar que eu fui uma das coordenadoras do salvamento e monitoramento da Barragem do Rio Colônia onde o sítio Canaã foi identificado e embora eu sempre referencie ao longo do texto os relatórios com o nome da empresa consultora e o nome do empreendedor, os relatórios citados são também de minha autoria, de modo que sou corresponsável pelas metodologias adotadas e resultados obtidos em campo.

INTRODUÇÃO

O tempo é uma dimensão fundamental em Arqueologia (BICHO, 2012). A concepção agostiniana¹ compreende o tempo enquanto uma composição de passado, existente através de lembranças e da memória, presente, que envolve a percepção imediata do que acontece, e futuro, isto é, a expectativa do que está por vir. Nessa perspectiva, o tempo seria uma dimensão subjetiva, uma vez que não há apreensão ontológica deste (CARNEIRO, 2004).

A compreensão de Santo Agostinho sobre o tempo se constitui enquanto uma solução fundamentalmente idealista para as indagações existentes sobre o tema desde Aristóteles. O postulado agostiniano que dispõe sobre “a existência de tempos diferentes como objetos de contemplação simultânea” (BLACKBURN, 1997, p.377) teve influência em vários outros teóricos, chegando até Immanuel Kant.

A percepção temporal pode ser entendida em uma perspectiva diacrônica ou sincrônica. Os estudos arqueológicos, tal como na História, por natureza são pautados em uma abordagem diacrônica, uma vez que os fenômenos são observados quanto a sua evolução no tempo. A diacronia, intrínseca à pesquisa arqueológica presume a existência do registro arqueológico ao longo do tempo, contrastando com “a natureza dos acontecimentos (instantâneos) e mesmo com a dos objetos” (*Ibid.*, p.98).

Além da compreensão do tempo sob a ótica de Santo Agostinho, que talvez seja a que esteja mais arraigada na ontologia ocidental moderna, a dimensão temporal foi entendida também de outras formas nas ciências humanas e sociais, como por exemplo, na história e na etnologia.

O eminente historiador francês Fernand Braudel compreendeu que o tempo está presente nas estruturas compostas por ciclos de curta, média e longa duração. Para Braudel, o elemento mais importante da pesquisa são as durações, ou seja, as imbricações temporais que toda pesquisa permite (CRACCO, 2009). A orientação do tempo numa perspectiva braudeliana, parte do pressuposto de uma história problema, ou seja, parte de questionamentos do presente para conhecer o passado (*Ibid.*).

¹ Santo Agostinho de Hipona viveu entre 354 e 430 d.C. Foi um grande filósofo e teólogo cristão. Sua filosofia sempre primou pela sua teologia, embora seja composta por importantes análises éticas e metafísicas, sobretudo em relação ao tempo e ao livre-arbítrio (CARNEIRO, 2004; BLACKBURN, 1997).

Lévi-Strauss, por sua vez, assim como grande parte dos antropólogos sociais, não esteve orientado pela diacronia, já que para um antropólogo, existem vários tempos diferentes que podem coexistir numa mesma pesquisa. Em suas pesquisas, esteve pautado no estudo do parentesco e do mito, e sob os auspícios do estruturalismo europeu, entendeu o tempo como sendo composto por apenas duas categorias: os modelos “mecânicos e “estatísticos”. Nos modelos mecânicos Lévi-Strauss, refere-se a tempos reversíveis, não-cumulativos e objeto da etnologia; por sua vez, o tempo “estatístico”, que não é reversível, comporta uma orientação determinada, sendo, portanto, objeto da história (*Ibid.*).

Todavia, tanto para Braudel como para Lévi-Strauss, o tempo tem uma função fundamental para as ciências do homem. A divergência entre os autores reside no fato de que enquanto para Braudel a busca por reconstruir o que não está mais ao alcance só pode ser feita através de vestígios, documentos e monumentos, através de “uma história problema, que parte de questionamentos do presente para conhecer o passado” (CRACCO, 2009, p. 104), para Lévi-Strauss, o passado facilita a compreensão do presente. No entanto, a ênfase do antropólogo recai sobre o “movimento no sentido de um passado em direção ao presente” (*Ibid.*, p.104), de forma que sua compreensão não é voltada para a história, mas sim para o agora.

Cabe à Arqueologia investigar “a emergência, a manutenção e a transformação dos sistemas socioculturais através dos tempos, por meio da cultura material, por eles produzida” (LIMA, 2011, p.12). Os estudos arqueológicos primam, portanto, pela explicação da mudança nos aspectos culturais dos grupos humanos a partir de três variáveis: forma, espaço e tempo. Essas dimensões se inter-relacionam e estruturam a vida em sociedade (*Ibid.*). Nesse sentido, o conceito da *longue durée* desenvolvido por Braudel se torna fundamental nos estudos arqueológicos que buscam compreender os processos de mudanças ou permanências no registro arqueológico ao longo do tempo, como a possibilidade de construção de uma história indígena de longa duração. Essa empreitada busca romper com a dicotomia entre pré-história e história, construindo assim uma arqueologia menos colonizadora² e que reconheça a existência de uma continuidade entre os grupos indígenas contemporâneos e os remanescentes materiais que designamos de registro arqueológico.

² Tentativa de superar práticas arqueológicas que separam a história dos grupos indígenas contemporâneos daquilo que chamamos de “registro arqueológico” (GNECCO, 2009).

Somente a partir de uma visão diacrônica desse mesmo registro arqueológico, e das demais fontes que com ele dialogam, é possível o desenvolvimento de uma autêntica análise da longa duração, que neste caso pretende acompanhar e entender a linearidade e as rupturas do processo histórico em que consiste a existência das populações nativas. Nesse ponto, observa-se que a Arqueologia abrange uma profundidade maior do que a História no que diz respeito ao estudo da longa duração, além disso, as evidências estudadas pela primeira apresentam um caráter mais democrático em relação a segunda (SANJUÁN, 2005). Isso se dá devido à própria natureza dos objetos de pesquisa dessas disciplinas. Como considera Sanjuán (2005), ao ponderar que a escrita foi utilizada entre os grupos humanos como instrumento de poder e de controle social por Estados e classes dominantes durante séculos. Em relação aos resíduos e depósitos materiais estudados pelos arqueólogos, o autor considera que o registro arqueológico abrange todas as classes sociais e etnias ao longo do passado, sem exceção.

Se os humildes e os deserdados que têm povoado a Terra durante milhares de anos de silenciosa opressão chegam a ter alguma vez uma voz que testemunhe sua existência, essa voz será sem dúvida da Arqueologia (*Ibid*, p. 17).

O caráter mais democrático das evidências estudadas pela Arqueologia em relação às evidências da História reside na materialidade, objeto de pesquisa exclusivo dos arqueólogos e que agrega fragmentos vestigiais sem distinção de classe ou etnia dos grupos pretéritos³. No entanto, é inquestionável que ambas as disciplinas são complementares, sobretudo na abordagem utilizada nesta pesquisa.

Uma vez que a arqueologia se dedica a entender a emergência, permanência e mudança cultural em meio às relações sociais, a sua principal ferramenta de interlocução é o estudo da cultura material, já que não há mais acesso aos atores

³ Embora a afirmação de Sanjuán (2005) apresente um discurso otimista sobre as fontes arqueológicas, devemos estar cientes de que elas apresentam apenas um potencial democrático. Além disso, os discursos arqueológicos são permeados por questões sociais e/ou políticas, estando de maneira evidente, principalmente, nos últimos anos com a emergência de outras abordagens em Arqueologia que seguem o desenrolar das discussões proporcionadas, sobretudo, pela Pós-Colonialidade. Para Zarankin e Salerno (2007), o desenvolvimento de abordagens pós-coloniais aumentou o número de trabalhos arqueológicos interessados em estudar as minorias “sem história” na América do Sul, ou seja, aqueles grupos étnicos, de idade e gênero que permaneceram invisíveis frente à história oficial. Assim, movimentos como a Arqueologia Social Latino-Americana, a crítica pós-colonial, a virada ontológica, a Arqueologia Indígena e a Arqueologia Feminista e de Gênero, impulsionados por outros campos do saber, têm reiterado o caráter social e político da Arqueologia na busca pela descolonização e priorização de determinados segmentos sociais.

sociais que as protagonizaram. No caso de uma investigação sobre o período que os arqueólogos denominam pré-histórico ou pré-colonial, a cultura material muitas vezes é a única forma de acesso ao passado distante, já que na proporção que se recua no tempo e dada a ausência de fontes escritas, os testemunhos materiais se tornam a única fonte de informações.

A materialidade do período anterior à escrita geralmente é composta por artefatos líticos, cerâmicos, ósseos e de conchas, que possuem maior durabilidade do que materiais perecíveis como o couro, madeira e fibras. Os artefatos produzidos com tais matérias-primas são muito raros na maioria dos contextos arqueológicos (COSTA & LIMA, 2019). Embora os artefatos líticos tenham aparecido primeiramente entre as sociedades ágrafas, a cerâmica se constitui como o mais comum dos materiais arqueológicos, sendo abundante nos sítios que foram ocupados por grupos que dominavam a sua técnica de fabricação.

A cerâmica é constituída essencialmente pela junção de argila, e água, e transformada pela ação do fogo, muitas vezes é ainda adicionada de outras partículas conhecidas como tempero, aditivo ou antiplástico, que, grosso modo, possibilitam uma maior resistência ao objeto. Muitos autores a veem como uma importante inovação dentro dos sistemas culturais, utilizando-se do seu advento como marco divisor entre esquemas cronológicos e evolutivos (CHILDE, 1966). A cerâmica ocupou um importante lugar no cotidiano dos grupos pré-coloniais e como pontuou Rice (2005), trata-se do primeiro material sintético criado pelos seres humanos. Utensílios cerâmicos têm desempenhado funções ligadas a esfera do cotidiano, como o cozimento e armazenamento, mas também estiveram inseridos no universo simbólico dos grupos sociais, que, muitas vezes, fizeram de grandes urnas a última morada dos seus familiares e entes queridos. Também serviram de suporte para pinturas e decorações plásticas que têm sido utilizadas pelos arqueólogos como um importante delimitador cultural.

Prudence Rice (2005) pontua que grande parte dos estudos sobre cerâmica tem sido pautada em abordagens classificatórias, análises decorativas e estudos de composição. Cada um desses temas pode dar contribuições essenciais para a compreensão das sociedades que produziram e utilizaram a cerâmica, porém o seu desenvolvimento deve estar conectado com uma finalidade ou problema específico. Para atender a perspectiva tecnológica, atualmente em evidência, o estudo da

cerâmica deve primar pela investigação do método de fabricação, coleta de matérias-primas, e usos desse tipo de cultura material. Desenvolve-se por meio de técnicas arqueométricas como a difratometria de raios x (RODRIGUES, 2011), fluorescência de raios X por dispersão de energia (BONA *et al*, 2007), análise por ativação com nêutrons (RIBEIRO, 2013), entre outras. A reprodução das cadeias operatórias de produção cerâmica nos permite ir além das análises descritivas, que pouco revelam sobre o comportamento humano. Pode demonstrar, junto aos contextos arqueológicos, uma percepção histórica, processual, capaz de indicar as etapas relacionadas a produção, uso e descarte da cerâmica, bem como suas conexões com a dimensão da natureza, através do mapeamento das fontes de matéria-prima, e com a cultura através da compreensão dos diferentes usos e transformações impostas a matéria.

Orton *et al* (1997), por sua vez, consideram que o estudo da cerâmica está pautado em três tipos de informações que os artefatos dessa classe podem proporcionar: cronologia, distribuição espacial e propósito funcional. Os recipientes cerâmicos variam ao longo do tempo e do espaço, de modo que o seu estudo, e dos fragmentos comumente encontrados nos sítios arqueológicos, possibilita a obtenção de cronologias para as sociedades que os fizeram e consumiram. Essas variações são expostas nas formas, nas pastas, nas tecnologias e nas decorações dos fragmentos, cujas modificações foram ditadas pelos critérios de consumo de uma determinada época. As datas podem ser relativas, obtidas principalmente através de seriação, ou absolutas, obtidas a partir de métodos de datação, como a Termoluminescência (TL). Também a sua distribuição no espaço, locais de produção, redes de distribuição ou comércio, e até mesmo os locais de captação das matérias-primas para a confecção dos vasilhames, com o auxílio dos já mencionados métodos arqueométricos, podem ser verificados ou perseguidos. Por fim, o estudo das formas e das características físicas dos recipientes, permite compreender aspectos funcionais dos mesmos, cujas categorias principais incluem armazenamento, manipulação e traslado (ORTON *et al*, 1997). A percepção integrada desse conjunto de informações acerca de momento, lugar e propósito envolvidos na produção cerâmica permite identificar o seu potencial enquanto fonte de informação sobre o modo de vida dos grupos que faziam uso dessa tecnologia no passado.

O potencial da tecnologia cerâmica em fornecer informações sobre os grupos pretéritos pode ser ampliado na medida em que é possível compreender melhor os processos de continuidade e mudança através dos vasilhames, seus fragmentos, e demais objetos fabricados com essa tecnologia. No Brasil, desde a década de 1980, vários estudos vêm tentando mapear a dispersão das populações Tupi através das semelhanças entre conjuntos cerâmicos, sobretudo nas suas decorações, de modo que o papel da cerâmica se torna fulcral nesse processo (BROCHADO, 1984, 1989; NOELLI, 1993, 1999-2000, 2004; CORRÊA, 2013, 2014). Esses estudos têm indicado que as categorias estudadas pelos arqueólogos, sobretudo aquelas relacionadas a uma pré-história relativamente mais recente, devem dialogar com as fontes que tradicionalmente são utilizadas na construção histórica, e, mais do que isso, buscar conexões com períodos historicamente documentados, entendendo para isso que uma das funções da arqueologia seria trabalhar para a construção de uma história indígena (NEVES, 1999, p.320).

Assim como as pesquisas supracitadas, este trabalho está voltado para o estudo de uma história indígena de longa duração no Vale do Rio Colônia, no sul da Bahia. A pesquisa incorpora fontes arqueológicas para o estudo do período pré-colonial, pautando-se, sobretudo no sítio Canaã, localizado no município de Itapé-BA. Por outro lado, também utiliza como referência outros sítios arqueológicos que podem ter sido ocupados simultaneamente ou compartilhado características culturais e sociais, como o sítio Água Vermelha, haja vista a sua importância no contexto local de sítios arqueológicos vinculados a Tradição Aratu. Faz uso ainda de fontes etnohistóricas para o estudo de aspectos culturais da etnia Kamakã que habitava a área de pesquisa no período do contato e colonial, de modo que integra dados relativos ao processo de aldeamento que esses indígenas sofreram. Ademais, congrega fontes etnográficas que dispõem sobre a existência de grupos indígenas (incluindo a etnia Kamakã), atualmente vivendo em uma reserva – a Terra Indígena Caramuru Paraguaçu –, e sobre a persistência de práticas indígenas no município de Itapé-BA.

A partir do detalhamento do cenário delineado e fazendo uso do referencial teórico-metodológico empregado, serão esboçadas as possibilidades de análise, discussão e interpretação do arcabouço reunido a partir dos dados arqueológicos, etnohistóricos e etnográficos.

Objetiva-se, portanto, explorar as possibilidades de construção de uma história de longa duração a partir do estudo de caso do sítio Canaã, em conexão com o quadro regional e contextual no qual este está inserido. Dessa forma, os objetivos específicos que integram a pesquisa são: evidenciar formas e possíveis funções dos objetos cerâmicos a partir do estudo do perfil cerâmico e restauração dos fragmentos cerâmicos que compõem o acervo do sítio Canaã; obter uma cronologia para o material cerâmico mediante a realização de datação absoluta de amostras de cerâmica através do método de termoluminescência (TL); e estabelecer um diálogo entre as fontes etnohistóricas, etnográficas e arqueológicas, buscando nos relatos de cronistas informações que possam subsidiar a análise e interpretação dos dados obtidos pela análise da cultura material, principalmente com relação a homogeneidade/diversidade de povos existentes na região e possíveis relações com povos vizinhos.

Dessa forma, a metodologia empregada nesta pesquisa consiste em: levantamento de fontes etno-históricas e etnográficas; realização de análise de composição dos fragmentos cerâmicos; estabelecimento do perfil cerâmico e realização de datação absoluta.

O entendimento de que existe um “*continuum* histórico entre o passado recuado e a realidade atual” (CORRÊA, 2014, p.94), isto é, um processo de longa duração na história indígena do Vale do Rio Colônia, parte também da definição do conceito de *permanência*. A permanência de uma determinada coisa ao longo do tempo está ligada à presença desta coisa “em mais do que um momento temporal” (BLACKBURN, 1997, p.295). Inversamente, a *persistência* diz respeito à existência de uma determinada coisa “ao longo do tempo assumindo partes temporais diferentes, ou estágios, em tempos diferentes, ainda que nenhuma dessas partes esteja completamente presente em mais do que um tempo” (*Ibid.*, p.295).

Dada a natureza da pesquisa, a materialidade identificada no sítio Canaã se constitui enquanto documento para atestar a presença indígena na região do Vale do Rio Colônia desde o período pré-colonial, bem como para discutir a permanência e/ou persistência das populações que ocuparam a região.

A presença indígena no Vale do Rio Colônia perpassa o período pré-colonial, de contato, colonial e persiste até a contemporaneidade, conforme será detalhado a seguir. Trata-se, portanto, de um cenário propício para a discussão sobre a

possibilidade de construção de uma história indígena de longa duração na região estudada. A problemática da pesquisa reside, portanto, na possibilidade de construir uma história indígena do Vale do Rio Colônia através do diálogo entre diferentes campos do saber, tais como a Arqueologia – por meio do estudo da cultura material identificada no sítio Canaã, principalmente a tecnologia cerâmica –, a História, a Etno-História e a Etnografia, buscando explorar os pontos fortes de cada uma dessas áreas do conhecimento e tendo ciência de que a história dos indígenas locais envolve narrativas sobre o passado e o presente.

1. OBJETO DE ESTUDO: O SÍTIO ARQUEOLÓGICO CANAÃ

O Estado da Bahia se caracteriza como detentor de uma rica diversidade cultural, oriunda da mescla de povos indígenas, africanos e afro-descendentes, e europeus. Foi na costa do sul baiano que os contatos culturais entre os grupos indígenas e os portugueses teve início. Salvador foi a primeira capital do país e palco de muitos processos sociais e culturais que se desenvolveram ao longo do período colonial, imperial e republicano.

Em terras baianas, a Arqueologia científica teve início entre as décadas de 1960 e 1970⁴, com os trabalhos de Valentin Calderón de La Vara, um arqueólogo espanhol radicado na Bahia, que entrou para os anais da arqueologia brasileira mediante suas pesquisas desenvolvidas principalmente naquele Estado, e especialmente durante a vigência do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – PRONAPA.

Além das pesquisas no norte do Estado, como o Projeto Sobradinho de Salvamento Arqueológico, Valentin Calderón estudou sambaquis no Recôncavo e grafismos rupestres. Partindo de pressupostos do estruturalismo europeu, o arqueólogo espanhol segregava os grafismos em pictografias e petroglifos, realistas e simbolistas (CALDERÓN, 1967; 1969a).

Depois das pesquisas de Calderón, nas décadas de 1960 e 1970, a Universidade Federal da Bahia – UFBA e o Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE/UFBA começaram a desenvolver pesquisas arqueológicas, como parte das atividades do Departamento de Antropologia dessa mesma instituição.

Na década de 1990 ocorreu o Programa de Mapeamento de Sítios Arqueológicos do Litoral Sul e no Recôncavo Baiano, que proporcionou uma visão importante sobre os grupos pré-coloniais, os primeiros momentos do contato europeu e as primeiras ocupações colonas (ETCHEVARNE, 2000). Nesse cenário quem se destacou foi o professor Carlos Etchevarne que mais tarde apoiado por pesquisadores como Fabiana Comerlato (2007), Carlos Costa (2005; 2012), Alvandyr Bezerra (*et al* 2011), Luydy Fernandes (2003; 2017) entre outros, concretizaram e vêm

⁴ Muito embora anteriormente a isso, o alemão Carlos Ott tenha desenvolvido trabalhos no Estado e sua publicação *Pré-história da Bahia* de 1958, de cunho científico, apresenta informações e ilustrações de materiais arqueológicos da Bahia (MARTIN, 2008).

desenvolvendo trabalhos em todo Estado, do litoral ao sertão, em sítios com arte parietal, sítios lito-cerâmicos, sambaquis e sítios históricos.

Hoje o panorama da pesquisa arqueológica no Estado da Bahia, na visão de Etchevarne (2011), se conforma de maneira limitada, haja vista que os estudos arqueológicos têm, nos últimos tempos, se restringido a projetos atrelados ao processo de licenciamento ambiental. Por outro lado, essa tem se tornado “uma alternativa para o reconhecimento do potencial arqueológico de algumas áreas” (ETCHEVARNE, 2011, p. 13).

No sul do Estado, as pesquisas arqueológicas ainda são poucas e se concentram na faixa litorânea, geralmente nos locais que apresentam testemunhos do início da colonização lusitana, como, por exemplo, no município de Ilhéus. A região do sul-baiano, mais especificamente a microrregião de Ilhéus-Itabuna, apresenta testemunhos arqueológicos com informações sobre os grupos indígenas que ali habitaram antes da colonização, bem como registra momentos específicos do período histórico do contato com o colonizador, e também, posterior a ele, sobretudo, da época açucareira da Capitania de São Jorge dos Ilhéus.

Adentrando um pouco o território do litoral sul-baiano é possível chegar ao Vale do Rio Colônia, onde as pesquisas arqueológicas realizadas durante a execução de empreendimentos públicos e privados⁵ permitiram compreender parcialmente os contextos de ocupações humanas pretéritas locais, principalmente os contextos pré-coloniais. O sítio Canaã integra esse contexto de pesquisas arqueológicas no Vale do Rio Colônia. Nos tópicos seguintes são apresentados dados relativos à localização, antecedentes da pesquisa no sítio, contexto ambiental e acervo do referido sítio.

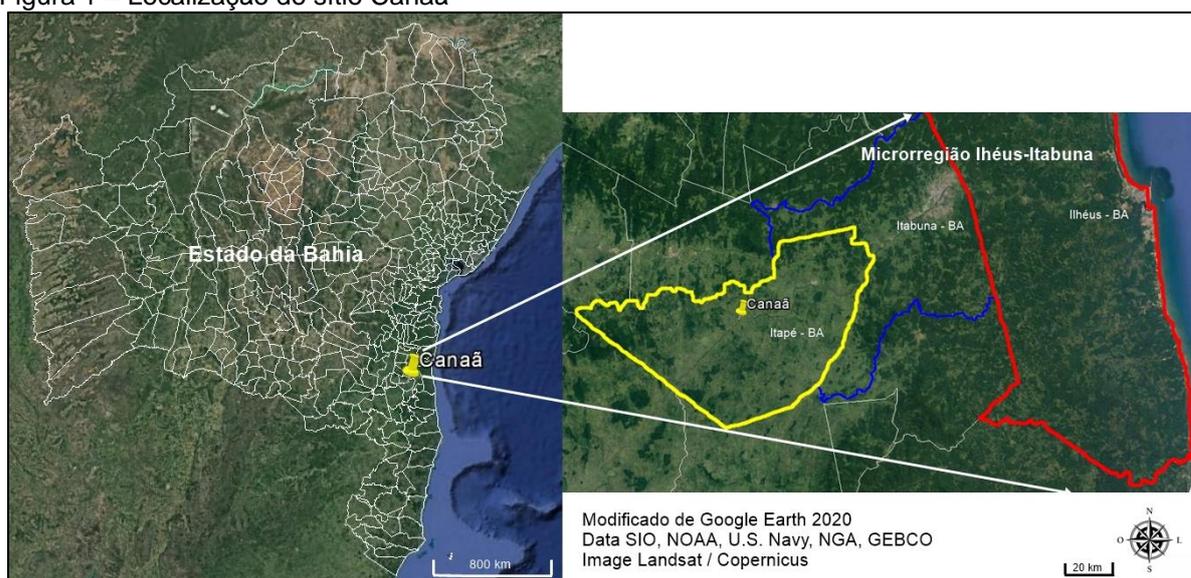
1.1 Localização

O sítio arqueológico Canaã está localizado no município de Itapé, região sul da Bahia, microrregião de Ilhéus-Itabuna, no Vale do Rio Colônia. Estava situado em média vertente, a princípio na margem esquerda do Rio Colônia, no entanto,

⁵ A Barragem do Rio Colônia foi um empreendimento de caráter prioritário do Governo do Estado da Bahia para o abastecimento da cidade de Itabuna – BA. Quando a obra passou a ser de responsabilidade da Empresa Baiana de Água e Saneamento – EMBASA, o salvamento e o monitoramento arqueológicos foram realizados pela empresa Floram Engenharia e Meio Ambiente, coordenados pelos arqueólogos Valdeci dos Santos Júnior e Morgana Cavalcante Ribeiro (Processo IPHAN-BA N° 01502.000867/2017-23).

atualmente a área do sítio tornou-se uma pequena ilha devido ao alagamento da área de entorno por conta da construção da Barragem do Rio Colônia, cujo fechamento das comportas aconteceu em 2018. Durante o resgate o sítio apresentou em seu contexto evidências de ocupações de cronologia pré-colonial, com a presença de material cerâmico, lítico, ósseo e malacológico. A Figura 1 apresenta a localização do sítio Canaã e a Figura 2 apresenta uma vista geral do mesmo.

Figura 1 – Localização do sítio Canaã



Fonte: Modificado de Google Earth, 2020.

Figura 2 – Vista geral do sítio Canaã



Fonte: Floram/Embasa, 2017.

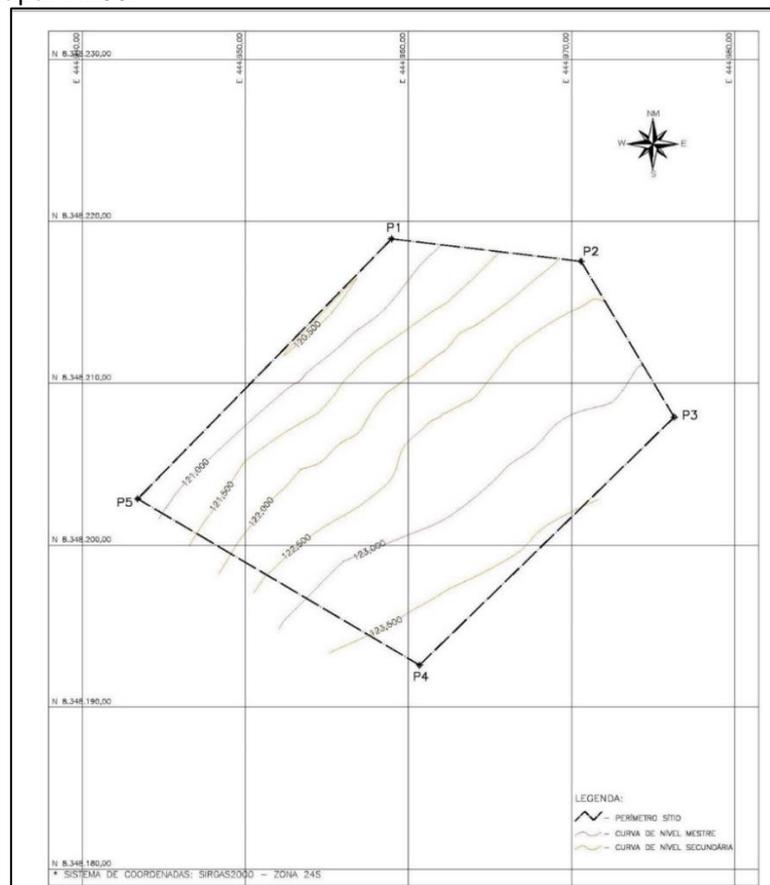
A área do sítio foi delimitada durante os trabalhos de licenciamento de acordo com a dispersão da cultura material em superfície, de forma que o polígono demarcado apresentou uma área de 488,85 m². Os vértices definidos para o sítio estão disponíveis no Quadro 1 e na Figura 3.

Quadro 1 – Coordenadas geográficas do polígono delimitado para o sítio Canaã

VÉRTICE	COORDENADAS	
	X	Y
V1	444.958,96	8.348.218,92
V2	444.970,58	8.348.217,53
V3	444.976,28	8.348.207,91
V4	444.960,68	8.348.192,60
V5	444.943,41	8.348.202,87

Fonte: Floram/Embasa, 2018.

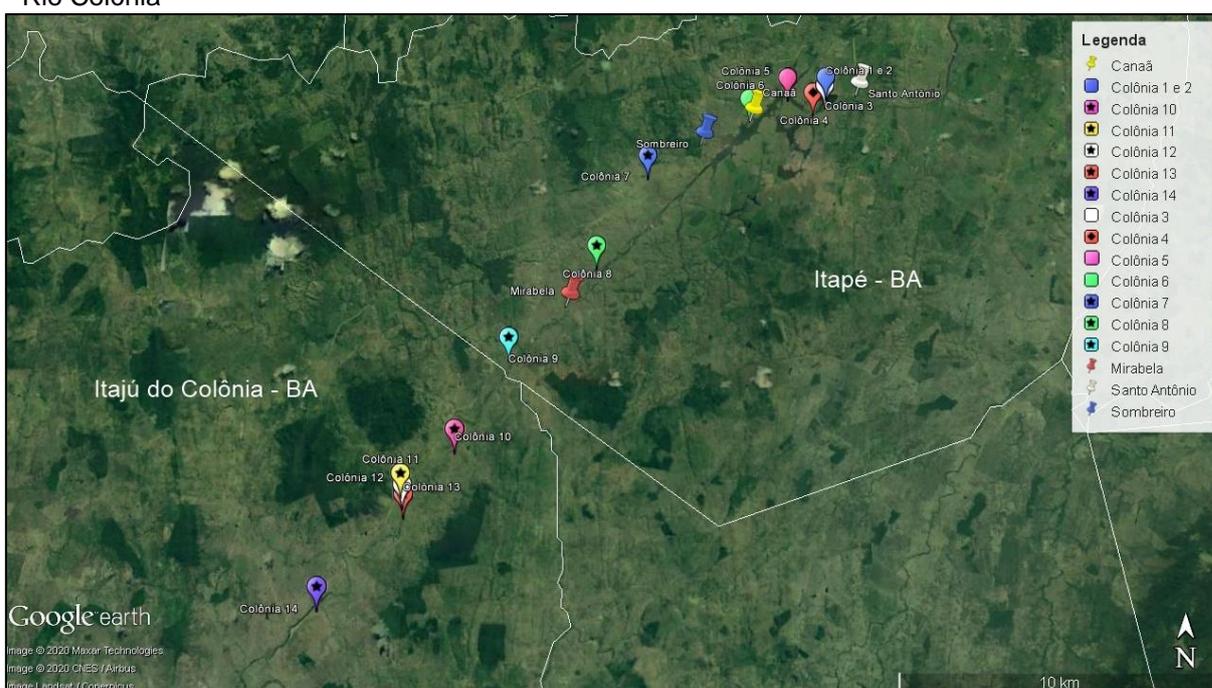
Figura 3 – Planta baixa com as curvas de nível do sítio Canaã. Município de Itapé – BA. Área: 488,85 m². Escala do mapa: 1:250.



Fonte: Floram/Embasa, 2018 (modificado pela autora).

A localização do sítio Canaã, bem como do acervo gerado, permite integrá-lo ao contexto de ocupação pré-colonial que foi identificada na região, a partir da localização de vários sítios lito-cerâmicos durante os levantamentos arqueológicos realizados para a construção da Barragem do Rio Colônia. A Figura 4 apresenta um mapa com a distribuição de todos os sítios arqueológicos que foram identificados e resgatados ao longo da bacia hidráulica da Barragem do Rio Colônia e no Quadro 2 há uma síntese com informações referentes ao nome, cronologia, área e cultura material identificada em cada sítio arqueológico da área.

Figura 4 – Localização dos sítios arqueológicos identificados e resgatados ao longo da Barragem do Rio Colônia



Fonte: Google Earth, 2020.

Quadro 2 – Caracterização dos sítios arqueológicos da área da Barragem do Rio Colônia

SÍTIO ARQUEOLÓGICO	CRONOLOGIA	ÁREA (m²)	CULTURA MATERIAL IDENTIFICADA
Colônia I	Multicomponencial	4.372,84	Vidro, cerâmica, material construtivo (telha/tijolo)
Colônia II	Multicomponencial		Cerâmica, material construtivo (telha/tijolo)
Colônia III	Histórico	592,17	Louça ⁶ , cerâmica, metal, vidro, material construtivo (telha/tijolo)
Colônia IV	Histórico	577,27	Metal, vidro
Colônia V	Histórico	109,93	Material construtivo (telha/tijolo)

⁶ Considerou-se nos estudos arqueológicos da Barragem do Rio Colônia a classe “louça” para designar todos os fragmentos porosos e esmaltados de cerâmica, tais como a faiança e a faiança fina.

Quadro 2 – Caracterização dos sítios arqueológicos da área da Barragem do Rio Colônia

SÍTIO ARQUEOLÓGICO	CRONOLOGIA	ÁREA (m²)	CULTURA MATERIAL IDENTIFICADA
Colônia VI	Histórico	118,30	Louça, cerâmica, material construtivo (telha/tijolo), vidro
Colônia VII	Histórico	45.686,10	Louça, cerâmica, metal, vidro, material construtivo (telha/tijolo)
Colônia VIII	Histórico	1.450,51	Louça, cerâmica, metal, material construtivo (telha/tijolo), vidro
Colônia IX	Histórico	584,43	Material construtivo (telha/tijolo)
Colônia X	Pré-colonial	236,42	Lítico, metal ⁷
Colônia XI	Pré-colonial	1.739,34	Louça, cerâmica, lítico
Colônia XII	Multicomponencial	1.811,17	Louça, cerâmica, lítico, material construtivo (telha/tijolo), vidro
Colônia XIII	Multicomponencial	1.937,72	Cerâmica, lítico, material construtivo (telha/tijolo), vidro
Colônia XIV	Histórico	81,77	Louça, cerâmica, material construtivo (telha/tijolo)
Santo Antônio	Multicomponencial	591,72	Cerâmica, lítico, material construtivo (telha/tijolo), louça e vidro
Sombreiro	Pré-colonial	565,26	Cerâmica e lítico
Mirabela	Pré-colonial	386,09	Cerâmica e lítico
Canaã	Multicomponencial	488,85	Material ósseo, malacológico, cerâmica, lítico, material construtivo (telha/tijolo), louça e vidro

Fonte: Adaptado de Floram/Embasa, 2017b e Floram/Embasa, 2018.

No item a seguir, apresenta-se o contexto de identificação do sítio Canaã e os antecedentes da pesquisa arqueológica ali realizada.

1.2 Antecedentes da pesquisa no sítio

O sítio Canaã foi identificado em uma área de retirada de adubo durante o monitoramento arqueológico das obras da Barragem do Rio Colônia, no mês de setembro de 2017. O adubo era utilizado no viveiro da Barragem onde acontecia a preparação para o reflorestamento das áreas degradadas. Alguns fragmentos de artefatos já haviam sido levados juntamente com o adubo e foram identificados na área de descarte do sedimento peneirado no viveiro.

⁷ Trata-se de um grampo de cerca que foi identificado na sondagem A1, na primeira decapagem. A presença de um material intrusivo em um contexto pré-colonial se deve provavelmente ao contexto ambiental do sítio Colônia X que é acometido periodicamente com as cheias e demais fatores de erosão fluvial do Rio Colônia (FLORAM/EMBASA, 2017b).

Durante as escavações realizadas no sítio foram identificados material vítreo, material construtivo (telha/tijolo) e louça. É possível, portanto, descrever o sítio Canaã como multicomponencial, levando em consideração a proximidade do sítio histórico Colônia VI (menos de oito metros), que já tinha sido resgatado, além da presença de duas residências (pouco mais de doze metros) que foram desocupadas e demolidas por ocasião da construção da Barragem do Rio Colônia, e que podem ter influenciado na sua composição (FLORAM/EMBASA, 2018).

Apresenta-se a seguir quais foram os métodos e técnicas arqueológicas empregados e resultados obtidos durante a pesquisa de campo realizada no sítio Canaã pela equipe de arqueologia da Floram Engenharia no ano de 2018, bem como os procedimentos laboratoriais adotados no tratamento do acervo.

A pesquisa arqueológica de campo no sítio Canaã ocorreu mediante a execução de um resgate, haja vista a iminência de destruição do mesmo com a inundação da área da bacia hidráulica quando as comportas da Barragem do Rio Colônia fossem fechadas. Foram realizadas intervenções de subsuperfície (sondagens e escavação), além da coleta de artefatos na superfície do terreno do sítio.

Há que se ressaltar que o sítio não foi escavado em sua totalidade. Na escavação (Figura 5, Figura 6 e Figura 7) realizada no sítio Canaã, obedeceu-se ao método Wheeler⁸, de modo que foram escavadas vinte unidades (quadrículas).

⁸ Escavações verticais feitas a partir do quadriculamento do terreno, onde em uma malha são delimitadas quadrículas de 1m².

Figura 5 – Vista da área quadriculada da escavação no sítio Canaã a partir da porção nordeste do sítio



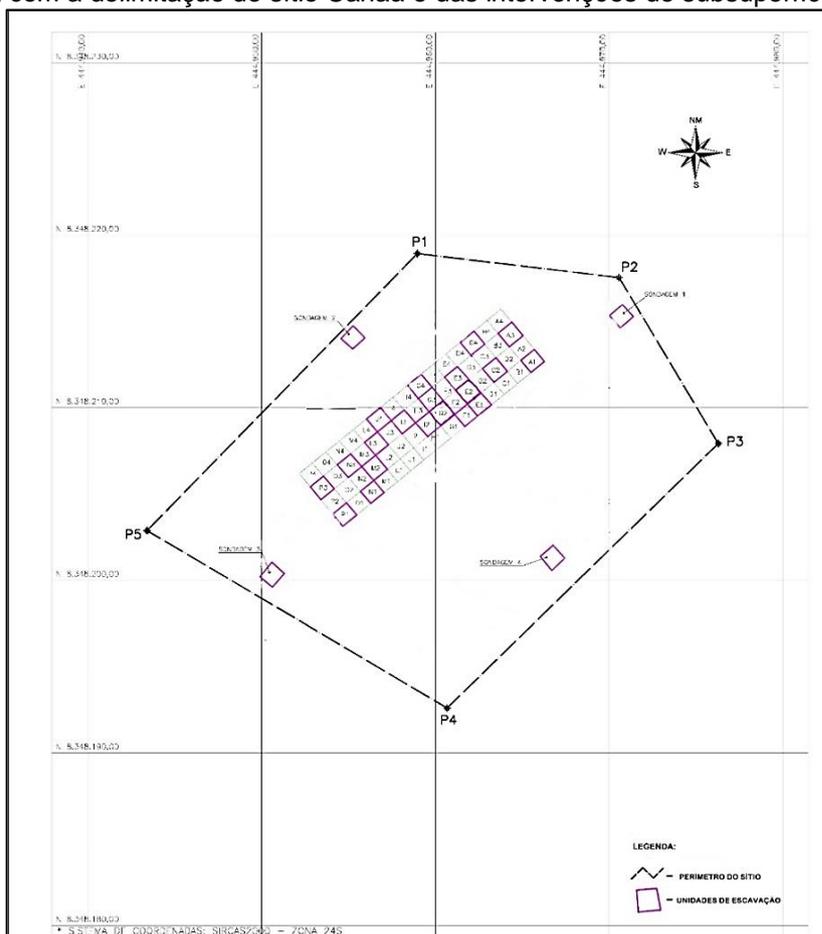
Fonte: Floram/Embasa, 2018.

Figura 6 – Vista da área quadriculada da escavação no sítio Canaã a partir da porção sudoeste do sítio



Fonte: Floram/Embasa, 2018.

Figura 7 - Mapa com a delimitação do sítio Canaã e das intervenções de subsuperfície realizadas.



Fonte: Floram/Embasa, 2018 (modificado pela autora). Escala do mapa: 1:250.

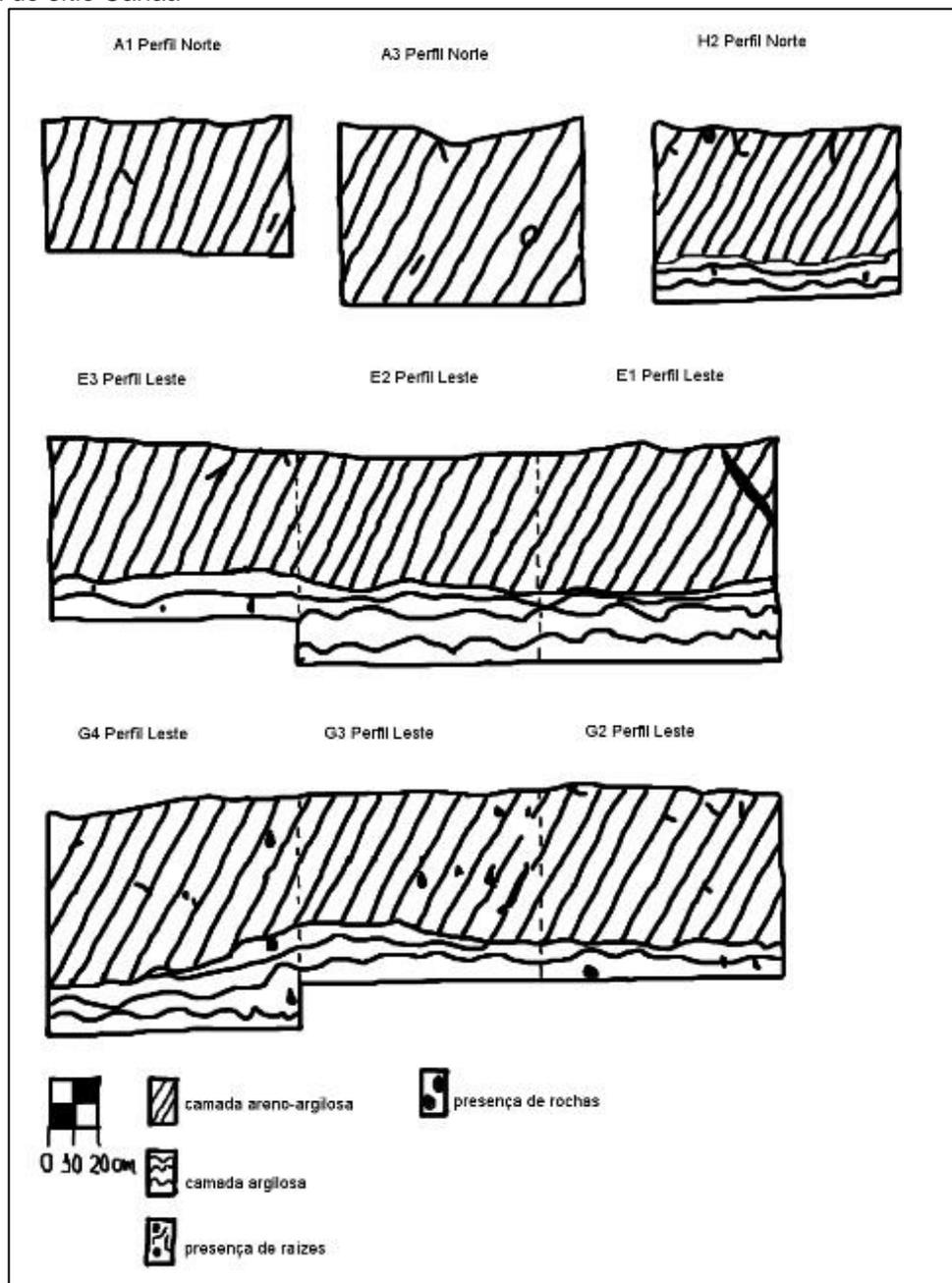
Foram realizadas sondagens nos locais periféricos do sítio, onde julgou-se mais provável a existência de vestígios em subsuperfície. Da mesma forma, optou-se pelos locais que apresentavam o maior agrupamento de materiais arqueológicos em superfície. Deste modo, além da escavação principal, realizaram-se quatro sondagens com dimensões variadas, por meio de decapagens de níveis artificiais de 10 cm⁹, para maior controle da retirada de sedimentos (FLORAM/EMBASA, 2018).

Das sondagens que foram executadas, apenas a Sondagem 4 não apresentou material arqueológico. Nas demais foi evidenciado material cerâmico, geralmente entre a primeira decapagem (0-10 cm) e a quarta decapagem (30-40 cm).

⁹ A equipe que executou o resgate do sítio Canaã optou por realizar decapagens em níveis artificiais devido às circunstâncias de salvamento do sítio que estava na iminência de ser destruído por conta da finalização da obra da Barragem do Rio Colônia, o que incluía o encerramento das atividades de engenharia e o alagamento da área com o fechamento das comportas. Soma-se ao fato de que o sítio sofreu algumas perturbações antes de sua identificação e isolamento, como a retirada de sedimento, considerado adubo pela equipe responsável pelo reflorestamento da área do empreendimento.

Em relação aos aspectos estratigráficos do sítio, foram feitos croquis (Figura 8) juntamente com registros escritos que contemplam dados pertinentes como granulometria e níveis de ocupação observados nos perfis estratigráficos das intervenções de subsuperfície realizadas. Constatou-se que no sítio Canaã prevalece a relação de sobreposição entre os depósitos sedimentares (*ibid.*), não havendo inversões das camadas.

Figura 8 – Desenho técnico de perfis estratigráficos de algumas quadrículas da escavação de superfície ampla do sítio Canaã



Fonte: Floram/Embasa, 2018

A partir das intervenções realizadas no sítio, isto é, na escavação de superfície ampla e nas sondagens, foi possível observar que existe cerâmica desde a superfície até aproximadamente 80 cm de profundidade. Em relação às demais tipologias de artefatos, como material lítico, ósseo e malacológico, observou-se que ocorriam entre 10 cm e 30 cm, conforme os dados disponíveis no relatório de salvamento (*Ibid.*).

O acervo arqueológico do sítio Canaã foi submetido aos procedimentos laboratoriais de triagem, limpeza e tombamento, além de uma análise preliminar dos artefatos, mas que não será considerada nesse trabalho, pois é intuito do mesmo realizar uma análise acurada do acervo obedecendo a parâmetros que serão apresentados adiante.

1.3 Contexto ambiental geral

O empenho na arqueologia em compreender o contexto envolve uma busca para identificar atributos culturais resultantes da relação dos grupos com o ambiente (RENFREW & BAHN, 1998). Há que se considerar, porém, que o ambiente é dinâmico. É importante que o pesquisador tenha como referência essa dinâmica quando analisa artefatos e vestígios arqueológicos e sua relação com o ambiente.

O estudo do ambiente ou do contexto é fundamental para a Arqueologia. Contexto¹⁰ é uma trama espacial e temporal que influencia a cultura. Ele promove caracteres específicos nos artefatos e no conjunto de achados arqueológicos (BUTZER, 1984).

Dada a natureza do estudo em tela, serão apresentados de forma sintética, apenas dados relativos ao contexto geral sobre a geologia, geomorfologia, hidrografia e vegetação locais. No capítulo 4, em decorrência das discussões que permeiam a produção de cerâmicas com tempero e acabamento de superfície com grafite, há um detalhamento específico sobre o contexto geológico daquele mineral na região.

¹⁰ Envolve “quatro dimensões susceptíveis de incluir tanto um meio cultural como um meio não-cultural e de aplicar-se tanto a um só artefato como a toda uma constelação de assentamentos” (BUTZER, 1984, p. 4). As dimensões ‘espaço’, ‘economia’, ‘sociedade’ e ‘meio ambiente’ foram integradas pelos grupos humanos do passado dentro de um ecossistema humano, objeto de estudo da Arqueologia Contextual (*Ibid.*).

1.3.1 Geologia

A região do sítio Canaã, no Vale do Rio Colônia, está situada sobre o embasamento cristalino pré-cambriano¹¹ do Grupo Barreiras. Na Bahia, o embasamento cristalino é constituído por blocos que foram metamorfizados no Paleoproterozóico¹².

O Grupo Barreiras compreende uma cobertura sedimentar terrígena continental e marinha. Os principais constituintes litológicos desse grupo são: conglomerados polimíticos, arenitos maduros e fração pelítica. O Grupo Barreiras é definido como um testemunho dos importantes eventos geológicos que originaram o continente sul-americano e produziram depósitos sedimentares e feições geomorfológicas semelhantes no continente africano (TRICART E SILVA, 1968; SUGUIO E NOGUEIRA, 1999).

Os tabuleiros terciários da Formação Barreiras “são caracterizados por um relevo essencialmente plano com suaves declividades em direção ao litoral e principais cursos d’água” (TOFANI, 2008, p.68).

Arenitos finos e grossos com níveis lamosos e cascalhosos do período Terciário¹³ associados aos Tabuleiros Costeiros e os sedimentos areno-argilosos-lamosos das planícies fluviomarinhas, marinha e fluvial de idade Quaternária¹⁴ estão inclusos no Grupo Barreiras. Estendem-se de norte a sul ao longo de toda faixa costeira leste e ocupam áreas significativas.

Sedimentos cenozóicos¹⁵ pouco a moderadamente consolidados, associados a tabuleiros são predominantes no Grupo Barreiras, onde se verifica a alternância irregular entre camadas de sedimentos de composição diversa, como por exemplo, arenito, siltito, argilito e cascalho.

¹¹ Intervalo de tempo anterior ao Período Cambriano, isto é, antes de aproximadamente 570 ± 20 milhões de anos (SUGUIO, 2008, p. 168).

¹² Era do Éon Proterozoico, compreendida entre 2,5 a 1,6 bilhões de anos. Período em que surgiram os primeiros seres eucariontes (CPRM, 2016).

¹³ Período geológico mais antigo da Era Cenozóica, com duração de cerca de 70 milhões de anos (70 ± 3 a $1,8 \pm 0,5$ milhões de anos) (SUGUIO, 2008, p.173).

¹⁴ Último período da Era Cenozóica, que se iniciou há 1,81 ou 2,6 milhões de anos (SUGUIO, 2008, p. 169).

¹⁵ A Era Cenozóica é a última das quatro eras da subdivisão do tempo geológico, que pode ser considerada como idade dos mamíferos, correspondendo aos últimos $67 \pm 3 \times 10^6$ anos (SUGUIO, 2008, p. 156).

Sobre o embasamento cristalino nessa área há a presença ainda de unidades geológicas como depósitos aluvionares quaternários e coberturas sedimentares marinhas quaternárias. Os depósitos aluvionares constituem depósitos nas margens, fundos de canal e planícies de inundação de rios, areias, cascalheiras, siltes e argilas resultantes dos processos de erosão, transporte e deposição a partir de fontes diversas.

Por sua vez, as coberturas sedimentares compreendem sedimentos do Quaternário, pouco ou não consolidados, cuja região geomorfológica é representada pelas Planícies Litorâneas, que englobam modelados de origem marinha, traduzindo as etapas de evolução do litoral e dos cursos inferiores dos rios (ALMEIDA JUNIOR, 2011).

1.3.2 Geomorfologia

Predominam na área do Vale do Rio Colônia formas de relevo como os Depósitos Sedimentares e Planaltos Cristalinos. No geral, trata-se de um relevo suave a moderado, oriundo de processos de deposição e de decomposição, portanto, com formas que variam de dissecadas a acumuladas.

Os depósitos sedimentares são constituídos pelas áreas de acumulação representadas pelas planícies e terraços de baixa declividade e, eventualmente, depressões modeladas sobre depósitos de sedimentos horizontais a sub-horizontais de ambientes fluviais, marinhos, fluviomarinhos, lagunares e/ou eólicos, dispostos na zona costeira ou no interior do continente (IBGE, 2009, p.28).

Já o domínio dos Planaltos Cristalinos é representado pelas regiões dos planaltos rebaixados e unidades de Tabuleiros Pré-Litorâneos, correspondentes ao embasamento cristalino. Apresenta um modelado de dissecção homogênea, independente do controle estrutural. A geologia desse domínio remonta a ciclos orogenéticos muito antigos, com rochas de elevado grau de metamorfismo e nítido alinhamento do relevo, seguindo direções preferenciais e áreas de rochas granitizadas removimentadas, incluindo faixas marginais incorporadas do Cráton do São Francisco (NEVES, 2013, p.26).

Na área do Rio Colônia, a rede de drenagem configurou o relevo em um vale largo, com vertentes relativamente íngremes em direção aos interflúvios, isto é, os

topos de cada lado do vale, com um talvegue chato, preenchido por aluviões, onde corre o rio em direção ao Rio Salgado, desse encontro forma o Rio Cachoeira que deságua no oceano.

1.3.3 Hidrografia

No que diz respeito à hidrografia, o curso d'água mais próximo do sítio Canaã é o Rio Colônia que está distante cerca de 95 metros de um lado da pequena ilha que a área do sítio se tornou, no sentido da margem direita. Em relação à margem esquerda, a ilhota dista cerca 85 metros da porção de terra que forma o interflúvio esquerdo do vale, de modo que o sítio nessa porção localiza-se a cerca de 35 metros do curso d'água.

A Bacia Hidrográfica do Rio Cachoeira abrange os cursos hídricos existentes na região do Vale do Rio Colônia. Essa bacia tem uma área de drenagem de aproximadamente 4.600 km², sendo formada por três rios principais: o Rio Colônia, o Rio Salgado e o Rio Piabanha.

O Rio Colônia nasce na cidade de Itororó e após um curso de 100 km, passando pelos municípios de Itororó, Itapetinga e Itaju do Colônia, se une ao Rio Salgado, a montante da cidade de Itapé (NACIF *et al.*, 2003), formando o Rio Cachoeira, que margeia Itapé, passa pelo povoado de Ferradas e intercepta as cidades de Itabuna e Ilhéus, onde se junta com os rios Fundão e Santana, formando um grande estuário que faz a foz no Oceano Atlântico.

1.3.4 Vegetação

Em relação à flora, na área do sítio Canaã predomina na cobertura vegetal remanescentes da Floresta Ombrófila Densa. Essa tipologia vegetal florestal recobria originalmente a maior parte da região do sul da Bahia e ainda hoje é a mais representativa em termos de remanescentes de vegetação natural da região, embora cubra apenas 5% de toda a área. O termo Floresta Ombrófila Densa, criado por Ellemberg & Mueller-Dombois (1965), substituiu 'Pluvial' (de origem latina) por Ombrófila (de origem grega), ambos com o mesmo significado "amigo das chuvas".

Este tipo de vegetação é caracterizado por fanerófitos, justamente pelas subformas de vida macro e mesofanerófitos, além de lianas lenhosas e epífitos em abundância, compostos por árvores cujo porte varia de 20 a 30 metros, que o diferenciam das outras classes de formações.

A característica ecológica principal da Floresta Ombrófila Densa reside nos ambientes ombrófilos que marcam muito bem a “região florística florestal”. Assim a característica ombrotérmica da Floresta Ombrófila Densa está presa aos fatores climáticos tropicais de elevadas temperaturas (médias de 25°C) e de alta precipitação bem distribuída durante o ano (de 0 a 60 dias secos), o que determina uma situação bioecológica praticamente sem período biologicamente seco (IBGE, 1991).

A Floresta Ombrófila Densa, hoje está reduzida a pequenos fragmentos florestais e o Sistema Edáfico de Primeira Ocupação se subdivide em: Contato Savana/Floresta Ombrófila Densa (mussunungas) de composição vegetal representada por Savana Gramíneo-Lenhosa e Áreas de Influência Marinha (restingas) que são cobertas por vegetação Arbórea e Herbáceo-arbustiva (SAMPAIO, 2011).

O sítio Canaã situa-se em uma área fito-ecológica onde predominava a ocorrência da Floresta Ombrófila Densa. Atualmente são encontrados pequenos fragmentos florestais com associações a outros diferentes ecossistemas como brejos e matas ciliares próximas ao leito do Rio Colônia, além de mussunungas e áreas antropizadas.

A composição e o nível de conservação de uma determinada vegetação influenciam diretamente na composição da fauna local que é formada por uma rica biodiversidade de espécies de mamíferos, aves, répteis e anfíbios, sendo muitas delas endêmicas do bioma da Mata Atlântica (FLORAM, 2016). Originalmente inserida nas formações vegetais do tipo Floresta Ombrófila Densa, observa-se que a área do entorno do sítio Canaã passou por um processo de perturbação em suas composições, desencadeado por fatores antrópicos e naturais.

1.4 Acervo

A instituição de guarda definitiva do acervo arqueológico do sítio Canaã é o Museu Arqueológico da EMBASA (Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A),

localizado na Rua Saldanha Marinho, s/n, Bairro Caixa D'Água em Salvador – BA. O acervo em questão é composto por material arqueológico pré-colonial e histórico.

Ao todo, durante os trabalhos de campo foram coletadas 3.305 peças arqueológicas pré-coloniais e históricas no sítio Canaã, pertencentes às tipologias de material lítico, ósseo, malacológico, louça, material construtivo, vidro e cerâmica (Quadro 3).

Quadro 3 – Quantitativo da cultura material resgatada no sítio Canaã

TIPOLOGIA	QUANTIDADE
Material lítico	11
Material ósseo	13
Material malacológico	2
Louça	14
Material construtivo (telha/tijolo)	7
Vidro	20
Cerâmica	3.238
TOTAL	3.305

Fonte: Floram/Embasa, 2018

Do universo de artefatos que compõem o acervo do sítio Canaã, essa pesquisa contempla de modo detalhado apenas o estudo do material cerâmico, isto é, 3.238 fragmentos, que integram a maior parte do acervo. A seguir serão apresentadas as características do material pré-colonial do sítio Canaã, composto por material cerâmico, lítico e faunístico, e a associação dos mesmos com a Tradição Aratu.

1.4.1 Material cerâmico

No sítio Canaã foram coletados 3.238 fragmentos cerâmicos, o que constitui a maior parte do acervo do sítio. O material cerâmico apresenta características variadas em relação à técnica de manufatura e tratamento de superfície, conforme será detalhado mais adiante. A Figura 9 apresenta alguns fragmentos cerâmicos do sítio, a título de ilustração.

Figura 9 – Fragmentos cerâmicos que compõem o acervo do sítio Canaã



Fonte: Floram/Embasa, 2018.

O acervo cerâmico do sítio Canaã se caracteriza pelo fato da maioria das peças serem alisadas e uma pequena parcela possuir decoração plástica, como o ponteadado, corrugado, digitado e roletado. Por outro lado, uma parte considerável dos fragmentos têm o grafite em sua composição, seja na forma de antiplástico ou aplicado em sua superfície, tal como registra a literatura para o material cerâmico Aratu (CALDERÓN, 1969; 1971 e 1974; ETCHEVARNE, 2012). As cerâmicas pertencentes à Tradição Aratu se caracterizam por raramente apresentarem elementos decorativos e o tratamento de superfície, na maioria dos casos, ser o alisamento, ainda que, Etchevarne e Fernandes (2011) tenham reportado a existência de algumas alterações no padrão das cerâmicas Aratu a partir da observação de apurada decoração em acervos de sítios existentes desde o litoral do sul do Recôncavo até o Extremo Sul da Bahia (*ibid.*), nas proximidades da região do sítio Canaã. Tal discussão será apresentada adiante nos Capítulos 3 e 6.

1.4.2 Material lítico

Em relação ao material lítico há na Tradição Aratu a presença de lascas, de pequenas a médias, associadas a instrumentos polidos (ETCHEVARNE E FERNANDES, 2011) de granito e de maiores dimensões – cerca de 8 a 10 cm de

comprimento – utilizados para o cultivo, conforme versa a literatura sobre as características dos sítios dessa tradição (MARTIN, 2008; PROUS, 1992). No total, foram resgatados 11 artefatos líticos no sítio Canaã, produzidos com as técnicas de lascamento e polimento. As Figura 10 e Figura 11 apresentam alguns artefatos líticos do sítio, a título de ilustração.

Figura 10 – Machado polido identificado durante as escavações do sítio Canaã



Fonte: Floram/Embasa, 2018

Figura 11 – Lasca de sílex identificada durante as escavações do sítio Canaã



Fonte: Floram/Embasa, 2018.

O material lítico polido identificado no sítio Canaã é composto por quatro ferramentas: dois polidores, feitos um em quartzito e outro em granito, e dois machados feitos em granito. O material lítico lascado, por sua vez, é composto por

sete artefatos, sendo uma ferramenta, um adorno e cinco lascas feitas em calcedônia, quartzo e sílex.

A ferramenta (peça C-82) é conhecida como lesma, trata-se de um “utensílio de bloco (ou de lasca) de forma alongada, lembrando uma lesma. Tipicamente, comporta duas pontas e dois bordos ativos longitudinais, sendo que o retoque afeta toda a periferia da ferramenta” (LAMING-EMPERAIRE, 1967, p.75). O adorno (peça C-79-2) foi feito em quartzito através de fatiagem, possivelmente foi utilizado na orelha ou nos lábios, tal como um tembetá.

As lascas¹⁶ foram obtidas através de percussão direta na fase de debitage que consiste no destaque de “uma lasca de seu núcleo por meio de uma percussão sobre o plano de percussão” (LAMING-EMPERAIRE, 1967, p. 34). Os dados acerca da análise do material lítico constam no relatório de salvamento (vide Floram/Embasa, 2018).

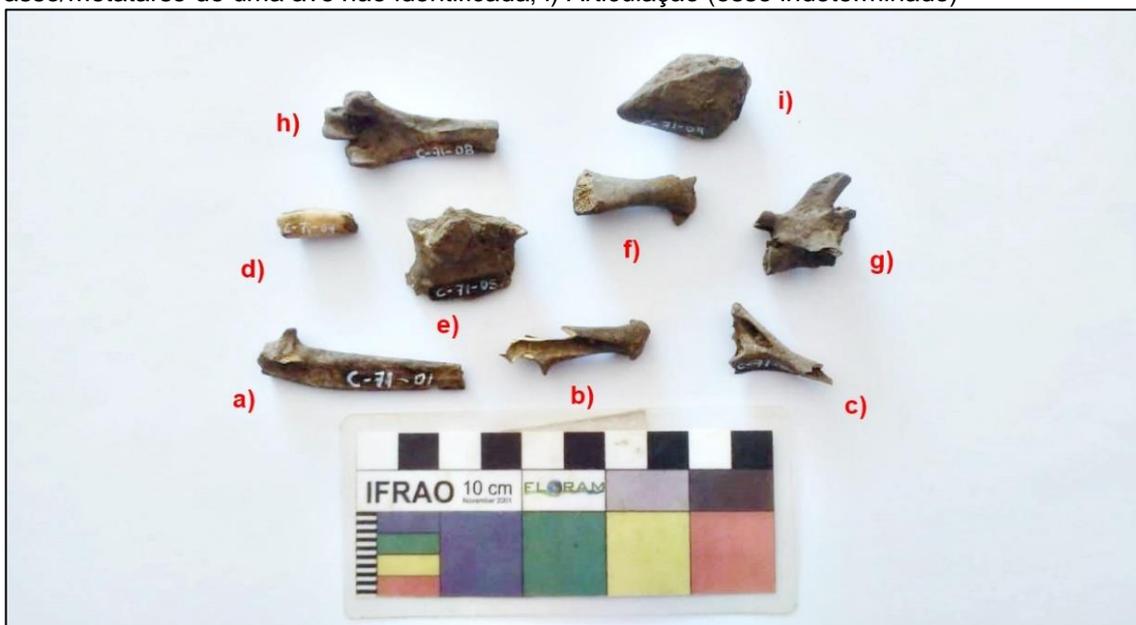
1.4.3 Material faunístico

No sítio Canaã foi identificado material faunístico, contando, inclusive com a presença de um adorno de osso, tal como registraram Prous (1992) e Perota (1971) para outros sítios da Tradição Aratu. No total, foram identificados 13 fragmentos de ossos e dois fragmentos de material malacológico.

Apresentando um detalhamento sobre os fragmentos ósseos, inicia-se pela etiqueta N°71 (Figura 12) onde o material faunístico é composto por: fragmentos de úmero, calcâneo e ulna de tatu – podendo ser de Tatu peba (*Euphractus sexcinctus*) ou Tatu verdadeiro (*Dasypus novemcinctus*) –, o dente molar de um roedor a Paca (*Agouti paca*), duas vértebras e um osso fragmentado indeterminado de um mamífero juvenil não identificado, o tarso/metatarso de uma ave indeterminada e uma articulação, osso este não determinado (FLORAM/EMBASA, 2018).

¹⁶ É um fragmento destacado por percussão de um bloco de rocha, de um seixo, etc. Esse fragmento é então trabalhado para se transformar em múltiplos tipos de utensílio, cujo conjunto constitui uma indústria de lascas (LAMING-EMPERAIRE, 1967, p. 27).

Figura 12 – Fragmentos ósseos da etiqueta N°71. a) Fragmento de úmero de tatu; b) Fragmento de calcâneo de tatu; c) Fragmento de ulna de tatu; d) Dente de paca; e) Vértebra de um mamífero juvenil; f) Osso fragmentado (N.I.) de um mamífero juvenil; g) Vértebra de um mamífero juvenil; h) Tasso/metatarso de uma ave não identificada; i) Articulação (osso indeterminado)



Fonte: Floram/Embasa, 2018.

Os três fragmentos ósseos da etiqueta N°94 (Figura 13) constituem fragmentos de costela carbonizados. Possivelmente integravam um esqueleto humano ou de um porco, haja vista a similaridade anatômica entre essas espécies, contudo, a determinação exata da espécie depende de uma análise comparada com uma coleção de referência e de um especialista.

Figura 13 – Fragmentos ósseos da etiqueta N°94



Fonte: Floram/Embasa, 2018.

A peça C-104 constitui um fragmento de úmero (parte distal) de um porco selvagem (*Tayassu pecari*) que apresenta marcas antrópicas (Figura 14). De acordo com Chaix e Méniel (2005, p. 115-116), as marcas de origem antrópica observadas em ossos, se distinguem em dois grupos: marcas deixadas por armas e utensílios destinados à morte do animal e marcas tecnológicas geradas pela preparação do material ósseo para a confecção de armas, utensílios, elementos de adornos e objetos de arte. No caso da peça C-104, as marcas identificadas são tecnológicas e trazem indícios de que o osso foi utilizado como adorno, possivelmente como um pingente em um colar.

Figura 14 – Fragmento de úmero de um porco selvagem (*Tayassu pecari*) (peça C-104)



Fonte: Floram/Embasa, 2018.

É preciso salientar alguns fatores limitantes presentes nas amostras desse material faunístico. Inicialmente deve-se elencar os relativos à conservação do material ósseo e de dentes. Conforme observou Moreno-García *et al* (2003), esse tipo de material pode conservar-se, no entanto, ser afetado por fatores como concreções calcárias, ações de raízes e animais, erosão fluvial ou aluvial que contribuem para a fragmentação do material. Esses fatores que influenciam em uma má conservação dos ossos e dentes, podem ocasionar o desaparecimento de eventuais marcas antrópicas e a impossibilidade de registrar informações importantes para caracterizar métodos de descarte entre outras ações (*ibid.*). No caso do sítio Canaã, os

fragmentos de ossos e o dente molar estão em um estado de conservação regular, uma vez que não apresentam fissuras, afloramento de sais ou esfarelamento. Além disso, os fatores de conservação permitiram a identificação de marcas antrópicas no fragmento de úmero de porco selvagem (*Tayassu pecari*).

O material malacológico encontrado no sítio Canaã (Figura 15) é composto por dois fragmentos pertencentes a espécie *Megalobulimus sp.*, do gênero gastrópodes, típica de ambientes tropicais úmidos.

Figura 15 – Fragmentos de conchas (peças C-73-1 e C-73-2)



Fonte: Floram/Embasa, 2018.

A presença do *Megalobulimus sp.* é um indicativo de que no passado aquele ambiente foi bastante úmido. Kesting *et al.* (2013) afirmam que:

Na transição do Pleistoceno para o Holoceno, até cerca de 10.540 anos AP, o clima da região era úmido e mais frio que o atual, o que favoreceu o estabelecimento de uma floresta tropical exuberante, com afinidade florística com as florestas Amazônica e Atlântica. Os registros palinológicos mostraram ter havido um gradual ressecamento da paisagem, eliminando a floresta tropical do Holoceno antigo (OLIVEIRA *et al*, 2005 *apud* KESTERING, 2007).

Tofani (2008) discorre sobre as condições ambientais da região que teriam favorecido o processo de ocupação humana: a partir do ano de 1500 da era cristã, o clima estaria mais seco, sem a presença de formações florestais tão extensas e

densas. Segundo Tofani (2008), com a predominância de um clima mais seco, a fauna e a flora local estariam mais concentradas em bolsões florestais e matas ciliares.

O autor assinala que as mudanças ocorridas entre o Pleistoceno Superior e o Holoceno Inferior na região do Extremo Sul da Bahia teriam “proporcionado ótimas condições para o ingresso e fixação de grupos caçadores-coletores e, especialmente, pescadores-coletores-caçadores” (*Ibid.* p. 107).

Nesse sentido, Soares (2012 e 2013) aponta sobre o ambiente de implantação dos sítios da Tradição Aratu, argumentando que os grupos privilegiaram os bolsões florestados, mas que secundariamente estabeleceram-se nos ecótonos, áreas de tensão ecológica onde haveria maior diversidade e disponibilidade de recursos de forma permanente, sendo um meio de suprir as necessidades de grandes populações.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com Bunge (1971), através da investigação científica, o homem alcança uma reconstrução conceitual do mundo que é cada vez mais ampla, profunda e exata. Na pesquisa científica, contudo, é necessário um referencial teórico bem fundamentado para que se possa ampliar a compreensão do universo estudado e expor quais são as discussões teóricas que embasam o modo de entender os questionamentos levantados. Assim, a adoção de um modelo teórico, construído a partir de um conjunto de conceitos, permite a organização, explicação e interpretação do objeto de pesquisa.

Neste capítulo apresenta-se o referencial teórico adotado, que fará uso de uma proposição que busca construir narrativas que contemplem a ascendência dos grupos indígenas, isto é, a arqueologia enquanto história indígena de longa duração.

2.1 Concepções sobre o tempo e aportes teóricos para a construção de uma história de longa duração

A arqueologia abarca um grande intervalo temporal. Dedicando-se a estudar todo o período marcado pela existência humana, pelas transformações dos recursos naturais em utensílios para o conforto das pessoas, pela prática de crenças e rituais simbólicos, e pelo surgimento, expansão e diversificação das culturas e sociedades. O tempo, conforme foi tratado na introdução deste trabalho, é uma dimensão fundamental nos estudos arqueológicos, assim como nas investigações históricas, uma vez que ambos os campos do saber são orientados pela diacronia. No início deste trabalho foi apresentada a definição agostiniana de tempo que o compreende como sendo composto por passado, presente e futuro, tratando-se, portanto, de uma concepção idealista. Agrega-se à definição de Santo Agostinho sobre o tempo, o entendimento de que o mesmo pode ser considerado um “contêiner” cronológico onde há continuidade ou transformação das sociedades (HARDING, 2005).

Inicialmente, antes de adentrar na discussão sobre longa duração e sobre história indígena, é necessário apresentar muito brevemente a natureza e o significado do tempo e suas implicações, na forma como entende-se neste trabalho,

compreendendo as definições de tempo que incluem as proposições de teóricos como Santo Agostinho e Fernand Braudel a respeito da diacronia.

De acordo com Hissa (2016, p.191), embora Santo Agostinho tenha utilizado os conceitos de passado, presente e futuro, o filósofo concebeu o tempo também como “um contínuo sequencial e indivisível”. Para a autora, Santo Agostinho em seus escritos “deixa margem para pensar em um tempo linear e ritmado, construído a partir da costura de instantes seguidos” (HISSA, 2016, p.191).

Milton Santos (1994; 2006; 2009) em sua obra traz a definição precisa sobre o que é tempo¹⁷ e sobre o que é espaço¹⁸, conceitos que, conforme a acepção do autor, necessariamente se relacionam com o conceito de eventos. Então, de acordo com a concepção do geógrafo baiano, se tempo e espaço necessariamente implicam em eventos, e a materialidade está atrelada a estes últimos, logo, os conceitos de tempo e espaço dialogam diretamente com os objetos.

Os eventos são “simultaneamente, a matriz do tempo e do espaço” (SANTOS, 2006, p.94). Os eventos se distinguem em duas categorias: a primeira envolve fatores naturais, tais como os eventos da natureza; a segunda diz respeito a fatores sociais ou históricos que são produto da ação do homem, “da interação entre os homens, dos seus efeitos sobre os dados naturais (*Ibid.*, p.95). Ademais, os eventos se alinham numa sequência cronológica, se sucedendo uns aos outros, o que acaba por caracterizar uma ordem de eventos ou temporal (*Ibid.*, p. 100).

A noção ocidental sobre o tempo e a forma de classificá-lo, tal qual para Santo Agostinho, nos são familiares e estão arraigadas na mentalidade contemporânea, de modo que o tempo é vislumbrado como “contínuo e sequencial”. (HISSA, 2016, p.191). Tais definições dialogam diretamente com as proposições de Fernand Braudel, e, portanto, com o conceito da *longue durée*, fundamental na construção de uma história indígena.

¹⁷ Grosso modo, Santos (1994, p. 19) define tempo enquanto “a sucessão de eventos e sua trama”.

¹⁸ Espaço é compreendido pelo autor enquanto o “o lugar material da possibilidade dos eventos” (SANTOS, 1994, p.19). Mas o pensador avança na compreensão do que é o espaço e considera que seja a acumulação desigual dos tempos (SANTOS, 2009), assim como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (SANTOS, 2006, p.12). O autor vai além e considera o espaço geográfico enquanto um híbrido da condição social e física, combinando relações sociais e materialidades (SANTOS, 2006).

A concepção de tempo e de história para Braudel pode ser discutida a partir de três conceitos fundamentais: longa duração, estrutura e evento. Estes três conceitos “se encaixam sem dificuldade, pois todos se medem por uma mesma escala” (BRAUDEL, 1992, p. 72). Harding (2005) considera que evento e estrutura geralmente são inseparáveis do registro arqueológico e que a *longue durée* pode ser cronologicamente extensa.

O conceito *longue durée* tem origem na obra de Fernand Braudel ‘O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Felipe II’ (1949), onde o líder da segunda geração da Escola dos *Annales*¹⁹ introduziu uma nova forma de abordagem dos acontecimentos históricos, através da compreensão de que existem fatos que perpassam uma longa duração.

Braudel (1992, p. 48) observou que havia uma clara preferência pela história de curta duração que se realizava “sob nossos olhos” e pela história de média duração ou cíclica, que se costurava com a primeira, ao invés de investigar “o desconhecido”, fazendo referência a um passado distante buscado pela longa duração. Convocou então todos os estudiosos das ciências do homem a se interessarem pela longa duração visto que, segundo ele, na história há “uma noção cada vez mais precisa da multiplicidade do tempo e do valor excepcional do tempo longo” (*Ibid.*, p. 44).

O historiador francês reconheceu que a história poderia ser compreendida em três escalas ou durações: a escala dos acontecimentos ou *histoire evenementielle*, com duração de curto prazo, isto é, uma história tradicional que dá ênfase ao tempo breve, ao indivíduo e ao evento; os ciclos de médio prazo ou nova história econômica e social, como por exemplo os ciclos econômicos ou os de oscilação cíclica; e os ciclos longos, de amplitude secular ou “história de longa, e mesmo, de longuíssima duração” (BRAUDEL, 1992, p.44).

Ian Hodder (1988; 2009) considera Braudel enquanto o teórico que formalizou o estudo das distintas escalas da história que consistem em: a) *Mentalité* ou longo

¹⁹ A Escola dos *Annales* surgiu em 1929 com uma nova proposta de fazer história, uma história total, global, que abrangesse todos os aspectos de uma sociedade. Desse modo, não mais seria uma história de impérios, batalhas, ou reis, mas sim a história do povo, dos costumes, do cotidiano, das mentalidades. Frequentemente, os *Annales* têm sido citados por servir de forte inspiração para a abordagem arqueológica. Essa escola tornou a história mais antropológica e processual por incluir todos os aspectos das sociedades do passado e por se preocupar em compreender o conjunto do sistema cultural e não apenas manter o foco em acontecimentos políticos. De acordo com Hodder (1988), a influência dos *Annales* na arqueologia começou em 1987, no entanto, apesar da incipiência, produziu um forte impacto.

prazo: traços recorrentes, permanentes ou de movimentação lenta; b) História social ou estrutural dos grupos: tendências gerais, ritmo lento, mas perceptível; c) Indivíduo ou evento: a história dos homens e mulheres individuais, coisas efêmeras, breves acontecimentos. Para o autor, as três escalas do processo histórico definidas por Braudel consistem em divisões arbitrárias de um *continuum* (*Ibid.*).

Em outras palavras, as escalas temporais ou do processo histórico são: longa duração, estrutura e evento. De acordo com Johnson (2000), para Braudel a longa duração mediava as outras escalas, ao contrário de outros historiadores integrantes do movimento dos *Annales*, que acreditavam que os três ciclos se inter-relacionavam, e nenhum deles seria dominante.

Na abordagem braudeliana, em um processo de **longa duração** qualquer evento em particular é influenciado por continuidades de longo prazo que são agregados a eventos anteriores, estruturas e crenças que formam esses eventos (HODDER, 2009). Por sua vez, em uma escala de **média duração**, nas estruturas sociais qualquer ação específica que ocorra no espaço é influenciada por restrições que são delineadas dentro de um conjunto específico de condições sociais, tecnológicas e ideacionais. A estrutura integra a escala de média duração devido ao ciclo ou interciclo que pode durar “uma dezena de anos, um quarto de século e, no limite extremo, o meio século” (BRAUDEL, 1992, p. 47). Já em ciclos de **curta duração**, todo evento, ainda que breve, tem algum efeito em estruturas de maior escala (HODDER, 2009.). Para Braudel (1992) o evento está diretamente relacionado com a curta duração, “é explosivo, ‘novidade sonante” (*Ibid.*, p. 45) De acordo com Hodder, Braudel definiu um evento importante como um evento que possui consequências.

Uma vez definidos os principais conceitos das distintas escalas do processo histórico definidas por Fernand Braudel, isto é, longa duração, estrutura e evento, é possível elencar alguns aspectos da discussão sobre temporalidade²⁰ colocada por Harding (2005). Esse autor estabelece uma crítica aos estudos inspirados na obra de Braudel, que para ele carecem de qualquer concepção geral de temporalidade e não conseguem separar o tempo do contexto social em que o mesmo adquire significado.

²⁰ A temporalidade é composta pelas três escalas distintas identificadas por Fernand Braudel: o evento, a conjuntura (ou fase cíclica) e a longa duração (MURRAY, 1997).

O autor estabeleceu sua crítica ao considerar que nessas pesquisas há uma falha em compreender a complexa inter-relação do evento com a estrutura (*Ibid.*).

Conceitos como “evento” e “estrutura” não possuem seu próprio senso de tempo, pois são fundidos em uma complexa rede de relações mnemônicas e antecipatórias dentro da existência atual. As distinções entre esses conceitos não são intrínsecas à passagem do tempo (HARDING, 2005, p.10).

Assim, para Jan Harding, a solução para a inserção de **temporalidade** nas investigações que se pautam no perspectivismo temporal²¹ foi dada por Emmanuel Le Roy Ladurie e a terceira geração dos *Annales*. De acordo com o autor, Le Roy Ladurie sugeriu que o evento e a estrutura só podem ser combinados dentro de uma abordagem genealógica onde haja uma interpretação orientada para problemas, com ênfase em questões sobre origem, reprodução e transformação de instituições individuais, práticas e cultura material (*Ibid.*). Hodder (1988) reitera essa proposição, pontuando uma série de trabalhos em pequena escala empreendidos por Le Roy Ladurie e Jacques Le Goff na década de 1980, onde eles examinaram a interação entre as estruturas a longo prazo.

Portanto, o trabalho da terceira geração dos *Annales* e, principalmente o de Le Roy Ladurie, ampliaram a noção das escalas temporais de Braudel como forma de inserir a discussão sobre temporalidade na historiografia. Partindo dessa premissa, a “história total” seria possível desde que fossem adotadas diferentes escalas de temporalidade, sendo possível reconstruir todo o universo físico, intelectual e moral de períodos distintos da história (HARDING, 2005). Em síntese, essa proposição argumenta que a história problema de Braudel, que parte de questionamentos do presente para conhecer o passado, deve fazer uso de uma abordagem genealógica.

Hodder (1988) advoga a favor de um vínculo mais estreito entre teorias e métodos antropológicos e históricos, argumentando como a dimensão histórica possibilita agregar abordagens sobre processo e estrutura nos estudos arqueológicos (HODDER, 2009). O autor explana sobre como a abordagem histórica em arqueologia permite a ênfase no processo e não no evento durante a tentativa de identificar a totalidade dos fatores relevantes para a escrita de uma história “total”, tal como a

²¹ Foi originalmente definido por Braudel e pela Escola dos *Annales* (HARDING, 2005). O termo discutido pelo arqueólogo inglês Geoff Bailey na década de 1970 que “sugere que a proximidade do tempo estudado ao presente em que se estuda se relaciona diretamente à resolução ou à definição que se tem dele (HISSA, 2016, p.199).

proposição de Braudel e dos *Annales*. Portanto, a explicação histórica envolve uma tentativa de descrever o total e o particular.

O que a explicação histórica tenta fazer é limitar a dependência de afirmações gerais, porque acredita-se que a relevância das leis gerais para a casos particulares tem, que ser provada, não presumida (*Ibid.*, p.1-2).

Dessa forma, Ian Hodder constrói seu discurso argumentando a importância da abordagem histórica em Arqueologia que, segundo o autor, é “particularmente apta para contribuir com a história de longa duração” (*Ibid.*, p.1), uma vez que a longa duração permite estabelecer relação entre o passado e o presente, bem como entre o material e o ideal. A crítica tecida por Hodder (2009) às generalizações feitas pela Arqueologia Processual está em consonância com as observações de Holdaway e Wandsnider (2008) sobre os Novos Arqueólogos que não teriam se preocupado com:

(...) cronologia, mas apenas em documentar a mudança de um estado estacionário para o próximo. Dunnell (1980) faz a mesma crítica, observando que a explicação histórica favoreceu Binford (1962) no início da Nova Arqueologia, mas rapidamente passou a ser substituída por um funcionalismo sincrônico (HOLDAWAY E WANDSNIDER, 2008, p.8)

Então, partindo dessas críticas que demonstram como o esforço dos arqueólogos em explicar os processos de mudança social levou à construção de modelos teóricos que se utilizavam de abordagens das ciências sociais, como é o caso da Nova Arqueologia, – e que, portanto, conduziam à investigações de curto prazo, fazendo uso de escalas que raramente excediam uma vida útil (*Ibid.*) –, passou-se a advogar a favor da adoção de uma abordagem histórica nos estudos arqueológicos, empregando o perspectivismo temporal desenvolvido por Braudel, sobretudo por meio do conceito da *longue durée*, visto sua contribuição na pesquisa em Arqueologia (HODDER, 2009).

Bruce Trigger (2004) aponta que o uso do conceito de longa duração de Braudel por arqueólogos, reflete uma busca por maior rigor teórico no estudo de interações entre sociedades, como por exemplo, no trabalho de Carl Lamberg-Karlovsky sobre as sociedades mesopotâmicas e do planalto iraniano ao longo de quase dois mil anos.

Hodder (1988) reitera o apontado por Trigger ao considerar que os métodos habituais utilizados pelos arqueólogos em análises de extensos períodos, estavam limitados a dividir as datas em fases e analisar as razões da mudança entre as distintas fases. Para o autor, pouquíssimos arqueólogos têm tentado reconstruir a

forma como os significados contextuais se relacionam com a prática no tempo. Ele enfatiza sua crítica ao considerar que “muito poucos arqueólogos têm tentado utilizar a grande vantagem que supõem seus dados – dados que abarcam longos períodos – para contribuir ao esclarecimento de tais questões” (*Ibid.*, p.105).

A noção de longa duração se assemelha com o conceito de processo em arqueologia, “como uma tendência subjacente à variabilidade específica” (JOHNSON, 2000, p.187). Isso significa, de acordo com Johnson (*Ibid.*), que a substituição do conceito de ‘processo’ por ‘história’ foi feita por muitos dos Novos Arqueólogos que contrastaram os processos culturais com a história cultural. Nesse sentido, a Escola dos *Annales* buscou enfatizar a existência de processos mais profundos que se sucedem a longo prazo e que englobam acontecimentos particulares (*Ibid.*).

A respeito do estudo de mudanças ocorridas na longa duração, Trigger resalta o trabalho de pesquisadores como Lewis Binford, que afirmou que os dados arqueológicos são importantes para a compreensão de eventos, e Julian Steward que, segundo aquele autor, soube compreender o valor dos dados arqueológicos para o estudo do comportamento humano na *longue durée* (TRIGGER, 2004).

Em relação às continuidades de longa duração existentes no registro arqueológico, conforme indica Bailey (2008), Eric Higgs teria pontuado a aptidão da arqueologia em informar acerca do funcionamento estrutural a longo prazo e sobre a evidência nas continuidades subjacentes ao comportamento humano. Assim, nesse tipo de abordagem sobre os grupos humanos é preciso levar em consideração os seguintes conceitos: mudança, direção, continuidade e variabilidade (BAILEY, 2008).

O estudo sobre **mudança** possibilita a compreensão sobre quais fatores e motivações acarretam na transformação do registro material. De acordo com Schiffer e Skibo (1987), diferentemente da Etnografia e da Etnoarqueologia que estudam sistemas tecnológicos estáticos, em Arqueologia os processos de mudança são os mais interessantes.

O arqueólogo pode observar as propriedades formais dos artefatos e registrar suas alterações ao longo do tempo. Como esses atributos são as consequências de escolhas técnicas e a base das características de desempenho, o arqueólogo possui fortes evidências para estudar processos de mudança tecnológica (*Ibid.*, p.600).

Para aqueles autores, “a principal fonte de mudança tecnológica reside no ‘campo funcional’, o conjunto de tecno-funções, sócio-funções e ideo-funções que os artefatos de uma sociedade devem executar (*Ibid.*p.598). Dessa forma, segundo

Schiffer e Skibo (1987), existem três fontes de mudança tecnológica: I) mudanças no campo funcional decorrentes de fatores da vida, organização social e mudanças prévias no campo funcional; II) o *feedback* do contexto de uso quando a função é mais ou menos constante; e III) a “pressão do produtor”, ou o desejo de inovação constante, ocasionado muitas vezes por concorrência entre artesãos.

Machado (2007, p.71) explana que a mudança deve ser compreendida como um “processo contínuo de manutenções e transformações (continuidade e mudança) e, não necessariamente, ruptura”. Para a autora, a mudança pode ocorrer como produto de “rupturas abruptas”, mas, principalmente, através de um “processo no qual coexistem novas e velhas tecnologias” (*Ibid.*, p.72). De forma similar, Silliman (2019) ao discutir sobre mudança e continuidade cultural²² nas sociedades indígenas norte-americanas, propõe que através de uma mesoescala temporal seja possível negociar as oposições entre histórias de curto e longo prazo. A pesquisa do autor com os Pequot Orientais de Connecticut demonstra como o uso da cultura material europeia pelos nativos da reserva desde o período colonial, não promoveu grandes mudanças nesse grupo:

(...) práticas familiares e memórias individuais podem ter mantido comunidade e bem-estar através de novos materiais, tecnologias e comidas. Ela liberta aqueles indivíduos Pequot Orientais particulares no passado que tiveram que se basear em suas “bases pré-contato” nos nossos termos para permanecer Nativos Americanos ou sobreviver culturalmente (SILLIMAN, 2019, p.170).

O autor demonstra através da materialidade identificada nas escavações realizadas na reserva indígena, a coexistência da tecnologia ancestral com a tecnologia do colonizador – esta última com mecanismo de adaptação à nova realidade²³ –, tal como observou Machado (2007) acerca do processo dialético entre mudança e continuidade.

O termo **continuidade** está relacionado aos processos que os grupos sociais sofrem em determinado momento e lugar. Eventos como variabilidade e variação

²² Pode estar associada a discussão sobre variabilidade artefactual, enquanto entendida numa perspectiva diacrônica, o conceito de transmissão cultural, no entanto, tal conceito juntamente com os de estilo e função estão solidamente alicerçados na Arqueologia Evolutiva (MAGESTE, 2017; EERKENS E LIPO, 2007). Utilizar-se do conceito de transmissão cultural neste trabalho sem incorporar os conceitos de estilo e função, não seria coerente, da mesma forma que estaria propondo o uso de outra abordagem teórica, que não a definida nesta dissertação.

²³ De acordo com o autor, “gerações sucessivas de Pequot Orientais (ou outros Nativos Americanos) não tiveram cada um de seus pais *adotando* bens de mercado como implementos cerâmicos e metálicos. Eles estavam *usando-os*.” (SILLIMAN, 2019, p.170).

estão relacionados à continuidade e/ou mudança que os grupos humanos passam (CORRÊA, 2014). De acordo com o autor, tais processos são refletidos nos sistemas tecnológicos, o que torna possível aos arqueólogos perceber esses fatores na cultura material.

Noelli (1993) pontua acerca da continuidade existente na cultura material e nas técnicas de confecção e uso da cerâmica Guarani antes do contato, observando a “reprodução fiel” e a similaridade existente nos objetos, técnicas e comportamentos ao longo de mais de três mil anos entre esses grupos. Nesse sentido, em relação à similaridade artefactual, Dunnell (2006) considera que a única explicação para a existência de vários artefatos que apresentam feições em comum é a seguinte:

“(...) intencionalmente ou não, conscientemente ou não, os objetos foram feitos para serem parecidos, por pessoas que podem ser tratadas como dotadas de ideias similares a respeito desses objetos e que possuíam as mesmas categorias de feições e meios de articular essas feições em artefatos completos” (DUNNELL, 2006, p.173).

O autor considera para tal discussão o *locus* onde as ideias em comum se localizam, os meios pelos quais as ideias são compartilhadas e a escala de compartilhamento que, para Dunnell (2006, p.177), é “puramente formal e inerente à classificação, e não uma qualidade intrínseca dos fenômenos”, uma vez que as conjecturas feitas pelos arqueólogos equiparam a recorrência dos atributos “de origem artificial às ideias dos artesãos e usuários dos artefatos que apresentam tais feições” (*Ibid.*, p.179). Assim, para Robert Dunnell, apenas os critérios definidos pelo investigador irão determinar a existência de compartilhamento de atributos entre os artefatos. Daí a necessidade de definir precisamente os parâmetros de classificação a serem utilizados na pesquisa, como poderá ser visto no capítulo 5.

Por sua vez, a **variabilidade** pode ser investigada em escala individual, através de um artefato, ou em conjunto, podendo envolver mudanças no número de artefatos ou de atributos, na função, na habilidade, no tipo de contexto e nos recursos (RICE, 2009).

O material cerâmico tem sido um dos principais indicadores da variabilidade artefactual. Rice (2009) pontua a existência de diferentes tipos de variabilidade na sua produção, e considera que o papel das fontes de variabilidade nos principais sistemas

de atributos²⁴ deve ser investigado e explicado, pois “cada sistema responde a diferentes restrições dentro do sistema social e econômico geral das relações de produção, distribuição e ‘consumo’” (*Ibid.*, p.111).

Ao contrário de Rice (2009), Araujo (2015) considera a existência de variabilidade entre macro categorias de classificação, e não em artefatos ou em conjuntos artefatuais. Isto significa que, para o autor, a variabilidade existe enquanto um critério de diferenciação entre tradições culturais e não entre artefatos com diferentes formas e decorações.

Michael Schiffer e James Skibo propõem, sob a égide da Arqueologia Comportamental, uma estrutura teórica para explicar a variabilidade formal em artefatos. (SCHIFFER E SKIBO, 1997). Para estes autores, tal variabilidade ocorre através do tempo e do espaço, causada por artesãos executando sequências diferentes nas atividades de suprimento e preparação. Eles consideram como os principais fatores de variabilidade artefactual: o conhecimento e experiência do artesão; o desempenho nas atividades da cadeia do artefato; fatores situacionais; restrições tecnológicas e processos sociais de conflito e negociação.

Corrêa (2014, p. 129) estabelece diferença entre os conceitos de variabilidade e variação ao considerar o primeiro enquanto “a diferenciação entre os conjuntos ou artefatos de forma sincrônica e espacial” e o segundo como uma diferença diacrônica. Em outras palavras, para o autor, a variabilidade artefactual está relacionada às diferenças ao longo do espaço geográfico, ao passo que a variação diz respeito à diferenciação no tempo (*Ibid.*).

Em suma, continuidade pode ser entendida como sinônimo de permanência e variação como sinônimo de transformação. Os conceitos de ‘permanência’ e ‘transformação’ que são “essencialmente marcados por temporalidade” (HISSA, 2016, p.196) tornam compreensíveis os conjuntos artefatuais.

Portanto, com base nos conceitos elencados, buscou-se construir um aparato teórico que fundamente o estudo de caso do sítio Canaã e a construção de uma história indígena de longa duração no Vale do Rio Colônia a partir da pesquisa com a

²⁴ “A cerâmica possui um grande número de atributos relacionados à produção que podem ser descritos em todos os níveis de medição, nominal, ordinal e intervalo. Esses atributos podem ser agrupados em quatro sistemas amplos: atributos relacionados a recursos cerâmicos (tipo, tamanho de partícula e quantidade de várias matérias-primas), tecnologia de fabricação (técnicas de formação e variáveis de queima), forma dos recipientes (características de forma primária e secundária e dimensões) e decoração ou ‘estilo’” (RICE, 2009, p. 111).

tecnologia cerâmica, considerando inclusive, a sua variação e/ou variabilidade dentro do sítio. No tópico seguinte serão discutidos os fundamentos de história indígena de longa duração e os mecanismos para sua construção nesta pesquisa.

2.2 História indígena de longa duração

Não se sabe ao certo qual o contingente populacional dos grupos indígenas que habitavam o território sul-americano em cronologias mais dilatadas (CUNHA, 1992), porém no século XIX, sob os auspícios do evolucionismo, consolidou-se a ideia de que essas sociedades estariam num primeiro estágio de evolução, sendo consideradas, portanto, “fósseis vivos que testemunhavam o passado das sociedades ocidentais” (*Ibid.*, p. 11). Tais sociedades, designadas então de “primitivas”, foram condenadas a uma eterna infância (CUNHA, 1992; CORRÊA, 2013), pois teriam parado no tempo, de modo que, “como dizia Varnhagen, ‘de tais povos na infância não há história: há só etnografia’” (CUNHA, 1992, p.11).

De acordo com Cunha (1992), um tropo antropológico que é o “presente etnográfico”, consistiria para os antropólogos numa agradável ilusão de que há sociedades virgens e que as sociedades indígenas atuais representariam fielmente as sociedades do período pré-colonial. Lévi-Strauss (1989), diferenciava em seus estudos as sociedades humanas em duas categorias: as sociedades frias e sociedades quentes. O primeiro grupo compreendendo sociedades que possuem uma estrutura cognitiva edificada sob um arquétipo mitológico que são orientadas pelo espaço, estando situadas fora da história por suprir a dimensão do tempo e possuírem um modo mítico de pensar seriam sociedades frias ou “primitivas”. Por outro lado, o antropólogo estruturalista considerava a existência de outro grupo que reunia organizações sociais que possuem um arquétipo histórico, orientado pela dimensão temporal e que dão ênfase ao progresso e transformação, isto é, sociedades quentes ou “civilizadas”.

Essa visão de que as sociedades indígenas eram “frias”, “primitivas” e sem história permaneceu arraigada na mentalidade ocidental e acadêmica durante muito tempo. No entanto, no começo dos anos 1980, começou a se formar no Brasil pela primeira vez, um movimento indigenista em âmbito nacional. A política indigenista que se desenvolveu nesse período culminou no reconhecimento dos direitos legítimos dos

grupos indígenas, em seus direitos históricos e na posse genuína da terra (CUNHA, 1992).

Manuela Carneiro da Cunha (1992, p.9) aponta em seu texto que a “História canônica” do Brasil se iniciou apenas em 22 de abril de 1500, quando essas terras foram “descobertas”, e como consequência, na construção da historiografia do lugar, reservou-se um papel secundário para os povos indígenas. Todo o período anterior a esse marco era considerado como “pré-histórico” (NEVES, 1995; CUNHA, 1992). Ou seja, aquilo que ocorreu anteriormente ao descobrimento não teria tanta importância quanto o que tomou lugar a partir da presença europeia no Novo Mundo.

O estereótipo que considerava os indígenas brasileiros como populações sem história, “uma etapa evolutiva da nossa espécie” (NEVES, 1995, p. 171), prevaleceu por muito tempo, pois não havia testemunhos tão concretos quanto os documentos que atestavam o período histórico para o que antecedia a chegada de Cabral. Ao contrário de outros países latino-americanos, no Brasil o desconhecimento e o preconceito existente para com os grupos indígenas levaram a exclusão e negação da história dos nativos em todo o período anterior a 1500.

Dessa forma, no Brasil, a História Nacional considerou apenas grupos indígenas extintos e idílicos, gerando um ideal de um índio romântico, um personagem nacional que existiu em um “passado glorioso”:

(...) os grupos indígenas teriam sido [considerados] inteiramente extintos. Isso fez com que em alguns casos, como o do Nordeste, desde muito cedo essa história fosse considerada encerrada. Seus grupos teriam sido ou exterminados fisicamente ou assimilados completamente à cultura e à sociedade regional, passando a compor o tipo humano e cultural do caboclo ou sertanejo, aliás reserva folclórica do próprio país. Falar de sua história é falar de um passado distante, que quase abandona o terreno da história para entrar no dos mitos de origem. (ARRUTI, 1995, p.57).

Tal convicção acabou por promover historicamente a descontinuidade no passado das populações indígenas vivas, o que, conseqüentemente, dissociou o registro arqueológico dos grupos indígenas contemporâneos (CORRÊA, 2013; 2014).

Agostinho e Carvalho (1999) pontuam que nas últimas décadas houve um renovado interesse pelo estudo da história dos povos indígenas brasileiros e apontam duas razões que se complementam: a primeira diz respeito à “necessidade teórica de aprofundar a dimensão diacrônica dos estudos antropológicos, que por muito tempo insistiram, restringindo-se a ela ou pouco menos, numa perspectiva centrada na sincronia” (*Ibid.*, p. 119); a segunda razão consiste na “importância prática, política,

do saber histórico na defesa de direitos legalmente garantidos com base na própria identidade de tais povos, assim como na garantia dos territórios que de um modo ou outro lhes pertencem” (*Ibid.*, p.120).

Dessa forma, os reflexos das ciências sociais proporcionaram recentemente mudanças nas posturas teóricas e metodológicas dos pesquisadores, culminando na proposição de uma Arqueologia menos colonizadora, cujas práticas procuram relacionar vestígios arqueológicos com antepassados das sociedades indígenas atuais (CORRÊA, 2014).

O que nos falta são estudos detalhados sobre trajetórias sócio-históricas específicas, com profundidade temporal suficiente para avaliar padrões de *longue durée*, particularmente estudos que se estendam até a Pré-História (HECKENBERGER, 2001, p. 24).

Seguindo esse viés, algumas pesquisas arqueológicas estiveram pautadas nos processos de longa duração existentes desde o período pré-colonial para a construção de uma história mais profunda das sociedades indígenas atuais no Brasil, a exemplo de Brochado (1984) e Noelli (1993, 1999-2000, 2004) que utilizaram o referencial da arqueologia como história de longa duração procurando romper com a dicotomia entre pré-história e história pós-colonial.

José Proenza Brochado foi o precursor no Brasil em adotar uma perspectiva histórica e etnográfica em pesquisas arqueológicas com vasilhames cerâmicos, contribuindo assim para o avanço na compreensão de contextos arqueológicos e culturais dos Guarani. O pioneirismo de Brochado se deve sobretudo à iniciativa de estudar os aspectos funcionais e as categorias êmicas dos vasilhames. Seu intuito era conhecer os processos históricos e culturais das sociedades, buscando acompanhar os avanços da pesquisa arqueológica internacional (NOELLI, 2008).

As pesquisas empreendidas por Brochado estiveram pautadas em estabelecer continuidade entre o contexto arqueológico e o contexto cultural dos grupos Tupi (BROCHADO, 1984), buscando demonstrar os elementos necessários para relacionar a Tradição Tupiguarani com as populações Guarani e Tupinambá (*Op.cit.*).

Brochado foi influenciado por Donald Lathrap que foi seu orientador no doutorado e com quem desenvolveu pesquisas (BROCHADO E LATHRAP, 1980). A ênfase de Lathrap de que havia necessidade de equalizar os dados arqueológicos com a linguística “para ampliar a compreensão das sequências que corresponderiam às mudanças culturais” (NOELLI, 2008, p.28) foi fundamental para incentivar a

investigação de Brochado sobre modelos de continuidade entre os contextos arqueológicos e culturais dos Tupi.

A tese de doutorado de Brochado (1984) contribuiu de forma decisiva para a revisão do modelo até então vigente sobre a expansão dos Tupi, além disso foi uma pesquisa precursora na revisão da História Indígena no Brasil que teve início na década de 1990 e desde então vem ocorrendo.

Brochado propôs uma busca deliberada por correlações etnográficas de forma a estabelecer relações entre as tradições e estilos da cultura material com os povos que as produziram, visando construir por meio da arqueologia uma história profunda das populações indígenas atuais (CORRÊA, 2014, p. 67)

Por sua vez, Noelli (1993) em sua dissertação de mestrado construiu sua pesquisa sustentando a hipótese de que havia continuidade e prescritividade entre os Guarani desde tempos imemoriais até o contato com os europeus e pôde concluir a partir do estudo da cultura material que durante mais de 3.000 anos, os Guarani reproduziram fielmente as mesmas características em seu universo material, até a chegada dos colonos e as consequentes desestruturações e ressignificações causadas pelo contato.

Utilizando-se de informações etnográficas, arqueológicas e linguísticas Francisco Noelli construiu um *corpus* básico para a interpretação destes dados. Ademais, o conceito do *habitus*²⁵ foi fundamental para mediar de forma mais assertiva a longa duração no estudo dos Guarani (*Ibid.*).

A contribuição de Michael Heckenberger na história indígena dos povos do Xingu consiste na identificação de uma história profunda, marcada por continuidade, períodos temporais distintos caracterizados por transformações culturais significantes e por uma estrutura sócio-histórica mais abrangente, que culmina em uma trajetória de maior alcance. A partir do conceito da longa duração, o autor pôde constatar a existência de uma continuidade cultural na cultura xinguna através do tempo, assinalando a existência de “continuidade na filosofia social, nos modos de vida em geral, no etos” (HECKENBERGER, 2001, p.56).

²⁵ Conceito do sociólogo francês Pierre Bourdieu que o definiu enquanto um “sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 2007, p.191).

A partir da perspectiva braudeliana, Heckenberguer (2001) conseguiu verificar estruturas profundas na história indígena dos povos do Xingu. O autor verificou que embora a paisagem e as aldeias tenham mudado em determinada escala temporal, a essência cultural que acompanhou essas mudanças possui uma profundidade temporal muito grande (*Ibid.*).

Uma história profunda sobre os índios do Pantanal foi buscada por Eremites de Oliveira (2003), que constatou a existência de uma história de longa duração dos povos canoieiros em um período que vai desde os primeiros pescadores-caçadores-coletores até “os últimos argonautas Guató que vivem no curso inferior do rio São Lourenço, na divisa entre os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e outros grupos estabelecidos na região pantaneira” (*Ibid.*, p.74). A contribuição deste trabalho reside no desenvolvimento de uma história indígena profunda e holística, mediante a adoção de uma abordagem multidisciplinar, envolvendo várias perspectivas espaço-temporais. Fazendo uso do embasamento da arqueologia, antropologia e história, o autor pôde construir uma narrativa da arqueologia pantaneira que abrange desde os pescadores-caçadores-coletores filiados à Tradição Pantanal, passando pelos grupos indígenas registrados etnohistoricamente nos séculos XVI, XVII e XVIII, até os atuais Guató. Dessa forma, Eremites de Oliveira tornou possível o estabelecimento de uma nova abordagem para o estudo da presença indígena nas terras baixas do Pantanal.

Da mesma forma, Corrêa (2014) pautado no conceito da longa duração e fazendo uso de dados arqueológicos, linguísticos e etnohistóricos, pôde construir sua pesquisa voltada para o aprimoramento dos modelos sobre a história dos grupos Tupi. O autor, partindo da premissa de que, direta ou indiretamente, os vasilhames cerâmicos possuem informações sobre as práticas tradicionais replicadas de forma mais ou mesmo contínua desde tempos imemoriais, versa acerca de continuidade e mudança no registro arqueológico para auxiliar na construção de uma história indígena de longa duração para as populações Tupi.

Portanto, com base no que foi apresentado, verifica-se a existência de estudos na arqueologia desenvolvida no Brasil desde a década de 1980 que adotam uma perspectiva que reaproxima o registro arqueológico das populações indígenas, e que identificam a existência de estruturas profundas de continuidade e transformação destes grupos. De acordo com Silva e Noelli (2016), pesquisas arqueológicas desenvolvidas sob os auspícios da *longue durée*, destacam a complexidade dos

processos de continuidade e transformação das identidades e dos modos de vida dos povos indígenas.

Para Manuela Carneiro da Cunha (1992), uma história propriamente indígena ainda está por ser feita. A autora argumenta que para a construção de uma genuína história indígena, devemos estar atentos aos seguintes aspectos: à falta de escrita e a consequente falta de textos de autoria indígena; à fragilidade dos testemunhos materiais das sociedades indígenas e à dificuldade de adotar outro ponto de vista de uma trajetória que também fazemos parte, uma vez que a história dos índios não se resume à história indigenista (*Ibid.*).

É passível de observação que o registro arqueológico é um importante documento para o estudo da história indígena, e que as pesquisas arqueológicas devem dialogar com a história, etnohistória, etnografia e linguística (BROCHADO, 1984; NEVES, 1995; CORRÊA, 2013, 2014). Portanto, na construção de uma história indígena de longa duração deve-se partir da assertiva pontuada por José Proenza Brochado que afirmou que:

(...) a arqueologia do leste da América do Sul deve ser vista como a pré-história das populações indígenas históricas e atuais. Se não forem estabelecidas relações entre as manifestações arqueológicas e as populações que as produziram, o mais importante terá se perdido. Assim as conotações etnográficas não devem ser evitadas, mas pelo contrário, deliberadamente perseguidas (BROCHADO, 1984, p. 1).

Conforme observou Hodder (1988), o acesso privilegiado da arqueologia a extensos recortes temporais, possibilita o enriquecimento de muitos dos debates contemporâneos sobre a sociedade e a mudança social. O conceito da longa duração, portanto, se torna fundamental nesse contexto de pesquisa, na busca de compreender os processos de mudanças ou permanências no registro arqueológico ao longo do tempo, como possibilidade de construção de uma história indígena profunda. Essa empreitada busca romper com a dicotomia entre pré-história e história pós-colonial, construindo assim uma arqueologia menos colonizadora e que reconheça a existência de continuidade, mas também de transformação entre os grupos indígenas contemporâneos e os remanescentes materiais que designamos de registro arqueológico.

Uma história indígena se propõe “a cobrir praticamente todas as lacunas espaço-temporais existentes, desde o período pré-colonial até os dias de hoje”

(EREMITES DE OLIVEIRA, 2003). Partindo dessa premissa e do aparato teórico delineado neste capítulo, propõe-se a construção de uma história indígena de longa duração no Vale do Rio Colônia. Nesse sentido, esta pesquisa contempla: I) o passado pré-colonial, utilizando-se do registro arqueológico do sítio Canaã e principalmente da tecnologia cerâmica identificada no mesmo; II) o período de contato e colonial, através das fontes etnohistóricas e históricas da etnia Kamakã e do Aldeamento Barra do Salgado; e III) o período contemporâneo, através da Terra Indígena Caramuru-Paraguaçu e das práticas indígenas no município de Itapé. Dessa forma, buscar-se-á construir uma narrativa profunda, a partir do diálogo entre distintos campos do saber, que contemple a ascendência indígena, que considere os fatores que condicionam a ocupação a longo prazo e as dinâmicas intrínsecas às estruturas e eventos dos grupos humanos.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO ARQUEOLÓGICA, ETNO-HISTÓRICA E ETNOGRÁFICA

Nesse capítulo são apresentados dados relativos à contextualização arqueológica, etnohistórica e etnográfica da área de pesquisa. Dessa forma, apresentam-se informações referentes às ocupações indígenas no período pré-colonial, de contato, histórico e contemporâneo, no Vale do Rio Colônia, explanando o contexto no qual o sítio Canaã está inserido.

3.1 Ocupação pré-colonial: os sítios arqueológicos de Tradição Aratu

O conceito de tradição em Arqueologia apresenta uma conotação distinta da forma que o conceito é tratado na História e na Antropologia. Na Arqueologia coube à abordagem histórico-culturalista solidificar a construção de categorias espaço-temporais, como as fases e tradições, que foram utilizadas para a atribuição dos achados a grupos específicos (LIMA, 2011).

A discussão sobre tradição em arqueologia tem início ainda na década de 1920, quando a abordagem histórico-cultural começa a ganhar espaço na arqueologia norte-americana. Nesse contexto, de acordo com Dias (2007), autores como Alfred Kidder, Alfred Louis Kroeber e William McKern formulam inicialmente os conceitos de componente, fase, tradição e horizonte. De acordo com Wylie (2002), McKern argumentava que os arqueólogos precisavam de sistemas classificatórios capazes de ordenar a vasta gama de dados arqueológicos que envolviam conexões culturais distintas.

Algumas décadas mais tarde, arqueólogos como Willey e Phillips influenciados pela onda de positivismo que emergia, estabeleceram categorias taxonômicas de classificação em arqueologia. Esses arqueólogos argumentaram que o procedimento de segregar tipos é uma operação complexa e que a proposta metodológica de estabelecer esquemas tipológicos não é estritamente arbitrária e nem inerente aos dados (WYLIE, 2002, p.51).

Willey e Phillips definiram duas grandes categorias taxonômicas de classificação: tipo e unidade arqueológica. Esta última dividia-se em duas: básica que

abrangia os conceitos de componente e fase; e a integrativa que se subdividia nos conceitos de horizonte e tradição (WILLEY E PHILLIPS, 1958).

Tal aparato conceitual definido pela abordagem histórico-cultural foi introduzido no Brasil com a implementação de um projeto de grandes dimensões - o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – PRONAPA, realizado entre os anos de 1965 e 1970. O PRONAPA foi uma iniciativa do casal de arqueólogos norte-americanos Betty Meggers e Clifford Evans, apoiados pelo Smithsonian Institution, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Conselho Nacional de Pesquisas e Museu Paraense Emílio Goeldi.

O programa tinha como objetivo realizar um levantamento arqueológico em todo o território nacional²⁶, “estabelecer as fases e o ‘estado de conhecimento’ da pré-história do Brasil, financiando arqueólogos e instituições existentes na época²⁷” (MARTIN, 2008, p. 38-39).

Através do PRONAPA a noção de tradição foi inserida na arqueologia brasileira. O sistema de classificação em fases e tradições introduzidos no Brasil por Meggers e Evans na década de 1960 teve profunda influência na maioria dos pesquisadores do país. Grande parte dos arqueólogos que adotaram tais nomenclaturas tinham a tendência em se interessar mais pelas culturas ceramistas (PROUS, 1992).

Mediante a criação de tipologias cerâmicas e a classificação através de seriação, foram criadas fases e tradições para os contextos brasileiros pesquisados. A partir da implementação do PRONAPA, convencionou-se no estudo de material cerâmico, designar “tradição” todo o “grupo de elementos ou técnicas com persistência temporal” (CHMYZ, 1976, p.145).

Desde então a problemática de compreender a relação entre as escolhas metodológicas e a existência de padrões na cultura material vem sendo tratada através dos conceitos de fase e tradição, de modo que no Brasil, a definição desses agrupamentos, e conseqüente classificação dos sítios arqueológicos e dos acervos

²⁶ Os sambaquis e os sítios da bacia amazônica não foram priorizados pelo PRONAPA. Considerou-se que os sambaquis já eram bastante conhecidos, já que vinham sendo pesquisados desde o século XIX, e a bacia amazônica foi contemplada pelo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica – PRONAPABA, cujo início se deu assim que os trabalhos do PRONAPA foram suspensos (SIMÕES, 1977).

²⁷ O PRONAPA concedeu treinamento para arqueólogos que já pertenciam a instituições. No Nordeste apenas Valentim Calderón, na Bahia; e Nássaro Nasser, no Rio Grande do Norte, participaram do programa.

neles, por muito tempo foi o propósito final dos estudos arqueológicos desenvolvidos no país.

O PRONAPA deixou marcas profundas nas metodologias utilizadas pela arqueologia no país que reverberam até hoje, pois ao utilizar a metodologia norte-americana de classificação e seriação para o estabelecimento de fases e tradições, lançou as bases de uma forma de pesquisa arqueológica que persiste no país ao longo de décadas e que acabou por se transformar na “finalidade última das pesquisas para um número significativo de arqueólogos” (DIAS, 2007, p. 60), assumindo portanto, um papel diferente do que foi proposto originalmente na abordagem histórico-cultural (*Ibid.*).

A primeira menção ao termo “Tradição Aratu” aparece na literatura arqueológica na publicação de Valentin Calderón no terceiro volume dos relatórios do PRONAPA (CALDERÓN, 1969), onde o arqueólogo apresenta os resultados do salvamento arqueológico realizado no centro industrial de Aratu, no Recôncavo Baiano. No entanto Calderón a conceitua nesse primeiro momento enquanto “fase Aratu”, termo que será alterado na publicação seguinte (CALDERÓN, 1974), na qual passa a ser designada como tradição²⁸.

Durante suas pesquisas na Bahia, Valentin Calderón registrou 51 sítios arqueológicos filiados à Tradição Aratu (CALDERÓN, 1969; 1971 e 1974) que foram classificados em duas fases: Aratu e Itanhém.

A fase Aratu apresenta um padrão de habitação no qual há a presença de “uma ou mais manchas, cuja extensão varia entre 30 a 300 m. A posição dessas manchas agrupadas, com grandes clareiras entre elas, por vezes perfeitamente visíveis” sugere a existência de aldeias com grandes habitações em torno de uma praça central (CALDERÓN, 1974).

A cerâmica desta fase é caracterizada pela presença de tipos simples e decorados, com formas globulares, hemisféricas e piriformes, com superfícies

²⁸ Para Willey e Phillips (1958) fase é “uma unidade arqueológica que possui traços suficientemente característicos para distingui-la de todas as outras unidades similarmente concebidas, seja da mesma ou de outras culturas ou civilizações, especialmente limitada pela magnitude de uma localidade ou região e cronologicamente limitada a um intervalo de tempo relativamente breve” (*Ibid.*, p.22). Tradição por sua vez, é definida como “uma continuidade temporal representada por configurações persistentes em tecnologias únicas ou outros sistemas de formas relacionadas” (*Ibid.*, p.37). Durante o PRONAPA prevaleceram as seguintes definições para os mesmos conceitos: fase é “qualquer complexo de cerâmica, lítico, padrões de habitação, etc., relacionado no tempo e no espaço, num ou mais sítios” (CHMYZ, 1976, p. 131); tradição se constitui enquanto um “grupo de elementos ou técnicas, com persistência temporal” (*Ibid.*, p. 145).

alisadas geralmente sem decoração, quando esta ocorre é corrugada ou roletada. Entre os antiplásticos há registros de que predomina areia grossa nos níveis mais antigos de cada sítio, sendo a areia fina menos popular, aparecendo com maior incidência na sequência seriada em raros momentos; já o grafite ganha predominância e começa a se destacar até dominar a sequência com o desaparecimento dos outros dois tipos (SOARES, 2012, p. 25). Calderón (1971) reporta para a fase Aratu a ocorrência de cerâmica acordelada, com paredes finas, de 5 a 10 mm, em média, com superfícies bem alisadas. Ele apresenta ainda detalhes sobre esta fase:

A decoração, percentualmente muito pequena, está constituída por engobo de grafite e poucos cacos com roletes ou incisões. A ausência de decoração pintada nas coleções desta fase continua sendo uma característica constante. Em sua maioria as bordas e lábios são os mesmos já descritos em trabalho anterior; entretanto, não pode ser assinalada a presença de nenhuma borda ondulada, frequente em outros sítios mais ao sul (CALDERÓN, 1971, p. 167).

A fase Itanhém, por sua vez, apresenta um padrão de habitação bastante semelhante aos sítios da fase Aratu propriamente dita, variando apenas no que concerne à dispersão das manchas de terra preta, neste caso apresentando dimensões menores e uma colocação linear com tendência à formação de círculo (CALDERÓN, 1974, p. 149). Em relação à tipologia cerâmica da fase Itanhém, Calderón afirma que aparecem as mesmas urnas piriformes evidenciadas na fase Aratu, não havendo sequer variação dimensional. A única diferença acontece nos elementos decorativos, uma vez que as urnas Itanhém apresentam em alguns casos bordas decoradas de estilo corrugado ondulado.

Nessa mesma época do PRONAPA, Celso Perota (1971; 1974) iniciou os estudos arqueológicos no Espírito Santo onde definiu a existência de três fases (Guarabu, Itaúnas e Jacareipe) da Tradição Aratu identificadas em 24 sítios que foram pesquisados.

Assim como Calderón, Perota classificou o material cerâmico em simples e decorado. Como a decoração na cerâmica ocorre em menor frequência, sobretudo nas fases Itaúnas e Jacareipe, ela foi atribuída a uma influência Tupiguarani ou mesmo uma intrusão deste material em sítios da Tradição Aratu.

Perota (1971) define a fase Guarabu a partir de dois sítios habitações onde foram identificados recipientes cerâmicos em formato piriforme, com bordas inclinadas para dentro e com formato arredondado. A fase Itaúnas foi definida devido à presença

de decoração com pintura vermelha, corrugado, unglado, pontado e escovado em meio a tipos cerâmicos simples. A fase Jacareipe apresenta cerâmica com antiplástico de quartzo e com cacos triturados, com decoração plástica próxima às bordas (PEROTA, 1974, p. 133).

Essas pesquisas pioneiras desenvolvidas no âmbito do PRONAPA lançaram as bases para os estudos subsequentes sobre a Tradição Aratu, ao apresentarem considerações gerais sobre essas características observadas no registro arqueológico, forneceram subsídios fundamentais para a composição de um panorama que paulatinamente foi sendo complementado, na medida em que novas pesquisas foram contribuindo para um melhor entendimento da tradição.

Após a consolidação do termo e da definição da categoria de classificação cunhada por Valentin Calderón, desde o final da década de 1960 há registro de sítios filiados à Tradição Aratu em várias unidades da federação. Na Bahia também existem vários sítios da Tradição Aratu que foram sendo identificados ao longo das décadas, de norte a sul do Estado (ETCHEVARNE E FERNANDES, 2011), no entanto, a pesquisa desenvolvida por Luydy Fernandes (2003) no oeste baiano constitui-se até o presente momento, como o estudo mais detalhado sobre a referida tradição em território baiano.

O estudo empreendido na vila de Piragiba envolveu a análise das urnas funerárias, das formas de sepultamento e dos processos tafonômicos existentes no sítio que apresentou 120 enterramentos, sendo que destes apenas 64 foram escavados. Fernandes (2003) considerou cronologia, produção material e ambiente como variáveis para determinar possíveis recorrências nas formas de instalação e apropriação do espaço pelos “grupos Aratu” que ocuparam o recinto.

Através dos dados obtidos com sua pesquisa o autor levanta uma discussão muito importante ao observar que por meio da caracterização da Tradição Aratu foi constatado que há uma unidade, uma relação entre a cultura material obtida nos sítios e que os permitiu serem colocados sob a ampla classificação dessa tradição, mas ao mesmo tempo Fernandes (2003) ressalta o caráter da variabilidade inter-sítios e da variação derivada do distanciamento temporal e territorial. Dessa forma, põe em revisão a definição da Tradição Aratu:

Abandonar, descartar essas classificações pode ser um passo para o qual ainda não estejamos preparados, mas nos engessarmos com elas irá impedir de reconhecer as mudanças no tempo e no espaço pelas quais as

comunidades passaram e que se refletiam na sua manutenção, reprodução e produção material. Tentar estabelecer um modelo a partir do observado em um ou dois sítios é tentador. Todavia, na maioria das vezes pode se tratar de uma inevitável armadilha se não for submetida a uma constante verificação (FERNANDES, 2003, p. 262).

O autor estabelece a partir de 39 datações apuradas (absolutas e relativas) uma cronologia que vai desde o século II ao século XVIII de ocorrência da Tradição Aratu e da Sapucaí²⁹, sendo nas palavras dele “uma considerável prevalência temporal” (FERNANDES, 2003, p. 263).

Para a região do Sul e do Extremo Sul da Bahia, a literatura arqueológica registra a presença de sítios e de artefatos vinculados à Tradição Aratu, principalmente no município de Porto Seguro onde amiúde são encontradas fortuitamente urnas funerárias (TOFANI, 2008). Além de Porto Seguro, outros municípios da Costa do Descobrimento, como Santa Cruz Cabrália e Belmonte também registram ocorrências de materiais arqueológicos, sobretudo urnas, associadas à Tradição Aratu.

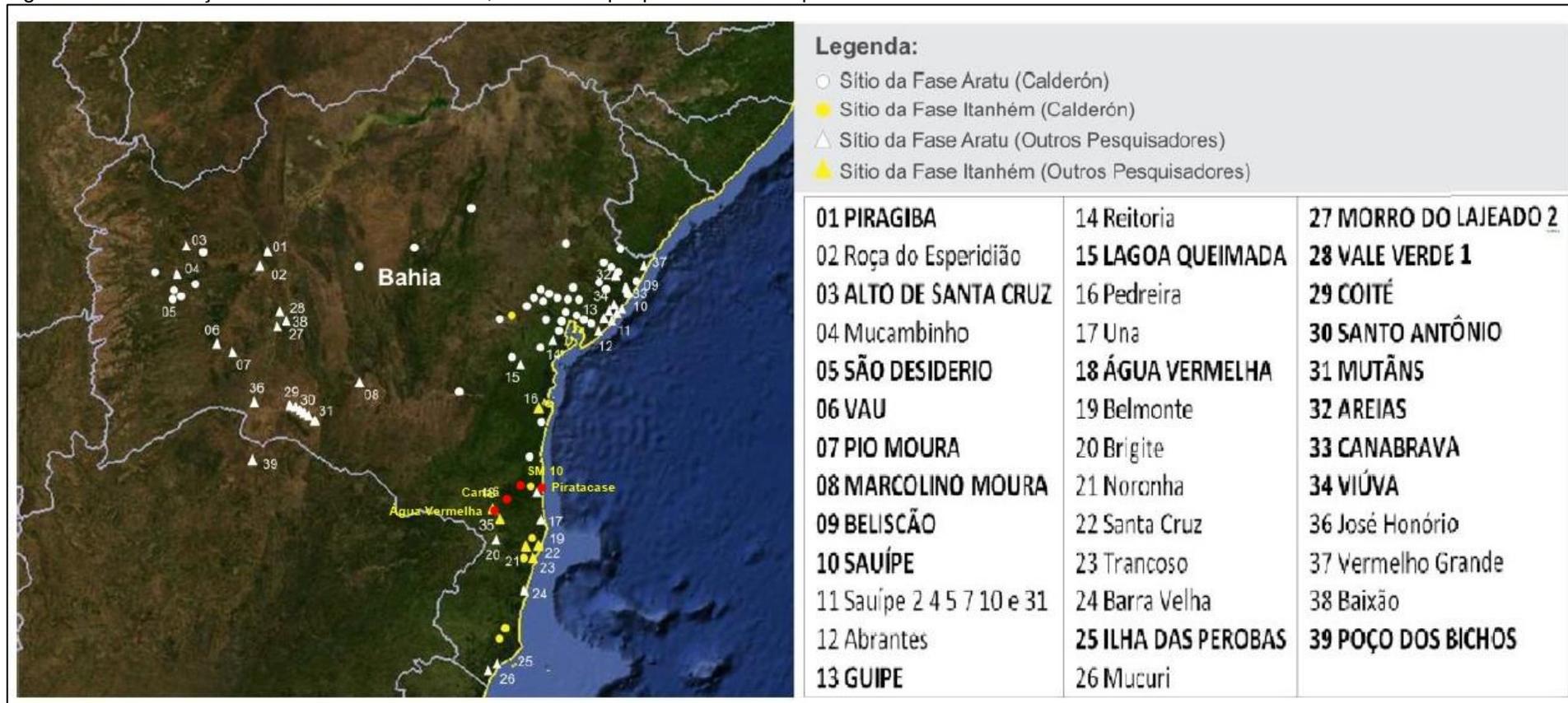
Por sua vez, na microrregião de Ilhéus-Itabuna, região em que o sítio Canaã está localizado, é possível elencar a presença de três sítios pré-coloniais vinculados à Tradição Aratu (Figura 16). São os sítios arqueológicos: Água Vermelha (ETCHEVARNE, 2012), Piratacase (CALDERÓN, 1969) e SM 10 (CNSA, 2011).

A literatura reporta a existência de mais sete sítios arqueológicos vinculados a Tradição Aratu, sobretudo, associados à fase Itanhém. Cinco destes sítios foram nomeados: Praça Jesuítica de Trancoso, São Pedro, Barra Velha, Sítio Terravista (TOFANI, 2008) e Ilha das Perobas (FERNANDES, 2017). As respectivas localizações de tais sítios são nos municípios baianos de Porto Seguro e Mucuri. Há registro ainda de mais dois sítios arqueológicos no Extremo Sul baiano vinculados à fase Itanhém por Calderón (1974) que realizou pesquisa de campo entre 1969 e 1970 nos mesmos, embora não mencione em sua publicação o nome e a localização exata³⁰.

²⁹ De acordo com Rodrigues (2011, p.31), “as Tradições Aratu e Sapucaí foram criadas a partir de fenômenos parecidos, de tal forma que se propôs a fusão das duas Tradições”. O autor considera em sua dissertação o termo “Tradição Aratu-Sapucaí”, como ambas formando uma só unidade classificatória. Prous (1992, p.350), no entanto, considera a Tradição Sapucaí como uma “simples variedade dentro da Tradição Aratu”.

³⁰ Observação feita também por Fernandes (2003).

Figura 16 – Localização dos sítios Aratu na Bahia, com destaque para os sítios supracitados



Fonte: Fernandes, 2017, p. 155 (modificado pela autora).

A seguir são apresentados os dados disponíveis sobre os referidos sítios para contextualização da ocupação pré-colonial na região do Sul baiano.

- **Sítio arqueológico Água Vermelha**

O sítio Água Vermelha foi identificado na Terra Indígena Caramuru-Paraguaçu³¹ a partir da exumação de três urnas funerárias pela equipe da UFBA, em um local em que pessoas da comunidade indígena já haviam reconhecido vasilhames funerários. O material cerâmico apresenta os elementos característicos da Tradição Aratu, ou seja, vasilhames de formas simples, semiesféricas ou conoidais, paredes bem alisadas e algumas peças com tratamento de grafite (ETCHEVARNE, 2012).

De acordo com Fernandes (2017), o referido sítio está situado no município de Pau Brasil e as urnas funerárias identificadas (Figura 17), além de conterem os elementos típicos da Tradição Aratu elencados por Etchevarne (2012), possuem uma faixa corrugada, típica da fase Itanhém. Além disso, o autor reporta a existência de “contas cortadas e raspadas sobre a diáfise de ossos de aves como acompanhamento funerário de uma das urnas” (FERNANDES, 2017, p.161).

Figura 17 – Imagens das urnas e contas identificadas no sítio Água Vermelha. Dados da imagem: A – urna corrugada (fase Itanhém); B – urna lisa (fase Aratu) no mesmo contexto; C – contas pequenas trabalhadas em ossos de ave recuperadas de uma das urnas.



Fonte: Fernandes, 2017, p.161.

No contexto regional, o sítio Água Vermelha se faz de grande importância, sobretudo como referência para o estudo do sítio Canaã, uma vez que foram ocupados na mesma faixa temporal, conforme será demonstrado adiante, e o material cerâmico de ambos apresenta similaridades.

³¹ Maiores detalhes sobre esse território serão fornecidos no último tópico desse capítulo.

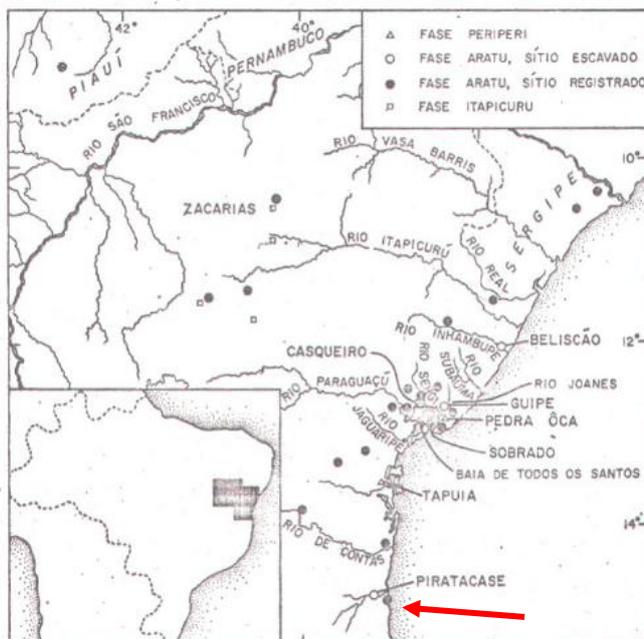
A presença de alguns elementos distintivos da Tradição Aratu no material cerâmico do sítio Água Vermelha, tais como o corrugado, roletado, unglado e inciso, bem como a cronologia obtida para esse sítio – que coincide com a forte penetração de grupos Tupi na região – permitiram Etchevarne (2012) discutir, a partir da cultura material identificada, sobre a chegada dos grupos Tupi e suas implicações na dinâmica de transformação dos grupos Aratu no sul da Bahia. Tais elementos distintivos levam o autor a tratar de um contato assimétrico, onde houve mudanças nas técnicas de produção cerâmica (*ibid.*, p. 56).

Ademais, o autor discorre acerca da ressignificação do material pré-colonial identificado, que assume o papel de documento para atestar a presença indígena na região desde o período pré-colonial. Etchevarne (2012) discute ainda as limitações da materialidade, no caso a cerâmica, para estabelecer vínculos culturais entre as populações indígenas atuais e as populações pré-coloniais.

- **Sítio arqueológico Piratacase**

Identificado por Valentin Calderón e filiado à Tradição Aratu (CALDERÓN, 1969; TOFANI, 2008), o sítio Piratacase está localizado no município de Ilhéus (Figura 18), nas proximidades da vila de Banco da Vitória e junto ao Rio Cachoeira que é formado pelo encontro dos rios Colônia e Salgado.

Figura 18 – Localização de sítios da Tradição Aratu, com destaque em seta para o sítio Piratacase



Fonte: Calderón, 1969, p. 165.

Trata-se de um “sítio cemitério em solo de massapê com urnas, esqueleto humano e lítico” (machado lítico) (CNSA, 1997). Está registrado no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA³² como BA00110. Não há maior detalhamento sobre a cultura material do sítio nas publicações de Calderón.

- **Sítio arqueológico SM 10**

Localizado no município de Itabuna, está registrado CNSA como SM-10 (código CNSA BA00868)³³ e na descrição sumária foi registrado como “Sítio lito-cerâmico com presença de vários episódios de ocupação”.

Trata-se de um sítio com alta concentração de material cerâmico, lítico lascado e fragmentos de urnas. Presença de 03 grandes fragmentos de urnas, possivelmente da Tradição Aratu” (CNSA, 2011). Para o sítio SM-10 não há registro de publicações, as informações sobre ele residem apenas no cadastro no CNSA³⁴.

³² Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_detalhes.php?946 (Acesso em junho de 2021).

³³ Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_detalhes.php?20149 (Acesso em fevereiro de 2020).

³⁴ Embora tenha sido solicitado ao CNSA as coordenadas de localização precisa e dados mais detalhados sobre o sítio SM-10, até o presente momento não houve retorno.

O Extremo Sul baiano, onde também ocorrem sítios Aratu, localiza-se mais próximo dos territórios de Minas Gerais e do Espírito Santo. Embora já distantes dos sítios estudados e em um contexto ambiental diferente, pesquisas futuras podem investigar a existência de redes de trocas e distribuição, já que há similaridades entre as culturas materiais expostas no Vale do Rio Colônia e no Extremo Sul baiano.

3.2 Ocupação indígena no período de contato e colonial: o território Kamakã

Quando as caravelas e naus portuguesas aportaram no litoral sul da Bahia no início do século XVI, habitavam na região que ficaria conhecida durante o período colonial como Capitania de São Jorge dos Ilhéus, grupos indígenas de origem e língua Tupi que ocupavam grande parte da costa nordestina e os Aimoré na parte mais interiorana. Estes nativos tapuias, como eram chamados pelos Tupi, não falavam a língua Tupi e ficaram conhecidos por serem belicosos e arduamente resistentes à conquista dos colonos (DIAS, 2007a).

A primeira menção aos tapuias³⁵ foi feita pelo padre jesuíta Manoel da Nóbrega em 1549, que em *Informação das Terras do Brasil* faz menção aos Aimoré, referindo-se aos índios culturalmente diferentes das etnias de matriz Tupi, que viviam nas florestas atlânticas e que empreendiam ataques que assolavam o litoral das Capitanias de Ilhéus e Porto Seguro (TOFANI, 2008).

Posteriormente o jesuíta Juan de Azpilcueta em 24 de maio de 1555, também fez uso do termo *Aimoré* ao referir-se aos indígenas identificados entre Porto Seguro e Ilhéus (MEDEIROS, 2002). Nesse período passou-se a utilizar o referido termo que foi bastante mencionado nos relatos da época ao caracterizar os indígenas altamente

³⁵ De acordo com John Monteiro (2003), os autores quinhentistas criaram inicialmente uma grande divisão entre os indígenas, segregando-os em dois grandes grupos: os tupis sendo os grupos litorâneos que se organizavam de forma homogênea; e os tapuias, definidos como “a antítese da sociedade tupinambá” (*Ibid.*, p. 116) que eram divididos em muitos bandos, com costumes e linguagens diferentes (*Ibid.*). Ainda segundo o autor, o binômio tupi-tapuia “tornava o problema da diversidade linguística e étnica mais fácil de administrar, tanto para os escritores coloniais quanto para as autoridades da coroa” (*Ibid.*, p.127). É importante salientar que tais designações não refletem necessariamente as identidades sociais, culturais e/ou linguísticas dos grupos indígenas. A respeito disto, Sampaio (1997) discorre que “enquanto os Tupis constituíam um conjunto cultural e linguístico bastante homogêneo ao longo de toda a costa, ainda que fracionado em muitas unidades políticas locais de relativa flexibilidade, os grupos do interior só podem ser tomados como uma unidade por características bem genéricas (...) ou por mero contraste ao conjunto tupi e, ainda assim, corre-se o risco de distorções (SAMPAIO, 1997, p.33).

belicosos que ameaçaram a implantação da colonização nas capitânicas supracitadas durante vários anos.

De acordo com Tofani (2008), as fontes documentais dos séculos XVI e XVII que trazem referências sobre os grupos indígenas que habitavam áreas interioranas os trataram por meio, principalmente, das nomenclaturas “Tapuia e Aimoré”. No entanto, a partir do final do século XVIII o uso dessa nomeação passou a ser abandonado na medida em que os colonos começaram a penetrar no interior do continente, pelas bacias dos rios de Contas, Colônia, Pardo, Jequitinhonha, Buranhém, Mucuri e Doce.

Também se observa que as fontes documentais produzidas então passaram a registrar a existência nesse espaço de uma grande variedade de etnias indígenas – que sabemos hoje serem de filiação lingüística Macro-Jê (TOFANI, 2008, p.187).

Dentre as diversas etnias que habitavam as porções mais interioranas do sul da Bahia, destaca-se os Kamakã que habitavam a região do Vale do Rio Colônia. A respeito das variações existentes, no que diz respeito à nomenclatura da etnia, nos relatos históricos sobre os Kamakã, Silva (2017) discorre:

Na Capitania e posterior comarca de Ilhéus, como frisa Paraíso, os Camacãs “são referidos por Kamacã-Mongoió, ao norte do rio Pardo; Kamacã Menian e Menian na área do Pardo, do Colônia e do Mucuri, e por Caranins em Nova Viçosa e Caravelas”. Ainda segundo os autores, não se pode afirmar que as diversas denominações camacãs se devia às subdivisões dos grupos, ou ainda, se eram atribuídas pelos próprios Camacãs ou por terceiros (SILVA, 2017, p. 237).

A primeira descrição sobre a etnia foi feita somente no início do século XIX pelo padre Manuel Aires do Casal que ao visitar o sertão da comarca de Ilhéus relatou sobre os índios Kamakã-Mongoió em 1806:

Cada família vive em sua cabana. Todos fazem roças, onde cultivam várias castas de batatas, abóboras, inhames, melancias, excelente mandioca; e fazem grande provimento de mel. (...) Choram os mortos, e enterram-nos nus, assentados, dançam, e cantam ao som de um instrumento tão simples, como pouco sonoro, qual é um arco com um algodão delgado. As mulheres cobrem-se por diante com uma franja de algodão bem feita, que lhes chega até quase aos joelhos; os homens ocultam os genitais com um tecido de folhas de palmeira; e não trazem outras peças sobre seus corpos bem proporcionados. Gastam grande parte do seu tempo errando pelos bosques à caça, e para aproveitar as frutas. **A olaria é a única arte que exercem**³⁶ (...). O arco e a flecha são as suas únicas e suficiente armas tanto para a guerra, como para a caça (CASAL, 1945 *apud* MEDEIROS, 2002, p. 31).

³⁶ Grifo meu.

Pouco mais de uma década depois da descrição de Casal, o Príncipe Maximilian zu Wied-Neuwied passou pela Bahia em 1817, registrando toda a região de Arraial da Conquista, atualmente a cidade de Vitória da Conquista, situada a oeste do sítio Canaã, em sua obra *Viagem ao Brasil*. Além dos registros escritos, o naturalista deixou também uma iconografia importante. Wied-Neuwied durante sua passagem pela região do sul baiano identificou uma pequena aldeia Kamakã na região do Rio Cachoeira, na serra do Mundo Novo³⁷ e soube através “do mulato Manuel, seu guia, que eles viveriam em extremo atraso, quase exclusivamente da caça e do cultivo de pequeno número de plantas” (CARVALHO, 2016, p. 73). Os Kamakã foram classificados por Wied-Neuwied como estando um pouco acima dos Botocudo e Pataxó, grupos indígenas vizinhos, na escala da civilização (*Ibid.*).

Nesse mesmo período, os naturalistas bávaros Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius passaram pela Comarca de Ilhéus, em 1818 com o intuito de “conhecer o aspecto das florestas não profanadas em outros pontos da Província” (SOARES, 2012a). De acordo com Medeiros (2002), os naturalistas relataram a prática oleira de confeccionar peças em barro entre os Kamakã, principalmente na região do Aldeamento de São Pedro de Alcântara que também estava localizado no Vale do Rio Colônia.

Na década de 30 dos oitocentos, o viajante Jean-Baptiste Douville conviveu com os Kamakã e deixou registrado em um diário de campo, cujo manuscrito foi identificado por Alfred Métraux, na Biblioteca Saint Génévieve em Paris, durante a década de 1930 e traduzido para o português na pesquisa de Grahl (2009). Intitulado *Voyage chez les sauvages du Brésil. Les Cutachos, les Mongoyos, les Patachos et les Maschacalis fait pendant les années 1833, 1834 e 1835 par J. B. Douville*, o diário inacabado do viajante contém descrição dos costumes e aspectos culturais da etnia.

De acordo com os relatos de Douville, na década de 1830 os Kamakã viviam entre os rios Itapé e Ilhéus (GRAHL, 2009) (Figura 19). Itapé é atualmente o município onde o sítio Canaã está localizado e a sede municipal já foi um aldeamento, conforme será detalhado adiante. O rio que passa por Itapé é atualmente conhecido como Rio Colônia, ele desagua em Ilhéus e integra a Bacia Hidrográfica do Rio Cachoeira.

³⁷ Mundo Novo, assim como Água Vermelha, Rancho Queimado, Toucinho e Braço da Dúvida são localidades existentes dentro do território da atual Terra indígena Caramuru-Paraguaçu.

Apenas Douville foi capaz de descrever alguma sintaxe da língua Kamakã (*Ibid.*; WELPER, 2018), além de descrever aspectos do cotidiano e da cultura desse grupo.

Figura 19 – Mapa elaborado por Jean-Baptiste Debret na primeira metade do séc. XIX. A localização da etnia Botocudo está demarcada em rosa, dos Kamakã em laranja e dos Pataxó em azul



Fonte: Grahl, 2009, p. 37.

No fim do século XIX há registro dos Kamakã pelo Dr. J. B. de Sá Oliveira nos anais dos estudos de etnologia do *Terceiro Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia* realizado em Salvador em 15 de outubro de 1890. O médico registra detalhes acerca da aparência, dos costumes, dos ofícios, como a olaria, e sobre o fim dos aldeamentos indígenas na região do sul da Bahia.

Na década de 1930 o antropólogo Alfred Métraux teve acesso aos manuscritos de Douville através do catálogo da Biblioteca Saint Génévieve (CARVALHO, 2016) e publicou os dados da etnografia do viajante. Métraux viajou para a Bahia apenas em 1951 (LÜHNING, 2012) quando registrou que os Kamakã “vivem entre os rios Itaípe e Ilhéus, pouco numerosos, tanto mais que se destroem por assassinatos contínuos” (CARVALHO, 2016, p.75).

Ainda na primeira metade do século XX, o etnólogo Curt Nimuendajú empreendeu uma viagem entre novembro de 1938 e abril de 1939, pelos estados da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, com subvenção da Universidade da Califórnia e financiado por Robert Lowie a fim de pesquisar os grupos indígenas Jê setentrionais (CARVALHO, 2016; WELPER, 2018). O objetivo oficial da expedição era visitar os Kamakã e as tribos vizinhas “a fim de obter uma visão mais profunda sobre a classificação linguística e as migrações históricas da família Jê” (*Ibid.*, p. 15).

Nimuendajú obteve autorização do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas para pesquisar a etnia Kamakã (CARVALHO, 2016). De acordo com Welper (2018), à época esses indígenas residiam um pouco afastados do posto Paraguaçu (atualmente Terra indígena Caramuru-Paraguaçu). Nesse período, o etnólogo registrou que onze Kamakã viviam na reserva indígena na localidade de Riacho Mundo Novo, abrigados em três choupanas. Tratavam-se dos descendentes que sobreviveram da última aldeia que ficava em Catolé e se deslocaram para a reserva em 1932 (CARVALHO, 2016). Nas cartas para Lowie, Nimuendajú registrou que desses Kamakã “apenas duas velhas eram de sangue puro e conheciam a língua. No mesmo dia em que cheguei em Mundo Novo, enterraram a mais jovem das duas” (*Ibid.* p. 21).

O etnólogo alemão permaneceu na área de reserva por 2 meses e 6 dias (CARVALHO, 2016) e investiu então um mês em coletar dados com “a última remanescente pura Kamakã”, Jacinta (Figura 20). De acordo com Maria Rosário de Carvalho, Nimuendajú “deixava-se assaltar pela imaginação do que se teria passado entre Douville e os Kamakã há 100 anos!” (*Ibid.*, p. 74). O etnólogo reconheceu que em relação à coleta de dados, ficou muito atrás do coletado por Douville. No entanto, Maria Rosário de Carvalho explica que o alemão, “não tinha à disposição, como aconteceu com Douville na primeira metade do século XIX, bons interlocutores linguísticos, foi compelido a debater-se com a velha Jacinta durante um mês (*Ibid.*, p.75). Dessa forma, o resultado de sua etnografia consistiu apenas em designações de parentesco, 22 histórias e lendas e uma pequena lista de palavras (WELPER, 2018).

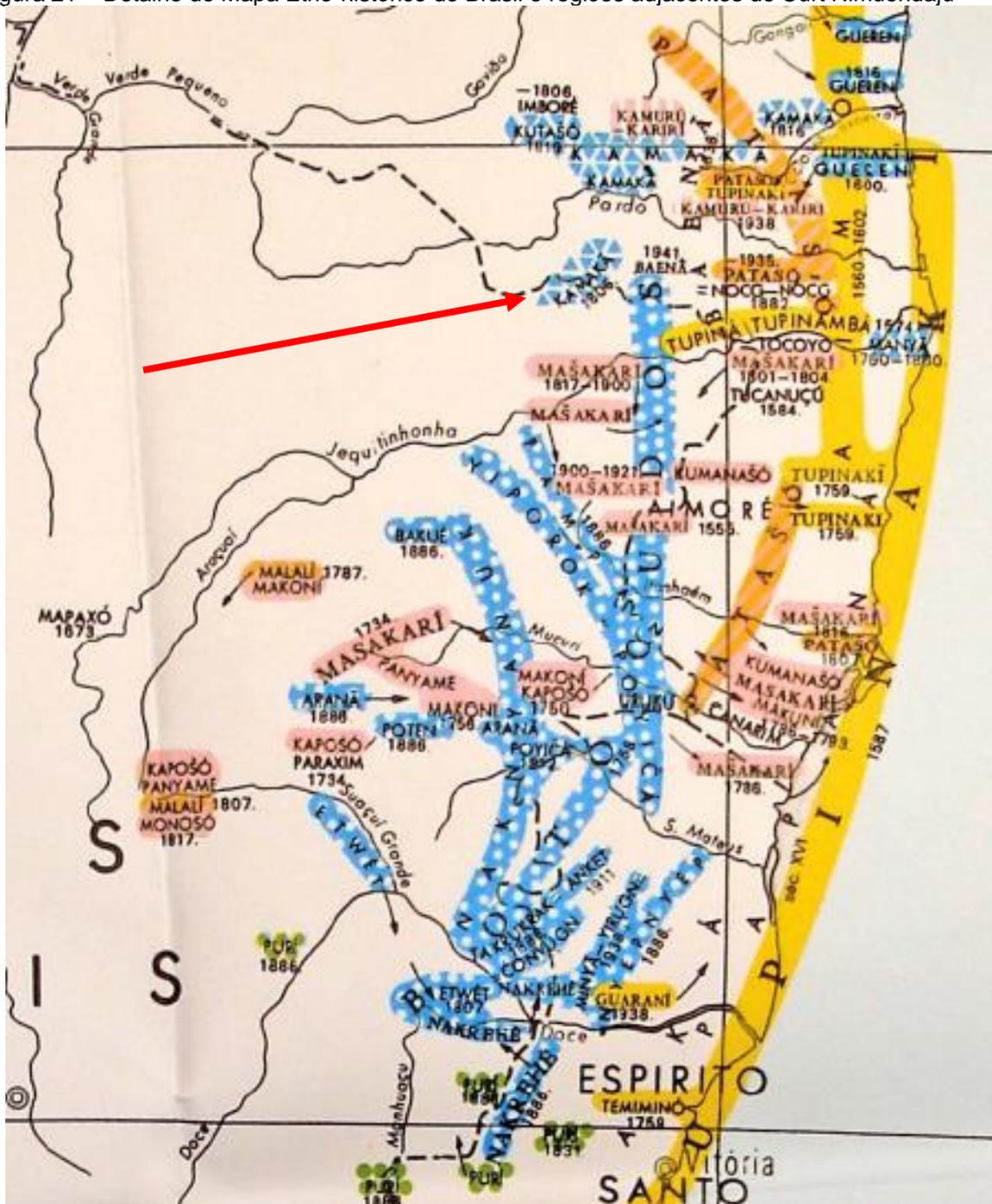
Figura 20 – Remanescentes Kamakã registrados por Nimuendajú: Sebastião, Jacinta e Manoel Aratimbo



Fonte: Welper, 2018, p. 22.

Os dados coletados por Nimuendajú “junto aos onze Kamakã remanescentes foram mais tarde publicados no *Handbook of South American Indians*, em um artigo escrito em coautoria com Alfred Métraux” (WELPER, 2018, p. 17; NIMUENDAJÚ E MÉTRAUX, 1946). A Figura 21 apresenta um mapa etno-histórico elaborado por Curt Nimuendajú, onde há destaque com seta para a área do Vale do Rio Colônia. Na Figura 22 está disponível uma linha do tempo que ilustra e sintetiza o histórico dos levantamentos etno-históricos e etnográficos realizados com os Kamakã ao longo de quase 150 anos, isto é, desde o início do século XIX até meados do século XX.

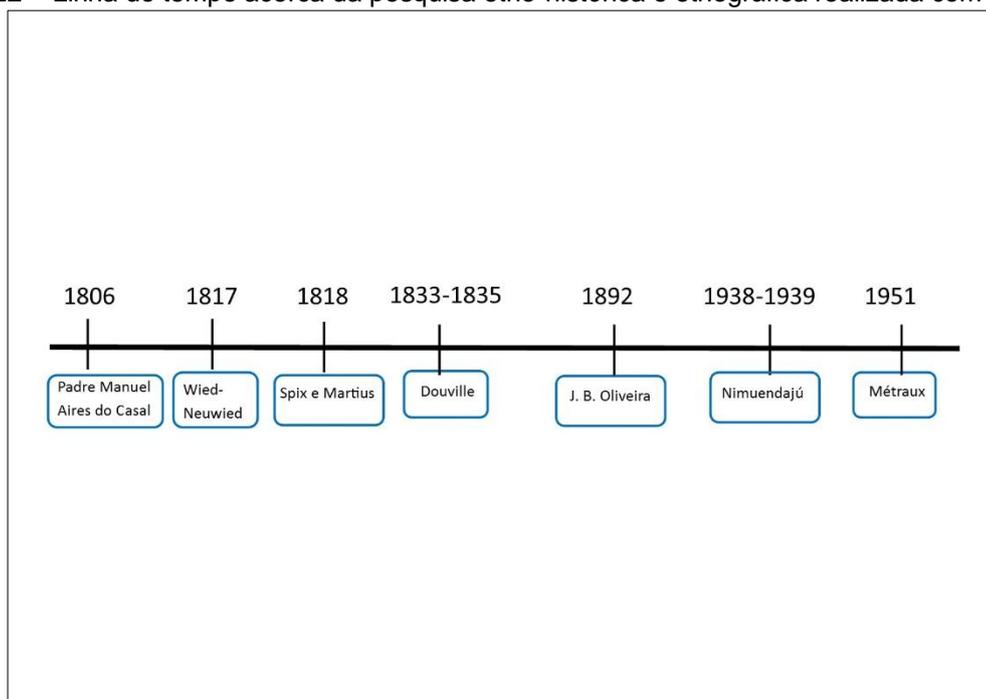
Figura 21 – Detalhe do Mapa Etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes de Curt Nimuendajú³⁸



Fonte: IBGE (adaptação do mapa produzido por Nimuendajú em 1944), retirado de Tofani (2008)

³⁸ Representa áreas dos estados da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo onde foi documentada a presença de etnias filiadas às famílias linguísticas Botocudo, Kamakã e Maxakali. Legenda: hachura azul com círculos brancos = família Botocudo; hachura com círculos azuis = família Kamakã; hachura salmão = família Maxakali; hachura laranja e salmão = línguas Pataxó e Malali (o autor considerava-as como línguas isoladas); hachura em círculos verdes = família Puri; hachura amarela = família Tupi-Guarani; data junto à denominação = “Data da Documentação da Tribo”; setas = “Rumo da Migração da Tribo”.

Figura 22 – Linha do tempo acerca da pesquisa etno-histórica e etnográfica realizada com os Kamakã



Portanto, conforme foi demonstrado através dos relatos de viajantes, naturalistas e, mais tarde, por etnólogos, além dos mapas etno-históricos, a região de estudo foi densamente ocupada por grupos indígenas de origem Jê, sobretudo pelos Kamakã, cujos aspectos culturais serão detalhados no próximo item.

3.2.1 Aspectos culturais dos Kamakã do Vale do Rio Colônia

Os aspectos do cotidiano, da vida cultural e social dos Kamakã que habitavam a região de estudo foram registrados nas fontes etno-históricas. As informações apresentadas nesse item são retiradas da etnografia realizada entre 1833 e 1835 por Jean-Baptiste Douville, cujo diário inacabado³⁹ foi traduzido e transcrito na íntegra por Grahl (2009), dos registros do médico J. B. de Sá Oliveira (1892) e das correspondências de Curt Nimuendajú para Robert Lowie no período em que esteve entre os Kamakã, traduzidas e transcritas integralmente por Welper (2018).

³⁹ De acordo com Grahl (2009), trata-se de um texto inédito em português e até mesmo na França nunca foi publicado. Tendo sido publicado somente na Revista del Instituto de Etnologia de la Universidad Nacional de Tucuman, em francês, por Métraux, sob o título de *Les indiens Kamakan, Pataxó et Kutaxó*, que é uma transcrição de parte do diário de Douville.

- **Subsistência**

Informações referentes à subsistência dos índios Kamakã (Figura 23), tais como a caça, a pesca e a coleta são descritas por Jean-Baptiste Douville:

Quando o Kamakã mata uma grande caça, ele tira rapidamente os intestinos; os envolve e os leva ao ekor. Lá sem nada dizer a ninguém, pega um recipiente, coloca-o no fogo, cozinha as tripas e as come sem nada dizer a ninguém. Quando está bem cheio de comida se estende sobre um leito e conta o que matou e onde deixou. Então as mulheres vão buscar a caça, e em seguida ele compartilha como quer. As tripas são de direito do caçador. Contudo, quando é uma anta ou um porco, ele convida normalmente os outros para um festim pois não poderia comer tudo. (...) A caça lhes fornece a carne que os obriga à vida errante. Quando acaba a caça num lugar, se distanciam para outro. (...) Eles pescam com linha em suas canoas. Quando o Kamakã vai tirar mel nos bosques, ele tira uma a uma as pequenas abelhas brancas que há nas colmeias e as come uma depois da outra. O kamakã come e acha excelente os vermes dos bosques, as frutas e tudo o que ele agarra. Até mesmo as pulgas (DOUVILLE, 1835 *apud* GRAHL, 2009, p.45-46).

Conforme é possível observar no relato, era costume dos homens Kamakã preparar animais caçados de grande porte em recipientes que levavam ao fogo. Embora não haja descrição neste relato acerca de tais recipientes, a seguir será apresentada e discutida a representação de um vasilhame cerâmico Kamakã de Wied-Neuwied.

Figura 23 – Índios Kamakã na floresta. Gravura de Wied-Neuwied



Fonte: Grahl, 2009, p. 48.

Outro ponto que dialoga com o contexto arqueológico do sítio Canaã é a menção ao porco enquanto uma das caças dos Kamakã, e atrelado a rituais praticados por tal etnia. Grahl (2009) através dos relatos de Jean-Baptiste Douville, dispõe sobre um costume Kamakã de sacrifício realizado em determinadas fases da lua e que envolve o abate de um porco pelo homem Kamakã.

Essa gente só sacrifica a Vênus em dias específicos e então eles deixam o *ekor*, vão à floresta, numa cabana que fazem, passam aí um dia e uma noite, depois voltam. Esses sacrifícios se fazem à lua nova, cheia, e em seu último quarto de lua. Mas para isso o homem deve matar um animal que ele come as partes posteriores. É esse costume que trouxe durante a noite os kamakãs que eu tinha enviado para a costa. Eles mataram um porco e, como não estavam ainda tão longe, voltaram e um deles que tinha matado o porco tomou sua mulher e entrou na floresta (DOUVILLE, 1835 *apud* GRAHL, 2009, p.47-48).

Conforme foi apresentado no item 1.4.3 no sítio Canaã foi identificado um adorno confeccionado com um fragmento de úmero de um porco selvagem. De acordo com Martin (2008), a utilização de ossos no período pré-colonial, restringia-se à fabricação de adornos (colares e pingentes) com tíbias de animais e são encontradas principalmente em enterramentos, compondo parte do enxoval funerário. Castro (2013) registra a utilização dos ossos do porco selvagem atualmente pelos povos indígenas do Oiapoque de origem Karib e Aruak (Karipuna, Galibi Kali'na, Galibi Marworno e Palikur), no extremo norte do Brasil, como matéria-prima para a confecção de artefatos, sobretudo, colares e pingentes.

Portanto, levando em consideração que o sítio foi ocupado em um período anterior à colonização e com base no que foi apresentado aqui, é possível discorrer que existe consonância entre alguns elementos culturais dos Kamakã, descritos nas fontes etno-históricas com o observado no registro arqueológico. Contudo, o lapso temporal existente não permite que sejam feitas associações decisivas entre as ocupações do sítio Canaã e àquela etnia, e nem sequer filiação linguística. Durante o período pré-colonial as identidades estavam em constante transformação e negociação por meio de processos como migrações, guerras, comércio e etc. A descoberta e estudo sistemático de outros sítios na região, entretanto, permitirá explorar uma hipótese de continuidade entre os dois contextos.

O viajante francês registra ainda em seu diário que os Kamakã praticavam agricultura, narrando um episódio em que visitou algumas roças em meio à floresta atlântica, descrevendo as culturas que havia:

Depois de uma meia hora de um trajeto extremamente difícil, chegamos à primeira plantação; quinze minutos depois a uma outra e mais quinze a uma terceira. Nas primeiras havia muita batata, banana, feijão, alguns abacaxis e vagens (*Ibid.*, p.43).

A prática agrícola é comum na região desde o período pré-colonial quando grupos horticultores-ceramistas, tal como os que são filiados à Tradição Aratu, começaram plantios e estabeleceram assentamentos com a formação de grandes aldeias, de modo que a cultura material evidenciada sugere um modo de vida mais sedentário (MARTIN, 2008; PROUS, 1992). Isso pode ser observado no sítio Canaã a partir do material lítico e sobretudo cerâmico, com a presença de ferramentas e artefatos, tal como a literatura reporta para a tradição supracitada.

- **Comportamento**

Douville se preocupou em descrever aspectos comportamentais dos Kamakã em seu diário onde registrou o cotidiano destes indígenas em questões referentes ao banho, ao aprendizado, às inimizades, chegando a criticar determinadas posturas deste povo:

Eles se banham no mínimo todos os dias, nos riachos ou rios que passam perto de suas aldeias (DOUVILLE, 1835 *apud* GRAHL, 2009, p.39). Essa gente deseja aprender. Eles mostram o maior contentamento quando aprendem alguma coisa. (...) Kamakã e Pataxó são inimigos e estão continuamente em guerra (*Ibid.*, p.43). Esse povo é naturalmente mau, enganador, ladrão, ingrato e preguiçoso (*Ibid.*, p. 42). Não são numerosos e se destroem entre si por assassinatos contínuos (*Ibid.*, p. 38). A civilização estabelecerá a ordem e lhes ensinará a se respeitarem (*Ibid.*, p. 39). Quando um ofende outro, o ofendido, quando é uma coisa grave, mata o ofensor com uma flechada. O assassino se torna um alvo para os parentes do morto, que o matam na primeira ocasião, e vão assim até que as famílias se extinguem (*Ibid.*, p. 40).

O estabelecimento de aldeias nas proximidades de cursos d'água é outro ponto que demonstra coerência entre o disposto pelo registro arqueológico e as fontes etno-históricas. Neste caso, sugere o mesmo padrão de assentamento entre os Kamakã, de filiação Jê, com os sítios arqueológicos da Tradição Aratu (MARTIN, 2008; PROUS, 1992; WÜST, 1983).

O Dr. J. B. de Sá Oliveira registrou uma peculiaridade na forma de caminhar dos Kamakã, o abandono da vida nômade, reitera a inimizade com os Pataxós descrita por Douville e menciona acerca do fim do aldeamento:

Quando caminham pisam de um modo especial, que manifesta-se mais francamente na infância: as pontas dos pés ficam voltadas ligeiramente para dentro (OLIVEIRA, 1892, p.5).

Desde que deixaram a vida nómada para formarem um pequeno núcleo colonial, no lugar denominado Catule, tem (sic) sido incessantemente perseguidos pelas tribos selvagens, d'entre as quaes sobresaie a dos Patachos, que tem sofrido também grandes perdas com suas batalhas sangrentas. Depois que morreu o ultimo missionário, viram se indefesos (*Ibid.*, p. 16-17).

Este relato por ser de um período mais recente, do fim do século XIX, discorre sobre o fim do aldeamento e corrobora o que as fontes históricas e os registros coloniais dispõem sobre a região, tal como é apresentado no item 3.2.2.

- **Aparência**

Douville descreveu a aparência dos homens (Figura 24) e das mulheres (Figura 24) Kamakã, apontando a influência do contato com os brancos sobre a indumentária das mulheres indígenas, além de descrever a pintura corporal realizada pelo grupo:

Os homens têm por vestimenta somente uma folha amassada ao redor do pênis de maneira a deixar ver a extremidade, a parte superior e os testículos. (...). Nos grupos que tiveram algum contato com os cristãos, as mulheres colocam saíões curtos que elas encontram quando trabalham em Ermo Nobre, moradia dos brancos que é mais recuada em direção ao interior. (...). Os kamakã fazem linhas sobre o corpo, mas geralmente uma lhes atravessa a face perpendicularmente da testa ao queixo e outra horizontalmente acima do nariz e através das bochechas. (...). Alguns kamakã se pintam também ao redor do braço até o pescoço desde as costas e abaixo do joelho até o calcanhar (DOUVILLE, 1835 *apud* GRAHL, 2009, p.42).

Figura 24 – Mulher e chefe Kamakã. Gravuras de Jean-Baptiste Debret intituladas *Índia Camacã* e *Índio Camacã-Mongoio* (1820)



Fonte: Grahl, 2009, p. 39-40.

Alguns anos mais tarde, ainda nos oitocentos, o Dr. J. B. de Sá Oliveira registra a aparência do Kamakã, atribuindo-lhe a nudez parcial:

A sua nudez é quase completa (OLIVEIRA, 1892, p.5). Quase todos vivem na taba com uma simples tanga ocultando as partes genitais (*Ibid.*, p.6).

Conforme é sabido para a região, os povos não Tupi, ou Aimoré, como eram designados no início da colonização, foram os mais resistentes ao processo de conquista e assimilação à sociedade colonial (MEDEIROS, 2002; TOFANI, 2008). Portanto, a nudez parcial entre os Kamakã no final do século XIX quando outras etnias estavam totalmente inseridas na lógica cristã e colonial, sugere a resistência desse grupo à conquista europeia.

- **Práticas funerárias**

A descrição de Douville sobre as formas de sepultamento entre os Kamakã indica a prática de enterramentos primários e secundários em urnas decoradas:

O cadáver fica quatro anos sob a terra, depois, os parentes mais próximos vão ao lugar da sepultura, retiram todos os ossos que encontram, levam para o *ekor* onde queremos que o morto volte. (...). Ao fim da lua, um dia antes que ela morra, colocamos toda a ossada em uma urna de terra pintada de diferentes cores e as levamos em uma outra fossa cavada para isso, mas de maneira que seja superficial. (...). Quando a urna e os ossos que ela contém forem completamente destruídos, a alma do morto, se foi um homem bom, reencarna (DOUVILLE, 1835 *apud* GRAHL, 2009, p.53).

A pintura policrômica em urnas de um grupo Jê, como os Kamakã, sugere claramente uma influência dos povos Tupiniquim vizinhos. Devido à proximidade destes grupos distintos e o relacionamento entre ambos mediante comércio, casamentos, trocas entre outras formas, acabaram por facultar a constante transformação dessas identidades.

Isso pode ser observado na região desde o período pré-colonial a partir do registro arqueológico, como o material cerâmico do sítio Canaã, bem como do sítio Água Vermelha demonstram: a incorporação de elementos do universo Tupi na cultura material de grupos filiados à Tradição Aratu – associada a grupos de orientação Jê (RODRIGUES, 2011; TOFANI, 2008) – e que teria culminado em um contato assimétrico (ETCHEVARNE, 2012).

- **Casamento**

No que diz respeito a enlacs matrimoniais, Jean-Baptiste Douville descreve as festas (Figura 25) de casamento entre os Kamakã, apresentando detalhes sobre as bebidas, a duração, os convidados e os tipos de presentes que eram recebidos:

Para o dia do casamento, se prepara muita bebida feita de mamão, com batatas-doces e milho. Uma grande quantidade de caça é separada para que haja abundância de comida. Todos se embebedam à exceção dos casados, que fazem o melhor uso possível da noite de núpcias. As festas continuam o dia seguinte, e mesmo durante mais de um mês se ainda houver o que comer. Cada um dos convidados presenteia a noiva caso esteja contente com a festa. O pai e a mãe fazem o mesmo. Os presentes dos estrangeiros consistem de facas, pérolas, machados, sacos, cocares para dançar, etc. (DOUVILLE, 1835 *apud* GRAHL, 2009, p.46).

Figura 25 – Dança dos Kamakãs. Gravura de Wied-Neuwied.



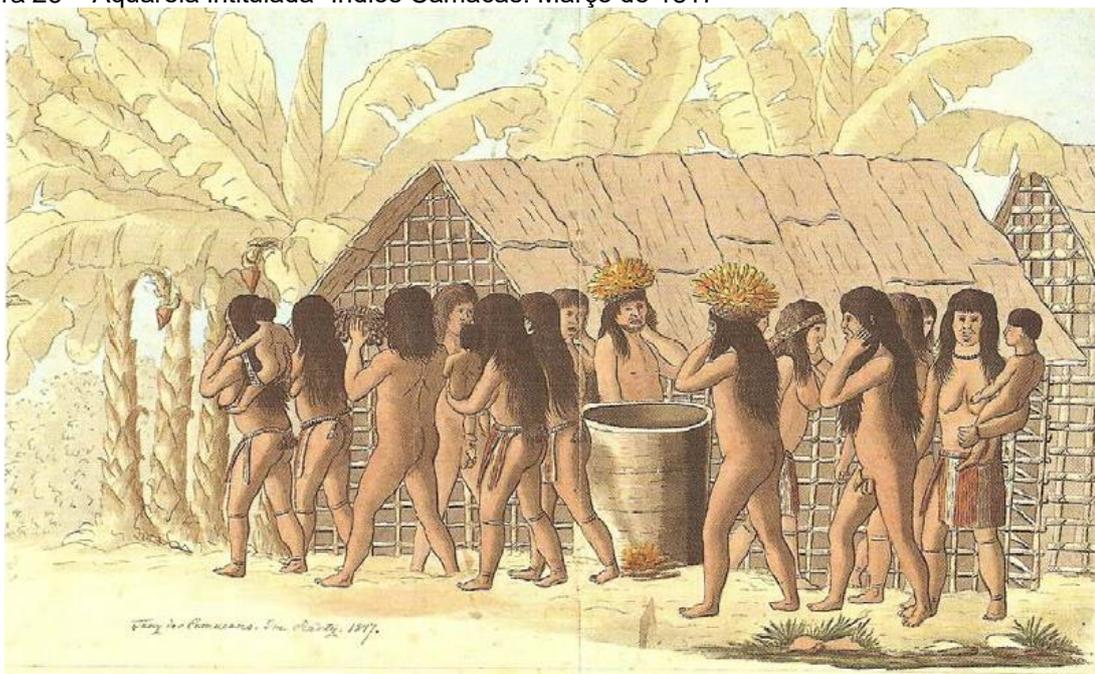
Fonte: Grahl, 2009, p. 47.

A imagem acima demonstra uma ocasião em que há a reunião dos Kamakã com alguma finalidade ritualística ou festiva. Chama atenção o recipiente cerâmico de grandes dimensões que se encontra disposto no centro da dança. Com boca circular e bojo carenado, o recipiente parece sugerir mais uma influência dos vizinhos Tupi. Para o período pré-colonial, verifica-se a mesma influência: ainda que seja um

percentual muito pequeno, existem alguns fragmentos de bojos carenados no acervo do sítio Canaã.

Existem duas versões do mesmo autor para a iconografia acima apresentada. A primeira é uma gravura, ao passo que a segunda é uma aquarela (Figura 26). Conforme pode ser observado na figura abaixo, na segunda versão o recipiente cerâmico que se encontra no centro da dança, difere da primeira representação, uma vez que não possui carenagem no bojo.

Figura 26 – Aquarela intitulada “Índios Camacãs. Março de 1817”



Fonte: Costa, 2008, p. 105.

Diante disso, surge um questionamento sobre qual representação da ocasião festiva dos Kamakã seria mais fidedigna, pois a existência de carenagem no vasilhame pode sugerir uma ligação com grupos de filiação Tupi. Contudo, independentemente disso, no período pré-colonial os recipientes foram produzidos naquela região em ambas as configurações, tal como demonstra o acervo do sítio Canaã.

- **Instrumentos musicais**

Jean-Baptiste Douville registra a existência de instrumentos musicais entre os Kamakã e descreve brevemente os materiais que eram utilizados para a confecção dos mesmos:

Seus instrumentos musicais se compõem de chifres de pequenos cervos e de cascos de pés de porco e de anta furados e ligados com algodão (DOUVILLE, 1835 *apud* GRAHL, 2009, p.49).

A descrição do material utilizado está de acordo com o que o registro arqueológico demonstra para a região, como o material faunístico, inclusive da espécie do porco, conforme foi apresentado.

- **Cerâmica e tecelagem**

O Dr. J. B. de Sá Oliveira descreveu a forma como os Kamakã faziam recipientes cerâmicos e registrou a habilidade do grupo na fabricação de tecidos:

Está ainda em um nível muito baixo a arte cerâmica. Os poucos utensílios pertencentes á (sic) comunidade a exceção de alguns comprados, são fabricados como entre outras tribus: pulverizam certas pedras moíles e misturam o pó com argilla, á (sic) qual adicionam agua bastante para dar-lhe conveniente consistência, e depois de modelarem os seus vasos, levamos ao fogo. Se a este respeito pouca habilidade revelam, em algumas indústrias estão muito adiantados, como a de fabricar tecidos: fazem estofos de fios de algodão muito bem trabalhados, e tingem-nos de côres vivas e variadas (OLIVEIRA, 1892, p.6).

A discussão acerca do modo de manufatura de recipientes cerâmicos pelos Kamakã será realizada mais adiante. A confecção de tecidos é outro ponto que está de acordo com o que a cultura material do período pré-colonial demonstra para a região: no sítio Canaã foram identificados fragmentos de rodela de fuso que indicam a fiação.

Algumas décadas mais tarde, Curt Nimuendajú durante o tempo em que conviveu com os Kamakã na reserva Caramuru-Paraguaçu registrou em uma carta datada de 3 de dezembro de 1938 endereçada a Robert Lowie, a experiência que teve em campo ao encontrar fragmentos de cerâmica e especula sobre a filiação cultural da mesma:

Em uma encosta no meio da floresta, achei os cacos de cerca de vinte grandes vasilhas esféricas de um tipo singular. Elas não tinham nem base, nem uma borda especificamente trabalhada. A metade inferior das vasilhas, muitas vezes também as três quartas partes inferiores, era evidentemente desenvolvida para cima de um montão de argila alisada, o resto era feito com rolos de argila sobrepostos e pressionados uns aos outros, de modo que as impressões dos dedos faziam o efeito de escamas ou telhas. Não se achou vestígio de pintura, ornamentos ou alças, exceto por uma única pequena saliência vertical, em forma de crista, embaixo da borda de uma pequena vasilha. A técnica é, portanto, a mesma que Carlos Estevão e eu vimos nas tribos de Pernambuco. Até a forma de esfera é a mesma e a mencionada

saliência indica ainda especificamente a cerâmica dos índios do Collegio, no baixo Rio São Francisco (NIMUENDAJÚ, 1938 *apud* WELPER, 2018, p. 25).

Conforme é possível observar no relato de Curt Nimuendajú acerca da cerâmica que o etnólogo identificou durante sua viagem ao sul da Bahia e partindo das provocações levantadas por ele, em relação ao tipo e à cultura que esse material cerâmico e demais aspectos sociais estariam associados, é possível elencar algumas considerações, levando em conta também a descrição de Oliveira (1892) da cerâmica Kamakã, cujo preparo envolvia a pulverização de certas pedras moles que eram adicionadas com a argila. Possivelmente, essa referida pedra seja o grafite, uma rocha friável⁴⁰ que foi bastante utilizada na produção cerâmica Aratu, tanto como antiplástico quanto como tratamento de superfície, identificada em todo sul e extremo sul da Bahia, e de maior ocorrência na cerâmica da fase Itanhém (CALDERÓN, 1974; ETCHEVARNE, 2012; FERNANDES, 2017).

- **Discussão acerca dos arranjos espaciais nas aldeias Jê**

Tofani (2008) estabelece uma discussão similar à de Nimuendajú ao considerar a existência de uma matriz ancestral que alicerçou as demais culturas, assim ele leva em conta a possibilidade de que as matrizes culturais das etnias de origem Jê pertençam à Tradição Aratu e que a arquitetura das aldeias dos grupos indígenas contemporâneos dessa família linguística preserva os fundamentos ancestrais.

Para o autor, o desenho das aldeias Aratu e a ocorrência desse padrão circular ou elíptico⁴¹ em um amplo espaço durante um período tão extenso quanto a própria tradição em questão:

(...) sugere a existência de um padrão arquitetônico que pautava a produção das aldeias Aratu – e a reprodução das suas populações – e que visava não apenas ao atendimento das suas necessidades físicas, mas também à constituição de uma firme representação cosmológica de alcance universal. Esse padrão também foi observado em grandes aldeias produzidas por etnias filiadas às famílias linguísticas Jê e Karib que foram documentadas durante a colonização europeia do Brasil e ainda é reproduzido pelos Bororo (ou Boe),

⁴⁰ Na Escala de Mohs a dureza do grafite está entre 1 e 2, se tratando de mineral extremamente macio. Ver Capítulo 4.

⁴¹ “(...) é recorrente a presença de vestígios de uma praça central de planta circular ou elíptica, que tinha em média 100 metros de diâmetro ou eixo maior e era circundada por habitações com 10 a 20 metros de comprimento. Em alguns casos, essa praça podia chegar a cerca de 500 metros de diâmetro ou eixo maior e ser circundada por até três linhas concêntricas de habitações” (TOFANI, 2008, p.157).

Canela (ou Apanyekrá e Ramkokamekrá), Kayapó (ou Mebêngokrê), Krahô (ou Mehim, Mâkrare ou Quenpokrare), Kuikuru e Xavante (*Ibid*, p.157-158).

Da mesma forma, Prous (1992) considera que existe uma correspondência entre a área ocupada no período histórico pelos Kayapó, que também são grupos do tronco linguístico Jê, e vestígios arqueológicos:

“(..) de tipo Aratu, reproduzindo fielmente o padrão das aldeias. Sabe-se, inclusive, que no momento dos primeiros contatos com os brancos as aldeias Kaiapós eram densamente povoadas, tendo uma linha dupla de casas; com as drásticas reduções populacionais provocadas pelas doenças européias, reduziram-se a um anel único, mantendo-se até hoje as características da praça central, essencial na vida da aldeia, já que marca o lugar dos homens, enquanto as casas periféricas são residências matrilocais, onde imperam as mulheres (*Ibid*, p. 349).

De acordo com Rodrigues (2011, p.75), para os grupos do tronco linguístico Jê, o centro da aldeia está relacionado com o centro de sua cultura, relação esta que envolve pensamento e lugar, vinculando assim “aspectos cosmológicos específicos dos grupos em questão”. O autor pontua ainda acerca da existência de concentrismo e diametralismo nas aldeias Jê, de modo que o pensamento dos grupos falantes de línguas associadas a este tronco concebe o mundo de uma forma dualista: “o universo social se divide em duas esferas antitéticas, complementares e fundamentais” (*Ibid.*, p.75).

Dessa forma, o pensamento Jê se arranja conforme pares de oposições, isto é, centro/periferia, água/ fogo, cru/cozido. Em cerimônias o público é dividido em grupos que são “bissecionados e concebidos como antitéticos e complementares, localizado no centro da aldeia” (*Ibid.*, p.75). Apresentando alguns exemplos etnográficos e etnoarqueológicos, o autor tenta demonstrar como grupos do Tronco Macro-Jê conformam seu universo cultural e sua esfera cotidiana no arranjo da própria aldeia.

3.2.1.1 Língua Kamakã

O Kamakã é uma língua ameríndia extinta há mais de sessenta anos. O que restou dessa língua foram alguns vocábulos, pouco mais de 200 itens lexicais, e algumas frases registradas por viajantes do século XIX e, mais tarde por etnólogos, como Nimuendajú. No entanto, à Douville se atribui a façanha de reunir a maior

quantidade de vocábulos e expressões Kamakã (Quadro 4), chegando em uma sintaxe (GRAHL, 2009; WELPER, 2018).

Quadro 4 – Expressões da língua Kamakã registradas por Douville

GRUPOS	EXPRESSÃO KAMAKÃ	TRADUÇÃO EM PORTUGUÊS
GRUPO 1	Uñio kakers	Eu tenho contas
	Uñio kuya	Eu tenho um porco
	Ukeyo kuya	Eu tenho um porco em minha casa
	Dé-io quani	Eu tenho um filho
	D'y-io quani	Tu tens um filho
GRUPO 2	Deha karadan	Casa pequena
	Deha danho	Casa grande
	Achedia na	Preparar o almoço
	Chokê kui-guiê	A arara grita
	Há hadoko	Tenho sono
	Incha pö	A comida não está pronta
	Incha hao	A comida está pronta
	Du kanruni	Lavar os víveres
	Kadiê keradan	Meu filho
	Quani keradan	Meu filho

Fonte: Grahl, 2009, p.77.

A extinção da língua Kamakã é considerada pela linguística como uma morte artificial, ou seja, o povo falante da língua deixa de existir e não há registro de nenhuma língua geneticamente filha do Kamakã (GRAHL, 2009). O autor explana que existe um campo da linguística que trata da relação existente entre *habitat* e grupos humanos, a Ecolinguística, e que há, portanto, uma relação direta entre as diversidades biológica e linguística. Assim, no caso Kamakã, a destruição do *habitat*, migrações e aculturação, não permitiu que a língua homônima resistisse.

João Arthur Grahl apresenta argumentos de como o conhecimento sobre línguas contribui para o estudo dos grupos humanos: a linguagem permite conhecer os extremos do conhecimento humano, além disso, está relacionada com o processo de aprendizagem, ao cérebro, possibilitando assim a compreensão dos limites cognitivos (*Ibid.*). A linguagem humana é uma faculdade mental que tem o poder de ser fonte de conhecimento, percepção e sabedoria. A língua, idioma ou dialeto de qualquer sociedade é capaz de informar “uma nova visão sobre como a mente

humana funciona e como ela se expressa em categorias linguísticas” (CRYSTAL, 2000 apud GRAHL, 2009, p.15).

Tofani (2008) reitera o proposto por Grahl (2009), ao afirmar que a linguística se torna imprescindível para entender as “trajetórias e legados das culturas indígenas que habitaram o atual território nacional” (*Op.cit.*, p.175), pois as línguas nativas, existentes ou extintas, integram um aparelhamento similar a uma árvore genealógica, partilhando origens comuns e integrando assim, parte de um *continuum*.

Em relação às línguas nativas, Frederico Tofani elencou algumas possíveis relações entre a Tradição Aratu e o tronco linguístico Macro-Jê e as famílias linguísticas Botocudo, Kamakã e Maxakali.

Se o distintivo padrão arquitetônico das aldeias produzidas por etnias como as Bororo, Canela, Kayapó, Krahô, Kuikuru e Xavante sugere que uma das suas matrizes culturais pode ser Aratu, os conhecimentos sobre as línguas indígenas do Brasil tanto corroboram essa hipótese quanto indicam que outras etnias documentadas a partir do século XVI também podem ter tal matriz (TOFANI, 2008, p. 174).

O tronco linguístico Macro-Jê é oriundo de um idioma falado na região central do Brasil ou em porções centroorientais, designado proto Macro-Jê, que dessa região teria se propagado há cerca de cinco ou seis mil anos atrás e dado origem às suas diversas famílias e línguas (URBAN, 1992). A família Jê representa um ramo que se separou há mais ou menos 3 mil anos do tronco Macro-Jê. Ainda de acordo com o autor, línguas como Kamakã, Maxacali, Botocudo, Pataxó, Puri, Kariri, Ofaié, Jeikó Rikbaktsá, Guató e, possivelmente Bororó e Fulniô pertencem ao tronco Macro-Jê e datam possivelmente de há pelo menos 5 ou 6 mil anos (*Ibid.*). A Figura 27 apresenta um mapa com a distribuição espacial do tronco Macro-Jê, onde há destaque para a região Kamakã no sul da Bahia, área de pesquisa.

Figura 27 – Mapa da distribuição espacial das línguas e dialetos Macro-Jê conhecidos. Destaque com seta para a área da língua Kamakã



Fonte: Urban, 1992, p.88.

Urban (1992) observa a existência de uma concentração de línguas Macro-Jê no leste brasileiro, da Bahia ao Rio de Janeiro, e pondera se essa poderia ser a zona de origem do tronco Macro-Jê. O autor sugere que essa especulação seja testada a partir de "reconstruções das relações internas entre as famílias Macro-Jê nessa área (Maxakali, Botocudo, Puri e Kamakã) (*Ibid.*, p.91). No entanto, caso se trate apenas de relações remotas entre essas línguas, Greg Urban considera que essa área seria um possível lugar de dispersão que ocorreu há 5 ou 6 mil anos, culminando em uma grande diversidade linguística para o grupo Jê.

Ao tratar dos grupos indígenas do sul baiano, José Augusto Laranjeiras Sampaio discorre que devido à grande diversidade cultural e linguística de tais grupos e diante da escassez do material etnográfico disponível, a

(...) hipótese sustentada por linguistas como Urban (1992) de que a região compreendida hoje pelo sul da Bahia, leste e nordeste de Minas Gerais e o Espírito Santo – dominada pelas grandes bacias os rios Doce, Mucuri,

Jequitinhonha, Pardo e de Contas – tenha sido a região original de concentração dos grupos do tronco Macro-Jê (SAMPAIO, 1997, p.33).

O conhecimento proporcionado pela linguística quando associado aos dados fornecidos pela arqueologia permite compreender fatores de continuidade e mudança nos grupos humanos do passado, uma vez que as palavras ao integrarem o universo cultural, “acompanham a disseminação de conceitos e dos objetos” (CORRÊA, 2014). Dessa forma, a língua por desempenhar sua função no processo de transformação cultural é fundamental para o entendimento do processo histórico dos grupos étnicos (*Ibid.*).

Morales (2008), Tofani (2008) e Soares (2012, 2013) convergem que a Tradição Aratu teve origem no Planalto Central brasileiro, de onde teria se dispersado por um amplo território “que vai desde São Paulo e Mato Grosso até talvez o Rio Grande do Norte, do litoral baiano até o sudeste de Goiás” (PROUS, 1992, p. 346). Por sua vez, a linguística demonstra que o tronco Macro-Jê teve o mesmo polo de origem e dispersão (URBAN, 1992; TOFANI, 2008). De acordo com Frederico Tofani, a maioria das regiões onde ocorrem sítios e artefatos da Tradição Aratu eram territórios linguísticos Macro-Jê, ele sugere ainda que “as etnias de filiação Aratu muito provavelmente falavam línguas do tronco Macro-Jê (*Ibid.*, p. 176). Rodrigues (2011) também trabalha com a hipótese de que há uma relação da cerâmica da tradição em questão com grupos indígenas falantes de língua Jê.

Nesse contexto, Morales (2008) ao se referir à fase Mossâmedes da Tradição Aratu – que segundo o autor, se trata da fase mais antiga da referida tradição – explana que essa fase pode estar associada aos grupos Kayapó do Sul, pois a pesquisa de Schmitz, Wust, Cope e Thies (1982) chegou à essa conclusão, baseada na:

“(…) correspondência existente entre a localização desses grupos no mapa linguístico de Loukotka (1950) e no mapa etno-histórico Nimuendajú (IBGE, 1987) e a dos sítios arqueológicos dessa fase às evidências etnográficas” (MORALES, 2008, p. 42).

Embora a língua Kamakã esteja extinta há mais de sessenta anos (GRAHL, 2009), as línguas Pataxó e Pataxó Hãhãhãe também pertencem à família Macro-Jê (TOFANI, 2008), e foram faladas de forma íntegra até meados do século XX, estando atualmente reduzidas a uns poucos vocábulos e curtas expressões ainda

reproduzidos na Terra Indígena Caramuru-Paraguaçu (TOFANI, 2008; OLIVEIRA, 2015).

3.2.1.2 Mitologia Kamakã

Os mitos Kamakã foram reunidos por Curt Nimunedajú durante a sua expedição na Bahia, no período em que passou na Terra indígena Caramuru-Paraguaçu, à época denominada de Posto Paraguaçu, conforme foi explicado anteriormente. A convivência com Jacinta Grayirá, chamada por Nimuendajú *apud* Welper (2018) de a última Kamakã de “sangue puro”, rendeu ao etnólogo alemão o registro de 24 mitos. Acerca da etnografia realizada com a última remanescente Kamakã, Carvalho (2016) registra:

Embora Nimuendaju reiterasse o seu interesse exclusivo pelas “histórias feias” ou mitologia Kamakã, que tratava de lobisomens, 22 do sol e da lua, das almas dos mortos, de cataclismas e de animais que falavam e agiam como os humanos, foi obrigado a ouvir as primeiras [histórias], pois, só com esse repertório esgotado, acontecia de Jacinta relatar-lhe um ou outro mito (*Ibid.*, p.76).

Os mitos registrados por Nimuendajú foram reunidos numa coletânea que compõe o Arquivo Curt Nimuendaju, depositado no Museu Nacional da UFRJ, e publicados por Eduardo Viveiros de Castro em 1986, na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Na sequência há a transcrição de dois mitos Kamakã que revelam algumas crenças desse grupo, como por exemplo, em relação à morte e a inimizade com os vizinhos Pataxó, dentre outros aspectos.

A festa das almas de defuntos

Jacinta Grayirá: “Nos tempos de meu avô Victor, assim me contava minha tia Mariquinha, fizeram os Kamakã do Catolé Grande, uma vez, uma casa grande e redonda, para que as almas dos defuntos pudessem vir à Terra para uma festa de bebida. Os homens velhos podem ver as almas dos defuntos; aos moços, às mulheres e às crianças isto é proibido. Pronta a casa, fez-se muito kask (bebida alcoólica de mandioca). Depois de anoitecer, as almas dos defuntos desceram do céu, assobiando. Ouviu-se um rumor como de vento. Elas entraram na casa, e os velhos levaram-lhes cuias cheias de kask. Elas dançaram e beberam durante três noites. O seu aspecto era exatamente o mesmo como na ocasião em que foram sepultados: assim, a alma de um certo homem que havia sido enterrado sem lhe lavar a cara, veio com o rosto sujo. Um dos vivos reconheceu, numa das almas, seu filho que tinha morrido de maus-tratos, e cuja mãe ele havia abandonado. “Tu vieste, meu filho?”, disse ele e quis abraçar sua alma; esta

porém se esquivou, colocando-se do outro lado da sala. Ele correu atrás da alma, mas ela não quis saber dele, fugindo-lhe sempre.

Um outro homem reconheceu a alma de sua finada mulher. Ela era gorda e tinha o filho no braço. O homem, vendo-a assim dançar no meio dos outros, ficou com ciúmes: puxando de uma faca, deu-lhe uma facada na coxa. Imediatamente, as almas dos defuntos desapareceram com um ruído semelhante ao tropel de cavalos. Os outros velhos censuraram muito o malfeitor.

Na manhã seguinte, duas mulheres moças da aldeia disseram uma à outra: “Vamos olhar a casa das almas dos defuntos!” Elas entraram; mas, sem que alguém o soubesse, haviam ficado nela duas almas de defuntos velhos. Quando assim, inopinadamente, esbarraram com as almas, as duas mulheres cheias de terror precipitaram-se pela porta a fora, correndo com loucas, caindo e rolando pelo chão para se levantar novamente, até que caíram, completamente exaustas. Ambas tiveram filhos vesgos (VIVEIROS DE CASTRO, 1986, p. 102).

Conforme pode ser observado na transcrição, ainda que se trate de um mito, a fala de Jacinta apresenta descrição do local que vivia sua família, isto é, em Catolé, que, conforme foi apresentado anteriormente, trata-se do local da última aldeia Kamakã, antes dos 11 remanescentes que restaram desse assentamento terem ido para o Posto Paraguaçu onde Nimuendajú teve a oportunidade de realizar sua etnografia. Jacinta descreve ainda o formato da casa construída para os homens mais velhos: uma casa redonda e grande. Tofani (2008) pontua que a casa dos homens é registrada etnograficamente entre os grupos Jê, onde nas aldeias há um conjunto de casas dispostas em círculo, tendo no centro a casa dos homens. O autor apresenta ainda o relato de uma aldeia indígena com padrão arquitetônico Aratu que teria sido descoberta ainda ativa em 1804 na margem do Rio Jequitinhonha, nas proximidades da divisa da Bahia com Minas Gerais pelo capitão-mor João da Silva Santos.

Mesmo que essa aldeia estivesse sem os seus moradores (possivelmente refugiados na mata quando da aproximação dos homens de Silva Santos), infere-se que foi erigida por alguma das etnias de filiação lingüística Macro-Jê que habitavam esse espaço e cuja filiação cultural era, como explicaremos adiante, muito provavelmente Aratu. Como registrou na sua Descrição diária do Rio Grande de Belmonte desde o Porto grande desta villa até o fim d'elle ou divisão de Villa Rica, em conformidade da ordem comettida ao Capitão-mór da Capitania de Porto Seguro João da Silva Santos, cuja expedição e embarque foi no dia 1º de outubro de 1804 (ABN, 1918 [doc.27114]):

Dia 18 de outubro e de viagem: (...) [meus homens] me relataram (...) o encontro de inumeráveis rancharias do Gentio, e de um grande Rancho, alto mais de 20 palmos, com uma bem limpa e desembaraçada Praça, que à vista de 15 que o rodeavam, parecia ser o Palácio de algum Grande. Dentro lhe acharam panelas de cozinhar, lenha e muitas asas de pássaros e unhas de animais quadrúpedes e 2 caveiras de onça, tudo pendurado por cordéis (p.257).

Essa descrição, mesmo breve, oferece elementos indicando que a aldeia consistia em uma ampla praça de planta circular definida por quinze edificações dispostas concentricamente e em cujo centro encontrava-se um

edifício de evidente relevância contendo objetos tipicamente afetos à indumentária e ritualística indígenas. Quando se coteja essas informações com a etnografia de povos como os Kayapó e Bororo, deduz-se que tal edifício não deveria ser o “Palácio de algum Grande”, mas muito provavelmente a casa dos homens ou conselho dos homens (TOFANI, 2008, p. 173-174).

O mito apresentado a seguir narra a rivalidade dos Kamakã com seus vizinhos Patasó. A inimizade existente entre esses dois grupos foi relatada nas fontes etno-históricas (OLIVEIRA, 1892; DOUVILLE, 1835).

Lutas com os Patasó

Os Kamakã saíram para serra em busca de cana de flecha. Numa clareira na mata eles fizeram um grande rancho (oval?) onde deixaram as mulheres e crianças, enquanto os homens foram para a serra.

Depois da partida dos homens, algumas moças resolveram ir buscar frutas na mata; suas mães, porém, as proibiram, até que uma mulher de certa idade se ofereceu para acompanhá-las.

Na mesma hora, os Patasó cercaram o rancho. Escondidos na mata, eles imitavam toda espécie de bichos, um assobiando com uru, outro roncando como mutum, outro grunhindo com porco, um quarto chiando como coati, etc.

Na aguada do rancho, estava uma mulher lavando a rede de seu marido, e junto dela alguns meninos estavam brincando de “macaco” nos galhos de uma árvore. De repente, um deles observou como, um pedaço mais abaixo, um Patasó atravessou o rio, disfarçado com umas folhas na cabeça. Julgando que se tratava de seu pai, ele gritou para a mulher: “Aí meu pai já vem voltando”, mas logo os Patasó chegaram, e a flechadas mataram os meninos, que caíram da árvore, um após outro. Um menino de seis ou sete anos, porém, correu para o rancho, gritando: “Os Patasó! Os Patasó!” Ele correu em ziguezague para evitar as flechas que os Patasó atiraram nele, e assim conseguiu passar pelo círculo dos inimigos, pondo-se imediatamente em caminho para o lugar onde sabia que os homens estavam tirando cana de flecha. Os Patasó mataram a mulher na aguada e encontraram as moças que justamente tinham saído do rancho. Estas tentaram escapar para dentro do rio, mas os Patasó sempre as flecharam, e a correnteza levou os seus corpos rio abaixo. Uma das moças, porém, tratou de fugir por terra, perseguida por um dos Patasó. Ela fugiu em direção de um lago que existia pouco abaixo do rancho; correu ao redor dele saltou finalmente n’água. Mergulhou, ficando somente com o nariz, que ela cobriu com uma folha, fora d’água. O perseguidor procurou-a por muito tempo, em vão, dando-a finalmente por perdida. Ela saiu do lago e tomou caminho para uma outra aldeia dos Kamakã que ela conhecia. Chegando à aguada, ficou sentada, porque havia perdido a sua tanga na fuga e tinha vergonha de aparecer nua na aldeia. Esperou até que uma mulher veio buscar água e contou-lhe sua desgraça. Esta trouxe-lhe uma tanga e a levou para a aldeia. – O menino e a moça foram os únicos que conseguiram escapar do cerco.

Entretanto, os Patasó mataram todas as mulheres e crianças que tentavam fugir do rancho. Para qualquer lado que queriam escapar, eram sempre recebidas a flechadas; não escapando nenhuma.

Nesse meio tempo, o menino também estava se aproximando do lugar onde se achavam os homens. Um destes estava tratando de sacudir para baixo, por meio de um cipó, uma flecha que ele tinha atirado num macaco e que ficou fincada numa epífita. O menino chamou-o. “Que estás procurando aqui?”, perguntou o homem. “Vinde depressa!”, respondeu o menino, “os Patasó mataram todas as mulheres e crianças no rancho! Só eu pude escapar!” Então os homens juntaram as canas de flechas que já haviam

cortado e formaram um conselho: “Que devemos fazer? Decerto teremos de nos vingar dos Patasó!” Voltaram ao rancho. Aí jaziam espalhados, por toda parte, os cadáveres das mulheres e crianças, crivados de flechas. Eles fizeram uma cova grande, onde sepultaram todos juntos; depois fizeram flechas e arcos novos. Numa carreira comprida, eles encostaram os arcos e flechas no tronco de uma árvore que jazia no chão, e um deles foi passando, fazendo tinir as cordas retesadas de todos os arcos, para conhecer pelo som se o proprietário morreria na empresa. A corda de arco de um dos homens não tinha. Procuraram dissuadi-lo de tomar parte, ele, porém, declarou que havia de ir, mesmo para morrer, porque os Patasó já tinham matado sua mãe e sua mulher. A mesma declaração fez também um segundo cuja corda de arco também não tiniu.

Assim eles saíram e cercaram o rancho dos Patasó, exatamente como estes haviam feito com o dos Kamakã. A primeira pessoa que mataram foi a uma mulher que estava cortando palmitos na mata, adiante do rancho, depois outra mulher veio vindo pelo caminho. Recebendo uma flechada, ela correu para trás, para o rancho. Agora os Patasó precipitaram-se do rancho para todos os lados, procurando romper o cerco, mas foram mortos a flechadas até o último. Os Kamakã só perderam na luta aqueles dois homens cujas cordas de arco não tinham tinido (VIVEIROS DE CASTRO, 1986, p107-108).

O mito sobre os conflitos existentes entre os Kamakã e os Pataxó apresenta alguns pontos em relação ao modo de vida indígena do primeiro grupo. O primeiro ponto diz respeito ao assentamento, designado de rancho, que foi estabelecido temporariamente durante a coleta por parte dos homens de cana para flecha, em uma clareira nas proximidades de cursos d'água. O segundo ponto se refere à coleta de frutas pelas mulheres que permaneceram no assentamento, isto revela uma divisão sexual do trabalho.

Ademais o mito releva para a ocasião de um massacre, a prática de sepultamento primário em uma cova coletiva. Trata-se de algo fortuito, pois conforme foi apresentado anteriormente, a prática oleira de confeccionar cerâmica era de domínio do Kamakã que, conforme registrou Douville, realizavam com seus mortos enterramentos secundários em urnas decoradas.

3.2.2 O Aldeamento Barra do Salgado

Entre os séculos XVI e XIX, promoveu-se a inserção dos índios na ordem colonial visando interesses da Coroa e da Igreja para a obtenção de mão-de-obra, de súditos e de fiéis. Os aldeamentos eram um mecanismo bastante eficaz para a sobrevivência indígena, uma vez que para eles, as aldeias missionárias significavam terra e proteção, por outro lado eram uma ferramenta de dominação e reelaboração das culturas e identidades dos índios aldeados (ALMEIDA, 2010). Nos aldeamentos os índios eram submetidos a uma nova realidade que implicava em prejuízos, uma

vez que passavam a viver subordinados, misturados com outros grupos étnicos e sociais, submetidos a doenças, novas práticas culturais, sobretudo religiosas, além de terem suas terras expropriadas (*Ibid.*).

Os indígenas aldeados se convertiam à fé cristã e adquiriam *status* de súdito cristão da Coroa, entretanto essa posição significava em uma sociedade fortemente hierarquizada como era a do Antigo Regime, que os índios ocupariam os estratos mais baixos da organização social da Colônia. Isto incluía a sua submissão ao trabalho compulsório e a estatutos de limpeza de sangue que discriminavam e proibiam, até as reformas pombalinas, de ocupar determinados cargos e receber títulos (*Ibid.*).

Com a chegada dos jesuítas na Capitania de Ilhéus na segunda metade do século XVI inaugura-se uma nova expectativa em relação aos povos indígenas. Com a atuação dessa ordem passa-se a adotar estratégias de pacificação através da catequização nos aldeamentos. Os povos aldeados foram um importante contingente populacional e a força de trabalho fundamental para a extração e beneficiamento de inúmeros recursos durante o período do Brasil Colônia (DIAS, 2007a).

Além da conotação econômica dos aldeamentos, havia um outro significado para esses redutos: embora o aldeamento em si se constituísse como uma invenção do colono para beneficiamento próprio, os indígenas passaram a se apropriar das missões e assegurar sua preservação, pois nelas havia garantia de “terras coletivas e certo grau de liberdade e segurança perante os colonizadores” (*Ibid.*, p. 184). No entanto, Almeida (2010) elenca as perdas que os indígenas aldeados tinham para isso:

A aldeia era o mal menor e nela os índios se submetiam a uma nova situação que lhes trazia imensos prejuízos. Sujeitavam-se às regras portuguesas, passando a viver em condição subordinada e sujeitos ao trabalho compulsório. Misturavam-se com outros grupos étnicos e sociais, viam reduzir-se as terras às quais tinham acesso e expunham-se a altas mortalidades. Além de tudo, submetiam-se a uma nova rotina que proibia o uso de certas práticas culturais, incentivava-os a abandonar antigas tradições e a incorporar novos valores, como parte do processo de transformá-los em súditos cristãos. (*Ibid.*, p. 80).

A intervenção dos colonizadores mediante a instalação de aldeamentos indígenas para administração do território e dos indígenas, se constitui um mecanismo para consolidar o domínio sobre os povos indígenas, onde nesse projeto colonial, se observa a aceleração do “processo de imposição de novos padrões culturais aos nativos” (PARAÍSO, 2015).

De acordo com Medeiros (2002), “as aldeias faziam parte da política da Coroa Portuguesa de controle dos Índios”, de modo que o interesse em atrair os povos indígenas para habitar próximo aos núcleos coloniais tinha objetivos de caráter econômico, estratégico, político e cultural, uma vez que se buscava o aproveitamento da mão-de-obra indígena para o trabalho agrícola, para a defesa de inimigos internos e externos, além da catequização (*Ibid.*).

Almeida (2012) reitera essa proposição, afirmando que a criação de aldeamentos, independentemente da relação existente entre os colonos e os indígenas, fosse belicosa ou pacífica, com o intuito militar, missionário ou para assimilação, tinha sempre o mesmo propósito de “ocupação das terras indígenas e a transformação de seus habitantes em cidadãos e eficientes trabalhadores para servir ao novo Estado” (*Ibid.*, p.25).

Na Capitania de São Jorge dos Ilhéus registra-se entre os séculos XVI e XVIII constantes conflitos entre europeus e indígenas que, pressionados pela redução populacional, as bandeiras e migração forçada, viram-se obrigados a estabelecer relações amistosas com os colonos e aceitarem os aldeamentos jesuíticos, cada vez em maior número na área (MOTT, 2010). Paraíso (2015) reporta a existência de vários aldeamentos que foram criados no território da referida capitania entre os séculos XVI e XX, e considera a iniciativa como um projeto estatal voltado para inserção dos indígenas na sociedade colonial.

Os aldeamentos jesuíticos na Capitania de Ilhéus foram de suma importância econômica articulando a agricultura, a extração e o beneficiamento de produtos vegetais, possibilitando inclusive o comércio com o Recôncavo Baiano (SILVA, 2017). No entanto, a expulsão dos Jesuítas em 1760 representou uma mudança crucial no destino das populações aldeadas, visto que os aldeamentos começaram um acelerado processo de desestruturação (MOTT, 2010).

Desde o fim do século XVIII a política colonial que vigorava era um reflexo das reformas pombalinas (ARRUTI, 1995), onde se estimulava a ocupação não-indígena dos aldeamentos, como forma de assimilar fisicamente e culturalmente os índios na tentativa de formar uma população mais homogênea (CUNHA, 1992 *apud* ARRUTI, 1995).

No que diz respeito à existência de aldeamentos nas proximidades do sítio Canaã, há registro de um aldeamento localizado exatamente onde hoje se encontra a

atual sede municipal de Itapé, distando cerca de 10 Km do sítio arqueológico estudado. Trata-se do Aldeamento Barra do Salgado que de acordo com Paraíso (2015) abrigava os índios Kamakã-Mongoió.

No ano de 1855 o aldeamento estava instalado em um terreno de uma légua, embora as terras não estivessem bem demarcadas (SILVA, 2017). Não dispomos de informações sobre como esse aldeamento estava estruturado, mas é possível tecer considerações acerca da organização espacial de grupos de origem Jê registrados etnograficamente com base no disposto por Noelli e Souza (2017) e Wust (1992).

Noelli e Souza (*op. cit*), a partir do estudo de caso dos Jê meridionais e do georreferenciamento de sítios ocupados por tais grupos, indicam que estes eram distribuídos no espaço de forma organizada, “com grandes aldeias centrais dispostas em pontos estratégicos da paisagem e cercadas por sítios-satélites menores”, de modo que arqueologicamente impactaram uma área bem maior do que a aldeia (NOELLI E SOUZA, 2017, p.63). Esses grupos desenvolveram estratégias de exploração diversificadas, em função das áreas de transição em que se assentavam. Isto resultou em uma mobilidade sazonal, bem como na produção de materiais específicos para cada atividade que desempenhavam.⁴²

As fontes etno-históricas e etnográficas para os Jê do Sul demonstram uma adaptação integrada aos variados ecótonos do Brasil meridional indicando estratégias de circulação no território de domínio, em diferentes áreas satélites da aldeia principal, onde predominavam certos tipos de ofertas de alimentos (NOELLI, 1999/2000 *apud* DIAS E HOELTZ, 2010, p.48).

Wust (1992), por sua vez, a partir do estudo de caso do Bororo pontua que as aldeias seguem um padrão de distribuição linear na paisagem, com espaçamentos que variam entre 14 e 20 km, e que no caso Bororo, por serem grupos que possuem a subsistência baseada na agricultura, na caça e na coleta, estima que o raio do território de circulação é de aproximadamente 10 km (*Ibid.*).

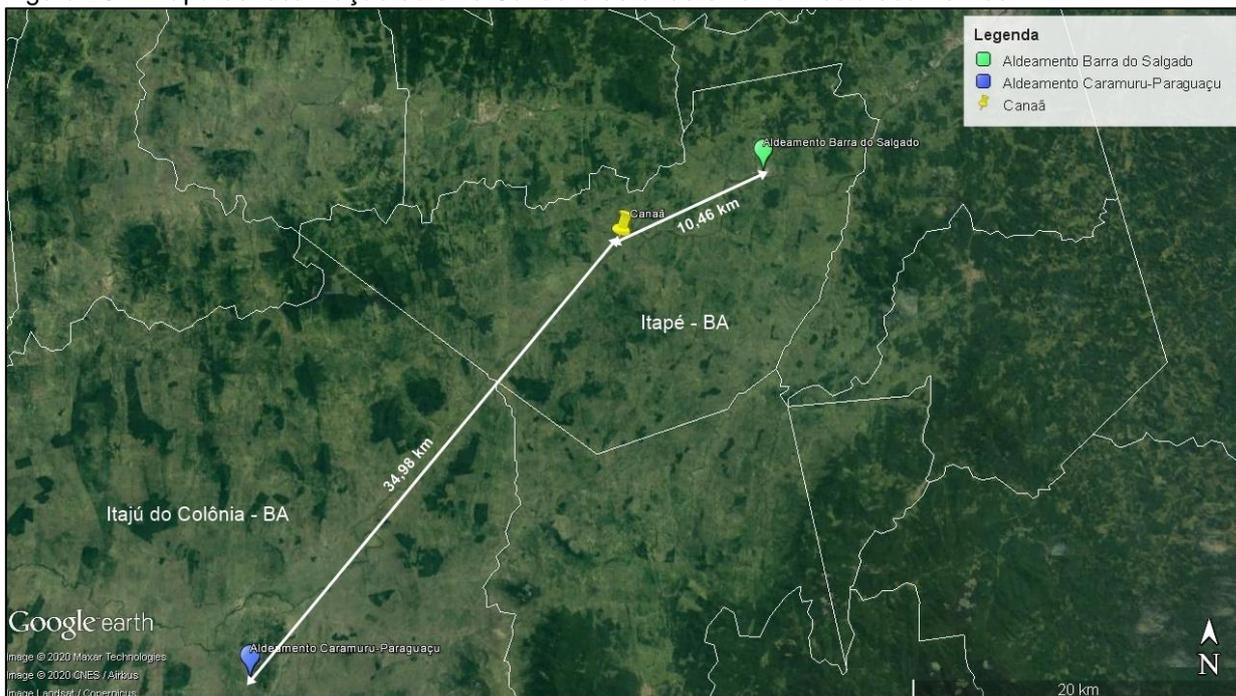
Paralelo a isso, Binford (1980) considera a existência de acampamentos temporários instalados longe da base residencial para a busca de recursos por grupos forrageiros. Desse modo, o sítio Canaã, possivelmente, pode ser considerado

⁴² Embora os Jê Meridionais tivessem desenvolvido um padrão de assentamento específico, com habitações subterrâneas, adaptadas ao frio do planalto meridional, a lógica de ocupação do espaço, com áreas destinadas a atividades específicas pode também ter sido recorrente para outros grupos Jê, inclusive os do Sul da Bahia.

enquanto uma área que integrava um complexo situacional (BINFORD, 1980; 1983) similar aos registrados etnograficamente para os grupos de filiação Macro-Jê.

Também a terra indígena Caramuru-Paraguaçu que será detalhada no tópico seguinte, já se configurou enquanto um aldeamento que abrigava os Pataxó, Botocudos, Tupinikin, Kamakã-Mongoioó, Tupinambá, Kiriri-Sapuyá e Baenã. A Figura 28 mostra a localização do sítio Canaã em relação ao Aldeamento Barra do Salgado e ao antigo Aldeamento Caramuru-Paraguaçu, hoje Terra Indígena homônima.

Figura 28 – Mapa de localização do sítio Canaã e de onde existiram os aldeamentos



Fonte: Modificado de Google Earth, 2020.

Segundo Almeida (2010), nos aldeamentos os indígenas possuíam direito: à terra – com uma área mais reduzida do que a original –; a não se tornarem escravos – apesar de estarem submetidos ao trabalho compulsório –; a se tornarem súditos cristãos – para tanto, tinham que ser batizados e, a princípio, renunciar suas crenças e costumes.

De acordo com Silva (2017), o Aldeamento Barra do Salgado no ano de 1855 era administrado pelo missionário Fr. Luiz de Grava e detinha 125 índios. Ainda de acordo com a autora, consta nos registros do Arquivo Colonial e Provincial de 9 de fevereiro de 1855 que os indígenas que viviam nesse aldeamento eram considerados

no quesito “estado de civilização” como *Cathecumenos*, ou seja, estavam sendo iniciados na vida cristã e sendo preparados para o batismo.

Oliveira (1892) registra que o frei Luiz de Grava foi o último missionário que os Kamakã conheceram. Depois que o aldeamento acabou⁴³, os Kamakã se dispersaram para o Oeste “passaram da vida agrícola ao estado primitivo, refugiando-se nos bosques do Catulé, onde formaram uma povoação mais ou menos numerosa” (*Ibid.*, p.10). Catulé é referência a um rio situado a oeste do município de Itapé, cujo leito percorre os municípios de Barra do Choça a Itapetinga.

Não há registro sobre o motivo que levou a extinção do aldeamento Barra do Salgado, em específico, no entanto a literatura reporta (ARRUTI, 1995; SAMPAIO, 2011a; SILVA, 2017) sobre o impacto da Lei de Terras de 1850⁴⁴ e o Regulamento de 1854 na constituição dos aldeamentos que, com efeito de tais legislações, acabaram por perder suas terras, de forma que até o século terminar, “todas as diretorias haviam sido extintas, o que equivalia à afirmação oficial da inexistência de índios na região nordestina, excetuando-se os grupos ainda isolados nas matas do Sul da Bahia” (SAMPAIO, 2011a, p.105).

Para a realidade do sul da Bahia de fins do Oitocentos, significa dizer que, no contexto de expansão das terras cultiváveis, as práticas assimilacionistas em relação aos aldeados foram visíveis, com vistas à usurpação de suas terras e exploração de sua mão de obra na lavoura regional. Nesse processo, verificamos que, a partir do final da década de 1860, a preocupação gestada nos relatórios e falas provinciais passa, principalmente, pela questão da imigração, sobretudo a nacional. Acerca disso, notamos que a partir desse momento se começa um processo de desmonte dos aldeamentos e tudo leva a crer que muitos deles eram transformados em colônias nacionais agrícolas implantadas a partir do final da década de 1850. As colônias configuravam uma nova estratégia política do governo provincial direcionada a resolver os problemas da colonização e dos indígenas no sul da Bahia, em fins do XIX (SILVA, 2017, pp.278-279).

⁴³ Não há registro, nas fontes que foram consultadas, sobre o ano de fundação nem o ano de extinção do Aldeamento Barra do Salgado.

⁴⁴ As “demarcações eram precedidas por um relatório no qual o engenheiro responsável se manifestava sobre a situação do aldeamento e da população aldeada, diagnosticando os seus problemas e o grau de “mistura” em que ela se encontrava, isto é, quanto aquelas populações já teriam sido absorvidas no mercado de mão-de-obra local e quanto elas mesmas já teriam absorvido, através de casamentos e laços de compadrio, a população regional não-indígena, enfim, seu grau de “mestiçagem”. Como o diagnóstico era invariavelmente o de total “mistura” da população aldeada com os “nacionais”, os aldeamentos eram considerados extintos e aquelas comissões (ou uma equipe formada após o fim dos seus trabalhos) voltavam para proceder à sua repartição em lotes que deveriam, segundo a letra da lei, ser distribuídos entre os antigos aldeados e entre nacionais” (ARRUTI, 1997, p.16).

A autora explana acerca dos aldeamentos da região de Itabuna e que neste período do fim do século XIX, os índios que eram “tão atuantes no processo de ocupação e exploração territorial na região sul da Bahia, de repente desaparecem da documentação” (*Ibid.*, p.261). Ao mesmo tempo, Nimuendajú reitera o assinalado por Oliveira (1892) de que os Kamakã teriam migrado para Catolé, a oeste do Rio Colônia. Portanto, é possível que além da migração, alguns dos Kamakã com o fim do aldeamento Barra do Salgado, tenham se incorporado à sociedade colonial trabalhando em fazendas da região ou nas colônias agrícolas, tal como o apontado por Silva (2017).

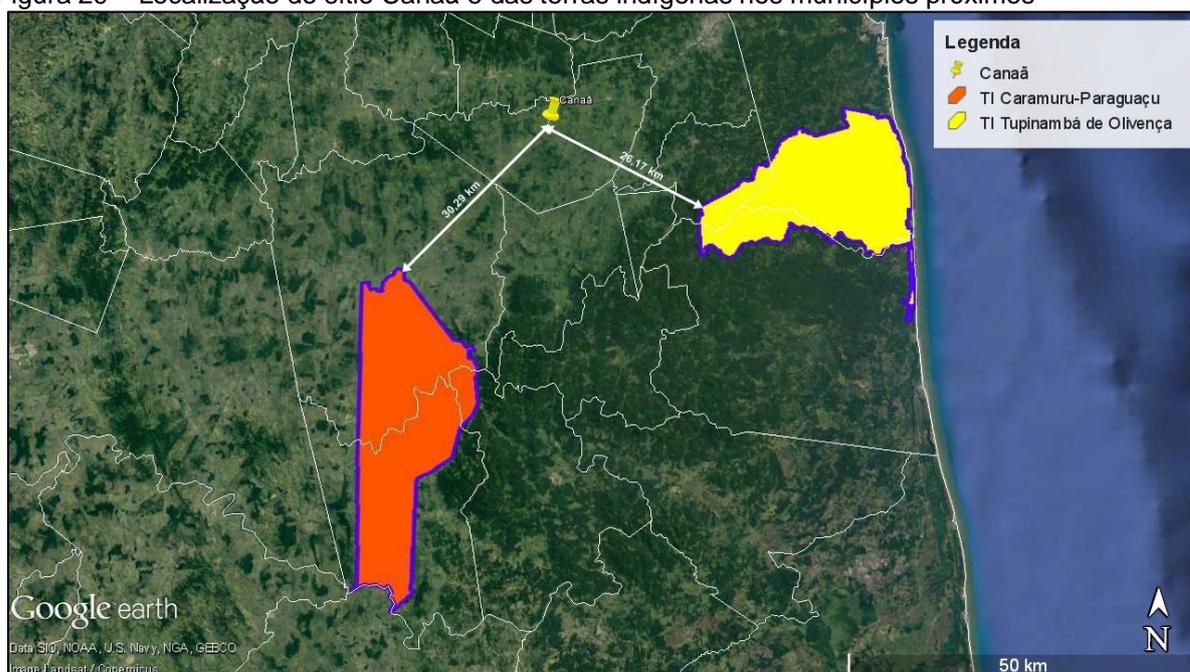
Recentemente, Etchevarne (2012) reportou a existência de quatro etnias residindo na Terra Indígena Caramuru-Paraguaçu: Kamakã, Kiriri-Sapuyá, Pataxó Hahãhãe e Baenã. Oliveira (2015), por sua vez, registrou a partir da pesquisa que fez na reserva, que os supostos indígenas da etnia Kamakã, na verdade se autoafirmam como Pataxó Hahãhãe⁴⁵, conforme será detalhado próximo item.

3.3 Ocupação indígena contemporânea

Na atualidade registra-se a presença indígena na região de estudo através de dois territórios reconhecidos pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI e mediante práticas e saberes de herança indígena. O sítio Canaã está inserido em um contexto amplo de áreas de ocupações indígenas, representadas na contemporaneidade pela Terra Indígena Tupinambá de Olivença (distante cerca de 26 km do sítio Canaã) e a Terra Indígena Caramuru-Paraguaçu (distante cerca de 30 km do referido sítio) (Figura 29), estando o sítio situado portanto, em uma área de fronteira entre os territórios.

⁴⁵ De acordo com Agostinho e Carvalho (1999, p.120), Pataxó Hãhãhãe é uma “inovada identidade que recobre a fusão de grupos que eram etnicamente distintos, nas origens, (Pataxó Hãhãhãe, Baenã, Sapuyá-Kiriri, Gueren, Kamakã, Mongoyó e Tupinikin), mas historicamente reunidos no território dos primeiros”.

Figura 29 – Localização do sítio Canaã e das terras indígenas nos municípios próximos



Fonte: Modificado de Google Earth, 2020.

A pesquisa no referido sítio pode contribuir com informações para esse mosaico, revelando a diversidade de povos e etnias indígenas e como essas populações estão estabelecidas na área há muito mais tempo.

3.3.1 Terra Indígena Tupinambá de Olivença

A Terra Indígena Tupinambá de Olivença dista cerca de 26 Km em linha reta do sítio Canaã. Entretanto, como não faz parte do vale do Rio Colônia será apresentada aqui brevemente. Está situada entre os municípios de Buerarema, Ilhéus e Una, na faixa costeira do sul da Bahia. Criado em 2009, esse território reúne grupos da etnia Tupinambá em uma superfície de 47.376 hectares.

De acordo com os dados da FUNAI, pertence à modalidade “Tradicionalmente ocupada”, isto é, são as terras indígenas de que trata o art. 231 da Constituição Federal de 1988, direito originário dos povos indígenas, cujo processo de demarcação é disciplinado pelo Decreto Nº 1775/96 (FUNAI, 2019⁴⁶).

⁴⁶ Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas> (Acesso em julho de 2019).

No que diz respeito à fase do procedimento dessa terra indígena junto a FUNAI é classificada como “delimitada”, uma vez que seu território teve os estudos aprovados pela Presidência da FUNAI, com a sua conclusão publicada no Diário Oficial da União e do Estado, e que se encontra na fase do contraditório administrativo ou em análise pelo Ministério da Justiça, para decisão acerca da expedição de Portaria Declaratória da posse tradicional indígena.

De acordo com Carvalho (2016), o processo de reconhecimento do território Tupinambá de Olivença foi fruto de uma prolongada pressão por parte dos indígenas desde 2004, sendo delimitada pela FUNAI apenas cinco anos depois. A autora registra ainda que conflitos são regulares na região devido ao não cumprimento dos “prazos estabelecidos pelo Decreto 1.775/96”, de modo que a Portaria Declaratória ainda está com a assinatura pendente, conforme foi mencionado.

Os Tupinambá/Tupiniquim da região de Ilhéus durante o período colonial foram aldeados pelos missionários jesuítas no Aldeamento de Nossa Senhora da Escada, fundado em 1700 (COUTO, 2008) e elevada à categoria de vila de Olivença, em 1755.

O processo de assimilação dos costumes portugueses pelos índios ocorreu paulatinamente desde o encontro cultural no século XVI. É possível observar nos relatos de cronistas quão avançado estava este processo no século XIX:

Infelizmente (sic) porém perderam as suas características originais. Lastimei não ver avançar em minha direção um guerreiro Tupinambá, o capacete de penas à cabeça, o escudo de penas (“enduap”) nas costas, os braceletes de penas enrolados nos braços, o arco e a flecha na mão. Ao invés disso, os descendentes dêsses antropófagos me saudaram com um “adeus”, à moda portuguesa. Senti, com tristeza, quão efêmeras são as coisas dêste mundo, que, fazendo essas gentes perderem seus costumes bárbaros e ferozes, despojou-as também de sua originalidade, fazendo delas lamentáveis seres ambíguos. ... (WIED-NEUWIED, 1958, *apud* COUTO, 2003, p. 40-41).

Ao analisar os relatos do príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, que visitou a região em 1817, Couto (2003) observa ainda a respeito do processo de miscigenação dos nativos, ao afirmar que nos índios de Olivença do início do século XIX ainda era observável a preservação das características físicas dos povos indígenas.

O etnólogo Curt Nimuendajú, por sua vez, durante sua expedição (anteriormente mencionada) para pesquisar os grupos indígenas Jê setentrionais, visitou em 1938 os remanescentes indígenas dos Tupinambá que na época ainda

não possuíam seu território reconhecido. O alemão registrou em uma carta para Robert Lowie, datada de 3 de dezembro de 1938, a visita aos indígenas de Olivença:

Aproveitei a permanência em Ilhéus para ver os descendentes dos Tupinaki que vivem no litoral, nas adjacências de Olivença, 16 km ao sul. Ainda existem por volta de trezentos, que estão muito misturados com sangue de neobrasileiros e que perderam quase toda a cultura própria. Apesar disso, ainda vi algumas coisas interessantes, por exemplo, uma rede de algodão – autêntico trabalho tupi – feita no estilo antigo com quatro pontas para pendurar. Estes índios são gentis e sociáveis, mas os neobrasileiros, de todas as maneiras possíveis, através de tramoias e ameaças, procuram expulsá-los de suas terras, e já que não existe ninguém que os ajude, então a dispersão do grupo é apenas uma questão de tempo (WELPER, 2016, p.19).

Embora Nimuendajú tenha assinalado que os Tupinambá de Olivença estariam perdendo sua cultura⁴⁷ no final da década de 1930, na contemporaneidade há registro da existência de rituais próprios de sua cultura entre os remanescentes Tupinambá. Couto (2008) registra entre estes indígenas o culto aos encantados⁴⁸, cuja expressão essencial é a Festa de São Sebastião que ocorre a cada ano no dia 19 de janeiro. Através dessa ocasião, a autora registra que para os Tupinambá, os encantados ou caboclos “saem da sua morada” para fortalecer os índios na luta pela identidade e reconhecimento da terra (*Ibid.*).

Paiva (2007) por sua vez, registra as práticas de arte gráfica e pintura corporal entre os Tupinambá de Olivença. O autor observou a existência de ressignificação dos motivos e padrões dos grafismos pelo grupo, e atribui tal fato à expressão da ideologia indígena que utiliza o corpo enquanto meio e suporte para se portar frente ao “outro”. Os grafismos Tupinambá para ornamentação corporal buscam afirmação na sociedade e em meio a outras comunidades indígenas, estando, portanto, sujeitos à ressignificação (*Ibid.*)

⁴⁷ Vigorou na Antropologia até meados do século XX um certo pessimismo e uma crença sobre a extinção dos grupos indígenas. Neste período também era pauta dos antropólogos o conceito de aculturação que surgiu em meados de 1880 pelo antropólogo americano J. W. Powell e por ele foi utilizado para denominar a transformação dos modos de vida e de pensamento dos imigrantes ao contato com a sociedade americana (CUCHE, 1999). A assimilação, entendida como a última fase da aculturação por Cucho (1999), implica no desaparecimento total da cultura de origem de um grupo e na interiorização completa da cultura do grupo dominante.

⁴⁸ Para Sampaio (2011, p.111), tais práticas ritualísticas entre remanescentes indígenas, que o autor considera não como remanescentes, mas sim enquanto “emergentes”, “se apresentam, com frequência, como condição necessária e em grande medida auto-imposta para o seu “reconhecimento” étnico”.

3.3.2 Terra Indígena Caramuru-Paraguaçu

A Terra Indígena Caramuru-Paraguaçu dista cerca de 30 Km em linha reta do sítio Canaã. Seus limites territoriais abrangem porções do território dos municípios de Camacan, Itaju do Colônia e Pau Brasil, no sul baiano e reúne grupos da etnia Pataxó Hã-Hã-Hãe em uma superfície de 54.105 hectares.

Esse território, de acordo com os dados da FUNAI também pertence à modalidade “Tradicionalmente ocupada”, isto é, são as terras indígenas de que trata o art. 231 da Constituição Federal de 1988, direito originário dos povos indígenas, cujo processo de demarcação é disciplinado pelo Decreto Nº 1775/96 (FUNAI, 2019⁴⁹).

No que diz respeito à fase do procedimento de demarcação dessa terra indígena junto a FUNAI, a TI Caramuru-Paraguaçu é considerada enquanto “homologada”, o que significa que ela detém os seus limites materializados e georreferenciados, cuja demarcação administrativa foi homologada por decreto presidencial.

A reserva indígena Caramuru-Paraguaçu foi criada em 1925 através do Decreto Nº 4.081 e pela Lei Nº 1.916, de 9 de agosto de 1926, assegurando o direito de posse aos Tupinambá e Pataxó, envolvendo a fusão de diversas etnias indígenas, a saber: Baenã, Borun, Kamakã-Mongoyó, Kiriri-Sapuyá⁵⁰, Pataxó e Tupinikim (OLIVEIRA, 2015).

Criada pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), a reserva tinha o propósito de abrigar os índios que ainda se encontravam nas matas do sul da Bahia, no entanto, outros grupos indígenas que foram identificados em aldeamentos extintos também foram abrigados na área (SOUZA, 2017).

Durante o Estado Novo a área da reserva foi reduzida devido a interesses de grandes fazendeiros (*Ibid.*) e por esse motivo, em 1937, os levantes indígenas juntamente com as acusações de envolvimento dos indígenas com um projeto de implantação de uma revolução comunista, geraram uma forte repressão policial e a consequente dispersão da população aldeada (*Op. cit.*).

⁴⁹ Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas> (Acesso em julho de 2019).

⁵⁰ Grupo originário do norte da Bahia. Foram levados para o município de Jequié em 1834 e no ano de 1937 foram levados para a reserva por Curt Nimuendajú (OLIVEIRA, 2015).

Mais tarde, na década de 1970 chegou a ser apresentada à Câmara Federal uma proposta de extinção da reserva indígena, de modo que nesse período houve várias ocupações de terras indígenas por fazendeiros locais, o que tornou por acirrar os conflitos na região (OLIVEIRA, 2015). Nesse período, o governo estadual outorgou títulos de propriedade de terras aos invasores do território indígena, “com a justificativa de que ali ‘não havia mais índios, só meia dúzia de descendentes no posto abandonado de Itajú do Colônia’” (SOUZA, 2017).

Dessa forma, devido a essas crises internas, alguns anos mais tarde a FUNAI deslocou parte dos indígenas da reserva Caramuru-Paraguaçu para a Aldeia Nova Vida, localizada no município de Camamu, o que acabou por tornar mais ampla a dispersão indígena no sul da Bahia (*Op. cit.*).

De acordo com Oliveira (2015), os grupos indígenas da reserva em questão apresentam um modo de vida e aspectos culturais que possuem uma ancestralidade Macro-Jê. O vocabulário dos indígenas incorpora muitas palavras da língua Kamakã, no entanto, durante a etnografia realizada pelo autor foi verificado que há negação da ancestralidade Kamakã:

(...) dentre os elementos significativos da cultura tradicional deste grupo encontramos referência étnica marcadamente Kamakã e Borun, embora eles a todo instante neguem ser Kamakã ou Borun, afirmando-se Pataxó Hãhãhã (OLIVEIRA, 2015, p.23).

O autor observa a existência de uma mescla identitária no grupo através do *habitus* e afirma que o “índio Pataxó Hãhãhã é essencialmente um índio fruto dessa irreversibilidade do contato” (*Ibid.*, p.23). De acordo com Nasser e Silva (1983) *apud* Carvalho (2016), na TI Caramuru-Paraguaçu todo o processo de concentração de diferentes etnias no mesmo território conduziu a um processo em que, independentemente de sua etnicidade, são “considerados Pataxó Hãhãhãe todos os índios que nasceram no território deste grupo étnico – Reserva Caramuru-Paraguassu e os que aí viveram em tempos passados e trabalharam na terra”. Arruti (1995, p.88) considera este processo de invenção das identidades étnicas “como um movimento homólogo ao da invenção das nacionalidades”.

Almeida (2010), afirma que atualmente, sobretudo no Nordeste brasileiro, “vários grupos indígenas considerados extintos reaparecem afirmando suas origens nos aldeamentos missionários, o que reforça o papel das aldeias como espaços de reconstrução identitária” (*Ibid.*, p. 106). Na TI Caramuru-Paraguaçu desde a sua

criação na década de 1920, a posse do território foi concedida pelo governo a etnias do tronco Macro-Jê e Tupi: conforme a Lei Estadual N°1.916/1926 definiu, a reserva era para “gozo dos índios Pataxós e Tupinambás” (SOUZA, 2017). A reunião de diferentes etnias de troncos culturais distintos em um mesmo território confluiu ao longo do século XX, durante o processo de expropriação e redução do território que esses indígenas sofreram, na construção da identidade Pataxó Hãhãhãe. Conforme reportado por Oliveira (2015) este processo se deu como mecanismo de resguardo e afirmação indígena em meio às pressões de fazendeiros locais e da própria sociedade não-indígena ou *neobrasileira*, fazendo uso das palavras de Curt Nimuendajú. A respeito da construção da identidade Pataxó Hãhãhãe na referida terra indígena, Souza (2017) registra:

Recentemente, em meu trabalho de campo para o doutorado, percebi que a tensão em torno das chamadas origens e etnias estava ficando ainda mais evidente. Na época, ocorria o recadastramento para o atendimento à saúde. Os agentes de saúde, todos indígenas, saíam de casa em casa preenchendo uma ficha relativa ao grupo doméstico e outra relativa a cada indivíduo morador. Tanto na ficha do domicílio, quanto na ficha individual, havia um campo relativo à etnia. Após o recadastramento de toda a reserva, as fichas foram analisadas pelos conselheiros de saúde e caciques. Fichas em que uma família ou indivíduo respondiam somente “Pataxó” ou “Pataxó Hãhãhãe” recebiam do referido conselho uma interrogação. Marcava-se com a família dias depois para que pudessem comparecer a uma reunião com o dito conselho, onde se inquiria sobre a origem, os troncos velhos daquela família. Se nada pudesse ser dito, ou se nada pudesse ser comprovado perante outras famílias, recomendava-se que fossem investigar seus troncos, sua etnia. Para tanto, caciques e lideranças os orientavam a procurar antropólogos que conhecessem os indígenas dali. Esse mecanismo de reconhecer os parentes é muito informado por aquele utilizado pelo SPI, quando uma família indígena ganhava posse na reserva mediante relato acerca de que aldeia (extinta, na maior parte das vezes) havia saído (*Ibid.*, p.65).

Portanto, conforme pode ser observado no trecho acima, os residentes indígenas da reserva insistem em afirmar uma identidade Pataxó Hãhãhãe nos levantamentos realizados na reserva, ainda que, conforme relatou a autora, seja realizada posteriormente uma investigação acerca do tronco cultural da família. Para Souza (2017), as diferenças étnicas “são removidas ou acentuadas quando as circunstâncias assim o aconselham, do mesmo modo que as contradições são contornadas, quando daí possam resultar benefícios recíprocos” (*Ibid.*, p.65-66). Na mesma linha de raciocínio, Arruti (1997, p.21) afirma que neste processo, para os remanescentes indígenas “o que está em jogo é a manutenção de um território como

reconhecimento do processo histórico de espoliação”, o que pode ser verificado na terra indígena em questão.

O processo de territorialização é, justamente, o movimento pelo qual um objeto político-administrativo “(...) vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais inclusive as que o relacionam com o meio ambiente e com o universo religioso)” (OLIVEIRA, 1998, p.24). A territorialização aconteceu em dois processos com os povos indígenas do Nordeste, segundo o autor: num primeiro momento com as missões religiosas; e posteriormente através da agência indigenista oficial. O processo de territorialização descrito por Oliveira (1998) pode ser observado na TI Caramuru-Paraguaçu:

As afinidades culturais ou linguísticas, bem como os vínculos afetivos e históricos porventura existentes entre os membros dessa unidade político-administrativa (arbitrária e circunstancial), serão retrabalhados pelos próprios sujeitos em um contexto histórico determinado e contrastados com características atribuídas aos membros de outras unidades, deflagrando um processo de reorganização sociocultural de amplas proporções (*Ibid.*, p.24).

Neste contexto, Souza (2017) considera que os grupos/famílias e etnias – categorias estas que considera como uma só, designada por ela de família étnica – residentes na TI Caramuru-Paraguaçu, produziram uma narrativa de luta que possibilitou a retomada integral do território indígena ao longo das três últimas décadas.

O processo teve início logo após a criação da reserva, de modo que na década de 1930 o território já era cobiçado por grandes fazendeiros locais. Entre as décadas de 1970 e 1980, o governo baiano concedeu títulos de terra aos invasores, conforme foi mencionado anteriormente neste tópico. Diante desse cenário, quando quase houve a extinção da reserva, em 1982 os indígenas reuniram esforços junto a FUNAI e demais apoiadores da causa indígena para recuperarem a área original de seu território. Para tanto, a adoção do etnônimo Pataxó Hãhãhãe englobando os distintos grupos e etnias que viviam naquele espaço, auxiliou no processo de recuperação do território original trinta anos depois desde o episódio da retomada da Fazenda São Lucas, o equivalente a uma área de 1.200 hectares (*Ibid.*), que foi o primeiro território reconquistado da área original da reserva.

Em relação à adoção do etnônimo supracitado, a autora observa como ele prepondera sobre as diferenças de sangue entre as etnias residentes na TI:

Quem não lutou pela reconquista do território invadido demonstra não ter apreço pela comunidade, não sendo, pois, digno de ali continuar se reproduzindo, biológica e socialmente (SOUZA, 2017., p.55).

A partir de 1999, o processo de retomada das demais parcelas do território indígena que haviam sido expropriadas começa a tomar mais contorno, em relação ao primeiro episódio em 1982, passando a ser regido por estratégias voltadas para a unificação dos diferentes grupos étnicos, de forma que todos os membros das etnias residentes na reserva levaram a cabo a causa.

Na TI Caramuru-Paraguaçu foi identificado o sítio arqueológico Água Vermelha, cuja pesquisa foi realizada por Carlos Etchevarne (2012), conforme foi detalhado no início do capítulo. Através desse trabalho, o autor reflete sobre as implicações da existência do sítio na reserva indígena, tal como a reivindicação de uma porção de terra pelos indígenas residentes e como a materialidade – no caso, a cerâmica arqueológica – permite estabelecer vínculos culturais com populações indígenas pré-coloniais. No entanto, o autor salienta a dificuldade que existe em “provar a continuidade étnica” (*Ibid.*, p.57) existente na área devido a questões de construção identitária, a dinâmica sócio-histórica, entre outros fatores.

A despeito de discussões desta natureza, acerca de continuidade étnica, faz-se de importância enfatizar aqui que são demasiadamente complexas, senão impossíveis em contextos similares ao da TI Caramuru-Paraguaçu pelo seu próprio histórico de formação e arranjo de diversas etnias a longo de décadas, se considerar o período de constituição deste território, primeiro enquanto Posto Indígena e depois como Terra Indígena.

Deve-se ressaltar ainda que não é intuito ou propósito deste trabalho entrar no mérito de tamanha discussão, ainda que o cerne da pesquisa esteja orientado pela longa duração da presença indígena na região. Dito isso e considerado o exposto por Etchevarne (2012) sobre o contexto regional acerca das problemáticas fundiárias e identitárias, é pertinente pontuar, ainda que superficialmente, que a materialidade pode e deve ser utilizada enquanto mecanismo para construção de discursos acerca da presença indígena na região desde períodos muito remotos, como o próprio Carlos Etchevarne coloca em seu trabalho supracitado.

Laudos arqueológicos comumente são requisitados em questões judiciais que envolvem a demarcação e/ou reivindicação de territórios indígenas, como é o próprio caso de Água Vermelha (*Ibid.*). O que deve ser bem aclarado é que as categorias

taxonômicas de classificação dos fragmentos de cultura material pré-colonial se sobrepõem com exatidão aos aspectos linguísticos e culturais de determinado grupo e/ou etnia, como deixa bem explicitado Oliveira (2007). Se há complexidade em se tratar tal questão com grupos Tupi-guarani onde aparentemente existe uma maior “homogeneidade” linguística e cultural – além de terem sido bem mais documentados –, mais inviabilizada fica a discussão em grupos Jê onde verifica-se uma diversidade étnica muito grande, registrada nas fontes coloniais (MEDEIROS, 2002; TOFANI, 2008).

No período colonial conforme a conquista avançava para o interior do país e a resistência dos “tapuias” se mostrou muito maior que os povos litorâneos, de forma belicosa e ferrenha, muitas vezes grupos inteiros foram exterminados sem ao menos serem registrados por cronistas ou viajantes (MEDEIROS, 2002), o que acabou por tornar muito restrito o campo de exploração da etnohistória, dada a existência de um conhecimento muito fragmentado para os grupos interioranos (ou do sertão). Projetando isso para o passado pré-colonial torna-se ainda mais turvo, até porque a identidade étnica dos grupos é “um fenômeno dinâmico que emerge do interior dos grupos étnicos para a exterioridade, em situações de contatos interculturais” (OLIVEIRA, 2007, p.111).

Há que salientar ainda um importante ponto levantado por Jorge Eremites de Oliveira (2007) que é como os arqueólogos desconsideram a forma como os grupos indígenas se auto identificam e como estabelecem sua identidade. No entanto, para o passado pré-colonial torna-se impossível fazer uso de uma perspectiva *emic*⁵¹ para identidade, materialidade e, conseqüentemente, territórios.

Para a TI Caramuru-Paraguaçu em seu processo de territorialização, a materialidade evidenciada em Água Vermelha apenas reitera que, independentemente de questões étnicas ou linguísticas, grupos indígenas habitam a região desde o período pré-colonial.

3.3.3 A persistência de práticas indígenas em Itapé – BA

Há registro no município de Itapé, onde o sítio Canaã está localizado, de práticas indígenas relacionadas à pesca no Rio Colônia que ainda são exercitadas na

⁵¹ Sob uma perspectiva arqueológica a visão “etic” é a visão de um grupo sobre outro distinto e a visão “emic” é a visão que esse grupo possui de si mesmo (ORSER JR., 2000).

atualidade. Um exemplo é o uso de jequis ou jequiá, registrados pela Fundação Aroeira (2014), que descreve o costume em Itapé:

O Rio Colônia no trecho caminhado apresenta ser raso com alguns poços mais fundos, é um rio com bastante areia e corre sobre um leito de pedras. O rio apresenta boa piscosidade e tem pessoas como a senhora Carmen Cardoso Carvalho “Sussú pescadora” e seu irmão que ainda vivem da pesca, além da pesca com vara, rede e tarrafa eles também utilizam a **prática de um costume dos antigos povos indígenas a de pesca com armadilhas, chamadas de jiquis**⁵² onde represam o rio com pedras e deixam alguns canais para que a água saia e é nestes pontos que eles colocam os jiquis (FUNDAÇÃO AROEIRA, 2014, p.18).

O uso dos jequis (Figura 30), forma de armadilha associada a pequenos barramentos é uma técnica de pesca indígena que representa uma estratégia ainda recorrente entre os ribeirinhos do município. De acordo com Oliveira (2016) para instalar os jequis, deve ser feito uso de suportes que tornem “a entrada da armadilha um remanso convidativo (dado represar a correnteza) para os peixes. Assim eles entram no funil interno e não conseguem fazer o caminho no sentido contrário, ficando presos” (*Ibid.*, p.236).

Figura 30 – Jequis às margens do Rio Colônia em seu trecho represado. Município de Itapé-BA



Fonte: Fundação Aroeira, 2014, p. 19.

⁵² Grifo meu.

Essas tradicionais armadilhas de pesca indígena refletem os saberes locais e incorporam uma observação precisa do ambiente ao perceber o comportamento dos peixes, a movimentação do rio. Trata-se de um verdadeiro dispositivo que consegue prever e antecipar engenhosamente as reações dos animais que pretendem capturar (SOUTY, 2017).

A persistência das práticas e dos saberes indígenas pelos ribeirinhos de Itapé é um reflexo da contínua presença de grupos indígenas na região do Vale do Rio Colônia desde o período pré-colonial. Soma-se a ocupação dos grupos Kamakã que foram registrados durante o período colonial e aldeados no Aldeamento Barra do Salgado, onde atualmente é a sede do município em questão.

A presença indígena na região, sobretudo dos Kamakã, foi e continua sendo acentuada de modo a ser sinalizada também pela toponímia, já que há na circunvizinhança o município Camacan, cujos limites político-territoriais abrangem porções do território da TI Caramuru-Paraguaçu. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o nome do município tem origem em “seus primitivos habitantes, os índios Camacan”⁵³. Na contemporaneidade, conforme foi detalhado, há a TI Caramuru-Paraguaçu, cujo território delimitado dista pouco mais de 40 Km em linha reta da sede de Itapé e abriga, de acordo com Etchevarne (2012) quatro etnias: Kamakã, Kiriri Sapuyá, Pataxó Hãhãhãe e Baenã.

⁵³ IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/camacan/historico> (Acesso em março de 2020).

4 CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES ACERCA DA PRESENÇA DO GRAFITE EM CERÂMICAS ARQUEOLÓGICAS E SUAS IMPLICAÇÕES

Uma análise preliminar do acervo do sítio Canaã constatou que uma porção do material cerâmico que o compõe utiliza o grafite em sua confecção, seja como tempero⁵⁴ ou aplicado à superfície dos fragmentos (grafitado⁵⁵). Nesse capítulo será discutida a importância do seu uso na cerâmica arqueológica, especificamente no material cerâmico filiado à Tradição Aratu. Apresenta-se inicialmente as propriedades do mineral e a localização das jazidas mais próximas ao sítio Canaã, como subsídio para a discussão sobre a utilização do grafite no material cerâmico por populações pré-coloniais.

4.1 Propriedades mineralógicas e físicas do grafite

O grafite é um mineral friável, também conhecido como grafita, carbono mineral ou plumbagina, que corresponde a uma das três formas alotrópicas do carbono: as outras são o carbono amorfo e o diamante (PEREIRA, 2007). Trata-se de uma forma pura de carbono, cuja estrutura cristalina é formada por camadas mantidas por forças intermoleculares relativamente fracas (DUARTE, 2014).

Sua friabilidade mineral pode ser constatada na Escala de Mohs⁵⁶ onde a dureza do grafite está entre 1 e 2, se tratando de mineral extremamente macio. Com ponto de fusão de 3.927^o C, o grafite é altamente refratário. É um mineral opaco, de coloração cinza e geralmente possui um brilho metálico (*Ibid.*).

O grafite é formado principalmente pelo metamorfismo de depósitos carbonáceos e é encontrado em rochas metamórficas ou em zonas metamórficas de contato. Às vezes, os leitos de carvão são convertidos em grafite por intenso metamorfismo. O grafite nem sempre é de origem orgânica, no entanto, pois ocorre em meteoritos e também como escalas em granito, gnaiss, mica xisto, quartzito e calcário cristalino. Isto é encontrado em massas foliadas, geralmente é escamoso ou platinado (SHEPARD, 1985, p.35).

⁵⁴ Também designado de antiplástico, consiste em uma “matéria introduzida na pasta, para conseguir condições técnicas propícias à uma boa secagem e queima” (CHMYZ, 1976, p.144).

⁵⁵ “Tipo de tratamento impermeabilizante que consiste na aplicação uniforme de grafita à superfície do vasilhame” (CHMYZ, 1976, p.132).

⁵⁶ Escala de dureza relativa dos minerais que é determinada quando o mineral mais duro risca o mais mole e que tem os seguintes minerais como índices de dureza: 1-talco, 2-gesso, 3-calcita, 4-fluorita, 5-apatita, 6-ortoclásio, 7-quartzo, 8-topázio, 9-córrindom, 10-diamante (WINGE *et al*, 2001).

O grafite pode ser dividido em grafite sintético e natural. Este último se divide em grafite amorfo e cristalino que por sua vez, se divide em grafite “flake” e grafite de veio (*Op.cit.*). O mineral pode ser classificado em três tipos comerciais: grafita em flocos (*flake*), em veio cristalino e amorfa (microcristalino), por fim, subdivididos em várias grades baseando-se no teor de carbono, tamanho da partícula e tipos de impurezas (DUARTE, 2014).

A grafita é o melhor condutor térmico e elétrico entre os não metais e, também, é quimicamente inerte. Essas propriedades combinadas fazem da grafita uma substância desejável para muitas aplicações industriais (*Ibid.*). Dentre as propriedades do grafite, pode-se elencar:

- Grande condutividade elétrica e térmica;
- Quimicamente inerte;
- Propriedades lubrificantes;
- Alta resistência a oxidação;
- Durabilidade contra agressividades químicas;
- Não apresenta riscos à saúde;
- Não apresenta riscos de explosão;
- Reflete um amplo espectro de radiações eletromagnéticas;
- Possui aplicações industriais.

As propriedades peculiares do grafite são produto de sua distinta estrutura em camadas e sua inércia química. O grafite difere do diamante devido às estruturas cristalinas que possuem um arranjo atômico em camadas, segundo uma rede de planos hexagonais (SAMPAIO *et al*, 2008). Assim, a estrutura básica do grafite consiste em grupos hexagonais de átomos de carbono que formam grades planares estáveis com ligações fracas entre camadas devido à pequena distância entre átomos vizinhos na mesma camada. Dessa forma, a ligação de átomos de camadas paralelas é fraca em virtude da atuação predominante de forças secundárias de Van der Waals⁵⁷ (SOUZA, 2014; PEREIRA, 2007).

⁵⁷ São forças intermoleculares de atração ou repulsão entre entidades moleculares. As forças de Van der Waals são forças de longo alcance e são as responsáveis pela estabilidade de coloides (GUIDINI, 2014).

A diferença entre as intensidades das ligações nas duas direções responde pelas propriedades anisotrópicas da grafita, incluindo também propriedades como condução térmica (BONISSEL, 2001 *apud* SAMPAIO *et al*, 2008).

Este mineral é distribuído na natureza em rochas ígneas, sedimentares, metamórficas e em meteoritos de ferro-níquel. A qualidade de um depósito de grafite depende de características físicas dos cristais. No tópico a seguir serão apresentadas informações relativas à localização das jazidas do mineral em questão que estão mais próximas do sítio Canaã e os aspectos de composição geológica das mesmas.

4.2 Localização das jazidas e aspectos geológicos

No Brasil os depósitos de grafite existentes estão localizados nos estados de Minas Gerais, Ceará e Bahia. Há potencial para a existência do mineral também nos estados do Espírito Santo, Pernambuco, Goiás e Tocantins, contudo, apenas as reservas de Minas Gerais e Bahia têm sido aproveitadas economicamente.

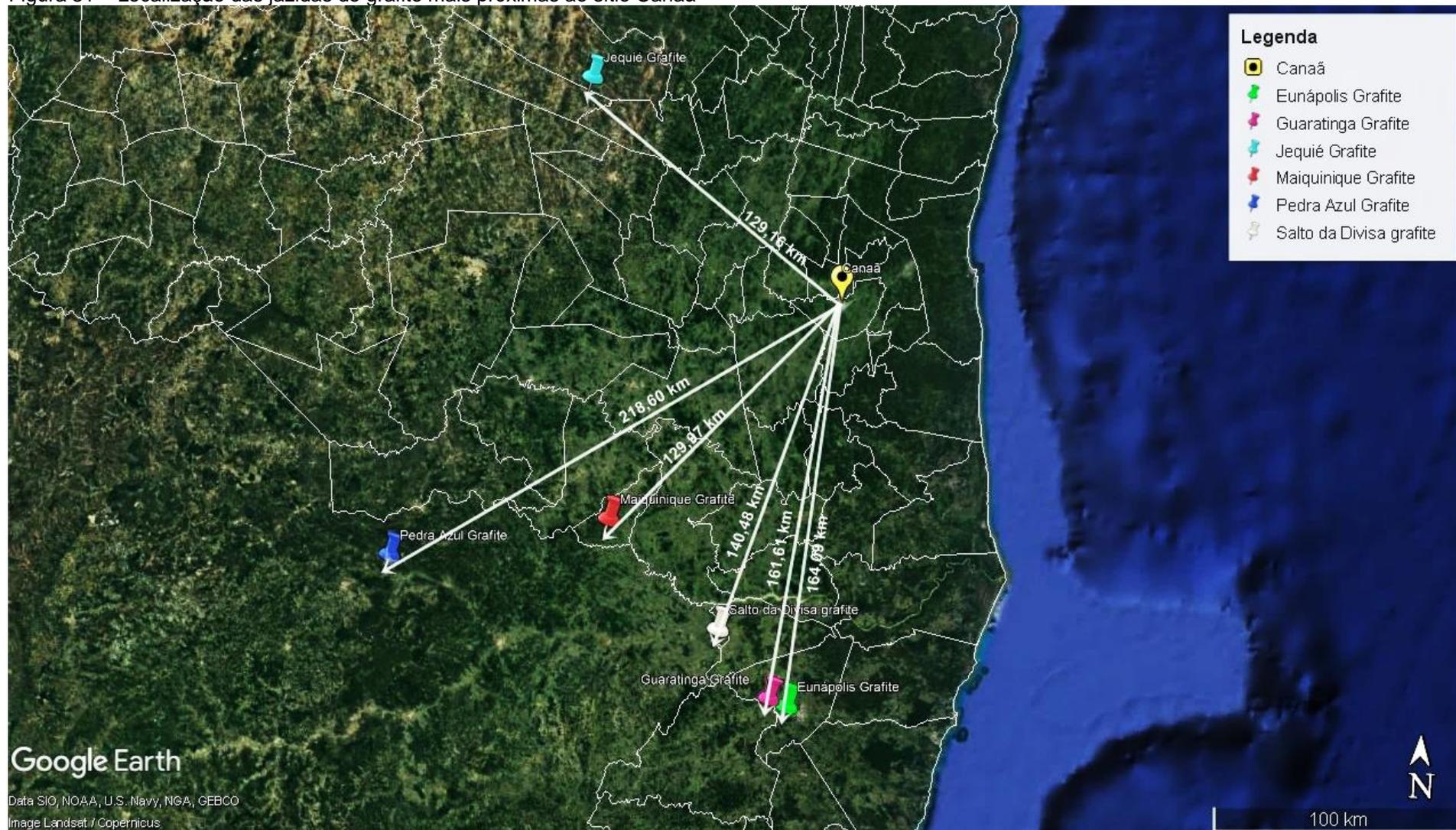
No Extremo Sul da Bahia e no nordeste do Estado de Minas Gerais, especialmente nas imediações dos municípios de Pedra Azul (MG), Salto da Divisa (MG) e Maiquinique (BA) existem extensos depósitos de grafita que fazem parte da Província Grafítica Bahia-Minas que detém reservas da ordem de 52 Mt de minério, produzindo 12.000 t/ano de concentrado de grafita tipo *flake* e 18.000 t/ano de concentrado de grafita fina (PEDROSA-SOARES *et al*, 1999).

Além dos municípios de Pedra Azul, Salto da Divisa e Maiquinique que já possuem mineração de grafite há algum tempo, recentemente mais jazidas que integram a Província Grafítica Bahia-Minas foram descobertas nos municípios baianos de Eunápolis e Guaratinga e no mineiro de Salto da Divisa (FLORAM, 2016, 2016a, 2017c).

Schiffer e Skibo (1997) nos lembram que a acessibilidade da matéria-prima para a confecção de cerâmica deve ser pensada. Da mesma forma, Nascimento e Luna (1994) pontuam que dentre os procedimentos para a análise de material cerâmico, há a análise extra-sítio que busca identificar a interação dos grupos pretéritos com o meio, através da identificação de fontes de matéria-prima (argila, rochas e minerais) para a preparação dos vasilhames.

Constatou-se que as jazidas de grafite mais próximas à região do sítio Canaã, que se tem registro, são os depósitos que integram a Província Grafítica Bahia-Minas. Elas estão situadas no centro-sul baiano, no município de Jequié, e no sudoeste baiano, no município de Maiquinique, ambas distantes cerca de 130 km em linha reta ao sudoeste da área de estudo deste trabalho. O segundo depósito de grafite mais próximo do sítio Canaã está situado no município de Salto da Divisa (MG) a cerca de 140 km em linha reta ao sul da área pesquisada. O terceiro depósito do mineral está localizado no Extremo Sul baiano a cerca de 160 km ao sul do sítio Canaã, nos municípios limítrofes de Guaratinga e Eunápolis. Existe ainda a jazida localizada no município de Pedra Azul, no entanto este depósito dista cerca de 220 km a oeste da área de estudo. O mapa da Figura 31 apresenta a localização das jazidas mencionadas.

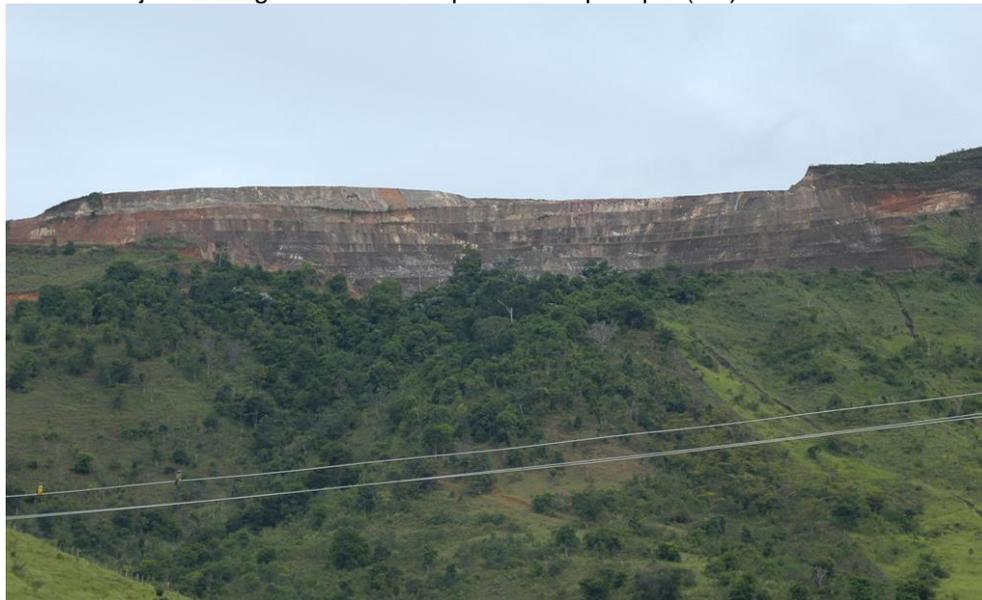
Figura 31 – Localização das jazidas de grafite mais próximas ao sítio Canaã



Fonte: Modificado de Google Earth, 2021.

A jazida de grafite localizada no município de Maiquinique está situada na Fazenda Córrego Emídia que dista cerca de 27 Km da sede municipal. A exploração comercial do mineral extrai uma média de 250.000,00 toneladas de minério por ano (FERNANDES, 2015). A Figura 32 apresenta a vista da mina de Maiquinique.

Figura 32 – Vista da jazida de grafite do município de Maiquinique (BA)



Fonte: Fernandes, 2015, p.4.

No município de Salto da Divisa (MG) o grafite é explorado comercialmente há algum tempo, mas também foi palco de recentes descobertas de mais jazidas no território municipal, conforme foi mencionado anteriormente. De acordo com Araújo (2000), os depósitos de grafite no município em questão ocorrem em:

(...) uma área de aproximadamente 30km de extensão e até 18km de largura (...). Essa faixa é delimitada, a nordeste, pelo Lineamento Jordânia-Salto da Divisa-Eunápolis e a sudoeste por gnaisses kinzigíticos da Unidade 1, estendendo-se para o Estado da Bahia onde está parcialmente coberta por sedimentos do Grupo Barreiras (ARAUJO, 2000, p.45).

Já nos municípios baianos de Eunápolis e Guaratinga predominam os depósitos sedimentares dos tabuleiros costeiros da Formação Barreiras que se configuram em formas de relevo suavemente dissecadas, com colinas tabulares de topos planos e alongados e vertentes retilíneas nos vales encaixados em “forma de U”, resultantes da dissecação fluvial recente (FLORAM, 2016 e 2016a). Tais formas de relevo constituem uma paisagem bastante similar à da área do Vale do Rio Colônia, conforme pode ser observado na Figura 33.

Figura 33 – Formas dissecadas de relevo suave no município de Eunápolis na área do Projeto Eunápolis Grafite



Foto: Morgana Ribeiro, 2016.

Os depósitos de grafita da Província Grafítica Bahia-Minas estão localizados em rochas gnáissicas do Complexo Jequitinhonha. Estes depósitos ocorrem em uma sequência litológica e estrutural rítmica, paralelas entre si, ocupando uma faixa bem definida de direção NW-SE em Minas Gerais, que gradativamente sofre uma inflexão para a direção N-S no sentido do estado da Bahia. A Província Grafítica Bahia-Minas situa-se no extremo nordeste do Orógeno Araçuaí, uma cadeia de montanhas edificada entre 630 e 500 Ma (PEDROSA-SOARES & WIEDEMANN-LEONARDOS, 2000; PEDROSA-SOARES *et al*, 2001).

O Complexo Jequitinhonha (ou complexo paragnáissico) é a unidade que ocupa a maior área na Província Grafítica Bahia-Minas, e que contém grande número de depósitos com minas em atividade, e ocorrências de grafita lamelar (*flake*). Seus contatos com os metassedimentos do Grupo Macaúbas são tectônicos, por meio de zonas de cisalhamento oblíquas. Intrusões granitoides diversas são frequentes. Sedimentos do Grupo Barreiras recobrem esta unidade discordantemente. Originalmente denominado por Almeida & Litwinski (1984), o Complexo Jequitinhonha, é uma sucessão de biotita paragnaisse bandados, variavelmente enriquecidos em granada e/ou cordierita e/ou sillimanita, com espessas intercalações de grafita gnaisse e quartzito, e lentes de granulito cálcio-silicático (PEDROSA-

SOARES & WIEDEMANN-LEONARDOS, 2000; DACONTI, 2004; SAMPAIO *et al*, 2004).

Faria (1997) e Daconti (2004) abordam a relação regional dos depósitos de grafita com o Complexo Jequitinhonha, enfatizando que apenas a suíte kinzigítica deste complexo é a hospedeira dos depósitos de grafita *flake*. Esta suíte consiste de biotita gnaiss, granada-biotita gnaiss, cordierita-granada-biotita gnaiss, grafita-sillimanita-cordierita-granada-biotita, gnaiss e grafita gnaiss, que indicam conteúdos crescentes de fração argila (silicatos peraluminosos) e de fração carbonosa (grafita) nos protólitos sedimentares.

Na região do Extremo Sul baiano a geologia local é composta por três tipos de rochas: grafita gnaiss, grafita xisto e gnaiss kinzigítico, este último é o tipo que predomina em aproximadamente 50% da área das jazidas (Figura 34) dessa região da Bahia (FLORAM, 2016). Na imagem abaixo é possível ver como esse recurso poderia ser facilmente coletado, uma vez que aflora em superfície.

Figura 34 – Afloramentos de grafite em superfície (a) e em matacão de composição granítica (b) no município de Eunápolis



Fonte: Floram, 2016, p.32.

Uma vez apresentadas as propriedades do grafite, a localização e caracterização geológica das jazidas que estão mais próximas do sítio Canaã, será discutido no tópico seguinte a utilização do grafite na cerâmica e as implicações desta escolha técnica das oleiras na interpretação do registro arqueológico.

4.3 Utilização do grafite na cerâmica

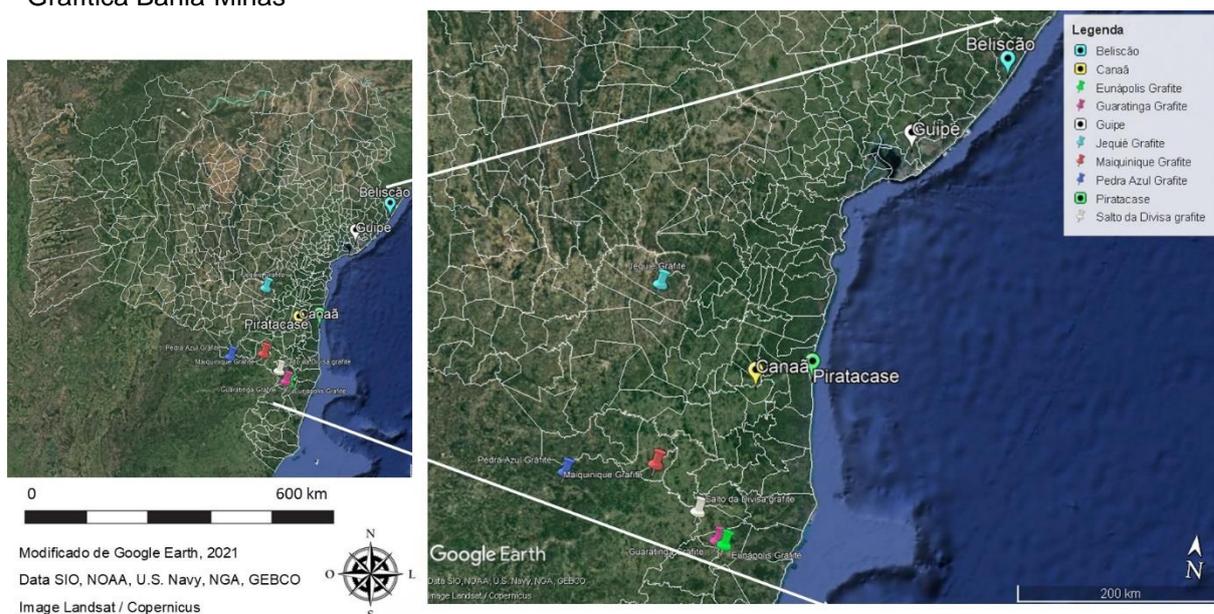
No sítio Canaã, a maioria das peças cerâmicas não possuem decoração e em uma parte considerável dos fragmentos há presença de grafite. Conforme foi discutido anteriormente, a literatura arqueológica versa sobre a presença de grafite em material cerâmico vinculado à Tradição Aratu. Esta tradição foi dividida na Bahia em duas fases: fase Aratu e fase Itanhém. (CALDERÓN, 1969, 1971 e 1974; PROUS, 1992; MARTIN, 2008; TOFANI, 2008; RODRIGUES, 2011; ETCHEVARNE, 2012; FERNANDES, 2017).

Para a fase Aratu, Calderón (1969) constatou a existência no material cerâmico de três tipos simples e dois decorados. Nas sequências estratigráficas dos sítios Beliscão (localizado no litoral norte da Bahia, próximo ao Rio Inhambupe), Guipe (localizado no Centro Industrial de Aratu) e Piratacase (localizado no município de Ilhéus) o arqueólogo verificou a existência de cerâmica temperada com areia grossa (tipo Palame simples) e areia fina (tipo Inhambupe simples) nos níveis mais profundos e, portanto, mais antigos dos sítios. Calderón (1969) registrou ainda que o grafite utilizado enquanto tempero (tipo Guipe simples) não apareceu na base da sequência estratigráfica, no entanto, passou a predominar na sequência estratigráfica dos sítios por ele pesquisados até dominar totalmente a parte superior dos níveis. Além do grafite ser utilizado como tempero da cerâmica na fase Aratu, Calderón assinala sua utilização também como engobo⁵⁸ (*Ibid.*).

Observa-se que os sítios supracitados possuem uma distância maior da Província Grafítica Bahia-Minas, se comparada à distância do sítio Canaã. O sítio Piratacase é o mais próximo da província grafítica distando em média 199 Km das jazidas conhecidas. Já o sítio Guipe está a cerca de 428 Km da província em questão. Por fim, o sítio Beliscão é o mais distante, estando a cerca de 536 Km de distância das jazidas. O mapa da Figura 35 apresenta a localização dos sítios citados em relação às jazidas e o Quadro 5 detalha as distâncias.

⁵⁸ “Tipo de tratamento que consiste em aplicar, antes da queima, uma camada de barro, mais espessa que o banho, com ou sem pigmentos minerais, na superfície do vasilhame” (CHMYZ, 1976, p.130).

Figura 35 – Localização dos sítios Beliscão, Guipe e Piratacase em relação às jazidas da Província Gráfica Bahia-Minas



Fonte: Modificado de Google Earth, 2021.

Quadro 5 – Distância dos sítios arqueológicos para as jazidas de grafite

JAZIDA/MUNICÍPIO	SÍTIO ARQUEOLÓGICO / DISTÂNCIA (Km)		
	Beliscão	Guipe	Piratacase
Eunápolis Grafite	535,71	429,51	188,59
Guaratinga Grafite	534,27	434,54	188,10
Jequié	393,96	277,44	168,04
Maiquinique Grafite	508,96	397,12	176,05
Pedra Azul Grafite	584,26	472,69	268,34
Salto da Divisa Grafite	519,66	411,86	176,13

Calderón (1971) ao tratar ainda da fase Aratu registra que nos sítios do litoral norte da Bahia, nas proximidades da divisa com Sergipe, há predomínio de cerâmica com tempero de areia grossa e areia fina, de modo que o tipo Guipe simples (tempero de grafite) ocorre em apenas 3,3% do material estudado. Para a região oeste do Estado, nos municípios de Barreiras, Catolândia e São Desidério o autor não menciona a presença ou ausência de grafite na composição do material cerâmico (*Ibid.*).

Já a fase Itanhém que ocorre desde o sul da baía de Todos os Santos até o extremo sul do Estado, na divisa da Bahia com o Espírito Santo, difere da fase Aratu pela presença de decoração, sobretudo corrugada, em alguns vasos (CALDERÓN,

1974). Nesta fase registra-se a presença de tempero com areia (tipo Japar simples) e de areia com grafite (tipo Itanhém simples), havendo predomino de “técnicas grafitadas” (*Ibid.*, p.150)⁵⁹. Valentin Calderón registra ainda para a fase Itanhém o uso do grafite enquanto engobo nos vasilhames cerâmicos.

Como Valentin Calderón foi o pioneiro nas pesquisas arqueológicas da Tradição Aratu na Bahia, os trabalhos subsequentes aos do arqueólogo espanhol puderam ampliar o entendimento acerca da dispersão e ocorrência dessa categoria de material arqueológico por todo o Estado, caracterizada por um tipo de cerâmica roletada, geralmente sem decoração (presente apenas na Fase Itanhém) e com presença de grafite, seja no tempero ou no engobo.

Na região Sul e Extremo Sul da Bahia há registro de vários sítios arqueológicos associados à Tradição Aratu e que apresentam essa característica peculiar (a presença do grafite) na cerâmica. O quadro abaixo traz uma síntese dessa ocorrência.

Quadro 6 – Sítios arqueológicos que registram cerâmica com presença de grafite

REGIÃO DA BAHIA	SÍTIO ARQUEOLÓGICO	LOCALIZAO	FONTE	DATAO
Sul	gua Vermelha	TI Caramuru-Paraguaçu (na localidade de gua Vermelha, município de Pau-Brasil)	Etchevarne (2012)	670 BP
	Piratacase	Banco da Vitória, município de Ilhéus	Calderón (1969)	-
Extremo Sul	Praça Jesuítica de Trancoso (BA-PST-001)	Vila de Trancoso, município de Porto Seguro	Tofani (2008)	650 BP
	São Pedro (BA-PSA-007)	Vila de Arraial D’Ajuda, município de Porto Seguro		-
	Barra Velha (BA-PSM-001)	TI Barra Velha, município de Porto Seguro		-
	Sítio Terravista	Vila de Trancoso, município de Porto Seguro		-

Deve-se ressaltar que além dos sítios listados no quadro acima, existem outros sítios da Tradição Aratu registrados nas regiões Sul e Extremo Sul da Bahia que pertencem à fase Aratu, mas que não foram inclusos no quadro por inexistir

⁵⁹ Grafitado é o termo que designa um “tipo de tratamento impermeabilizante que consiste na aplicação uniforme de grafite  superfície do vasilhame” (CHMYZ, 1976, p.132).

informações a respeito de tal classificação na literatura consultada. Por falta de informações que especificassem o tipo de tempero e engobo do material cerâmico identificado nos mesmos, impossibilitou-se assegurar a presença de grafite nos acervos desses sítios.

Portanto, de acordo com a literatura consultada, constata-se que o uso desse mineral em cerâmicas – seja como acabamento de superfície ou como tempero – foi recorrente durante o período pré-colonial em uma grande área de dispersão que vai desde o Recôncavo até as regiões Sul e extremo Sul da Bahia.

Nas regiões norte, litoral norte e oeste da Bahia quase não há registro do uso de grafite no tempero ou no engobo das cerâmicas⁶⁰, possivelmente devido às distâncias consideráveis das jazidas de grafite situadas na Província Gráfica Bahia-Minas e, portanto, da indisponibilidade do mineral para a preparação de cerâmica. Ou ainda, devido à influência de outros grupos culturais que não faziam uso do grafite na cerâmica. Por outro lado, observa-se a recorrência de cerâmica com grafite em uma área que vai do Recôncavo ao Extremo Sul do Estado (CALDERÓN, 1974), onde há maior disponibilidade do mineral, visto a proximidade dos depósitos.

Tofani (2008) discorre sobre a possibilidade de uma ligação entre os grupos associados a Tradição Aratu do interior e do litoral do Extremo Sul da Bahia através dos cursos d'água existentes na região:

(...) a localização desses assentamentos nas imediações de rios com cabeceiras nas porções ocidental do Extremo Sul da Bahia e nordeste de Minas Gerais pode ter relações com o uso desses cursos d'água e suas margens como vias de comunicação entre grupos Aratu litorâneos e interioranos (*Ibid.*, p.171).

Em se confirmando que estes grupos mantinham contato, é muito possível que nesses trajetos houvesse o deslocamento não apenas dos recipientes cerâmicos da Tradição Aratu, mas também o deslocamento de matéria-prima para a confecção dos mesmos, tal como o grafite.

⁶⁰ Calderón (1971) registra que na região do litoral norte da Bahia e nas proximidades da divisa com Sergipe a presença de cerâmica com tempero de grafite (tipo Guipe simples) ocorreu em apenas 3,3% do material cerâmico por ele estudado dos sítios dessa região. Nesta mesma publicação o arqueólogo espanhol trata das pesquisas no oeste baiano, na região de Barreiras, Catolândia e São Desidério, no entanto não menciona a utilização de grafite como tempero ou engobo na cerâmica. Da mesma forma, Fernandes (2003) não menciona sobre a presença ou ausência de grafite nas urnas funerárias do sítio de Piragiba, localizado no oeste da Bahia.

Exemplos etnográficos demonstram acerca do deslocamento de artefatos a partir das relações que diferentes grupos estabelecem ao longo de territórios. No alto Xingu brasileiro grupos falantes de diferentes línguas são integrados através de redes de troca que incluem também vasilhames cerâmicos. De acordo com Neves (1999/2000), a cerâmica é produzida apenas por um grupo, mas os vasilhames são distribuídos por toda a região do alto Xingu. Na costa de Sepik, Nova Guiné, Welsch e Terrell (1998) identificaram a existência de “campos sociais” que se estendem por um longo território da costa e que são permeados de complexas relações de comércio, parentesco e solidariedade que resultam na distribuição de produtos especializados e comuns em uma grande amplitude territorial e linguística. Na costa de Sepik existem diferentes indústrias de cerâmica, cada uma associada a um centro produtor. Determinados tipos de cerâmica possuem uma distribuição distinta, ao passo que outros tipos são encontrados em toda parte ao longo da costa. Existem dois centros produtores que fornecem a maioria dos vasos cerâmicos utilizados na costa, ao passo em que no interior, uma indústria cerâmica muito diferente assume o monopólio da produção.

Já para o deslocamento de matéria-prima, o exemplo etnográfico da confecção de *ritxoko*, bonecas cerâmicas, na região do Araguaia demonstra como se dá a aquisição da argila ideal para a manufatura das peças que são um saber ancestral:

Em um passado não muito distante (calcula-se pelos relatos ouvidos que até há aproximadamente quatro décadas atrás), as ceramistas Karajá de Aruanã recorriam principalmente aos barreiros do Piratinga e do Macaco, pequenos rios que deságuam no Araguaia. As famílias iam de canoa e gastava-se todo um dia no trajeto e na coleta, saindo de casa nas primeiras horas da manhã e retornando no final da tarde. (UFG, 2011, p.33-34).

Atualmente para se chegar a esses locais é necessário um barco a motor para transportar as pessoas das aldeias até os barreiros, o que é feito em aproximadamente 40 minutos. (*Ibid.*, p.35)

O registro arqueológico demonstra a utilização do grafite na preparação de recipientes cerâmicos no período pré-colonial e as fontes escritas sugerem a possível utilização do mesmo no período histórico. Conforme foi apresentado anteriormente, a região do Vale do Rio Colônia foi ocupada pela etnia Kamakã (GRAHL, 2009; CARVALHO, 2016; SILVA, 2017; WELPER, 2018), havendo registro desses indígenas na região desde os primeiros contatos até o final da década de 1930 – quando o etnólogo alemão Curt Nimuendajú registrou aquela que chamou de “última índia

Kamakã de sangue legítimo” (CARVALHO, 2016; WELPER, 2018) – e de seus remanescentes, que residem atualmente na Terra Indígena Caramuru-Paraguaçu (ETCHEVARNE, 2012; SOUZA, 2017).

Conforme pode ser observado no relato do Dr. J.B. de Sá Oliveira, mencionado no item 3.2.1, havia entre os Kamakã a utilização de certa prática de pulverizar determinadas pedras “moles” que eram misturadas à argila. No início deste capítulo quando foram apresentadas as propriedades do grafite, pontuou-se que o mesmo se constitui enquanto um mineral friável cuja dureza está entre 1 e 2 na Escala de Mohs. O relato acima parece referir-se ao grafite, e seu provável uso enquanto tempero na cerâmica fabricada por esse grupo Jê, uma vez que a técnica foi utilizada amplamente na região durante o período pré-colonial pelos grupos pertencentes à Tradição Aratu que provavelmente também eram falantes do tronco Macro-Jê (TOFANI, 2008; RODRIGUES, 2011). O argumento de que a pedra “mole” utilizada pelos Kamakã no preparo da cerâmica era o grafite é construído com base nas propriedades do mesmo (e seu desempenho na cerâmica, conforme será demonstrado adiante), na proximidade dos depósitos do mineral com a área ocupada por esta etnia e pelo conhecimento empírico de que um pedaço de rocha que contenha majoritariamente grafite em sua composição, se desintegra facilmente (SHEPARD, 1985)⁶¹ apenas no manuseio com as mãos, dada a sua dureza.

Dessa forma, com base no que foi apresentado até o momento, será discutida a relevância do grafite no desempenho/performance em recipientes cerâmicos e, portanto, as escolhas técnicas que levavam as oleiras a utilizar o mineral na preparação dos vasilhames.

4.3.1 Escolha técnica das oleiras para melhor desempenho/performance nos vasilhames

O termo "escolha técnica" designa a presunção de que para cada atividade, ou sequência de atividades, na fabricação de cerâmica havia alternativas para a oleira (SCHIFFER E SKIBO, 1997). Escolhas técnicas são dependentes de variáveis

⁶¹ O grafite esfregado na cerâmica antes ou depois da queima é macio e desgasta facilmente (SHEPARD, 1985, p.36).

comportamentais e geralmente “têm efeitos tangíveis nas propriedades formais de um artefato, e esses efeitos podem persistir durante subseqüentes atividades” (*Ibid.*, p. 31).

O tempero proporciona diferentes tipos de textura na pasta da cerâmica, logo, a sua variação pode estar diretamente relacionada com a função dos objetos (OLIVEIRA, 2003; ALVES, *et al*, 1994). A alteração quantitativa e qualitativa do tempero significa uma opção, ou seja, uma escolha técnica da oleira (*Op.cit.*). Utilizar o grafite na preparação da cerâmica identificada foi, portanto, uma escolha técnica das oleiras no sítio Canaã, assim como de parte dos ceramistas que fabricaram os vasilhames filiados à Tradição Aratu, sobretudo da fase Itanhém. Rice (2005) assinala que “em tempos pré-históricos” o grafite foi utilizado como pigmento ou engobo em alguns lugares do Novo Mundo, e na contemporaneidade é usado tradicionalmente como pigmento pelos ceramistas de Phalaborwa do sul da África. Shepard (1985) reitera o disposto ao afirmar que o grafite era um tipo de pigmento utilizado em algumas cerâmicas fabricadas antes do advento da roda de oleiro, aparecendo “esporadicamente como uma tinta ou engobo em cerâmica de muitas regiões” (*Ibid.*, p.35).

O primeiro ponto a ser discutido na questão da escolha técnica dos artesãos é a obtenção do grafite por esses ceramistas. De acordo com Schiffer e Skibo (1997), no que diz respeito à aquisição de matérias-primas para a confecção de cerâmica, a etnografia tem demonstrado que as distâncias e o acesso a argila e tempero são ponderados na maioria das sociedades tradicionais. Para a aquisição de argila, os registros das distâncias percorridas variam entre 1 e 50 km, embora a maioria das sociedades estudadas tenham obtido argila em uma distância de até 7 km. Já as distâncias percorridas para obtenção do tempero variam entre 1 e 25 km, apesar de a maioria das sociedades estudadas até a publicação daqueles autores terem obtido tempero dentro de 9 km. No entanto, nas sociedades tradicionais a obtenção de matérias-primas para engobo e pigmentos é uma questão diferente já que “esses materiais são usados em quantidades menores e obtidos com menos frequência do que argila e tempero” (*Ibid.*, p.35). Os autores registram percursos de longa distância para a obtenção de matérias-primas para engobo e pigmentos em fontes que distam dezenas e até centenas de quilômetros do assentamento dos ceramistas (SCHIFFER E SKIBO, 1997).

Da mesma forma, Rice (2005) baseada em estudos etnográficos demonstra como as distâncias percorridas para a obtenção de matéria-prima estão diretamente relacionadas com as escalas de produção dos ceramistas ou a intensidade de fabricação pelos mesmos. Embora a autora descreva grupos ceramistas contemporâneos de diversas regiões do mundo que percorrem distâncias variadas para a aquisição de recursos conforme demanda suas respectivas produções, ela elenca algumas distâncias registradas etnograficamente que seriam percorridas em média pelas oleiras na busca de argila (entre 1 e 50 km), tempero (entre 1 e 24 km) e engobo e tinta que poderia chegar até 800 km, visto que estes últimos recursos eram “frequentemente adquiridos pelo comércio e não extraídos pelas oleiras; já que esses materiais são usados em quantidades significativamente menores do que as argilas” (RICE, 2005 p. 166).

No caso da cerâmica do sítio Canaã, conforme foi apresentado no tópico anterior, os depósitos de grafite mais próximos estão localizados no município de Maiquinique a cerca de 130 km em linha reta ao sudoeste; no município de Salto da Divisa (MG) a cerca de 140 km em linha reta ao sul; e no Extremo Sul baiano a cerca de 160 km ao sul, nos municípios de Guaratinga e Eunápolis. Portanto, observa-se que obter matéria-prima para acabamento ou tempero, neste caso o grafite, a uma distância considerável, tal como ocorre em sociedades etnograficamente registradas (*Ibid.*) foi uma escolha técnica das oleiras. Isso não quer dizer, contudo, que essas distâncias foram percorridas em uma única direção, pelo contrário, a presença do grafite em sítios espalhados por todo o Nordeste, alcançando até o Espírito Santo e Minas Gerais, indica a existência de uma grande rede de trocas e distribuição. A presença do grafite nas cerâmicas é o principal testemunho destas redes conhecido no registro arqueológico, mas elas poderiam muito bem conter outros objetos e materiais que circularam por todo o espaço coberto pela Tradição Aratu, mas cuja visibilidade arqueológica foi mais baixa, como cestos e plumária.

Uma vez verificada a existência de uma escolha técnica para a aquisição de matéria-prima, deve ser investigado o propósito e a finalidade da escolha do grafite pelas oleiras. De acordo com Rice (2005), a utilização de minerais específicos como o grafite ou cinábrio (sulfureto mercúrico) pode ter como finalidade modificar as propriedades físicas da cerâmica ou obter decorações específicas. No entanto, a

autora salienta que “determinar a relação entre os constituintes minerais de uma cerâmica e as decisões dos oleiros tradicionais não é simples” (*Ibid.*, p.327).

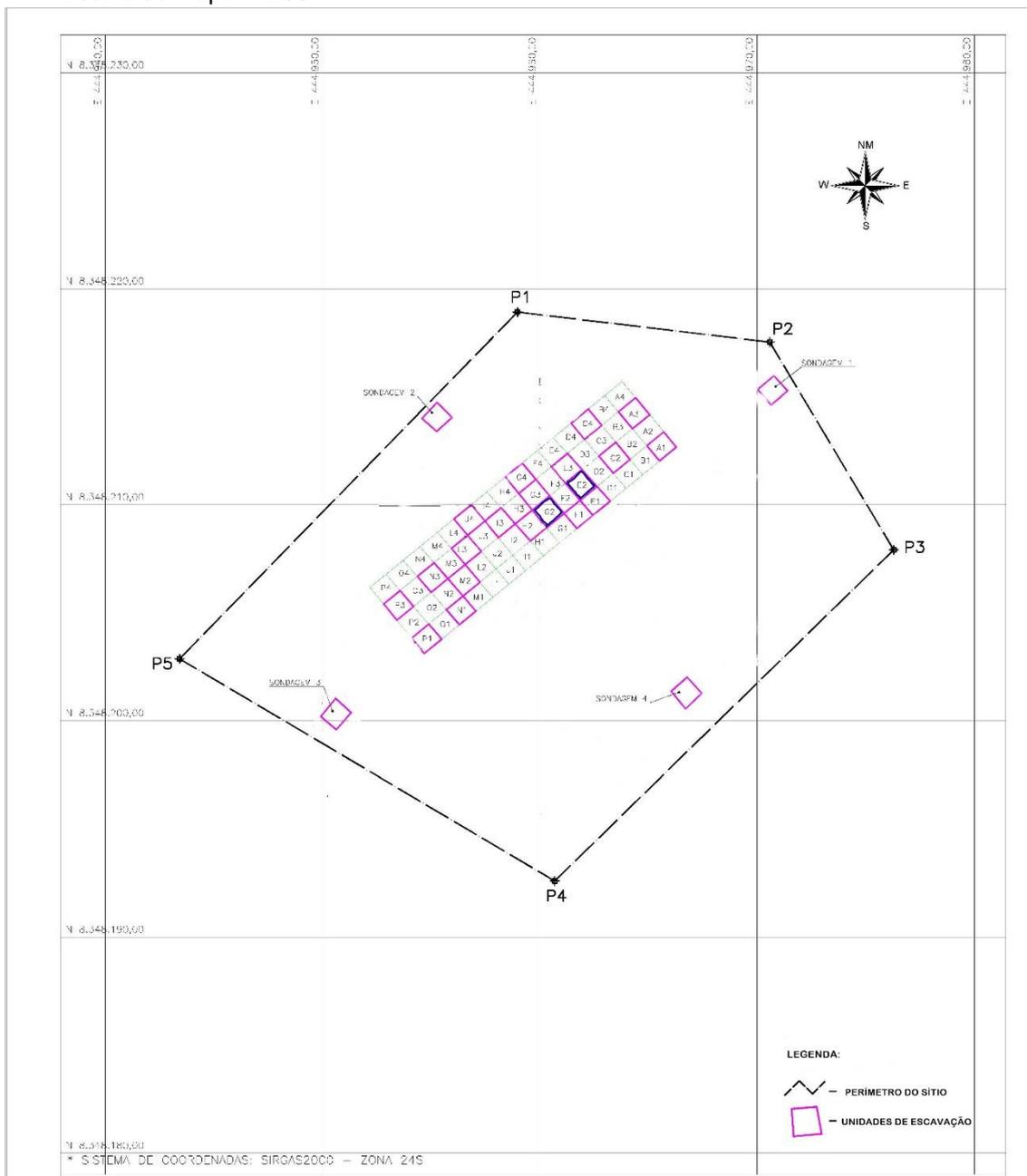
Prudence Rice observa que a obtenção de materiais específicos para a produção cerâmica pode se tratar de uma livre escolha, ou escolha técnica, nas palavras de Schiffer e Skibo (1997), ou mesmo ser uma decisão condicionada pelo costume ou tradição do grupo ceramista. Entretanto, é importante assinalar que a escolha de um mineral, para tempero ou pigmento, não é uma escolha aleatória, mas sim “envolve reconhecer que um mineral confere alguma propriedade desejável” (RICE, 2005, p. 327).

Etchevarne (2012) registra que o grafite possui como propriedade uma maior vedação da porosidade da vasilha. O autor apresenta esses dados relativos à funcionalidade do grafite a partir do estudo do sítio Água Vermelha, anteriormente mencionado. Ademais, pode-se inferir com base nas propriedades do grafite anteriormente apresentadas que o mineral se constitui um bom condutor térmico, possuindo a capacidade de melhorar o desempenho da vasilha no processo de cocção de alimentos.

Portanto, acredito que o uso do grafite nos vasilhames cerâmicos, como tempero ou aplicado à superfície, teria o propósito de melhorar o desempenho ou performance da vasilha durante o processo de cocção dos alimentos. Partindo disso, conjectura-se que parte do material cerâmico pesquisado integrava um contexto doméstico de recipientes utilizados na preparação de alimentos. Nesse contexto, a escavação do sítio Canaã permitiu identificar uma concentração de material arqueológico em duas unidades de escavação. Verificou-se que todo o material faunístico e malacológico mencionado no item 1.4.4 do primeiro capítulo está concentrado nas unidades de escavação E2 e G2 (Figura 36) e que nos níveis em que o material ósseo foi identificado⁶², havia também material cerâmico e lítico. É possível, portanto, que essa área do sítio tenha sido dedicada à preparação de alimentos.

⁶² Em relação há taxonomia do material faunístico, observou-se que as espécies identificadas existem no bioma local de Mata Atlântica, embora não sejam endêmicas.

Figura 36 – Mapa com a delimitação do sítio Canaã e das intervenções de subsuperfície que foram realizadas. Destaque em azul para as quadrículas E2 e G2. Município de Itapé – BA. Área: 488,85 m². Escala do mapa: 1:250.



Fonte: Floram/Embasa, 2018 (modificado pela autora).

Etchevarne ao descrever os fragmentos de recipientes cerâmicos identificados no sítio Água Vermelha e associá-los ao uso em tarefas domésticas de processamento e serviços de alimentos, assinala sobre o uso de grafite no material cerâmico:

De fato, neste caso, um alto percentual de fragmentos apresentava, sobretudo na parte interna, uma fina película de grafite que, aparentemente, foi aplicada por fricção, depois da queima. O grafitado pode ser explicado como um recurso visual, que poderia chegar a ter outras conotações, como as ritualísticas, por exemplo, mas também pela sua funcionalidade, já que ele permite uma maior vedação da porosidade da matéria cerâmica. (ETCHEVARNE, 2012, p.56).

É importante salientar que a técnica utilizada pelas oleiras no ato da confecção dos vasilhames cerâmicos poderia potencializar a ação impermeabilizadora do grafite. Deve ser levado em conta também o pontuado por Etchevarne sobre a conotação ritualística do grafite devido a sua propriedade, cor e “brilho metálico” (SHEPARD, 1985, p.36), o que poderia provocar um apelo visual em recipientes utilizados em cerimônias. Portanto, a escolha técnica de utilizar o grafite na preparação dos vasilhames implica que as oleiras do Vale do Rio Colônia eram “altamente discriminatórias sobre quais argilas ou temperos eram aceitáveis” para produzir a cerâmica de acordo com as suas idiossincrasias (RICE, 2005, p.327), uma vez que conheciam bem as propriedades do mineral.

5 ASPECTOS METODOLÓGICOS DE ANÁLISE E CLASSIFICAÇÃO DA TECNOLOGIA CERÂMICA

No processo de classificação somente através da descrição física dos artefatos é “possível o desenvolvimento de terminologias e de princípios classificatórios que possam ser de compreensão e utilização generalizada entre os diferentes pesquisadores (NEWTON, 1987 *apud* SILVA, 2000, p.20). Mediante a descrição física dos artefatos é possível ainda obter informações acerca do contexto ecológico e de aspectos de adaptação dos grupos que os produziram (SILVA, 2000). No caso da cerâmica, através do estudo de suas características técnicas é possível verificar:

(...) outros aspectos culturais, como o aproveitamento dos recursos ambientais e a concepção ideográfica do grupo (definindo as respostas culturais, os materiais utilizados para a produção dos instrumentos e as relações com as atividades eventualmente desenvolvidas pelos grupos, como as formas de aquisição, consumo e produção de alimentos) (OLIVEIRA, 2003, p.66).

Na pesquisa científica a sistemática é imprescindível, de modo que apenas através da classificação é possível o estabelecimento de unidades necessárias para a ciência (DUNNELL, 2006). As unidades se tornam dados à proporção em que são compreendidos “todos os atributos relevantes dos fenômenos estudados no tipo particular de investigação” (*Ibid.*, p.169). Através das unidades é possível discutir e manipular os dados. De acordo com Araujo (2019, p.54), dado é “uma proposição a respeito de um determinado fato⁶³, realizada por meio da observação de fenômenos”. Por observação compreende-se classificação e mensuração (ARAUJO, 2019). Ainda de acordo com o autor, “dados não são ‘coletados’, mas sim construídos” (*Ibid.*, p.54), haja vista que o processo de construção de dados está diretamente relacionado com a existência de um aporte conceitual e/ou teórico.

Dunnell (2006, p.167) considera dados como “fenômenos categorizados para uso por uma ciência específica”, de modo que para o autor, os artefatos são os dados da arqueologia (*Ibid.*).

⁶³ “É a existência (sic) um objeto material que se encontra em um determinado estado, ou algum evento ocorrendo sobre um objeto material” (ARAUJO, 2019, p.53). Por sua vez, Dunnell (2006) considera fenômeno como coisas e acontecimentos que não são categorizados por uma ciência específica.

A classificação existe devido à constatação de “algo em comum ou algum tipo de recorrência” no material pesquisado (DUNNELL, 2006, p.179). No caso da pesquisa do material cerâmico, verifica-se a partir da classificação que houve compartilhamento de conceitos, técnicas e materiais entre as oleiras. Os arqueólogos então criam as categorias artificiais ao tentar compreender as “ideias dos artesãos e usuários dos artefatos” por meio dos atributos observáveis (*Ibid.*, p.179).

Orton *et al.* (1997, p.133) argumentam que para o estabelecimento de um sistema de classificação de material cerâmico é necessário o conhecimento sobre “as características físicas da matéria-prima e entender como elas afetam todas as etapas do processo de fabricação”. Da mesma forma, os autores salientam que os arqueólogos devem discernir e verificar corretamente as pistas que estas atividades deixam.

De acordo com Oliveira (1991, p.85), o material cerâmico é considerado bastante importante para a “reconstituição das características tecnológicas dos grupos étnicos”. Embora a cerâmica não seja a única categoria de material produzida pelos grupos pretéritos, trata-se de um tipo que possui maior duração no registro arqueológico juntamente com o material lítico. De acordo com Rice (2005), a façanha de transformar a argila macia em algo rígido e durável no período que antecedeu a escrita, possibilitou que fragmentos de cerâmica sobrevivessem milênios até serem pesquisados por arqueólogos na posteridade.

Através do estudo da tecnologia cerâmica é possível auxiliar na caracterização da materialidade dos sítios arqueológicos uma vez que “os detalhes idiossincráticos podem ser mais úteis que as características mais gerais, porém mais facilmente copiadas” (ORTON *et al.*, 1997, p. 45). De acordo com estes autores, já que a cerâmica age como indicador das relações sociais e econômicas menos visíveis, o estudo da sua tecnologia pode auxiliar “a situar a produção de cerâmica em seu contexto social” (*Ibid.*, p.46).

De acordo com Machado (2007), um grupo se “organiza tecnologicamente” através da localização das matérias-primas utilizadas na fabricação de artefatos, além da escolha de estratégias de manufatura, uso, circulação e descarte de utensílios. No caso da produção cerâmica, as principais etapas consistem em: I) obtenção das matérias-primas (argila, materiais não-plásticos, água e combustível); II) preparação

da matéria-prima, sobretudo da argila para obtenção da pasta; III) modelamento da vasilha de forma manual ou através de rotação com o uso do torno; IV) tratamentos antes da cocção, principalmente na superfície; V) secagem para eliminação da água acumulada que pode ser ao ar livre ou sob coberturas; VI) cocção que pode ser aberta ou em forno⁶⁴; e VII) tratamentos posteriores à cocção (ORTON *et al*, 1997).

Portanto, buscando investigar o sistema tecnológico dos grupos ceramistas do Vale do Rio Colônia, utiliza-se como metodologia de pesquisa: o estabelecimento do perfil cerâmico, realização de datação absoluta e análise de composição, cujo detalhamento metodológico será apresentado no item seguinte.

5.1 Perfil cerâmico

O Perfil cerâmico compreende “uma estrutura caracterizada por elementos técnicos, morfológicos, funcionais e do design, organizados segundo regras de hierarquia (OLIVEIRA, 2003). Trata-se de uma proposta de metodologia de análise para reconstituir as características técnicas e culturais de um grupo étnico, que se inicia através da classificação dos elementos técnicos-morfológicos-funcionais de cada sítio arqueológico para a posterior elaboração do perfil técnico cerâmico de um grupo étnico (NASCIMENTO E LUNA, 1994).

De acordo com Oliveira (1991, p. 68), existe uma diferença entre perfil cerâmico e perfil técnico cerâmico. Enquanto o primeiro conceito implica no resultado da análise dos dados cerâmicos de um sítio, o segundo conceito envolve o resultado da análise de perfis cerâmicos de vários sítios “pertencentes a uma unidade espaço-temporal delimitada correspondentes a uma área regional”.

Optou-se pela adoção do perfil cerâmico enquanto metodologia de análise do acervo pelos seguintes motivos: a) o acervo é oriundo de um trabalho de arqueologia preventiva, portanto, havia a necessidade de uma análise acurada para investigação do sistema tecnológico de forma minuciosa; b) a metodologia do perfil cerâmico, por permitir trabalhar como duas categorias de análise (fragmento e objeto), se adequa ao acervo do sítio Canaã que não dispõe de objetos inteiros preservados. Ela permite o reagrupamento de fragmentos cerâmicos de um mesmo vasilhame que estiverem

⁶⁴ A queima de utensílios cerâmicos menores dentro de outros maiores possibilita emular uma atmosfera fechada, com pouco oxigênio mesmo em ambientes abertos (OLIVEIRA, 1990 *apud* COSTA, 2010).

dispersos em diferentes lugares no sítio, o que, a partir da sua recomposição, possibilita a identificação das formas que os objetos tinham quando estavam em uso; e, c) diferentemente das cerâmicas Tupiguarani, cujas pesquisas, como a de Corrêa (2014), dão ênfase na investigação dos grafismos e pinturas policrômicas realizadas na superfície dos vasilhames, o acervo do sítio Canaã não possui tais características, devendo, portanto, priorizar os elementos técnicos e morfológicos dos fragmentos, aspectos contemplados pela metodologia escolhida.

5.1.1 Procedimentos para o estabelecimento do perfil cerâmico

Em acordo com a metodologia descrita por Oliveira (1991), foram seguidos os seguintes procedimentos para estabelecer o perfil cerâmico do sítio Canaã: segregação dos objetos – a partir dos parâmetros ‘aditivo’ e ‘tratamento da superfície’ – e análise dos objetos – em unidades onde foi possível identificar elementos técnicos tais como matéria-prima, instrumentos e técnicas de elaboração; e em objetos onde foram identificados elementos morfológicos e utilitários.

Ana Nascimento e Suely Luna (1994) apontam a necessidade de estabelecer as características técnicas e culturais dos fragmentos cerâmicos que fornecem os elementos que irão delinear o perfil cerâmico de um sítio. Dessa forma, uma vez que o acervo do sítio Canaã já se encontrava higienizado e numerado, procedeu-se da seguinte forma:

a) Segregação das unidades cerâmicas

Uma unidade cerâmica pode ser entendida enquanto uma classe de fragmentos que possuem características comuns em relação às matérias-primas e ao processo de manufatura, levando em consideração as técnicas de tratamento de superfície (OLIVEIRA, 1991).

A segregação das unidades cerâmicas consiste na separação dos fragmentos conforme a presença e os tipos de aditivos e o tratamento da superfície dos fragmentos. É importante salientar que conforme observou Oliveira (1991), todos os fragmentos analisados devem possuir os dois critérios de identificação, isto é,

aditivo⁶⁵ e tratamento de superfície. Os fragmentos que não dispõem de condições de verificação desses elementos são considerados residuais⁶⁶ (NASCIMENTO E LUNA, 1994; OLIVEIRA, 1991).

b) Análise dos elementos de caracterização das unidades

Para caracterizar as unidades de um perfil cerâmico, inicialmente devem ser identificados os aditivos juntamente com seus respectivos tamanhos, sua distribuição na pasta e a formação de bolhas de ar. Em seguida deverá ser identificado o tratamento de superfície das unidades cerâmicas. Além de alisamento e polimento, as decorações plásticas e pintadas também devem ser consideradas como tratamento de superfície (NASCIMENTO E LUNA, 1994).

c) Reconstituição das vasilhas e de outros objetos cerâmicos

Durante essa fase há inicialmente a tentativa de encaixe dos fragmentos a serem colados com vistas a recompor a peça. A existência de grandes semelhanças entre fragmentos permite supor que estes possam pertencer a um mesmo objeto (OLIVEIRA, 2003). Em seguida, são separadas as vasilhas que forem completadas das que se obtiver apenas o contorno.

Na reconstituição das vasilhas que não apresentam todos os elementos que consideramos essenciais para a recomposição, ou seja, borda, bojo e base, mas que apresentam, no mínimo, 1/4 da borda e do bojo, será feita uma associação entre as bases encontradas na unidade e a tendência da espessura em relação ao bojo e a borda lhes corresponderia. Neste caso, estas vasilhas serão consideradas de reconstituição hipotética (NASCIMENTO E LUNA, 1994, p.16).

Finalizada a reconstituição das vasilhas, é feita a representação gráfica de cada uma delas. Logo em seguida, são identificados os tipos de vasilhames cerâmicos.

A reconstituição de outros objetos cerâmicos, no caso da existência dos mesmos no acervo, também é iniciada a partir da colagem das partes que compõem esses objetos, a partir de critérios como forma e espessura e em seguida será feita

⁶⁵ Oliveira (1991) utiliza o termo 'aditivo' como forma de enfatizar a intencionalidade humana no preparo da cerâmica e salienta que o termo 'tempero' é utilizado de forma ambígua. Neste trabalho considera-se ambos termos como sinônimos, levando em conta o conceito de tempero/antiplástico definido na terminologia para a cerâmica (CHMYZ, 1976).

⁶⁶ Os fragmentos considerados residuais são todos aqueles menores que 2 cm ou que estejam com a superfície erodida, portanto, não sendo possível identificar o tipo de tratamento de superfície (ALVES *et al*, 1994).

a reconstituição gráfica (ou hipotética) de cada objeto e a separação deles por forma (*Ibid.*)

Nesse sentido, para a restauração dos objetos cerâmicos passíveis de tal ação, neste trabalho utilizaram-se os procedimentos elencados por Del'Arco (1994), bem como as orientações para conservação do material cerâmico pontuadas por Lorêdo (1994). Os materiais e instrumentos empregados para a restauração do material cerâmico do sítio Canaã foram: solvente: acetona; adesivos e consolidantes: resina Durepoxi e *paraloid* B-72; têxtil: algodão; outros materiais: fita crepe, giz, palito de bambu, papel alumínio e argila; instrumentos: espátula, bisturi cirúrgico e caixa de areia.

Inicialmente, como detalhado no item anterior, os fragmentos cerâmicos de uma mesma unidade (comumente de uma mesma etiqueta), eram encaixados preliminarmente e mapeados “com giz, fita crepe, com a finalidade de auxiliar a montagem da peça” (DEL'ARCO, 1994, p. 139). As fraturas dos fragmentos foram consolidadas com a cola feita a partir da mistura de *paraloid* B-72 e acetona, e revestidas com fita crepe durante o processo de secagem nas caixas de areia. Em algumas peças, depois de coladas, foram colocados pontos de apoio com resina Durepoxi para que a emenda não cedesse, em decorrência da existência de partes erodidas nas fraturas dos fragmentos.

Em alguns casos, precisa-se colocar pontos de apoio para que não provoque rachaduras nas junções durante o processo de restauração e, posteriormente, com os prováveis manuseios das peças (*Ibid.*, p.141)

No caso específico de um único vasilhame (Unidade 3), além dos pontos de apoio com a resina Durepoxi, utilizou-se ainda de palitos de bambu (ver Figura 41 e

Figura 42) para que houvesse sustentação do vasilhame fragmentado, pois não foi possível identificar todas as peças do mesmo no acervo.

Para Brochado e Monticelli (1994, p.109) “as reconstruções gráficas servem apenas para indicar algumas possibilidades de forma e dimensões dentro de cada categoria (...). Isto não indica que, a partir de um fragmento da sua borda, possamos conhecer a forma exata que a vasilha teria”.

Oliveira (1991, p.58) advoga em favor das reconstituições dos objetos cerâmicos pré-coloniais ao considerar que a identificação da maior quantidade de objetos possível possibilita a formulação de “perguntas relativas à utilização e função deles nos grupos étnicos que os produziram”. Oliveira (2003, p.96) argumenta ainda que a identificação da função dos recipientes cerâmicos permite “estabelecer a relação do sistema tecnológico com os outros aspectos do sistema cultural”.

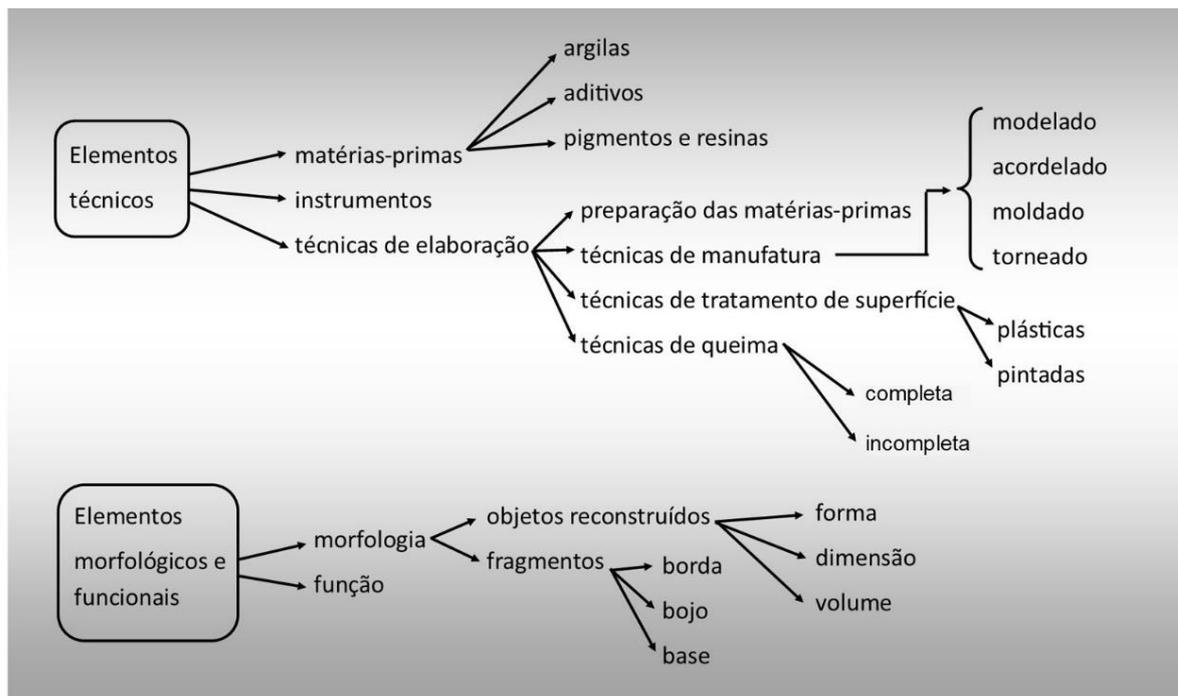
d) Análise das características que irão delinear o perfil cerâmico

Nos fragmentos foram analisados os elementos técnicos, ao passo que nos objetos foram analisados os elementos morfológicos e utilitários (OLIVEIRA, 1991). Duas classes deverão ser consideradas para o estabelecimento das características do perfil cerâmico do sítio: os fragmentos e os objetos (OLIVEIRA, 1991). Ambas as unidades de análise “podem ser utilizados para o levantamento de hipóteses sobre a tecnologia cerâmica” (OLIVEIRA, 2003, p.116).

O perfil cerâmico identificado em cada sítio arqueológico é caracterizado pelos elementos que compõem o sistema técnico cerâmico.

Os elementos do design dizem respeito às técnicas decorativas, motivos, associação de técnicas, pigmentos e cores (OLIVEIRA, 2003), no entanto, neste trabalho serão considerados apenas os elementos técnicos e morfológicos e funcionais para caracterizar o perfil cerâmico do sítio Canaã. O diagrama da Figura 37 apresenta os elementos caracterizadores do perfil cerâmico que serão utilizados nesta pesquisa.

Figura 37 – Diagrama sobre os elementos caracterizadores do perfil cerâmico utilizados



Fonte: Elaboração própria.

Por fim, devem ser observados os seguintes pontos de análise: distribuição dos vestígios no sítio, tipos de objetos identificados, formas dos objetos e possíveis sinais de utilização (NASCIMENTO E LUNA, 1994).

É importante salientar que conforme o observado por Nascimento e Luna (1994), a análise do material cerâmico terá início com o fato arqueológico – através do estabelecimento do perfil cerâmico – que posteriormente será acrescido dos dados fornecidos pela etnohistória e a etnolinguística que foram detalhados no Capítulo 3. A integração desses dados será realizada a seguir no capítulo de resultados e discussão da pesquisa.

5.1.2 Atributos e parâmetros de análise

Dunnell (2006) argumenta sobre a necessidade de definir os atributos que serão utilizados em uma classificação. Conforme observou o autor (*Ibid.*), os atributos considerados relevantes e adequados variam conforme cada caso de pesquisa, assim como estão relacionados com o problema de pesquisa. Portanto, neste trabalho serão considerados os seguintes atributos:

- Tipo de pasta: definida a partir do tipo de antiplástico (grafite e areia) e tamanho (considerou-se para a distinção entre os três tipos de areia, a Escala Granulométrica de Wentworth (1922) que os segrega conforme o diâmetro da partícula, sendo: areia fina 0,125 mm; areia média 0,25 mm e areia grossa 0,5 mm.);
- Técnica de manufatura;
- Técnicas de tratamento de superfície e decoração;
- Morfologia das vasilhas e dos fragmentos;
- Diâmetro da boca das vasilhas;
- Tipo de queima: segregado entre queima aberta⁶⁷ e fechada⁶⁸.

Na análise do material cerâmico foram considerados além dos atributos utilizados para a composição do perfil cerâmico, técnica de manufatura; tipo de queima; morfologia. Tais variáveis foram utilizadas na análise devido aos seguintes motivos: I) a investigação da tecnologia pode auxiliar a situar a produção cerâmica em seu contexto social (ORTON *et al*, 1997); e II) as formas de aplicação das técnicas possibilita a busca por “determinar as regras gerais na produção da cerâmica que permitam identificar as características tecnológicas do grupo que a produziu” (OLIVEIRA, 2003, p.81).

5.2 Datação absoluta

Para a obtenção de uma cronologia para o material cerâmico, bem como para o período de ocupação do sítio, foi realizada datação absoluta de três amostras de cerâmica através do método de Termoluminescência (TL). O método de TL permite datar materiais inorgânicos, como por exemplo, a cerâmica que se constitui a categoria de material mais abundante no sítio Canaã.

⁶⁷ Queima aberta ou sem forno é aquela “em que os objetos habitualmente não atingem uma temperatura muito alta o que evita que o material carbonáceo misturado com a argila se dissipe. Sendo assim a pasta dos objetos que sofrem este tipo de queima frequentemente tem colorações entre preta e cinza” (COSTA, 2010, p.56).

⁶⁸ Queima fechada ou com forno é aquela “onde os objetos cerâmicos atingem uma temperatura bem mais elevada fazendo com que o material carbonáceo se dissipe, pelo menos em sua maioria. Esses objetos possuem em sua maioria uma pasta com colorações entre marrom e vermelho.” (COSTA, 2010, pp.56-57).

Segundo Renfrew e Bahn (1998), a cerâmica, assim como qualquer outro material com estrutura cristalina, contém pequenas quantidades de elementos radioativos que se desintegram em um ritmo constante:

(...) emitindo radiações alfa, beta e gama que bombardeiam a estrutura cristalina e deslocam os elétrons, que são então aprisionados em rachaduras na estrutura cristalina. Com o passar do tempo, mais e mais elétrons são aprisionados. Somente quando o material é aquecido rapidamente a 500 °C ou mais, os elétrons retidos podem escapar, reajustando o relógio a zero e, ao fazê-lo, emitem uma luz conhecida como termoluminescência (RENFREW E BAHN, 1998, p. 135).

Ainda de acordo com esses autores, quando a cerâmica é cozida o relógio da TL é ajustado para zero. Com o método de TL a amostra é aquecida para se poder medir a paleodose ou quantidade natural de luminescência presente na amostra de cerâmica.

No que diz respeito às limitações desse método de datação, Renfrew e Bahn (1998) salientam o fato de que poucas vezes as datas obtidas através de TL possuem uma margem de erro inferior a 10%. Optou-se pela não utilização do método de datação radiocarbônica para o sítio Canaã, já que a pesquisa está concentrada na análise do material cerâmico, e ainda por não se dispor de amostras de material orgânico adequado, de modo que fez-se necessário o emprego da TL para a obtenção de uma cronologia precisa.

5.3 Análise da composição química

Uma das investigações passíveis de se realizar com a pasta de fragmentos cerâmicos é o estudo de procedência. Essa investigação é dividida em três etapas: análise visual, petrológica e de composição (ORTON *et al*, 1997). Nesta pesquisa foi realizada análise da composição química em quatro amostras de fragmentos que possuíam grafite utilizado como antiplástico e/ou aplicado a sua superfície.

A análise de composição ou análise química busca mensurar os elementos presentes em uma cerâmica. “Os resultados geralmente são quantitativos e se expressam segundo a porcentagem dos distintos elementos presentes ou, em o caso de componentes menos frequentes, em partes por milhão (ppm)” (*Ibid.*, p.165).

Na análise de composição química dos fragmentos cerâmicos com grafite do sítio Canaã buscou-se ir além da descrição da composição dos elementos *per se*, mas realizar a investigação da procedência do mineral determinando a fonte do grafite analisado. Para tanto, coletaram-se amostras de grafite nas jazidas dos municípios baianos de Jequié e Maiquinique (ambas distantes do sítio Canaã a cerca de 130 km em linha reta ao sudoeste), de modo a identificar se o mineral obtido em alguma daquelas jazidas teria sido utilizado na produção das cerâmicas do sítio.

O método empregado foi o de Fluorescência de Raios-X que consiste em uma:

(...) técnica analítica qualitativa e semi-quantitativa, que usa a interação dos raios-X com a amostra a fim de se obter a sua composição química elementar. Esta técnica apresenta potencialidades para a análise de material arqueológico por não necessitar de preparo de amostra, é não-destrutiva e não invasiva e sendo possível realizar medidas *in situ*, sem a necessidade de coleta de amostras (VANDENABEELE E DONAIS, 2016, *apud* LAGE E FARIAS FILHO, 2018, p.337).

Trata-se de uma técnica que detém precisão relativamente alta, não destrutiva para artefatos pequenos e que permite a investigação de cerca de oitenta elementos (RICE, 2005). Ainda de acordo com a autora, o princípio da análise de Fluorescência de Raio X consiste na análise de uma amostra que é submetida à irradiação de raios x primários que deslocam elétrons das órbitas internas dos átomos constituintes, e depois retornam ao estado inicial liberando energia característica de cada elemento, de modo que é medida esta energia do processo e assim se identifica os elementos constituintes da amostra. Como resultado, é gerado um gráfico (espectro) que ilustra a emissão eletrônica associada a uma energia que é característica de cada elemento químico (impressão digital) (*Ibid.*).

6 RESULTADOS

Neste capítulo apresentam-se os resultados da pesquisa efetivada em laboratório que contemplou as seguintes atividades: estabelecimento do perfil cerâmico, obtenção de datação absoluta e realização de análise de composição química. Ao final do capítulo são apresentadas as discussões fomentadas a partir dos resultados obtidos.

6.1 Perfil cerâmico

6.1.1 Análise e classificação: segregação em unidades

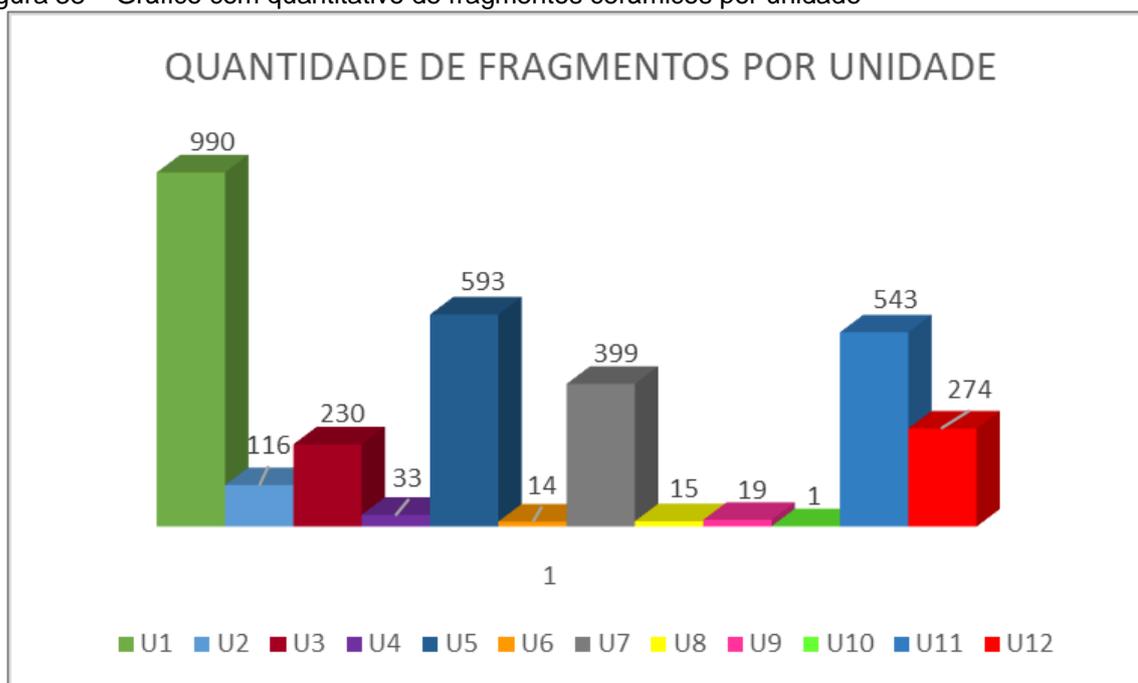
Para a realização do perfil cerâmico, durante a análise e classificação os fragmentos foram segregados conforme as classes identificadas no acervo. Foram identificadas 12 unidades ao final da análise. O Quadro 7 sintetiza as características observadas em cada unidade do material cerâmico.

Quadro 7 – Caracterização das unidades identificadas no material cerâmico

UNIDADE	TRATAMENTO SUPERFÍCIE EXTERNA		TRATAMENTO SUPERFÍCIE INTERNA		ANTIPLÁSTICO
	TÉCNICA DE ACABAMENTO	DECORAÇÃO PINTADA	TÉCNICA DE ACABAMENTO	DECORAÇÃO PINTADA	
1	Alisado	Grafitado	Alisado	Grafitado	Areia média
2	Alisado	Grafitado	Alisado	—	Areia fina
3	Alisado	—	Alisado	Grafitado	Areia média
4	Alisado	Grafitado	Roletado	—	Areia média
5	Alisado	—	Alisado	—	Grafite
6	Ponteadado	—	Alisado	—	Grafite
7	Alisado	—	Alisado	—	Areia fina
8	Corrugado	—	Alisado	—	Grafite
9	Alisado	Engobo vermelho	Alisado	—	Areia grossa
10	Digitado	—	Alisado	—	Areia fina
11	Alisado	—	Alisado	—	Areia média
12	Alisado	—	Alisado	—	Areia grossa

No que diz respeito ao quantitativo, em um universo de 3.238 fragmentos, verificou-se que a unidade que possui mais fragmentos é a Unidade 1, com 990 fragmentos. A classe com a segunda maior quantidade de fragmentos é a Unidade 5, com 593 fragmentos, seguida pela Unidade 11 que possui 543 fragmentos. O quantitativo de todas as unidades está disponível no gráfico abaixo (Figura 38).

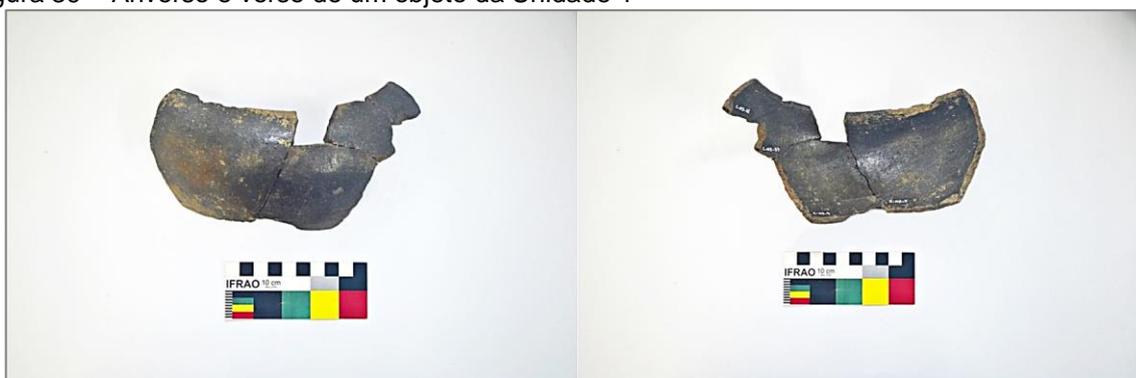
Figura 38 – Gráfico com quantitativo de fragmentos cerâmicos por unidade



Fonte: Elaboração própria.

A Unidade 1 se caracteriza por fragmentos cerâmicos com as superfícies interna e externa alisadas e com aplicação de grafite em ambas as superfícies. A Figura 39 abaixo apresenta um exemplar de objeto desta unidade.

Figura 39 – Anverso e verso de um objeto da Unidade 1



Fonte: Elaboração própria.

A Unidade 2 possui 116 fragmentos e se caracteriza por fragmentos cerâmicos com as superfícies interna e externa alisadas e com aplicação de grafite apenas na superfície interna (Figura 40).

Figura 40 – Anverso e verso de um objeto da Unidade 2



Fonte: Elaboração própria.

A Unidade 3 conta com 230 fragmentos e se caracteriza por fragmentos cerâmicos com as superfícies interna e externa alisadas e com aplicação de grafite apenas na superfície externa (Figura 41 e Figura 42).

Figura 41 – Vista frontal e lateral de um objeto da Unidade 3



Fonte: Elaboração própria.

Figura 42 – Vista lateral e superior de um objeto da Unidade 3



Fonte: Elaboração própria.

A Unidade 4 possui 33 fragmentos e é caracterizada por fragmentos cerâmicos que possuem a superfície interna alisada e alguns fragmentos com aplicação de grafite. Já na superfície externa os fragmentos possuem decoração plástica do tipo roletado (Figura 43).

Figura 43 – Fragmentos da Unidade 4



Fonte: Elaboração própria.

A Unidade 5 é caracterizada por fragmentos cerâmicos que possuem as superfícies interna e externas alisadas, e o antiplástico predominante é constituído por flocos de grafite (Figura 44 e Figura 45).

Figura 44 – Objeto da Unidade 5



Fonte: Elaboração própria.

Figura 45 – Objeto da Unidade 5



Fonte: Elaboração própria.

A Unidade 6 conta com 14 fragmentos que possuem a superfície interna alisada, a superfície externa com decoração plástica do tipo ponteadado e antiplástico de grafite. O tipo de ponteadado entre os fragmentos desta unidade varia entre ponteadado arrastado⁶⁹ (Figura 46) e ponteadado em círculo pleno⁷⁰ (Figura 47).

⁶⁹ “É aquele onde o instrumento é aplicado obliquamente sobre a superfície e após é levemente escorrido, aumentando a perfuração produzida, possuindo ou não acúmulo de argila em seu ponto terminal.” (LA SALVIA E BROCHADO, 1989, p.61).

⁷⁰ “É aquele onde o instrumento, possuindo uma seção circular e relativamente espessa, deixa como impressão círculos de diâmetros na proporção do instrumento utilizado.” (LA SALVIA E BROCHADO, 1989, p.61).

Figura 46 – Objeto da Unidade 6



Fonte: Elaboração própria.

Figura 47 – Objeto da Unidade 6



Fonte: Elaboração própria.

A Unidade 7 possui 399 fragmentos e se caracteriza pelas superfícies interna e externa alisadas, sendo o antiplástico predominante a areia fina (Figura 48).

Figura 48 – Anverso e verso de objeto da Unidade 7



Fonte: Elaboração própria.

A Unidade 8 (Figura 49) conta com 15 fragmentos, que possuem a superfície interna alisada, a superfície externa com decoração plástica do tipo corrugado e antiplástico de grafite. O tipo de corrugado varia entre os fragmentos desta unidade, com a presença de corrugado simples⁷¹, assimétrico⁷², imbricado⁷³ e grosseiro⁷⁴.

Figura 49 – Fragmentos da Unidade 8



Fonte: Elaboração própria.

A Unidade 9 é caracterizada por 19 fragmentos cerâmicos que possuem as superfícies interna e externa alisadas, além de possuírem engobo vermelho que varia, aparecendo somente na superfície externa, somente na superfície interna ou simultaneamente em ambas as superfícies (Figura 50).

⁷¹ “Caracteriza-se pela ausência de dobras. A junção dos roletes fica marcada por ondas simétricas no sentido longitudinal e individualizadas no perfil transversal.” (LA SALVIA E BROCHADO, 1989, p.47).

⁷² “As dobras de junção dos roletes não possuem simetria” (LA SALVIA E BROCHADO, 1989, p.48).

⁷³ “As dobras ritmicamente ordenadas, como no clássico, se sobrepõem no sentido longitudinal sobre a outra sequência de corrugações” (LA SALVIA E BROCHADO, 1989, p.49).

⁷⁴ “As dobras são feitas desordenadamente com falhas, sobreposições e sem ritmo.” (LA SALVIA E BROCHADO, 1989, p.48).

Figura 50 – Fragmentos da Unidade 9



Fonte: Elaboração própria.

A Unidade 10 é constituída apenas por um fragmento de bojo. Caracteriza-se pela superfície interna alisada, a superfície externa com decoração plástica do tipo digitado e antiplástico de areia fina (Figura 51).

Figura 51 – Fragmento da Unidade 10



Fonte: Elaboração própria.

Na Unidade 11 os fragmentos possuem as superfícies interna e externa alisadas, com antiplástico de areia média predominando (Figura 52 e Figura 53).

Figura 52 – Vista frontal e lateral de objeto da Unidade 11



Fonte: Elaboração própria.

Figura 53 – Vista frontal e superior de objeto da Unidade 11



Fonte: Elaboração própria.

A Unidade 12 conta com 274 fragmentos, que se caracterizam por possuírem as superfícies interna e externa alisadas, com antiplástico de areia grossa predominando (Figura 54).

Figura 54 – Anverso e verso de objeto da Unidade 12



Fonte: Elaboração própria.

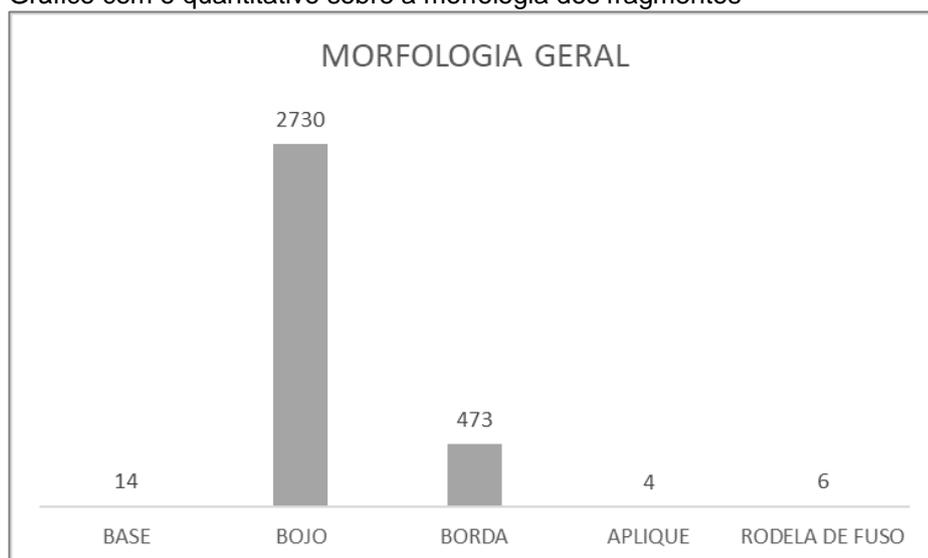
Verificou-se que há predomínio da técnica de manufatura acordelada em 97,98% do acervo, ao passo que em 2,01% do material cerâmico a técnica de manufatura não foi identificada. Este pequeno percentual do material cerâmico que não possui a técnica de manufatura identificada está presente nas Unidades 7, 11 e 12.

Em relação tipo de queima, observou-se o mesmo percentual existente para a técnica de manufatura: 97,98% de queima aberta e 2,01% de queima fechada. Os fragmentos que possuem queima fechada também estão presentes nas Unidades 7, 11 e 12. Verifica-se esta relação direta entre a técnica de manufatura da cerâmica e o tipo de queima empregado. A cerâmica indígena comumente utiliza a técnica de acordelamento e a queima aberta até o período de contato com os colonizadores europeus que introduziram as rodas de oleiro e fornos no Novo Mundo (RICE, 2005). O pequeno percentual de fragmentos com queima fechada é proveniente de ocupações históricas e/ou contemporâneas⁷⁵ existentes na área do sítio, conforme já foi apresentado.

No que diz respeito à morfologia dos fragmentos, em geral considerando todo o acervo cerâmico, identificou-se a predominância de bojós (2.730 fragmentos), seguidos por bordas (473 fragmentos), bases (14 fragmentos) e uma pequena quantidade de fragmentos de rodela de fuso (6 unidades) e 4 fragmentos de apliques, conforme pode ser observado no gráfico da Figura 55.

⁷⁵ Os fragmentos de cerâmica histórica com queima fechada constituem, portanto, um outro perfil cerâmico, ainda que tenha sido contabilizado com o material pré-colonial.

Figura 55 – Gráfico com o quantitativo sobre a morfologia dos fragmentos



Fonte: Elaboração própria.

Na análise por unidades, verifica-se que a maior quantidade de bojos e de bordas estão presentes nas Unidades 1, 5, 7, 11 e 12, por serem as unidades com as maiores quantidades de fragmentos. Os apliques cordiformes (Figura 56) (FERNANDES, 2020) pertencem à Unidade 1 e os fragmentos das rodela de fuso (Figura 57) estão presentes nas Unidades 11 (4 fragmentos) e na Unidade 12 (2 fragmentos).

Figura 56 – Apliques cordiformes da Unidade 1



Fonte: Elaboração própria.

Figura 57 – Fragmentos de rodela de fuso da Unidade 11



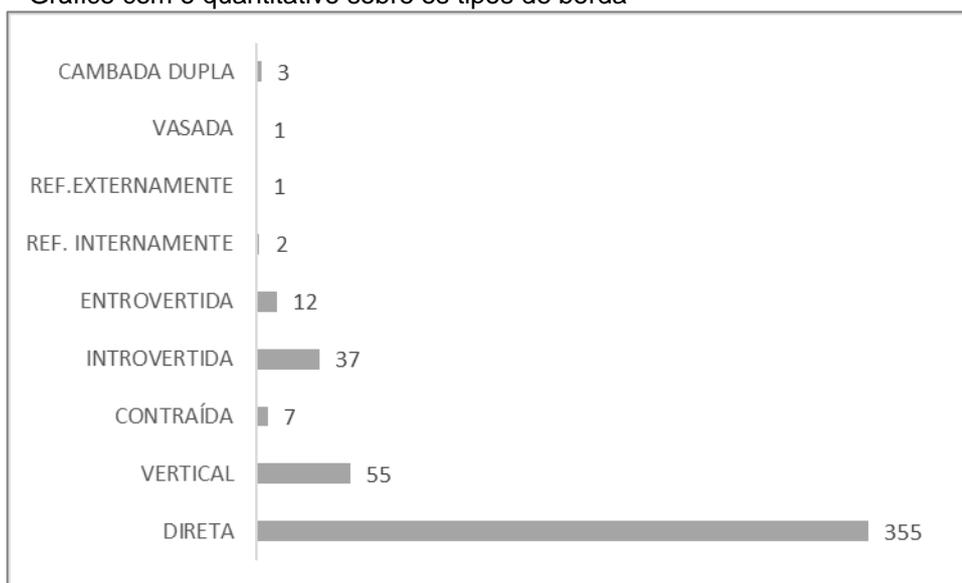
Fonte: Elaboração própria.

Durante a análise observou-se a existência de três tipos de bases: plana, côncava e convexa. Os fragmentos de base estão presentes nas Unidades 1, 5, 7 e 11.

Os bojos foram classificados em duas categorias: arredondado e carenado. Os bojos carenados estão presentes nas Unidades 5, 7 e 11 e representam um pequeno percentual dos bojos existentes no acervo: apenas 0,25% dos bojos.

Os tipos de borda presentes no acervo são: direta; vertical; contraída; introvertida; entrovertida; reforçada internamente; reforçada externamente; vasada e cambada dupla. As bordas estão presentes em quase todas as unidades do acervo, com exceção apenas da Unidade 10. Há predomínio de bordas diretas (355 fragmentos), seguidas por verticais (55 fragmentos) e introvertidas (37 fragmentos). As categorias que possuem maior variedade de tipos de borda são as Unidades 1, 7, 11 e 12, conforme ilustra o gráfico da Figura 58.

Figura 58 – Gráfico com o quantitativo sobre os tipos de borda



Fonte: Elaboração própria.

Em relação ao tratamento de superfície, analisou-se as porções interna e externa dos fragmentos, considerando a existência de decoração plástica e pintada. Assim, identificou-se na **superfície interna** dos fragmentos que há predomínio da decoração plástica alisada em 3.200 fragmentos. Já a decoração pintada estava presente em 1.133 fragmentos, com predomínio de aplicação de grafite (em 1.124 fragmentos), enquanto apenas 9 fragmentos possuíam engobo vermelho.

Na **superfície externa** dos fragmentos também foram identificadas decorações pintadas e plásticas, de forma majoritária. Na decoração externa plástica há predomínio de alisado (3.152 fragmentos), seguidos por roletado (33 fragmentos) e corrugado (15 fragmentos). As técnicas de ponteadado e digitado ocorrem em menor quantidade, com 14 fragmentos e um fragmento, respectivamente. Por sua vez, na decoração pintada na superfície externa dos vasilhames há predomínio de aplicação de grafite, presente em 1.220 fragmentos, ao passo que o engobo vermelho está presente apenas em 12 fragmentos.

Com a realização do perfil cerâmico foi possível identificar os atributos técnicos e morfológicos do material cerâmico do sítio Canaã, como o primeiro passo para a compreensão de características técnicas e culturais de um grupo étnico, que somente pode ser alcançada com a elaboração do perfil técnico cerâmico da região,

englobando vários sítios arqueológicos, tal como a proposta elencada por Oliveira (1991).

Para obtenção de formas e possíveis funções, procedeu-se com a restauração dos fragmentos passíveis de tal ação e com o desenho e reconstituição dos objetos cerâmicos, o que será apresentado a seguir.

6.1.2 Restauração

Todos os fragmentos que se encaixavam – geralmente da mesma etiqueta, de uma mesma unidade – foram colados com o intuito de formar objetos, ou parte deles, para averiguação de forma, volume e, possivelmente, função dos vasilhames cerâmicos. O Quadro 8 apresenta a relação completa das peças coladas por unidade que formaram objetos.

Quadro 8 – Quantitativo dos objetos formados

UNIDADE	FRAGMENTOS COLADOS
U1	C-103-32+C-103-33+C-103-8+C-112-7
U2	C-51-1+C-51-3+C-51-2+C-51-5+C-51-10+C-51-6
U3	C-105-07+C-103-5+C-105-04+C-105-23+C-105-112+C-105-09+C-105-01+C-105-19+C-105-06+C-105-17+C-105-14+C-105-16+C-105-18+C-105-15+C-105-10+C-105-02+C-105-21+C-105-13+C-105-03+C-105-05+C-105-08
U5	C-52-39+C-53-4+C-53-5+C-119-34+C-118-13+C-119-24+C-119-20+C-119-91
	C-137-02+C-137-10+C-137-76+C-137-05+C-137-11+C-137-03+C-137-01
U6	C-103-23+C-103-12+C-103-43+C-103-30+C-103-29
	C-137-26+C-137-55+C-137-79+C-137-18
U7	C-110-01+C-110-05+C-110-02
U11	C-111-1+C-111-12+C-111-4+C-111-5+C-112-19+C-112-21+C-112-3+C-111-6+C-112-1+C-112-13+C-112-20+C-112-9
U12	C-118-3+C-118-5+C-118-4
	C-85-12+C-85-2+C-85-21+C-85-19+C-85-66+C-85-18+C-85-17+C-85-3
	C-112-11+C-112-2+C-11-2+C-111-10+C-111-8+C-111-11+C-111-13+C-111-3+C-111-16+C-111-9

Para a montagem dos dois vasilhames que tiveram a maior parte da peça reconstituída, isto é, as vasilhas das Unidades 3 e 11, foram feitas armações de ferro

sob encomenda, conforme o recomendado por Del'Arco (1994). Tais suportes para as peças foram confeccionados sob medida no Laboratório de Arqueologia Pré-Histórica da UNIVASF, para que o material não fosse removido da instituição onde se encontram devidamente acomodados.

As lacunas nos vasilhames parcialmente remontados, não foram preenchidos com gesso, em acordo com a teoria do restauro proposta por John Ruskin (1818-1900). Ruskin criticou veementemente as restaurações e defendia o absoluto respeito pela matéria original, devendo ser levado em consideração as transformações realizadas em uma obra no decorrer do tempo, devendo ser realizados apenas simples trabalhos de conservação, a fim de evitar degradações no bem. John Ruskin foi o teórico do restauro que deu os primeiros passos na direção da conservação preventiva ao privilegiar a integridade e autenticidade física do bem (CALDEIRA, 2006).

Assim, os vasilhames cerâmicos que puderam ser restaurados mantiveram sua originalidade, na medida em que foram evidenciadas as transformações e deteriorações sofridas ao longo do tempo em seus processos deposicionais no registro arqueológico, onde foram perdidas várias partes destes.

6.1.3 Análise microscópica

Foi realizada análise microscópica de fragmentos cerâmicos que possuíam grafite como antiplástico e aplicado, bem como de fragmentos que possuíam areia utilizada como antiplástico, o que permitiu a segregação entre areia fina, média e grossa.

Na Figura 59 é possível observar a imagem do microscópio de um fragmento cerâmico da Unidade 5 que possui antiplástico de grafite. Os pontos com brilho metálico são os flocos de grafite. O grafite do tipo *flake* é muito comum no Sudoeste e no Extremo Sul da Bahia nos depósitos da Província Grafítica Bahia-Minas, conforme já foi apresentado no Capítulo 4.

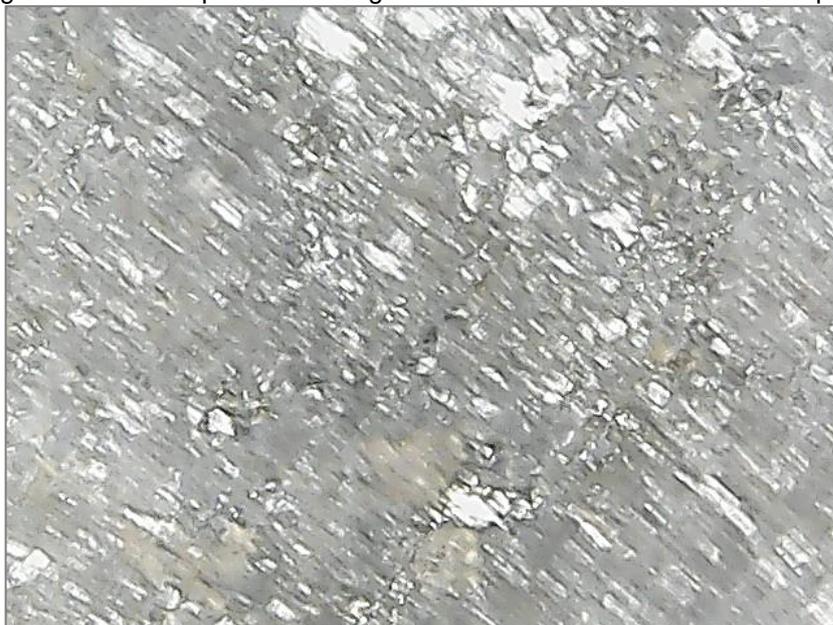
Figura 59– Imagem do microscópio de um fragmento cerâmico da Unidade 5 com antiplástico de grafite



Fonte: Elaboração própria.

Na Figura 60 é possível observar a imagem do microscópio de um fragmento cerâmico da Unidade 1 que possui aplicação de grafite. Os pontos com brilho metálico são os flocos de grafite e o restante da superfície acinzentada é a aplicação feito com o mineral pulverizado.

Figura 60 – Imagem do microscópio de um fragmento cerâmico da Unidade 1 com aplicação de grafite



Fonte: Elaboração própria.

Na Figura 61 é possível observar a imagem do microscópio de uma amostra de grafite do tipo *flake* oriunda do município de Maiquenique, localizado no sudoeste baiano, região de abrangência da Província Gráfica Bahia-Minas. Tal amostra do mineral é uma das que foram enviadas para a análise de composição mineralógica.

Figura 61 – Imagem do microscópico de amostra de grafite do tipo *flake*



Fonte: Elaboração própria.

É possível confirmar com a análise microscópica de uma amostra de grafite do tipo *flake* que tal mineral de fato está presente como antiplástico e aplicado nos fragmentos cerâmicos do sítio Canaã. É importante lembrar que a jazida de grafite de Maiquenique é a mais próxima do sítio Canaã, juntamente com a de Jequié, de acordo com o que se tem mapeado. No entanto, a partir dos resultados da análise de composição (apresentada no tópico 6.3) foi possível identificar, de forma mais concreta, se de fato o grafite foi utilizado na preparação dos recipientes cerâmicos do sítio Canaã.

6.1.4 Reconstituição hipotética dos vasilhames

Foram desenhados os objetos cujos fragmentos representavam de forma relevante os contornos da forma original. Nem todas as unidades do acervo puderam ser representadas graficamente visto que nem todas possuíam bordas de maiores

dimensões, o que impossibilita o cálculo do diâmetro da boca do vasilhame. O raio aproximado da boca dos vasilhames foi identificado a partir de um ábaco circular (MEGGERS, 1970).

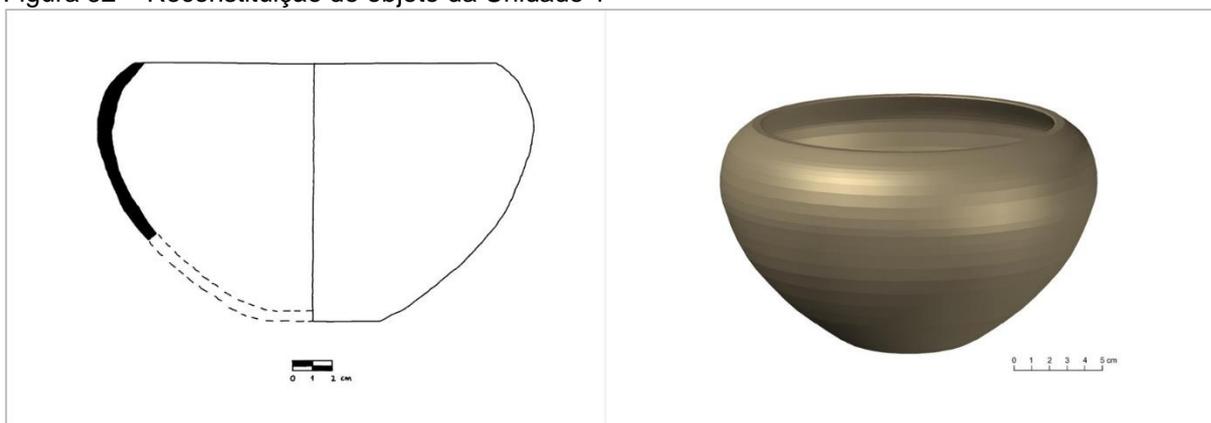
Ao final dos desenhos em papel milimetrado, eles foram digitalizados e vetorizados no software GIMP Portable. Por fim, os desenhos foram reconstituídos em 3D no software CorelDRAW, onde foi possível calcular o volume dos recipientes de forma aproximada. O Quadro 9 apresenta os dados referentes ao volume aproximado dos vasilhames que foram reconstituídos, a partir do diâmetro calculado com ábaco circular e a altura medida nos vasilhames mais completos.

Quadro 9 – Cálculo do volume aproximado dos vasilhames que foram reconstituídos

UNIDADE	DIÂMETRO	ALTURA	VOLUME (*aproximado)
U1	18 cm	—	5.878 cm ³
U3	14 cm	18,2 cm	4.628 cm ³
U5	22 cm	—	7.262 cm ³
U6	18 cm	—	6.782 cm ³
U7	26 cm	—	17.097 cm ³
U11	34 cm	31 cm	38.936 cm ³
U12	30 cm	—	40.788 cm ³
U12 (borda cambada dupla)	24 cm	—	14.973 cm ³

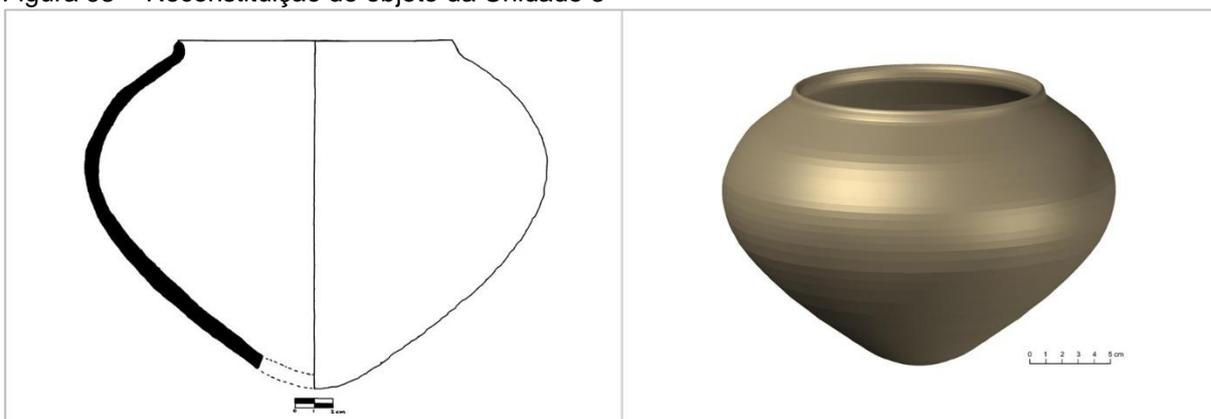
As figuras a seguir apresentam a reconstituição tridimensional dos vasilhames da Unidade 1 (Figura 62), Unidade 3 (Figura 63), Unidade 5 (Figura 64), Unidade 6 (Figura 65), Unidade 7 (Figura 66), Unidade 11 (Figura 67) e de dois da Unidade 12 (Figura 68 e Figura 69).

Figura 62 – Reconstituição de objeto da Unidade 1



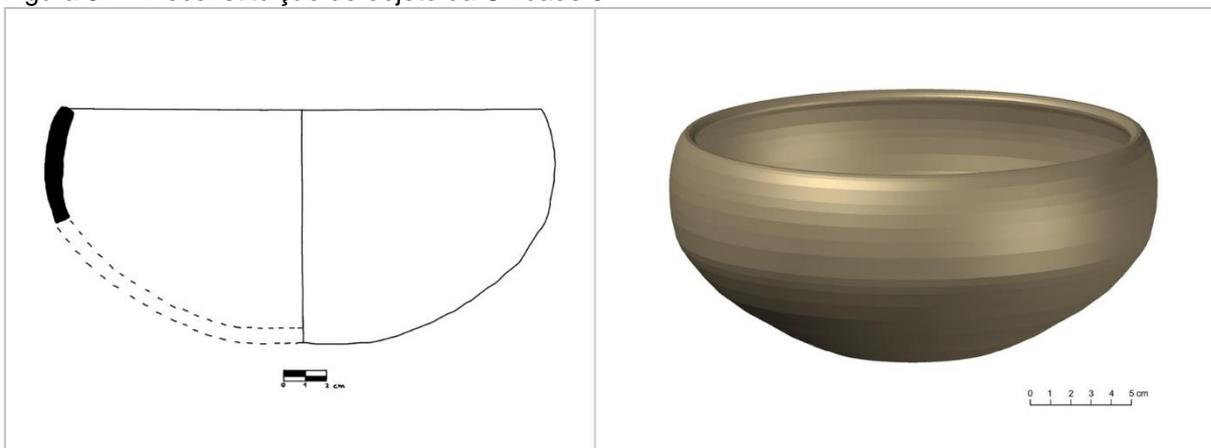
Fonte: Elaboração própria.

Figura 63 – Reconstituição de objeto da Unidade 3



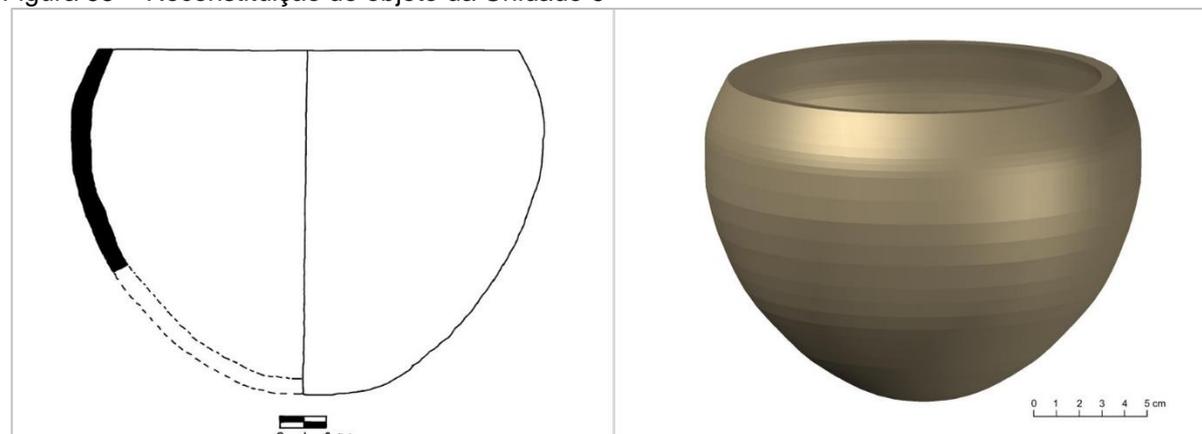
Fonte: Elaboração própria.

Figura 64 – Reconstituição de objeto da Unidade 5



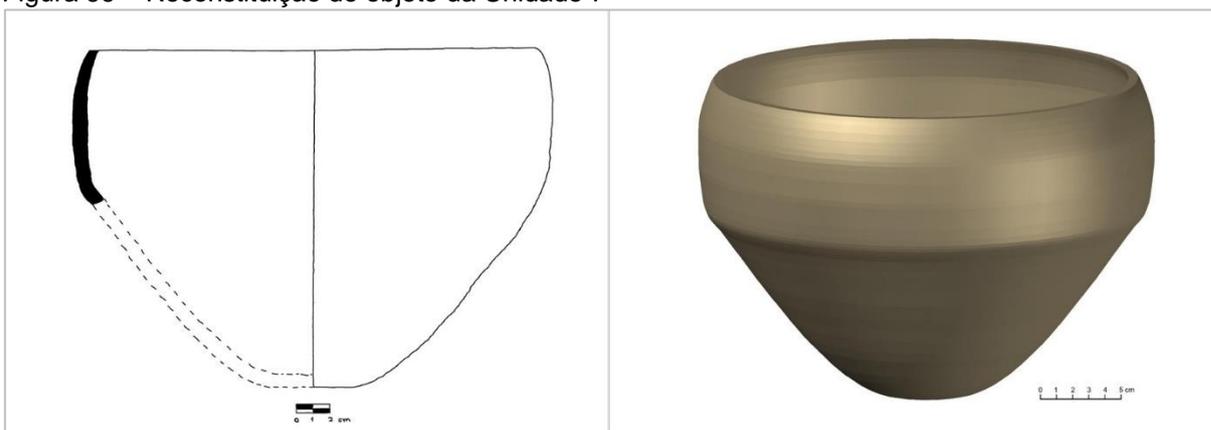
Fonte: Elaboração própria.

Figura 65 – Reconstituição de objeto da Unidade 6



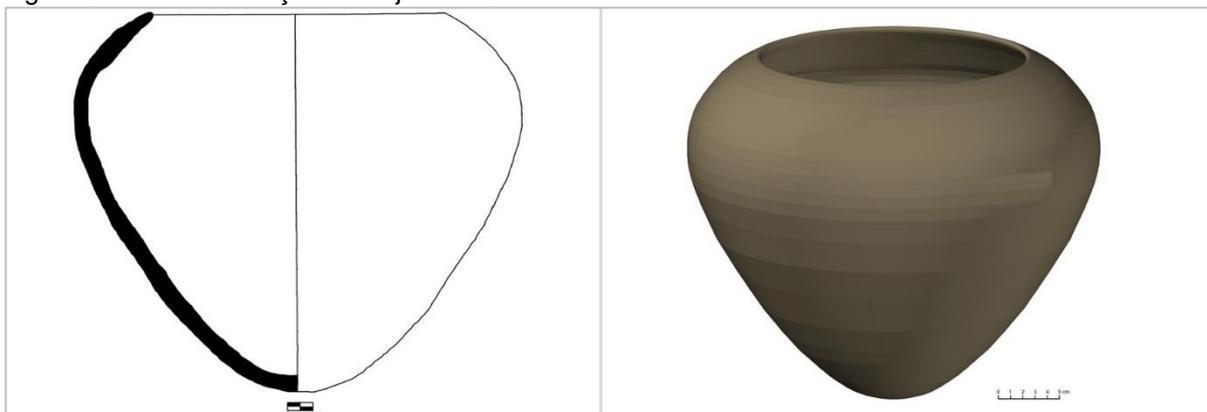
Fonte: Elaboração própria.

Figura 66 – Reconstituição de objeto da Unidade 7



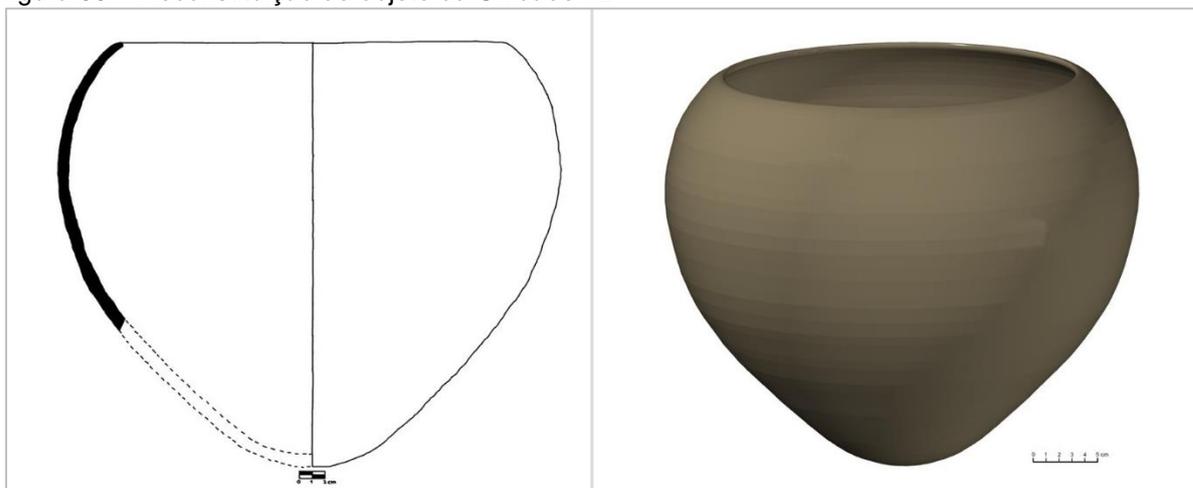
Fonte: Elaboração própria.

Figura 67 – Reconstituição de objeto da Unidade 11



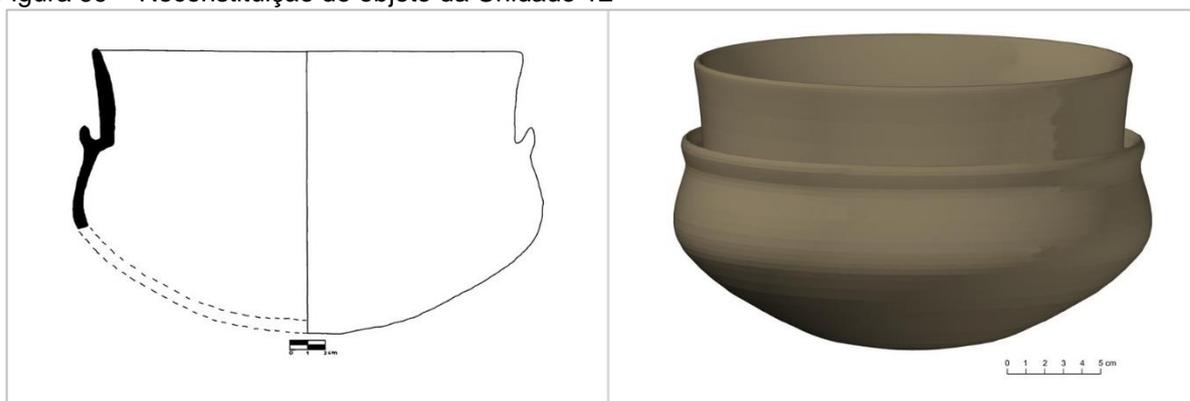
Fonte: Elaboração própria.

Figura 68 – Reconstituição de objeto da Unidade 12



Fonte: Elaboração própria.

Figura 69 – Reconstituição de objeto da Unidade 12



Fonte: Elaboração própria.

Portanto, com base na representação técnica dos fragmentos foi possível identificar formas e tamanho dos recipientes cerâmicos, alcançando assim uma das proposições do perfil cerâmico, muito embora não seja possível atribuir diretamente a função que tais objetos possuíam.

6.2 Datação por TL

Para a datação por termoluminescência (TL) foram enviados três fragmentos (Figura 70), as peças C-145-7, C-06-1 e C-126-7. Estes fragmentos foram escolhidos pelos seguintes motivos: o fragmento C-06-1 foi identificado na camada mais profunda escavada do sítio (80 cm, na Tradagem 1), além disso, possui aplicação de grafite; o fragmento C-126-7 foi identificado em uma camada intermediária, mas também profunda do sítio, considerando as curvas de nível do mesmo (50 cm da Sondagem 1) e possui grafite como antiplástico; e o fragmento C-145-7 que foi identificado num nível mais raso do sítio (10 cm da unidade de escavação G2), em uma porção do sítio onde há concentração de todos os restos faunísticos, em associação com material lítico e cerâmico com presença de grafite.

Figura 70 – Fragmentos cerâmicos que foram enviados para datação



Fonte: Elaboração própria.

As datações obtidas foram as seguintes (vide Anexo A):

- Peça C-06-1: 620 ± 95 anos;
- Peça C-126-7: 365 ± 60 anos;
- Peça C-145-7: 450 ± 50 anos.

Observa-se com estes resultados uma inversão nas datações absolutas do fragmento de uma camada intermediária (C-126-7 / 50 cm) com o de uma camada superficial (C-145-7 / 10 cm). Isso pode ter acontecido devido a fatores pós-deposicionais que causaram perturbação na estratigrafia do sítio. Devido a área do sítio ser habitada continuamente, fatores mais recentes de ordem antrópica, tal como revolvimento do solo para plantio, ações de animais, ou até mesmo durante a retirada de sedimento para o viveiro da Barragem – ocasião em que o sítio foi identificado durante o monitoramento das obras – podem ter provocado essa inversão. Pesquisas futuras deverão investigar mais profundamente os aspectos estratigráficos e pós-deposicionais do sítio de forma aliada à novas datações absolutas.

De todo modo, com essas cronologias precisas, foi possível obter conhecimento acerca do período em que o sítio Canaã foi ocupado inicialmente e suas últimas ocupações, verificando uma longa duração no sítio, conforme será discutido.

6.3 Análise por espectrometria Fluorescência de Raios-X

Para a realização desta análise foram estudadas quatro peças: C-15-1, C-142-08, C-93-31 e C-117-23. Os dois primeiros fragmentos (Figura 71) pertencentes à Unidade 5, isto é, possuíam tratamento de superfície interna e externa alisada e o grafite como antiplástico. Já os dois últimos fragmentos (Figura 72) pertencem à Unidade 1 (tratamento de superfície interna e externa alisado com aplicação de grafite em ambas as superfícies).

Figura 71 – Fragmentos cerâmicos (C-15-1 e C-142-08) selecionados para estudo da composição química empregando a técnica espectrometria de Fluorescência de Raios X portátil



Fonte: Elaboração própria.

Figura 72 – Fragmentos cerâmicos (C-93-31 e C-117-23) selecionados para estudos da composição química empregando a técnica espectrometria Fluorescência de Raios X portátil



Fonte: Elaboração própria.

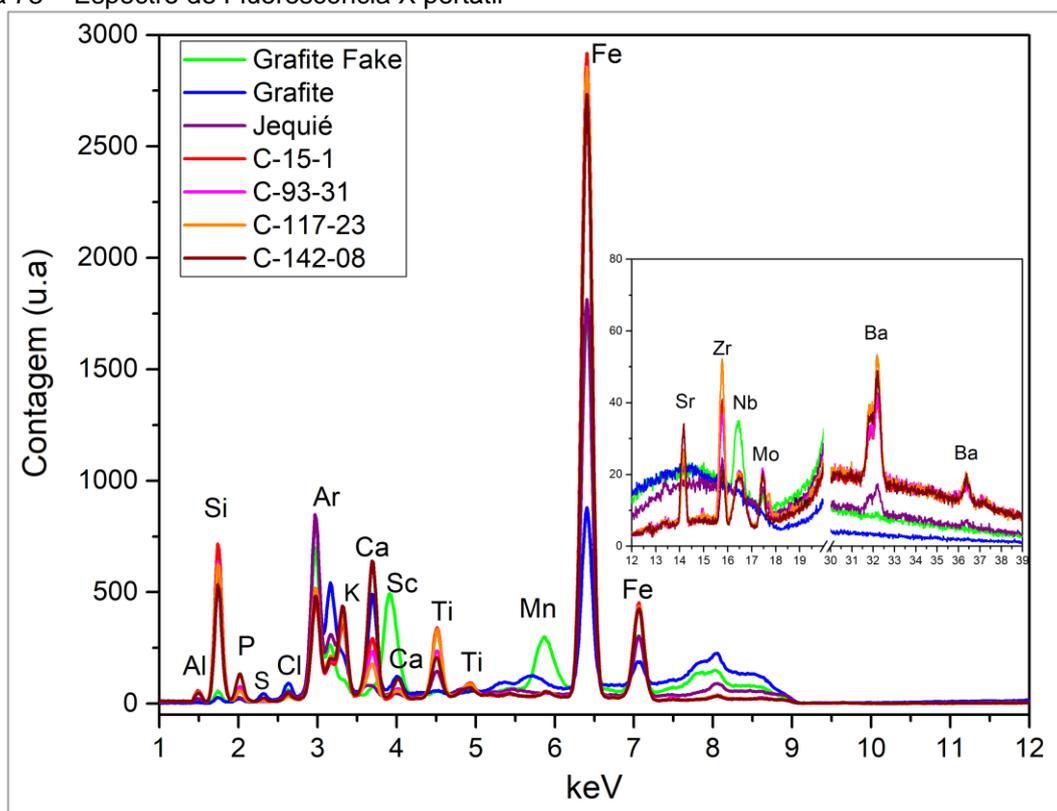
Juntamente com os fragmentos cerâmicos, foram encaminhadas as amostras obtidas de grafite, oriundas dos municípios de Maiquinique-BA e Jequié-BA. No que diz respeito às especificações químicas, a amostra de Maiquenique possuía: 95,0% de percentual de carbono (mínimo); 0,5% de H₂O (Máximo) e 5,0 % de cinzas (máximo) e granulometria máximo 5% retido em 325# (0,045 mm) – ASTM⁷⁶. Por sua vez, a amostra de Jequié possuía: 11,13% de teor de carbono; 1,10% de teor de ferro e 2,07% de umidade⁷⁷.

Os resultados da análise de composição química dos fragmentos supracitados e das referidas amostras de grafite por meio da técnica de Espectrometria de Fluorescência de Raio X portátil gerou um espectro que apresentou a semelhança elementar entre os minerais presentes nas cerâmicas com o material oriundo de Jequié. Dentre esses elementos, presentes nas duas amostras, destaca-se o Bário (Ba) e o Titânio (Ti) (Figura 73).

⁷⁶ Informações disponibilizadas na ficha técnica da amostra cedida pela Grafite do Brasil.

⁷⁷ Informações disponibilizadas na ficha técnica da amostra cedida pela Nacional de Grafite que informou além do município de origem da amostra, a coordenada geográfica do ponto de coleta: 24K 340755.86 m/ 8424489.51 m.

Figura 73 – Espectro de Fluorescência X portátil



Fonte: Elaboração própria.

Os resultados das análises químicas permitiram corroborar a hipótese de que os grupos ceramistas do Vale do Rio Colônia no período pré-colonial utilizaram grafite oriundo dos depósitos da Província Gráfica Bahia-Minas – especificamente do centro-sul baiano, do atual município de Jequié – para preparar os vasilhames cerâmicos.

6.4 Discussão

A partir da pesquisa realizada foi possível elencar discussões sobre temas distintos que acabam por se encontrar. Sendo assim, o primeiro ponto diz respeito ao perfil cerâmico, especificamente aos dados que foram obtidos do acervo analisado. Em relação ao tratamento de superfície externo, predomina na decoração plástica o alisado (3.152 peças), seguida por roletado (33 peças), tal como a literatura reporta para os sítios da Tradição Aratu (CALDERÓN, 1971). No sítio Canaã o acervo conta ainda com peças corrugadas (15 peças), ponteadas (14 peças) e digitada (1 peça), elementos típicos da Tradição Tupiguarani que sugerem comércio e/ou contato entre

os grupos que habitaram a área do sítio Canaã com grupos de tal origem, assim como registrou Calderón para outros sítios do Sul e extremo Sul da Bahia vinculados a Tradição Aratu (1974). Somado a isto, um fato digno de nota é que há grafite enquanto antiplástico nas unidades que possuem corrugado (U8) e ponteadado (U6), o que reitera a argumentação da existência deste contato. O grupo que habitava a área do sítio Canaã, supostamente de origem Jê, como demonstra a literatura etnohistórica, teria incorporado/assimilado de tal contato as técnicas de decoração plástica dos vasilhames, ao mesmo tempo em que as oleiras mantiveram o hábito de utilizar o grafite como antiplástico, mesmo incorporando as novas técnicas de decoração. Além do mais, a presença de antiplástico de grafite em recipientes que possuem decoração plástica tipicamente Tupi (representados pelas peças das Unidade 6 e Unidade 8), reitera as propriedades do grafite para melhoria da performance dos vasilhames.

Verificou-se ainda o uso predominante do grafite aplicado, utilizado nas superfícies internas (1.124 fragmentos) e nas externas (1.220 fragmentos), ao passo que o engobo vermelho foi utilizado em apenas 9 fragmentos na superfície interna e em 12 fragmentos na superfície externa. Com tais dados observa-se que embora mínimo, quando comparado à aplicação de grafite, há a presença de fragmentos pintados com tinta vermelha, o que também é uma característica da cerâmica Tupiguarani (PROUS, 1992), o que implica em mais uma constatação que auxilia na conjectura de um contato entre grupos distintos.

Portanto, o grafite ocorre de forma considerável no acervo do sítio Canaã, estando presente em 1.991 fragmentos⁷⁸ de um universo de 3.227 fragmentos, seja na forma de antiplástico ou aplicado, e até mesmo associado à outras técnicas de decoração plástica, conforme foi dito anteriormente. Isto representa 61,69% do universo estudado, sendo um percentual bastante significativo que vem a reiterar uma outra conjectura proposta, de que o mineral possui propriedades que acarretam em melhorias na performance dos vasilhames, sobretudo para a preparação de alimentos. Soma-se ao fato da presença de outros tratamentos de superfície plásticos associados ao mineral que poderiam buscar uma funcionalidade similar, ou potencializar a do grafite, como é o caso do corrugado.

⁷⁸ Distribuídos em todas as unidades, com exceção apenas das Unidades 7, 9, 10, 11 e 12.

O corrugado é uma técnica de tratamento de superfície bastante característica da cerâmica Tupiguarani. Sua funcionalidade pode ter sido, em certa medida, equivalente à do grafite nos vasilhames cerâmicos devido ao fato que:

(...) a parede enrugada, em contato com fogo aberto, expõe à ação das chamas uma superfície maior que uma parede lisa, porque cada uma das rugosidades capta mais um pouco de calor para aquecer o conteúdo do recipiente. Neste sentido as diferentes variedades de Corrugado desempenhariam função semelhante, mas a forma e correspondente posição na vasilha não seriam aleatórias (SCHMITZ, 2010, p.10).

Isto significa que da mesma forma que o grafite possibilita uma maior vedação da porosidade das vasilhas (ETCHEVARNE, 2012) e permite uma condutibilidade térmica maior, proporcionando assim uma maior distribuição de calor nas paredes do recipiente cerâmico durante o processo de cozimento dos alimentos, o corrugado desempenha a mesma função em virtude das rugosidades nas paredes da vasilha, tal como o assinalado por Schmitz (2010). O aproveitamento de tais propriedades em contextos funerários, entretanto, carece de mais pesquisas.

Outro ponto em relação à utilização do grafite e do corrugado na cerâmica, diz respeito à longa duração dessas escolhas entre as oleiras. Para o corrugado, verifica-se sua ampla utilização por um período de mais de 3 mil anos entre as populações Tupiguarani (NOELLI, 1993) dispersas em um amplo território. Da mesma forma, para o grafite, verifica-se seu uso durante cerca de 800 anos⁷⁹, em uma área que vai do Recôncavo Baiano até o Espírito Santo nos sítios estudados por Celso Perota (RODRIGUES, 2011), provavelmente em função da disponibilidade de matéria-prima sendo as distâncias das fontes de grafite mais próximas, levando em conta que a Província Gráfica Bahia-Minas está parcialmente localizada no norte do Espírito Santo.

No sítio Canaã, os fragmentos que contém grafite aparecem desde a superfície até cerca de 80 cm de profundidade na estratigrafia, ao passo que o corrugado aparece da superfície até 30 cm de profundidade. Isto pode estar relacionado e parece coincidir com o disposto por Etchevarne (2012) acerca da chegada tardia dos grupos Tupi na região e a conseqüente mudança da dinâmica dos grupos Aratu, visto que no

⁷⁹ Período compreendido entre a fase Aratu, cuja datação mais antiga é de 1.360 anos BP (CALDERÓN, 1971) até a fase Itanhém, cuja datação mais recente é de 650 anos BP (ETCHEVARNE, 2012; FERNANDES, 2017).

sítio Canaã além de fragmentos com tratamento de superfície dos tipos corrugado e ponteadado, registra-se a presença de fragmentos com tinta vermelha, elementos característicos da cerâmica Tupiguarani. Da mesma forma, no Espírito Santo verifica-se que na cerâmica da fase Itaúnas “por influência do Tupiguarani, sobre formas Aratu aparece o Corrugado Simples, o Corrugado Ungulado, o Roletado, o Ungulado, o Inciso, o Ponteadado, o Escovado e o Entalhado” (PEROTA, 1971, p. 153). Esse fenômeno de contato entre culturas distintas observado no registro arqueológico parece estar diretamente relacionado com as migrações de grupos do tronco linguístico Tupi e o domínio dos mesmos no território outrora ocupado pelos grupos filiados à Tradição Aratu.

Portanto, os dados obtidos com a investigação dos elementos decorativos do material cerâmico estão em consonância com a datação absoluta obtida para o sítio: ambos convergem para um período em que é sabido ser o da chegada de grupos Tupi ao litoral baiano (ETCHEVARNE, 2012; ETCHEVARNE E FERNANDES, 2011; FERNANDES, 2020), distante cerca de 60 km em média do sítio Canaã que seria um dos últimos redutos de grupos da Tradição Aratu.

Etchevarne (2012) assinala a partir da cerâmica do sítio Água Vermelha que houve um *contato assimétrico* entre os grupos da Tradição Aratu com os grupos Tupi e que isso pode ser verificado através de mudanças nas técnicas de produção cerâmica, que passou a incorporar elementos da cultura Tupi, como é o caso do corrugado. É válido ressaltar que o sítio Água Vermelha apresentou uma datação de 670 BP, ou seja, 50 anos mais antigo que a datação mais recuada obtida para o sítio Canaã onde verifica-se a presença além do corrugado, de ponteadado, digitado, peças pintadas com engobo vermelho e até mesmo um vasilhame com borda cambada dupla, comum em sítios Tupiguarani da região do sul de Minas Gerais, e do sudeste do país, tal como reporta a literatura especializada (MAGESTE, 2017).

A aquisição do grafite é outro ponto a ser discutido com base no resultado obtido para a análise de composição mineralógica que concluiu que o grafite utilizado na cerâmica do sítio Canaã é oriundo dos depósitos do município de Jequié que dista cerca de 130 Km.

Oliveira (2003) salienta a respeito da problemática do tempero no que se refere à identificação da origem do mesmo, se seria natural ou adicionado na pasta pela

oleira. De acordo com a autora, pequenas variações na composição da pasta, principalmente na argila e na areia, nem sempre podem ser consideradas como diferenças culturais ou variação tecnológica, até que o contexto ambiental seja investigado (*Ibid.*).

Conforme vem sendo apresentado no caso da cerâmica do sítio Canaã, bem como das demais cerâmicas vinculadas à Tradição Aratu é notória a adição do grafite enquanto antiplástico ou aplicado, constituindo, portanto, uma escolha técnica, somado ao fato de que na investigação do meio, verificou-se a existência de depósitos de grafite na Bahia, em distâncias plausíveis, tais como as registradas para sociedades oleiras etnograficamente registradas, tanto para a aquisição de matéria-prima (RICE, 2005; SCHIFFER E SKIBO, 1997), quanto para a comercialização e distribuição de artefatos cerâmicos que formam amplas redes sociais (WELSCH E TERRELL, 1998).

Foi apresentada, nos Capítulos 3 e 4, a natureza de tais depósitos e como os mesmos encontram-se disponíveis desde a superfície, sendo um mineral bastante friável e de fácil coleta. Portanto, a aquisição não demandaria tanto esforço para retirada do grafite do veio, exigindo apenas o esforço da mobilidade e logística até a fonte do mineral. Nesse sentido, além dos dados que a etnografia dispõe, o registro arqueológico tem demonstrado também como os grupos humanos do passado percorriam longas distâncias para aquisição e/ou distribuição de recipientes cerâmicos e de matérias-primas para a sua produção, e ainda como os rios e fontes de águas navegáveis poderiam ser importantes para a distribuição desses materiais (WALLIS *et al*, 2010)⁸⁰.

Ainda nessa questão da aquisição e utilização do grafite pelas oleiras pré-coloniais, é importante discutir um dado obtido a partir de comunicação pessoal com geólogos que trabalham com a extração de grafite nos depósitos da Província Gráfica Bahia-Minas. Segundo a expertise de tais profissionais, é pouco provável que as oleiras pré-coloniais tenham feito uso do grafite da região de Pedra Azul ou

⁸⁰ Wallis *et al* (2010) demonstram a existência de interação social a partir da análise de recipientes cerâmicos que continham desenhos estampados de Swift Creek e como a dispersão desse material ao longo de um território costeiro atlântico – do Rio Altamania ao Rio St Johns – por mais de 100 km implicou na adoção de conotações distintas para o uso da cerâmica pelos grupos que habitavam esses locais.

Salto da Divisa (vide Capítulo 4), devido ao baixo teor de carbono do mineral que jaz na região. Os teores de carbono dessa região do nordeste de Minas e do sudoeste da Bahia variam entre 4,5% a 6,5%, o que inviabiliza a utilização do grafite no estado em que se encontra *in natura*, dependendo de técnicas que são utilizadas com a tecnologia contemporânea para concentração e aproveitamento do mineral. Dessa forma, é mais plausível que as oleiras pré-coloniais tenham feito a escolha técnica de utilizar o grafite oriundo de depósitos com alto teor de carbono, encontrados na região de Eunápolis, Guaratinga, Maiquenique e Jequié. A análise por Fluorescência de Raios X portátil demonstrou que os fragmentos de cerâmica analisados possuem dois elementos químicos marcadores em comum (Ba e Ti), sendo por isso possível associar ao grafite oriundo da região de Jequié, como já mencionado, onde o teor de carbono é alto (11,13%), o que corrobora com o apontado pelos geólogos.

No Extremo Sul baiano, especificamente na região de Eunápolis, há ocorrência, senão predomínio, de grafite do tipo *flake*. Conforme foi apresentado anteriormente no item sobre análise microscópica, os fragmentos cerâmicos da Unidade 5 possuem como antiplástico grafite do tipo *flake*.

Utilizando como referência a obra de Milton Santos, é possível elencar considerações sobre o objeto de pesquisa, sem se desvencilhar do referencial teórico proposto, de modo que se tornam complementares. Assim, compreendendo o espaço do Vale do Rio Colônia e o tempo transcorrido desde a produção, uso e descarte dos objetos cerâmicos do sítio Canaã, pode-se vislumbrar uma sequência de eventos no espaço daquele vale no sul baiano, que se sucedem desde o período pré-colonial, mais especificamente desde 620 AP (± 95 anos), perpassam o período colonial e chegam até a contemporaneidade, confluindo unanimemente em uma só variável: a presença indígena. A longa duração, verificada na história indígena local, se faz tanto no espaço, quando na cultura material. Embora ambas tenham sofrido transformações ao longo desse tempo evidencia-se a persistência dessas populações e a negociação das suas identidades para que pudessem permanecer no seu território tradicional.

Nesse sentido, e analisando as datações absolutas obtidas para o sítio Canaã pode-se inferir que a utilização de diferentes técnicas de tratamento de superfície nos objetos cerâmicos são indicadores dos períodos distintos de ocupação do sítio, e apontam tanto mudanças, como certas continuidades. Técnicas decorativas como o

alisado (U7, U11 e U12), o roletado (U4), e o uso de grafite (U1, U2, U3, U5), podem ter sido utilizados nos períodos mais antigos de ocupação do sítio por grupos associados ao que conhecemos por Tradição Aratu, embora tenham persistido ao longo do tempo até o último período de ocupação do sítio Canaã. Por outro lado, técnicas decorativas como o ponteadado (U6), o corrugado (U8), o uso de engobo vermelho (U9) e o digitado (U10) atestam a influência de contato com grupos Tupi, e estão relacionadas a períodos mais recentes. Por sua vez, alguns elementos típicos da Tradição Aratu persistiram no período mais recente, como é o caso do uso de grafite como antiplástico ou aplicado juntamente com técnicas como ponteadado e corrugado em um mesmo objeto.

É importante analisar os dados do perfil cerâmico e compreender as implicações que as formas como a cerâmica se configura, sobretudo em relação ao tratamento de superfície, refletem necessariamente a interação entre grupos distintos, observada na materialidade a partir da incorporação de novas técnicas decorativas, pois “a mudança em um objeto vem das diferentes relações que [este] mantém com os diversos eventos” (SANTOS, 2006, p. 102), onde neste caso o evento seria o contato com populações Tupi, que é sabido estarem chegando à região sul baiana neste período (ETCHEVARNE E FERNANDES, 2011; ETCHEVARNE, 2012).

Neste contexto, é importante retomar à carta de Curt Nimuendajú, de 3 de dezembro de 1938, para Robert Lowie que foi citada no Capítulo 3, pois em um determinado trecho da correspondência o etnólogo alemão discorre sobre os fragmentos de cerâmica identificados por ele na mata, durante sua estadia na reserva Caramuru-Paraguaçu, à época Posto Indígena:

Isto não é cerâmica nem dos Aruak, nem dos Tupi. Não é possível compreender a cultura kamakã como cultura jê – tupi ou aruak, como o fizeram Ploetz e Métraux. Cada vez mais tenho a convicção de que no leste do Brasil existia uma cultura local singular com agricultura (batatas, algodão etc.), cerâmica do tipo sobredito, tecelagem, redes de carga, flautas Toró, funis de fumaça, endocanibalismo, culto de Jurema etc., o que em geral não ocorre por influência tupi ou aruak. Esta cultura certamente contribuiu essencialmente para a formação da cultura dos Kamakã. (NIMUENDAJÚ, 1938 *apud* WELPER, 2018, p. 25).

A discussão levantada por Nimuendajú parece estar em consonância com o que vem sendo abordado neste trabalho acerca de contatos assimétricos entre grupos culturais distintos desde o período pré-colonial, e como os processos históricos de

contatos interétnicos refletiram na cultura material, haja vista que a influência de determinado grupo sobre outro em alguns eventos parece ter sido unilateral.

Santos (2006) esclarece que “na verdade, os eventos mudam as coisas, transformam os objetos, dando-lhes, ali mesmo onde estão, novas características” (*Ibid.*, p. 95). Tal afirmação é coerente com as mudanças observadas no registro arqueológico, especificamente nos objetos cerâmicos do sítio Canaã.

O material cerâmico do sítio Canaã pode ser entendido enquanto a expressão material de uma área de fronteira interétnica que foi palco de contato entre grupos culturais distintos. A presença na cerâmica de elementos típicos de duas tradições arqueológicas que são associadas a grupos étnicos de troncos linguísticos diferenciados, em algumas vezes simultaneamente em um mesmo objeto, vai de encontro ao relatado por Curt Nimuendajú. Na atualidade, os grupos indígenas continuam distribuídos de maneira similar: os Tupinambá no litoral e os Jê na TI Caramuru-Paraguaçu, perpetuando a ideia de que o sítio Canaã está numa área de confluência entre diferentes povos indígenas.

Uma vez que a pesquisa permitiu, através dos dados obtidos, verificar que o sítio foi ocupado em um período de contato entre grupos distintos – antes da chegada dos europeus – e que isso é atestado pela materialidade analisada, foi possível observar também que durante o período colonial houve contato assimétrico, tal como disposto por Etchevarne (2012), entre os grupos de origem Jê – provavelmente os Kamakã – com grupos Tupi. O trecho do diário de Jean-Baptiste Douville apresentado no Capítulo 3, que dispõe sobre as práticas funerárias do grupo faz menção a “urna de terra pintada de diferentes cores” que era utilizada pelos Kamakã. Considerando que a literatura arqueológica tem reportado o uso de cerâmica da Tradição Aratu por povos de origem Macro-Jê, conforme foi apresentado anteriormente, é possível inferir que os grupos Kamakã confeccionavam cerâmicas similares às da Tradição Aratu, mas que por influência dos grupos Tupinambá do litoral, da região de Ilhéus, tenham assimilado a técnica de decorar suas urnas funerárias com pintura policrômica, tal como registra Douville.

Ao fim e ao cabo, verifica-se, conforme os próprios mapas que foram apresentados ao longo do trabalho, que o sítio Canaã está situado em uma rota de passagem entre a atual terra indígena Tupinambá de Olivença e a Caramuru-

Paraguaçu que outrora – recuando no tempo – foram postos indígenas, aldeamentos e aldeias. Assim, constata-se a existência de tal sítio na confluência entre dois redutos de dois grupos: de filiação Tupi e Jê que ali permanecem até a contemporaneidade. Há uma longa duração na ocupação indígena neste espaço entre o Vale do Rio Colônia ao litoral atlântico, bem como na presença indígena destes dois grupos étnicos e culturais, que remonta a tempos imemoriais. Ali grupos Jê e Tupi estiveram interagindo desde há pelo menos 6700 antes do presente, esses contatos se tornaram mais intensos nos momentos finais das ocupações pré-coloniais, como pode ser observado nos testemunhos materiais. Nos séculos que se sucederam, com a chegada dos europeus e a conquista inicial do litoral, o binômio tupi/tapuia (aimoré) começou a se consolidar no próprio processo de colonização, haja vista o modo de relacionamento das etnias com os portugueses, somado ao ponto de vista dos colonizadores acerca dos grupos do litoral e do interior. Na contemporaneidade, embora haja distinção oficial (FUNAI) entre os troncos linguísticos e a segregação dos dois territórios, os índios do sul baiano permanecem unidos por um propósito em comum: sobreviver étnica e culturalmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise mais acurada do material cerâmico do sítio Canaã foi possível obter informações mais aprofundadas sobre um acervo que tinha como antecedente de pesquisa arqueológica apenas a que foi realizada durante o resgate, em um contexto de arqueologia preventiva. A análise realizada possibilitou a compreensão do universo artefactual, que permitiu discutir diversas nuances.

O estabelecimento de parâmetros específicos para obter dados direcionados aos objetivos da pesquisa e em consonância com a metodologia proposta também permitiu trazer à luz um conhecimento mais detalhado sobre o período pré-colonial local. Dessa forma, os objetivos definidos puderam ser alcançados na medida em que foi delineada uma história indígena de longa duração para a região do Vale do Rio Colônia, a partir do estudo de caso do sítio Canaã, estabelecendo conexões com o quadro regional e contextual no qual este está inserido. Do mesmo modo, o uso de diferentes campos do saber trouxe subsídios à análise e interpretação dos dados obtidos, sobretudo no que diz respeito às relações entre grupos étnicos distintos que habitavam territórios vizinhos.

Reconhecendo a limitação de alguns aspectos apresentados e/ou superficialmente discutidos, sugere-se a realização de pesquisas futuras para a composição de um panorama regional mais completo do período pré-colonial. Nesse sentido, conforme já foi mencionado, almeja-se dar continuidade ao estudo de uma variável recorrente nos estudos da Tradição Aratu desde o período do PRONAPA e que demanda mais esclarecimento: o uso do grafite nas cerâmicas arqueológicas.

No que diz respeito ao contexto do sul baiano, a pesquisa com o acervo do sítio Canaã possibilitou o enriquecimento do conhecimento arqueológico, na medida em que contribuiu para ampliar a compreensão do passado pré-colonial da região. Ao mesmo tempo, sob os auspícios da *longue durée*, e entendendo que existem fatos que perpassam uma longa duração, foi possível vislumbrar uma história indígena local que perdura desde tempos imemoriais.

Nesse sentido, buscou-se elucidar que o elemento utilizado para demonstrar a história indígena de longa duração no Vale do Rio Colônia é composto por: a) mudanças e continuidades de certos traços da cultura material, tal como tem

reportado a literatura arqueológica nacional especializada nesta temática, a exemplo dos trabalhos de José Proenza Brochado, Francisco Noelli e Ângelo Corrêa; e b) o espaço, tal como mostra Fernand Braudel em sua obra.

Dessa forma, a longa duração observada no próprio sítio arqueológico, conforme já demonstrado através das datações absolutas, permite observar a permanência de elementos na cerâmica, sobretudo o uso do grafite, até o último período de ocupação do sítio. Em relação ao espaço, o Vale do Rio Colônia se apresenta como palco de inúmeras ocupações indígenas desde o período pré-colonial até a contemporaneidade, independentemente de questão étnica ou cultural, constata-se a recorrência da presença indígena.

Não foi possível a tempo de concluir esta pesquisa adquirir amostras de grafite do Extremo Sul baiano para análise de composição mineralógica, nem realizar um levantamento extensivo e coleta de sedimentos no Vale do Rio Colônia, de modo que, existem algumas questões que ainda precisam ser sanadas em relação à aquisição e utilização do grafite, como forma de ampliar os resultados obtidos até então. Pesquisas futuras devem ser direcionadas para esta temática e poderão complementar este quadro e elucidar demais questões, dando continuidade ao que foi realizado até o momento de conclusão desta dissertação. No entanto, é válido ressaltar as possibilidades existentes com relação ao transporte do grafite da fonte para outros locais, incluindo o sítio Canaã, e os outros mencionados nesta pesquisa. Além do deslocamento pela ação humana, este transporte pode ter sido realizado por agentes naturais, sobretudo por vias fluviais. Coletas amplas e análises de sedimentos, sobretudo próximos aos cursos d'água poderão contribuir de forma assertiva para que questão seja elucidada.

Espera-se que o trabalho em tela possa subsidiar estudos futuros na região do Sul da Bahia, da mesma forma que possa contribuir com a proposta de uma arqueologia menos colonizadora, compreendendo que o passado pré-colonial – antes dissociado da história dos grupos indígenas – integra todo o *continuum* histórico dos genuínos habitantes da terra que hoje conhecemos como Brasil.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, P.; CARVALHO, M.R. Antropologia e história: bases documentais para a abordagem das sociedades indígenas do Norte e Nordeste do Brasil. In **Índios do Nordeste: temas e problemas**. ALMEIDA, L.S.; GALINDO, M.; SILVA, E. Maceió: EdUFAL, 1999.

ALMEIDA, M. R. C. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. *Revista História Hoje*, v. 1, no 2, p. 21-39 – 2012.

_____. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ALMEIDA JUNIOR, M. V. C. **Mapeamento geoambiental da zona costeira da região entre a foz do Rio Pojuca e a Praia de Imbassaí, Mata de São João – Bahia**. Monografia (Graduação). Salvador: UFBA, 2011.

ALVES, C.; BORGES, L.; BARRETO, S.; LEO, H. Técnica cerâmica pré-histórica. *CLIO Série Arqueológica*. N°10, 1994.

ARAUJO, A. G. M. **Por uma Arqueologia Cética: Ontologia, Epistemologia, Teoria e Prática da mais Interdisciplinar das Disciplinas**. São Paulo: Editora Appris, 2019.

_____. **On Vastness and Variability: Cultural Transmission, Historicity, and the Paleoindian Record in Eastern South America**. Anais da Academia Brasileira de Ciências. 87(2). p. 1239-1258, 2015.

ARAUJO, M. C. **Projeto Leste: Folhas Jacinto/Salto da Divisa/Itarantim**. Mapeamento geológico e cadastramento de recursos minerais da região leste de Minas Gerais. Volume 17. Belo Horizonte: SEME/COMIG/CPRM, 2000.

ARRUTI, J. M. Morte e vida do nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995.

_____. A emergência dos “remanescentes”: Notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *Mana* 3(2):7-38, 1997.

BAILEY, G. Conceptos de tempo. In RENFREW, C.; BAHN, P. (Eds.). **Arqueología**. Conceptos clave. Madrid: Ediciones Akal S.A., 2008.

BEZERRA, A.; ETCHEVARNE, C.; COSTA, C; COMERLATO, F. Educação patrimonial: uma orientação para a preservação e a gestão de sítios arqueológicos da Bahia. In ETCHEVARNE, C.; PIMENTEL, R. (Orgs.). **Patrimônio Arqueológico da Bahia**. Salvador: SEI, 2011.

BLACKBURN, S. **Dicionário Oxford de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BICHO, N. **Manual de Arqueologia Pré-Histórica**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2012.

BINFORD, L. Willow Smoke and Dogs' Tails: Hunter-Gatherer Settlement Systems and Archaeological Site Formation. *American Antiquity*, Vol. 45, No. 1. (Jan., 1980), pp. 4-20.

_____. **Em busca do passado**. Sintra, Portugal: Publicações Europa-América, 1983.

BONA, I.; SARKIS, J.; SALVADOR, V.; SOARES, A.; KLAMT, S. Análise arqueométrica de cerâmica Tupiguarani da região central do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, usando fluorescência de raios x por dispersão de energia (EDXRF). *Química Nova*, vol.30, nº4. São Paulo, 2007.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRAUDEL, F. História e ciências sociais. A longa duração. In BRAUDEL, F. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

BROCHADO, J. P. **An Ecological Model of the Spread of Pottery and Agriculture in to Eastern South America**. Tese (Doutorado em Antropologia). University of Illinois, 1984.

_____. A expansão dos Tupi e da cerâmica da tradição policrômica amazônica. *Dédalo*, Revista de Arqueologia e Etnologia, 1989.

BROCHADO, J.; LATHRAP, D. **Amazonia**. Urbana-Champaign (inédito). 1980.

BROCHADO, J.; MONTICELLI, G. Regras práticas na reconstrução gráfica das vasilhas de cerâmica Guarani a partir dos fragmentos. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v.XX, n.2, p.107-118, dezembro, 1994.

BUNGE, M. **La ciência, su método e su filosofia**. Buenos Aires: Ediciones Siglo Veinte, 1971.

BUTZER, K. W. **Arqueología una ecologia del hombre**. Barcelona: Bellaterra, 1984.

CALDERÓN, V. A Fase Aratu no Recôncavo e Litoral Norte do Estado da Bahia. IN: *PRONAPA*, 3. Resultados preliminares do terceiro ano, 1967-8. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1969.

_____. Nota prévia sobre arqueologia das regiões Central e Sudoeste do Estado da Bahia. *PRONAPA. Publicações Avulsas 10*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1969a.

_____. Notícia preliminar sobre as sequências arqueológicas do Médio São Francisco e da Chapada Diamantina, Estado da Bahia. *PRONAPA. Publicações Avulsas 6*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1967.

_____. Breve Notícia Sobre a Arqueologia de Duas Regiões do Estado da Bahia. IN: *PRONAPA*, 4. Resultados preliminares do quarto ano, 1968-9. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1971.

_____. Contribuição para o Conhecimento da Arqueologia do Recôncavo e do Sul do Estado da Bahia. IN: *PRONAPA* 5. Resultados preliminares do quinto ano, 1969-70. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1974.

_____. Nota prévia sobre três fases da arte rupestre no estado da Bahia. IN: *Estudos de Arqueologia e Etnologia*. Salvador: UFBA, 1983.

CALDEIRA, C. C. Conservação Preventiva: histórico. *Revista CPC*. São Paulo, v.1, n.1, p.91-102, 2006.

CARNEIRO, M. C. Considerações sobre a idéia de tempo em Sto. Agostinho, Hume e Kant. *Interface - Comunic., Saúde, Educ.*, v.8, n.15, p.221-32, mar/ago, 2004.

CARVALHO, M. R. Curt Nimuendaju no sul da Bahia: Registro etnográfico e repercussões de sua visita aos Pataxó Hãhãhã. *Revista de @ntropologia da UFSCar*, 8 (2), jul./dez. 2016.

CASTRO, E (Org.). **Artefatos e matérias-primas dos povos indígenas do Oiapoque / Iepé e Museu Kuahí**. São Paulo: IEPE – Instituto de Pesquisa e Formação Indígena, 2013.

CHILDE, V. G. **A evolução cultural do homem**. Rio de Janeiro: Zahar. 1966.

CHMYZ, I. et al. **Terminologia brasileira para a cerâmica arqueológica**. Paranaguá: Museu de Arqueologia e Artes Populares, Universidade Federal do Paraná, 1976.

COMERLATO, F. **Estudo metodológico em sítios de gravuras rupestres em Iajedos, Bahia**. Salvador: PPGCS/UFBA; MAE/UFBA, abril 2007. Monografia da pesquisa de pós-doutorado júnior.

CORRÊA, A. *Longue durée*: história indígena e arqueologia. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 65, n. 2, p. 26-9, abr./jun, 2013.

_____. **Pindorama de Mboia e Iakaré**. Continuidade e mudança na trajetória das populações Tupi. Tese (Doutorado). São Paulo: USP, 2014.

COSTA, C. **Representações rupestres no piemonte da Chapada Diamantina (Bahia, Brasil)**. Tese (Doutorado). Coimbra: Universidade de Coimbra, 2012.

_____. Materiais construtivos do sítio da primeira Catedral do Brasil: modelos de estudo para telhas, tijolos, cravos e azulejos aplicados aos materiais do sítio da antiga igreja da Sé, Salvador, Bahia. In *CLIO - Série Arqueológica*, Recife, 19: 43-78. 2005.

COSTA, C. R. **O príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied e sua Viagem ao Brasil (1815-1817)**. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

COSTA, R. L. **Os grupos ceramistas da Serra da Barriga**: caracterização da tecnologia cerâmica no contexto da Tradição Aratu. Dissertação (Mestrado). Recife: UFPE, 2010.

COSTA, R. L.; LIMA, T. A. **A arte de trançar na pré-história brasileira**. Curitiba: Appris, 2019.

COUTO, P. N. **Os Filhos de Jaci**: Ressurgimento étnico entre os Tupinambá de Olivença – Ilhéus – BA. Monografia (Graduação). Salvador: UFBA, 2003.

_____. **Morada dos Encantados**. Identidade e religiosidade entre os Tupinambá da Serra do Padeiro – Buerarema, BA. Dissertação (Mestrado). Salvador: UFBA, 2008.

CPRM, Serviço Geológico do Brasil. **Breve história da Terra**, 2016. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/Redes-Institucionais/Rede-de-Bibliotecas---Rede-Ametista/Breve-Historia-da-Terra-1094.html> (Acesso em fevereiro de 2020).

CRACCO, R.B. **A longa duração e as estruturas temporais em Fernand Braudel**: de sua tese O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Felipe II até o artigo História e Ciências Sociais: A longa duração (1949-1958). Dissertação (Mestrado). UNESP: Assis, 2009.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

CUNHA, M. C. Introdução a uma história indígena. In CUNHA, M. C. (Ed.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

DACONTI, B.C. **Contexto geológico, controle e correlação regional das mineralizações de grafita da região de Almenara, Província Gráfica do Nordeste de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 2004.

DEL'ARCO, E. Técnicas para conservação e restauração da cerâmica arqueológica. *CLIO Série Arqueológica*, Nº10, 1994.

DIAS, A. Novas perguntas para um velho problema: escolhas tecnológicas como índices para o estudo de fronteiras e identidades sociais no registro arqueológico. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. v.2, n.1, jan-abr. 2007.

DIAS, A.; HOELTZ, S. Indústrias líticas em contexto: o problema Humaitá na arqueologia sul brasileira. *Revista de Arqueologia*. Volume 23, N.2, 2010.

DIAS, M. H. A inserção econômica dos aldeamentos jesuíticos na capitania de Ilhéus. In: DIAS, M.; CARRARA, A. (Org.). **Um lugar na história**: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau. Ilhéus: Editus, 2007a.

DUARTE, M.A. **Grafita natural**. Brasília: DNPM, 2014.

DUNNELL, R. **Classificação em Arqueologia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

EERKENS, J. W.; LIPO, C. P. Cultural Transmission Theory and the Archaeological Record: Providing Context to Understanding Variation and Temporal Changes in Material Culture. *Journal of Archaeological Research*, vol. 15, pp. 239-274, 2007

ELLENBERG, G. & MUELLER-DOMBOIS, D. **Tentative physiognomic- ecological classification of plant formations of the earth**. Bericht UBER dans Geobotanische Institut Rubel, Zurich, 1965.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. Da pré-história à história indígena: (Re) pensando a arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal. *Revista de Arqueologia*. São Paulo: SAB, 2003.

ETCHEVARNE, C. Patrimônio arqueológico na Bahia. Breves considerações sobre o estado atual da questão. In ETCHEVARNE, C.; PIMENTEL, R. (Orgs.). **Patrimônio Arqueológico da Bahia**. Salvador: SEI, 2011.

_____. O índio e o colonizador: documentos arqueológicos sobre o contato, em Porto Seguro. In: *CATÁLOGO da Exposição Os Índios, Nós*. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, 2000.

_____. O sítio de Tradição Aratu de Água Vermelha, Reserva Indígena Caramuru Paraguaçu, e suas implicações arqueológicas e etno-políticas. *Cadernos de Arte e Antropologia*, nº1, 2012.

ETCHEVARNE, C.; FERNANDES, L. Patrimônio arqueológico pré-colonial. Os sítios de sociedades de caçadores coletores e dos grandes grupos de horticultores ceramistas, antes da chegada dos portugueses. In ETCHEVARNE, C.; PIMENTEL, R. **Patrimônio arqueológico da Bahia**. SEI: Salvador, 2011.

FARIA, L.F. **Controle e tipologia de mineralizações de grafita flake do nordeste de Minas Gerais e sul da Bahia**: uma abordagem regional. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 1997.

FERNANDES, J. F. **Relatório de avanço**. Grafite do Brasil, março de 2015.

FERNANDES, H. L. Pequenas variações dos sepultamentos da tradição Aratu na Bahia. *Especiaria - Cadernos de Ciências Humanas*. v. 17, n. 30, jan./Jun. 2017.

_____. A. **Os sepultamentos do sítio Aratu de Piragiba-BA**. Dissertação (Mestrado). Salvador: UFBA, 2003.

_____. Aspectos materiais dos sítios Pedreira e Água Vermelha, Bahia. *Habitus*. Goiânia, v. 18, n.2, p. 593-612, jul./dez. 2020.

FLORAM, Floram Engenharia e Meio Ambiente. **Relatório Ambiental Simplificado – RAS**: Projeto Eunápolis Grafite. Eunápolis-BA, 2016.

_____. **Relatório Ambiental Simplificado – RAS**: Projeto Guaratinga Grafite. Eunápolis-BA, 2016a.

_____. **Relatório Ambiental Simplificado – RAS**: Projeto Salto da Divisa Grafite. Eunápolis-BA, 2017c.

FLORAM/EMBASA. **Relatório de Salvamento Arqueológico**: Obra da Barragem do Rio Colônia. Eunápolis-BA, 2018.

_____. **Relatório técnico de monitoramento arqueológico**: Barragem do Rio Colônia. Segundo relatório: Setembro de 2017. Eunápolis-BA, 2017.

_____. **Relatório de Salvamento Arqueológico**: Obra da Barragem do Rio Colônia, município de Itapé – BA. Eunápolis-BA, 2017b.

FUNDAÇÃO AROEIRA. **Relatório parcial de campo (resgate)**. Goiânia, 2014.

GRAHL, J. A. **Kamakã em prolog**: possibilidades de análise de uma língua de tradição oral morta. Dissertação (Mestrado). UFPR: Curitiba, 2009.

GUIDINI, P. **Força de Van der Waals**. IFSC, 2014. Disponível em: http://www.ifsc.usp.br/~lattice/wp-content/uploads/2014/12/PriscilaGuidini_ForcadeVanderWaals.pdf (Acesso em abril de 2020).

GNECCO, C. Caminos de la Arqueologia: de la violencia epistémica a la relacionalidad. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 4, n. 1, 2009.

GOOGLE EARTH. US Depto State Geographer. Maplink / Tele Atlas. 2019. Acesso: dezembro de 2019.

HARDING, J. Rethinking the Great Divide: Long-Term Structural History and the Temporality of Event. *Norwegian Archaeological Review*. 38(2), 2005.

HECKENBERGER, M. Estrutura, história e transformação: a cultura xinguana no *longue durée*, 1000-2000 d.C. In FRANCHETTO, B.; HECKENBERGER, M. (Eds.). **Os povos do Alto Xingu**: história e cultura. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001.

HISSA, S.B.V. Dando tempo ao tempo, na arqueologia. *Revista de Arqueologia*. Volume 29, Nº1, 2016.

HODDER, I. **Interpretación en arqueología**. Corrientes actuales. Barcelona: Crítica, 1988.

_____. **Archaeology as long-term history**. New York: Cambridge University

Press, 2009.

HOLDAWAY, S.; WANDSNIDER, L. Time in Archaeology: an introduction. *Anthropology Faculty Publications*. 81, 2008.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Manual técnico de geomorfologia**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

_____. **Manual técnico da vegetação brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

JOHNSON, M. **Teoría arqueológica**. Uma introducción. Barcelona: Ariel, 2000.

KESTERING, C.; CAVALCANTE, A.N.; NETA, M.F. Escavação do Sítio Arqueológico Furna do Caçador, No Município de Santo Sé – BA. *Revista História e História*, 2013.

KESTERING, C. **Identidade dos grupos pré-históricos de Sobradinho – BA**. Tese (Doutorado). Recife: UFPE, 2007.

LA SALVIA, F.; BROCHADO, J. P. **Cerâmica Guarani**. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura. 1989.

LAGE, M.C. S. M.; FARIAS FILHO, B. B. Arqueometria aplicada à conservação de sítios de arte rupestre. In: *Cadernos do Lepaarq*, v. XV, n.30., p. 327-343, Jul-Dez. 2018.

LAMING-EMPERAIRE, A. **Guia para o estudo das indústrias líticas da América do Sul**. Manuais de Arqueologia N° 2. Curitiba: UFPR, 1967.

LÉVI-STRAUSS, C. **O Pensamento Selvagem**. Campinas: Papiрус, 1989.

LIMA, T. A. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém, v.6, n.1, 2011.

LORÊDO, W. M. **Manual de conservação em Arqueologia de campo**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, 1994.

LÜHNING, A. Verger, Bastide e Métraux: três trajetórias entrelaçadas. *REVISTA USP*. São Paulo • n. 95 • p. 128-141, 2012.

MAGESTE, L. E. C. **Cronologia e variabilidade**: os ceramistas Tupiguarani da Zona da Mata mineira e Complexo Lagunar de Araruama. Tese (Doutorado). São Paulo: USP, 2017.

MARTIN, G. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.

MACHADO, J. S. Os significados dos sistemas tecnológicos: classificando e interpretando o vestígio cerâmico. *Revista Arqueologia Sul-Americana* 3,1, janeiro, 2007.

MEDEIROS, R. P. Povos indígenas do sertão nordestino no período colonial: descobrimentos, alianças, resistências e encobrimento. *Fundamentos*, v.1, n.2, 2002.

MEGGERS, B. J. **Como interpretar a linguagem da cerâmica**: manual para arqueólogos. Washington D.C: Smithsonian Institute. 1970.

MONTEIRO, J. Unidade, diversidade e a invenção dos índios: entre Gabriel Soares de Sousa e Francisco Adolfo de Varnhagen. *Revista de História*, 149, pp. 109-137, 2003.

MORALES, W. F. **Brasil Central**: 12.000 anos de ocupação humana no médio curso do rio Tocantins, TO. São Paulo: Annablume, 2008.

MORENO-GARCÍA, M.; DAVIS, S.; PIMENTA, C. Arqueozoologia: estudo da fauna no passado. In MATEUS, J., MORENO-GARCIA. M. **Paleoecologia Humana e Arqueociências**: Um Programa Multidisciplinar Para a Arqueologia sob a tutela da cultura. *Trabalhos de Arqueologia* 29, Lisboa: IPA, p. 191-234, 2003.

MOTT, L. Os índios do sul da Bahia: população, economia e sociedade (1740-1854). In MOTT, L. **Bahia**: inquisição e sociedade. Salvador: EDUFBA, 2010.

MURRAY, T. Dynamic Modelling and New Social Theory of the Mid- to Long-Term. In MC GLADE, J.; VAN DER LEEUW, S.E. (eds). **Time, Process and Structured Transformation in Archaeology**. pp.449-63. London: Routledge, 1997.

NACIF, P; COSTA, L.; SAADI, A.; FILHO, E. I.; KER, J; COSTA, O.; MOREAU, M. **Ambientes naturais da Bacia Hidrográfica do Rio Cachoeira**. Cruz das Almas, 2003.

NASCIMENTO, A.; LUNA, S. Procedimentos para a análise da cerâmica arqueológica. *CLIO Série Arqueológica*. N°10, 1994.

NEVES, G. V. **Suscetibilidade ambiental na região costeira do município de Mata de São João – Bahia**. Monografia (Graduação). Salvador: UFBA, 2013.

NEVES, E. G. Os índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil. In SILVA, A. L. & GRUPIONI, L. D. (Org.). **A temática indígena na escola**: novos subsídios para professores do 1º e 2º graus. MEC/MARI/UNESCO, 1995.

_____. Arqueologia, história indígena e o registro etnográfico: exemplos do alto rio Negro. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, Suplemento 3: 319-330, 1999.

_____. O velho e o novo na Arqueologia Amazônica. *Revista USP*. São Paulo, n.44, 1999-2000.

NIMUENDAJÚ, C.; MÉTRAUX, A. The Camacan Linguistic Family. In STEWARD, J. (org.). **Handbook of South American Indians** (v. 1). Washington, Smithsonian Institution/Bureau of American Ethnology, Bulletin 143, pp. 547-552. 1946.

NOELLI, F. S. **Sem tekohá não há teko**. Em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no Delta do Rio Jacuí – RS. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: PUC-RS, 1993.

_____. A ocupação humana na Região Sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas. *Revista da USP*, São Paulo, 44: 218-269, 1999-2000.

_____. La distribución geográfica de las evidencias arqueológicas Guarani. *Revista de Índias*, vol. LXIV, n° 230, págs. 17-34, 2004.

_____. José Proenza Brochado: vida acadêmica e a arqueologia Tupi. In PROUS, A.; LIMA, T.A. (Org.). **Os ceramistas Tupiguarani**. Volume I – Sínteses regionais. Belo Horizonte: Sigma, 2008.

NOELLI, F. S.; SOUZA, J. G. Novas perspectivas para a cartografia arqueológica Jê no Brasil meridional. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 12, n. 1, p. 57-84, jan.-abr. 2017.

OLIVEIRA, A. M. F. Identidade indígena em Nova Vida: memórias e lembranças. *Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Ciência da Informação*. UFBP, 2015.

OLIVEIRA, C. A. A cerâmica pré-histórica brasileira: avaliação e proposta. *CLIO Série Arqueológica*. V.1, N°7, 1991.

_____. Os ceramistas pré-históricos do Sudeste do Piauí, Brasil. Estilos e técnicas. *Fundamentos*, n.3. p.57-129. 2003.

OLIVEIRA, J. B. Os índios Camacans. Estudos de Ethnologia. *Terceiro Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia*. Salvador: Typ. E encadernação do “Diário da Bahia”, 1892.

OLIVEIRA, J. E. Cultura material e identidade étnica na arqueologia brasileira: um estudo por ocasião da discussão sobre a tradicionalidade da ocupação Kaiowá da terra indígena Sucuri` y. *Sociedade e Cultura*, vol. 10, núm. 1, janeiro-junho, 2007.

OLIVEIRA, J. P. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana* 4(1):47-77, 1998.

OLIVEIRA, T. L. Interfaces híbridas: armas e armadilhas de caça e pesca no alto rio negro. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 17, n. 42, p. 214-247, ago/dez, 2016.

ORSER JR., C. E. **Introducción a la arqueología histórica**. Buenos Aires, Argentina: Ediciones Del Tridente, 2000.

ORTON, C.; TYERS, P.; VINCE, A. **La cerâmica em arqueología**. Barcelona: Crítica, 1997.

PAIVA, A. S. Arte gráfica e pintura corporal Tupinambá de Olivença. *Anais do III Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*. Salvador: UFBA, 2007.

PARAISO, M. H. B. Índios, aldeias e aldeamentos em Ilhéus (1532-1880). *Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Ciência da Informação*. UFBP, 2015.

PEDROSA-SOARES, A.C., FARIA, C.F., REIS, L.B. The Minas-Bahia graphite Province, Eastern Brazil: mineralization controls and types. *In European Union of Geosciences Congress – EUG*, 10, Strasbourg, France. 1999.

PEDROSA-SOARES, A.C. & WIEDEMANN-LEONARDOS, C.M. Evolution of the Araçuaí Belt and its connection to the Ribeira Belt, Eastern Brazil. *In* CORDANI, U., MILANI, E., THOMAZ-FILHO, A., CAMPOS, D. A. (eds), **Tectonic Evolution of South America**. São Paulo, Sociedade Brasileira de Geologia, 2000.

PEDROSA-SOARES, A.C., NOCE, C.M., WIEDEMANN, C.M., PINTO, C.P. The Araçuaí–West Congo orogen in Brazil: An overview of a confined orogen formed during Gondwanland assembly. *Precambrian Research*, 2001.

PEREIRA, S. Grafite: produção X demanda. *12º Congresso Brasileiro de Mineração*. Belo Horizonte – MG, 2007.

PEROTA, C. **Dados parciais sobre a arqueologia norte espírito-santense**. Belém: Museu Emílio Goeldi, 1971.

_____. **Resultados preliminares sobre a arqueologia da região central do Estado do Espírito Santo**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1974.

PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Editora da UNB, 1992.

RENFREW, C.; BAHN, P. **Arqueología**. Teorías, Métodos y Práctica. Madrid, Espanha: Akal, 1998.

RICE, P. Ceramic diversity, production, and use. *In* LEONARD, R.D.; JONES, G. T. **Quantifying diversity in archaeology**. Cambridge University Press, 2009.

_____. **Pottery analysis**. A sourcebook. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.

RIBEIRO, R. B. **Caracterização físico-química da cerâmica do sítio arqueológico São Paulo II**. Dissertação (Mestrado). São Paulo: IPEN, 2013.

RODRIGUES, I. M. M. **Fora das grandes aldeias: a ocupação do recôndito sítio arqueológico Vereda III.** Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 2011.

SAMPAIO, J. A. L. De caboclo a índio: Etnicidade e organização social e política entre povos indígenas contemporâneos no nordeste do Brasil; o caso Kapinawá. *Cadernos do LEME*, Campina Grande, vol. 3, nº 2, p. 88 – 191. Jul./dez. 2011.

_____. Breve história da presença indígena no extremo sul baiano e a questão do território pataxó do Monte Pascoal. *Cadernos de História*. Belo Horizonte: PUC Minas, 1997.

SAMPAIO, M. C. **Análise estratigráfica e qualidade das águas subterrâneas do Grupo Barreiras na região de Porto Seguro – Bahia.** Salvador: UFBA, 2011.

SAMPAIO, J.; BRAGA, P.; DUTRA, A. Grafita. In LUZ, A. B.; LINS, F. A. F. (Eds.). **Rochas & minerais industriais: usos e especificações.** 2.Ed. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2008.

SAMPAIO, A.R., MARTINS, A.M., LOUREIRO, H.C., ARCANJO, J.B., MORAES FILHO, J.C., SOUZA, J.D., PEREIRA, L.H., COUTO, P.A., SANTOS, R.A., MELO, R.C., BENTO, R.V. & BORGES, V.P. **Projeto Extremo Sul da Bahia: Geologia e Recursos Minerais.** Salvador, Série Arquivos Abertos da Companhia Bahiana de Pesquisa Mineral, 2004.

SANJUÁN, L. G. **Introducción al reconocimiento y análisis arqueológico del territorio.** Barcelona, España: Editora Ariel, 2005.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem.** 5ª Ed. São Paulo: Edusp, 2009.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.** São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica, Razão e Emoção.** 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCHIFFER, M. B.; SKIBO, J.M. Theory and Experiment in the Study of Technological Change. *Source: Current Anthropology*, Vol. 28, Nº 5, Dec., 1987.

_____. The Explanation of Artifact Variability. *American Antiquity*, Vol. 62, Nº 1, Jan., 1997.

SCHMITZ, P. I. A decoração plástica na cerâmica da tradição Tupiguarani. In PROUS, A.; LIMA, T. A. **Os ceramistas Tupiguarani: elementos decorativos.** Belo Horizonte: Superintendência do IPHAN em Minas Gerais, 2010.

SHEPPARD, A. **Ceramics for the archaeologists.** Washington: Carnage Institution, 1985.

SILVA, A. O. **Ordem imperial e aldeamento indígena: Camacãs, Guerens e Pataxós no Sul da Bahia.** Ilhéus, BA: Editus, 2017.

SILVA, F. A. **As tecnologias e seus significados.** Um estudo da cerâmica dos Asuriní do Xingu e da cestaria dos Kayapó-Xikrin sob uma perspectiva etnoarqueológica. Tese (Doutorado). São Paulo: USP, 2000.

SILVA, F.A.; NOELLI, F.S. História indígena e arqueologia: Uma reflexão a partir dos estudos sobre os Jê Meridionais. *Revista Museu Arq. Etn.*, 27: 5-20, 2016.

SILLIMAN, S. W. Entre a *longue durée* e o *short purée*: arqueologias pós-coloniais da história indígena na América do Norte colonial. *Vestígios. Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*. Vol. 13, Nº. 1, Jan – Jun, 2019.

SIMÕES, M. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica. *Acta Amazônica*. V.7, n. 3. 1977.

SOARES, V. G. Literatura de viagem: a mirada de Spix e Martius sobre o sertão baiano. *VI Encontro Estadual de História*. Ilhéus: UESC, 2012a. Disponível em: <http://www.viencontroanpuhba.ufba.br/modulos/submissao/upload/44399.pdf> (Acesso em fevereiro de 2020).

SOARES, J. **Discutindo a tradição Aratu: o sítio cerâmico GO-RV-06 e novas contribuições.** Dissertação (Mestrado). UNISINOS: São Leopoldo, 2012.

_____. Discutindo a tradição Aratu: proposta de um modelo de dispersão e implantação nas zonas de tensão ecológica. *Revista Museu Arq. Etn.*, São Paulo, n. 23, p. 61-77, 2013.

SOUZA, J. M. Os indígenas da Reserva Caramuru-Paraguassu: famílias étnicas e organização política. *Interethnic@-Revista de Estudos em Relações Interétnicas*, v. 20, n. 2, 2017.

SOUZA, N.S. **Síntese e estudo das propriedades físicas de grafite ferromagnético fluido nanoestruturado.** Tese (Doutorado). São Carlos: UFSCar, 2014.

SOUTY, J. **A arte das armadilhas.** Coletivo Liquidação. 2017. Disponível em: <https://www.coletivoliquidaacao.com/single-post/2017/06/19/A-arte-das-armadilhas> (Acesso em março de 2020).

SUGUIO, K. **Mudanças ambientais da Terra.** São Paulo: Instituto Geológico, 2008.

SUGUIO, K.; NOGUEIRA, A. C. R. Revisão crítica dos conhecimentos geológicos sobre a Formação (ou Grupo?) Barreiras do Neógeno e o seu possível significado como testemunho de alguns eventos geológicos mundiais. *Revista Geociências*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 461-479, 1999.

TRICART, J.; SILVA, T. C. **Estudos geomorfológicos da Bahia e Sergipe.** Salvador, UFBA, 1968.

TRIGGER, B. **História do pensamento arqueológico**. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

TOFANI, F. P. **Erejakasó piáng?** As culturas sambaquieira, Aratu, Tupiguarani e portuguesa e a produção do espaço do Extremo Sul da Bahia, Brasil. Tese (Doutorado). Belo Horizonte: UFMG, 2008.

UFG, Universidade Federal de Goiás. **Bonecas Karajá:** arte, memória e identidade indígena no Araguaia. Dossiê descrito dos modos de fazer ritxoko. Goiânia, 2011.

URBAN, G. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In CUNHA, M.C. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Curt Nimuendajú. 104 mitos indígenas nunca publicados. A redescoberta do etnólogo teuto-brasileiro. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº21, 1986.

WALLIS, N. J. *et al.* Woodland period ceramic provenance and the exchange of Swift Creek Complicated Stamped vessels in the southeastern United States. *Journal of Archaeological Science*, v. 37, nº 10, p. 2598-2611, 2010.

WELPER, E. M. "Segredos do Brasil": Curt Nimuendajú, Robert Lowie e os índios do nordeste. *Rev. antropol.* (São Paulo, Online), v. 61 n. 3: 7-51. USP, 2018.

WELSCH, R. L.; TERRELL, J. E. Material Culture, Social Fields, and Social Boundaries on the Sepik Coast of New Guinea. In: STARK, M. T. **The archaeology of social boundaries**. Washington: Smithsonian Institution Press, 1998.

WILLEY, G.; PHILLIPS, P. **Method and teory in American Archaeology**. Chicago: University of Chicago Press, 1958.

WINGE, M. *et al.* **Glossário Geológico Ilustrado**. 2001. Disponível em: <http://sigep.cprm.gov.br/glossario/> (Acesso em abril de 2020).

WÜST, I. Contribuições arqueológicas, etnoarqueológicas e etno-históricas para o estudo dos grupos tribais do Brasil Central: o caso Bororo. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*. S. Paulo, 2:13-26, 1992.

_____. **Aspectos da ocupação pré-colonial em uma área do Mato Grosso de Goiás** – Tentativa de análise espacial. Dissertação (Mestrado). São Paulo: USP, 1983.

WYLIE, A. **Thinking from things:** essays in the philosophy of archaeology. Los Angeles: University of California Press, 2002.

ZARANKIN, A.; SALERNO, M. A. El sur por el sur: una revisión sobre la historia y el desarrollo de la arqueologia histórica em América Meridional. In *Vestígios* – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica. V.1, n. 1; p. 15-47, janeiro/junho. 2007.

ANEXO

ANEXO A – Relatório de resultados das datações



Datação, Comércio e Prestação de Serviços LTDA.

Relatório de Ensaio

CLIENTE: MORGANA CAVALCANTE

EMAIL: morganacavalcante72@gmail.com

MATERIAL: FRAGMENTO CERÂMICO.

NATUREZA DO TRABALHO: Preparação de Amostragem e Elaboração de Laudo de Datação de Fragmentos Cerâmicos pelo Método da Termoluminescência (TL).

REFERÊNCIA:

AMOSTRAS

Foram fornecidas pelo cliente 03 (três) amostras com as designações indicadas na Tabela 1, acondicionadas e devidamente embaladas de forma que não tomaram luz no envio. As amostras foram recebidas e identificadas no laboratório como 5426 e 5428.

Datação, Comércio e Prestação de Serviços LTDA.**RESULTADOS**

Os resultados de dose acumulada, dose anual e da idade obtidos por TL são apresentados na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1: Código DAT, amostra, dose anual, paleodose média e idade média.

Código Datação	Amostra	Dose Anual ($\mu\text{Gy}/\text{ano}$)	P (Gy)	Idade (anos)
5426	C06-1	2.090 ± 230	1,3	620 \pm 95
5427	C126-7	2.470 ± 340	0,9	365 \pm 60
5428	C154-7	2.020 ± 200	0,9	450 \pm 50

As concentrações medidas dos isótopos radioativos ^{232}Th , $^{238}\text{U}+^{235}\text{U}$, ^{40}K utilizados para calcular a dose anual são apresentados na Tabela 2, a seguir:

Tabela 2: Amostra, Th (Tório), U (Urânio), K (Potássio) e Umidade.

Cod. DAT	Th (ppm)	U (ppm)	K (%)	Umidade (%)
5426	$3,329 \pm 0,689$	$3,946 \pm 0,352$	$0,732 \pm 0,202$	-
5427	$4,315 \pm 0,916$	$1,969 \pm 0,250$	$1,504 \pm 0,399$	-
5428	$3,709 \pm 0,251$	$1,332 \pm 0,113$	$1,538 \pm 0,094$	-

São Paulo, 16 de Fevereiro de 2021.


Dr. Silvio Luiz Miranda Brito
Datação, Comércio & Prestação de Serviços LTDA